

Educação Anarquista

Conceitos

Coletânea

Organizador

Rogério Humberto Zeferino Nascimento



Coleção Pensamento Social Anarquista - vol. 4

Rogério Humberto Zeferino Nascimento
(org.)

Educação Anarquista
Conceitos
coletânea

Coleção Pensamento Social Anarquista - Vol 4

Os direitos desta edição são reservados à EDUEG
EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE-EDUEG
atendimento@editora.ufcg.edu.br

Camilo Allyson Simões de Farias
Reitor

Fernanda de Lourdes Almeida Leal
Vice-Reitora

Mário de Sousa Araújo Filho
Diretor EDUEG

Simone Cunha
Revisão

Yasmine Lima
Diagramação

João Vitor Pereira da Silva
Capa

CONSELHO EDITORIAL
Adriano Azevedo de Mello (CCBS)
Andréa Maria Brandão Mendes de Oliveira (CCTA)
Erivaldo Moreira Barbosa (CCJS)
Janirio Costa Rego (CTRN)
José Wanderley Alves de Sousa (CFP)
Marcelo Bezerra Grilo (CCT)
Marisa de Oliveira Apolinário (CES)
Naelza de Araújo Wanderley (CSTR)
Rogério Humberto Zeferino (CH)
Ronimack Trajano de Souza (CEEI)
Valéria Andrade (CDSA)

E24	Educação anarquista - conceitos: coletânea [recurso eletrônico] Rogério Humberto Zeferino Nascimento (organizador). – Campina Grande: EDUEG, 2025. 315 p. – (Coleção Pensamento Social Anarquista; v. 4).
	E-book (PDF) ISBN 978-85-8001-322-1
	1. Educação Anarquista – Trabalhadores. 2. História da Educação no Brasil. 3. Escola e Sociedade. 4. Movimento Operário. I. Nascimento, Rogério Humberto Zeferino. I. Título. II. Coleção Pensamento Social Anarquista; 4.
UFCG/BC	CDU 37.035:329.285

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECÁRIA SEVERINA SUELI DA SILVA OLIVEIRA CRE-15225

Lista de acervos, instituições e sites

• • • • • • • • • •

Acervo digitalizado particular organizado por Francisco Robson Alves de Oliveira e Francisco Victor Pereira Braga. Fortaleza – CE.
Arquivo Edgard Leuenroth – Unicamp. São Paulo – SP.
Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – Florianópolis – SC.
Arquivo Público do Estado de São Paulo – APESP. São Paulo – SP.
Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro – RJ.
Arquivo Público Estadual João Emerenciano – Pernambuco – PE.
Arquivo de Memória Operária – IFCS/UFRJ. Rio de Janeiro – RJ.
Arquivo Nacional – Rio de Janeiro – RJ.
Biblioteca Municipal Mário de Andrade. São Paulo – SP.
Biblioteca Professor Geraldo Ataliba – PUC/SP. São Paulo – SP.
Centro de Apoio à Pesquisa em História Sérgio Buarque de Holanda – CAPH/USP – São Paulo – SP.
Centro de Cultura Social – CCS – São Paulo – SP.
Centro de Documentação e Memória da Unesp – CEDEM/Unesp. São Paulo – SP.
Fundação Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro – RJ.
Fundação Casa de Rui Barbosa – Rio de Janeiro – RJ.
Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB – Rio de Janeiro – RJ.

Sites:

Acervo Digital da Unesp – São Paulo.

Biblioteca Nacional Digital – Rio de Janeiro.

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro.

Rete delle Biblioteche e Archivi Anarchici e Libertari - REBAL – Itália.

Última Barricada – Portugal.

University of Florida Digital Collections

Breve nota explicativa

• • • • •

NO ANO DE 2012, PUBLIQUEI **EDUCAÇÃO ANARQUISTA, SABERES, IDEIAS, CONCEPÇÕES – VOLUME I**, pela Editora Imprensa Marginal de São Paulo. Havia o plano de publicar um segundo volume (**Educação Anarquista, Experimentos – Francisco Ferrer Y Guardia, volume II**) anunciado no primeiro volume. Pois bem! O segundo volume não foi publicado. Agora os dois volumes saem nesta **Coleção Pensamento Social Anarquista**. O que foi o primeiro volume, em 2012, vem agora como sendo o quarto volume da referida coleção. Nesta versão, o texto apresenta alguns poucos artigos a mais. Apresenta também um subtítulo conciso e o mesmo texto de apresentação por mim elaborado na impressão de 2012. Acrescentei aqui **O ensino da “História”**, de Adolfo Lima, como suplemento. O projetado, mas não realizado, segundo volume impresso sai agora como quinto volume desta coleção, com apresentação de Rogério de Castro. Boa leitura!

Sumário



Apresentação. Anarquias na educação. Rogério Nascimento.....	13
01 – Spencerismo e anarquia. M. Ribeiro de Almeida	27
02 – A educação negativa. Ideias gerais. Domingos Ribeiro Filho.....	35
03 – Pela Educação e pelo Trabalho. Adelino de Pinho.....	39
04 – Escola Moderna. Diogo Ramirez	59
05 – Escola Moderna. O que deve ser o professor primário (Não assinado)	63
06 – Instrução e problema social. João Penteado	69
07 – A ignorância. João Penteado	75
08 – O que deve ser a educação. G. de Mortillet.....	79
09 – Necessidade do ensino racionalista. Florentino de Carvalho	85
10 – O direito à instrução. Fábio Luz	91
11 – Da porta da Europa. Educação e ensino. Neno Vasco.....	93
12 – O positivismo do sr. Trajano. Francisco Viotti (Não assinado)	97
13 – Comentários à carta dirigida ao coletivo editorial da revista <i>A Vida</i> pelo vice-diretor do Apostolado Positivista no Brasil, Raimundo Teixeira Mendes. <i>Francisco Viotti (Não assinado)</i>	99
14 – As escolas e sua influência social. O ensino oficial e o ensino racionalista. <i>João Penteado</i>	103
15 – Positivismo e anarquismo. Francisco Viotti (Não assinado)	107
16 – A instrução e o Estado. Éfren Lima	109
17 – Uma conferência. (Não assinado)	113
18 – Positivismo e anarquismo. Francisco Viotti (Não assinado)	115
19 – “É necessário conhecermo-nos a nós mesmos” (resposta a Cezário Paepinho). Lebindo Vieira	125
20 – A escola, prelúdio da caserna. Adelino de Pinho	129

21 – O descanso às quintas-feiras nas escolas municipais. Uma medida a conquistar. <i>Orlando Corrêa Lopes; João Gonçalves da Silva</i>	133
22 – O caso da Escola Normal. <i>Orlando Corrêa Lopes; João Gonçalves da Silva</i>	137
23 – O chamusco militarista II, III, IV. <i>Florentino de Carvalho</i>	143
24 – Ensino obrigatório. <i>Vicente Miranda dos Reis</i>	149
25 – A escola. <i>Adelino de Pinho</i>	153
26 – Escola Moderna. Lido na fundação da Sociedade da Escola Moderna, em 26 de agosto de 1919 (<i>Não assinado</i>)	155
27 – A instrução. <i>Antônio Trotte</i>	159
28 – Renovação. <i>José Oiticica</i>	161
29 – As escolas clericais. <i>Beato da Silva</i>	165
30 – A Escola Moderna ou racional. <i>P.</i>	169
31 – Na linha de fogo. Intelectuais e manuais: um preconceito burguês que deve desaparecer no futuro. <i>Manuel Ribeiro</i>	173
32 – A classe acadêmica. <i>Prof. C. C.</i>	177
33 – Os intelectuais e o operariado. <i>A. Batalha</i>	181
34 – Um sociólogo de meia tigela ou uma aroeira sem cerne. <i>B.</i>	183
35 – Os operários intelectuais e os estudantes brasileiros aos seus camaradas franceses. (<i>Não assinado</i>)	187
36 – Trabalhadores intelectuais. <i>Demócrito</i>	191
37 – O monopólio da ciência. <i>A. Batalha</i>	195
38 – Educação artística. <i>A. P.</i>	197
39 – União e instrução. Exórdio de uma palestra. <i>Pinho de Riga</i>	199
40 – A mulher e a educação. <i>Isolina Borques</i>	203
41 – “Renascença”. <i>Maria Lacerda de Moura</i>	205
42 – “Renascença”. <i>Maria Lacerda de Moura</i>	209
43 – Em torno da educação. <i>Florentino de Carvalho</i>	213
44 – Onde se acha a tal instrução? <i>Um ateu em Política e em Religião</i>	217
45 – O momento pedagógico I. <i>M. Sanches</i>	219
46 – O momento pedagógico II (conclusão). <i>M. Sanches</i>	221
47 – Os intelectuais. (<i>Não assinado</i>)	223
48 – Ignorância e cultura. (<i>Não assinado</i>).....	225
49 – Por cima das escolas paira a garra jesuítico-clerical. <i>Adelino de Pinho</i>	227

50 – Escolas operárias ou arapucas burguesas? (<i>Não assinado</i>)	231
51 – Carta aberta ao sr. Menotti del Pichia. <i>Francisco Neves</i>	235
52 – Professores ou agentes do Vaticano? <i>Antônio Manoel Vinhais</i>	239
53 – A voz das fábricas. A intromissão suspeita dos intelectuais da burguesia nos assuntos proletários. O proletariado deve repelir essas demonstrações de fingido carinho da parte de todos os organismos burgueses. <i>Ganga Zamby</i>	243
54 – A personalidade intelectual. <i>Antônio Zozaia</i>	245
55 – Não será com padres nas escolas que evitaremos a escravidão fascista no Brasil. <i>Xisto Leão</i>	249
56 – O catecismo nas escolas públicas. <i>Álvaro Amorim</i>	253
57 – O ensino religioso nas escolas e as suas primeiras consequências. <i>Oswaldo Salgueiro</i>	257
58 – A educação clerical e a educação racional. <i>Adolfo Lima</i>	259
59 – O preço da instrução padresca. <i>L. Rogério</i>	263
60 – A ação da igreja e a educação religiosa são as principais causas de atraso do Brasil. <i>Líbero Roãs</i>	265
61 – O pobre não pode estudar. O ensino é privilégio dos ricos. (<i>Não assinado</i>)	267

SUPLEMENTO

62 – O ensino da “História”. <i>Adolfo Lima</i>	273
---	-----

NOTA-PLANO DO ENSINO DE SOCIOLOGIA

Sociologia.....	305
-----------------	-----

PLANO INICIAL DA COLEÇÃO PENSAMENTO SOCIAL ANARQUISTA– PALAVRAS

EXPLICATIVAS.....	313
-------------------	-----

Apresentação



Anarquias na educação

ANARQUISMO E EDUCAÇÃO SEMPRE CAMINHARAM JUNTOS. DESDE os chamados clássicos¹ do pensamento anarquista até aos contemporâneos,² há, quando não vivo processo de diluição nos dois campos, aproximação intensa envolvendo simbioticamente a ambos. Os artigos reunidos nesta coletânea são uma demonstração inequívoca dessa relação íntima. É demonstração também da densidade de reflexões, elaboradas pelos trabalhadores anarquistas e registradas na sua imprensa. Nas décadas de maior presença das ideias anarquistas no Brasil, em inícios do século XX, houve várias experiências com escolas e algumas com universidades para trabalhadores.

Os artigos selecionados e disponíveis neste primeiro volume, como também no segundo, servem, no mínimo, enquanto material para pesquisadores e interessados tanto na sociedade brasileira do período como também em um pensamento social operário. Parece-me evidente que um maior conhecimento deste período histórico nos beneficie com um entendimento mais largo, por fornecer mais elementos de análise, sobre

[1]. Sobre os clássicos do anarquismo e a educação ver, entre outros: LUIZZETTO, Flávio. **Utopias anarquistas**. São Paulo: Brasiliense, 1987; MORIYÓN, F. G. (org.). **Educação Libertária**. Tradução de José Cláudio de Almeida Abreu. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989; CODELLO, Francesco. **"A boa educação"**: experiências libertárias e teorias anarquistas na Europa, de Godwin a Neill. v. I. Tradução de Sile Cardoso. São Paulo: Imaginário; Ícone, 2007; e LIPIANSKY, Edmond-Marc. **A pedagogia libertária**. Tradução de Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Imaginário; Tesão – A Casa da Soma: Nu-Sol, 1999.

[2]. Ver Edson Passetti e Acácio Augusto. **Anarquismos e educação**. São Paulo: Autêntica, 2008.

os tempos atuais e recentes, tanto em relação à sociedade, de um modo geral, como em relação à escola e à educação, em particular. Alguém pode alegar ser esta afirmativa uma obviedade. Concordo. Mas algumas obviedades precisam ser explicitadas para melhor situá-las em seus devidos termos e contextos.

Os artigos desta coletânea constituem, além do mais, verdadeiros manifestos e evidentes afirmações das possibilidades libertárias no espaço educacional e escolar. A inclinação autoritária ou libertária na educação e na escola depende da ação dos envolvidos, considerando suas atividades dentro da dimensão pessoal e da dimensão coletiva. Se temos atualmente um universo escolar totalitário, concentracionário, universalista e punitivo, isso se deve aos rumos dos dinamismos sociais, adotados por pessoas de carne e osso e não por entidades etéreas.

As pessoas associadas em coletivos e em coletivos de coletivos potencializam exponencialmente o poder de suas vontades. Dessa maneira, foram difundidos pelo conjunto dos segmentos da sociedade brasileira, a partir dos anos 1930 sob regência de Getúlio Vargas,³ dinamismos societários verticalizantes e totalitários. Tais processos mostraram-se favoráveis a um maior controle social por parte de segmentos das elites dominantes.

Os escritos disponíveis nos dois volumes de *Educação Anarquista*⁴ indicam como fatalismos ou escatologias que não cabem enquanto formas mais adequadas para um mais completo entendimento do fenômeno humano. Se são verdadeiros os pressupostos dos estudiosos das *Humanidades* definindo o fenômeno humano como de caráter social, histórico e político, não sendo proveniente de qualquer determinismo sobrenatural ou tributário de alguma primazia unidimensional. É verdade também esta assertiva para o universo educacional e escolar.

Nesta direção, os artigos dessas coletâneas revelam a escola e a educação como resultantes das ações volitivas humanas. Assim, o leitor tem em mãos exemplares de outras concepções educacionais, de caráter li-

bertário, contrárias às noções absolutistas, universalistas e punitivas presentes na escola oficial de início do período republicano como também na escola contemporânea.

Pesquisas tornadas livros desde os anos de 1980 beneficiam o interessado no assunto com informações importantes. No entanto, oferecem uma visão consideravelmente panorâmica dos experimentos educacionais realizados pelos trabalhadores anarquistas. Longe estamos de chegar a um conhecimento mais completo de suas concepções e realizações. Isso por conta da imensidão de documentos guardados em diversos arquivos e bibliotecas dos estados. Muitos desses materiais estão ainda intocados. São jornais,⁵ revistas, prontuários policiais, livros, panfletos, manuscritos e mesmo correspondências particulares.

A perspectiva teórica e metodológica atualizada na elaboração e no andamento das referidas pesquisas constitui outro fator importante, obstando um mais completo conhecimento da matéria. Isso porque estes postulados contêm as conclusões, todas sugeridas durante o delineamento e os desdobramentos enunciados. Dessa maneira, por conta da formação nos cursos de *Humanidades* das universidades brasileiras, o olhar dos pesquisadores se apoia em referenciais próprios do campo marxista ou liberal. Esse fator constitui, como dito, outro considerável limitador à imersão mais integral nestes registros por parte dos pesquisadores porque operacionaliza enfoque analítico estranho ao universo estudado.

Uma *dialética esclarecida da história* ou uma dita *neutralidade axiológica do conhecimento* reverberam de diversas maneiras nessas pesquisas. Naturalizando os marcos políticos de seu processo de formação nas graduações, o pesquisador recupera, muitas vezes desavisadamente, preconceitos ideológicos atribuindo ao anarquismo sentido de obsolescência, anacronismo, arcaísmo e, no limite, belo ideal utópico. Utópico entendido como sonho, devaneio, quimera, portanto, inadequado, irrealizável e

[3]. Sobre as propostas educacionais implementadas e institucionalizadas no Brasil com caráter universalista, favorecendo crescentes processos de controle e domínio dos segmentos populacionais, ver: CORRÊA, Guilherme. **Educação, comunicação, anarquia**: procedências da sociedade de controle no Brasil. Rio de Janeiro: Cortez, 2006.

[4]. *Educação Anarquista – saberes, ideias, concepções* é o primeiro volume. O segundo volume, com duas partes, intitula-se *Educação Anarquista – experimentos*, Francisco Ferrer y Guardia a sair em breve, como exposto nos sumários.

[5]. Realizei pesquisa de doutorado em torno de dois jornais e duas revistas anarquistas. A tese, intitulada *Indisciplina: experimentos libertários e emergência de saberes anarquistas no Brasil*, defendida na PUC-SP, está disponível na internet. Ver: www.sapientia.puc.br ou www.dominiopublico.gov.br. Sobre a imprensa anarquista, elaborei um artigo para um encontro acadêmico, também disponível na internet. Ver: *Imprensa anarquista no Brasil (1907-1915): indisciplina, experimentos libertários e emergência de saberes*. Disponível em: www.nu-sol.org/agora/pdf/rogerionascimento.pdf. Nestes escritos, entre outros assuntos, apresento a necessidade de deslocamentos e descentramentos quando da análise dos jornais, revistas e livros anarquistas elaborados no Brasil no período de vigor do movimento e do pensamento anarquistas.

equivocado. Opera estabelecendo a centralidade de suas ideias no estudo de campos outros. Isso acontece, no mais das vezes, com as escusas do método e da teoria.

Tenho insistido em outros escritos⁶ sobre a necessidade da disposição, necessária ao pesquisador do anarquismo no Brasil, às vertigens do descentramento conceitual e metodológico. Este processo passa pela suspeição de toda a trajetória de vida escolar imperante desde Getúlio Vargas, incluindo as balizas institucionais envolventes das dinâmicas sociais. Essa suspeição é condição para o abandono deliberado e intencional dos referenciais disciplinares e disciplinadores naturalizados durante o referido período de vida escolar. Referenciais estes reforçados, através de diferentes dinamismos e com graus diversificados, na vida familiar, no lazer, no trabalho, nas amizades...

*

Um aspecto característico importante nos escritos presentes nestas duas coletâneas se destaca entre os demais: a politização das relações intersubjetivas no espaço escolar, sobretudo em se tratando da relação professor e estudante. Aqui o aluno não é considerado um ser “desprovido de luz”, uma tábula rasa sobre a qual a luz do professor, considerado centro óbvio e natural do processo educacional, irradiaria sabedoria e conhecimentos.

Antes muito pelo contrário, numa EDUCAÇÃO ANARQUISTA, o estudante é chamado a adotar posicionamentos ativos dentro do processo educacional, interagindo com o professor, mas também com seus colegas e demais pessoas envolvidas com o cotidiano escolar. País, amigos e interessados são convidados a integrarem o processo educacional, dando-lhe um alcance muito mais abrangente. Dessa maneira, num foco mais

[6]. Convergingo com o assunto abordado neste livro, indico dois de meus artigos apresentados em encontros universitários. Ambos encontram-se disponíveis na internet. Ver: NASCIMENTO, Rogério. **Escolas de indisciplina**: notas sobre sociabilidades anarquistas no Brasil em inícios do século XX. Disponível em: www.espacoacademico.com.br/092/92nascimento.htm; e NASCIMENTO, Rogério. **Educação pela indisciplina**: concepções e experimentos educacionais anarquistas registrados na imprensa operária em inícios do séc. XX. Este artigo foi apresentado como comunicação no GT 04 - **Cultura Escolar, Diversidade e Comunicação Intercultural na História da Educação do II Colóquio Internacional de História: Fontes Históricas, Ensino e História da Educação**, acontecido na Universidade Federal de Campina Grande, entre os dias 18 e 22 de outubro de 2010. Ver: www.ufcg.edu.br/~historia/iiclh/portugues/index.php?option=com_content&view=article&id=85&Itemid=12.

largo, instaura-se intenso processo de diluição da escola na dinâmica da vida social.

Essa amplitude fica patente nestas duas coletâneas de artigos dos trabalhadores anarquistas. De início, a diversidade de assuntos e matérias abordadas nestes escritos, desde este primeiro volume, transborda com o campo convencionado na contemporaneidade como próprio à educação. Os articulistas destas coletâneas transitam irreverentemente por sobre as fronteiras convencionalmente estabelecidas para uma discussão considerada mais apropriada à educação de crianças, jovens e adultos.

Desta maneira há, por exemplo, nos artigos do primeiro volume, desde reflexões de cunho mais filosófico, como o tensionamento sobre o spencerismo e sobre o positivismo de Comte, até análises em torno da importância social da mulher, notadamente no processo educacional das crianças. Outras dimensões sociais são consideradas nesses artigos: as razões das recusas, nas escolas anarquistas, dos métodos punitivos e avaliativos usuais na escola oficial, confessional ou leiga, como também os inconvenientes da ingerência clerical nas escolas, rejeição às guerras e ao militarismo como função do nacionalismo, reflexões críticas à organização capitalista da economia, sexualidade entre outros assuntos.

A politização da educação, como realizada pelos anarquistas, acontece na contramão de sua psicologização. A educação e a escola, sob campo gravitacional do princípio de autoridade,⁷ é despolitizada por desconsiderar a razão do outro em suas dinâmicas. Isso acontece ao se conceber o processo educacional como unilateral, do professor ao aluno, do livro para o cérebro, do espaço físico escolar para a sociedade, e de se atribuir à instituição escolar objetivos de adequação e adaptação das gerações jovens à sociedade vigente. Reverbera, nesta perspectiva, a centralidade do modelo de vida social estabelecido.

Aos jovens caberia, única e exclusivamente, o esforço em se enquadrar aos moldes societários envolventes, sem questionar, que dirá

[7]. A primazia da psicologia na educação, naturalizando a autoridade do professor sobre o estudante, foi mais bem estabelecida em vários escritos de Emile Durkheim. Vale a pena registrar ter este autor exercido intensa influência nas concepções educacionais básicas dos pioneiros formuladores das propostas educacionais de caráter universalista para a escola oficial brasileira. Ver: DURKHEIM, Emile. **A educação moral**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008; e DURKHEIM, Emile. **Educação e Sociologia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

subverter, o *status quo*. É desnecessário dizer ser esta concepção de educação, abraçada pelos ícones da escola oficial no Brasil, conservadora e reacionária. Essa diferença é importante registrar porque evidencia o processo de desnaturalização da educação e da escola como feito pelos anarquistas. A politização da escola conduz à abolição de toda uma cadeia de procedimentos medievais como avaliações, exames, certificações, distinções, prêmios e punições. A despolitização da escola conduz também a posturas psicologizantes, de caráter normativo, lastreadas em pressupostos biológicos.

Tanto é assim que as resistências e recusas das crianças, jovens e adultos, ao universo escolar, com seus processos compulsórios e punitivos, é alvo de medicalização. Este tratamento procura reconduzir o estudante a um comportamento considerado “normal”, o que significa dizer “adequado”, “integrado”, “adaptado” à escola. Numa perspectiva educacional anarquista, evasão, repetência, desobediência e manifestações mais enérgicas, transgressoras das regras estabelecidas dentro da escola, são atitudes eminentemente políticas e não patologias. Não podemos esquecer nem desconsiderar este significativo aspecto da questão.

Os comportamentos dos estudantes são encarados, por pedagogos, psicólogos, autoridades educacionais, diretores, sociólogos e outros especialistas envolvidos com educação e escola institucionalizadas, enquanto desvio e patologia. Isso se dá explicitamente através da utilização, nos casos dos alunos recalcitrantes e resistentes à escolarização de suas vidas, da rubrica *indisciplina*. Este é um rótulo recorrente nas publicações contemporâneas sobre “problemas” atuais quanto a um mais eficiente processo de “ensino-aprendizagem”.

O estudante “problemático” é costumeiramente conduzido ao psicólogo, ao orientador vocacional, ao psiquiatra ou ao neurologista. Está posta a naturalização de quem recusa, resiste ou é indiferente à escola. Mesmo que a criança mereça o tratamento dado por alguns desses especialistas, os defensores do ensino escolar disciplinar e disciplinador não admitem, em hipótese alguma, avaliar o papel da escola enquanto agente provocador de “distúrbios” orgânicos nos estudantes.

No entanto, há que se considerar os dilemas e desafios postos aos defensores do modelo educacional e escolar vigente, balizados na centralidade da autoridade, caso considerem as atitudes dos estudantes

enquanto ações políticas e não comportamentos desviantes nem patológicos: terão necessariamente de questionar e rever suas concepções de escola e de educação. Ao procederem assim, também terão de procurar outros referenciais, fora dos termos hierarquizantes.

Isso significa a ruína da escola oficial de caráter universalista, concentracionária e punitiva, como dito mais atrás. Os sucessivos aprimoramentos realizados ao longo das décadas passadas, até a contemporaneidade, na escola nacional – criada, é bom lembrar, no período de Vargas – são melhoramentos em formas autoritárias e totalitárias de educação e de escola. Sendo assim, é preciso dizer: não há nada a melhorar dentro desse modelo jesuíta e totalitário.

*

Eu me referi mais acima a preconceitos ideológicos quando das pesquisas sobre o movimento e o pensamento anarquista no Brasil. Gostaria de chamar a atenção para uma destas prenoções por desdobrar definições equivocadas. Trata-se do chamado alto contingente de analfabetos nos segmentos populares nas primeiras décadas do período republicano. Esta “verdade” histórica escamoteia algo importante de ser recuperado em nossas reflexões sobre as dinâmicas societárias postas em andamento no movimento dos trabalhadores do período referido. Esse tema tem relação com um modo de vida operário⁸ tendente a se colocar fora dos referenciais institucionais autoritários e centralistas.

Se é verdade o analfabetismo dos trabalhadores no início do período republicano, como explicar a intensa profusão de uma imprensa possante pelos trabalhadores? Como é possível descartar, nas análises feitas por estudiosos da matéria, as centenas de jornais publicados pelo movimento operário e anarquista? E como não considerar as revistas, brochuras e o significativo número de livros publicados por este movimento?⁹

[8]. Sobre este assunto, apresentei uma comunicação num encontro universitário. Ver: NASCIMENTO, Rogério Humberto Zeferino. Modo de vida operário e instauração da república no Brasil: análise de Florentino de Carvalho (1883-1947) a partir da guerra constitucionalista de São Paulo em 1932. In: X SEMANA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA. 28 de novembro a 01 de dezembro de 2011. Araraquara – UNESP, 2011. Ver a programação em: <http://semanadeposfcl2011.blogspot.com.br/search?updated-max=2011-11-15T14:17:00-08:00&max-results=7>.

[9]. Sobre a imprensa operária no Brasil republicano até os anos de 1920, Maria Nazareth Ferreira contou mais de trezentos. Seu estudo não abarca toda a década de 1920 nem as duas décadas seguintes. Ver: FERREIRA, Maria Nazareth. *A imprensa operária no Brasil – 1880-1920*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1978. A pesquisadora Adelaide Gonçalves juntamente

Os artigos presentes nos dois volumes desta publicação são inquestionáveis demonstrações de como certas “verdades” históricas mentem. Mentem por afirmarem a centralidade do olhar externo do pesquisador sobre o campo estudado. Este procedimento por si só já compromete as conclusões, explícitas e implícitas, da pesquisa. Nessa direção, um caso emblemático diz respeito ao fato de os trabalhadores anarquistas terem cultivado e difundido, para além das fronteiras do universo convencional escolar, processos eminentemente educacionais em suas diversas associações. Quando o pesquisador contemporâneo alinha-se, por comodidade ou adesão ideológica, ou ambos, à “evidência” e à “verdade” relativa ao analfabetismo operário, atualiza preconceitos políticos e superstições ideológicas.

Sublinhar um dito analfabetismo dos segmentos operários, com pretensão de explicação suficiente e única deste contingente social, produz o apagamento das concepções e experimentações levadas a termo pelos trabalhadores anarquistas. Não estou sugerindo inexistir analfabetismo nos estratos populares do período ou de serem estes índices de pouca monta. Estou afirmando ser esta constatação insuficiente e, na maneira como é apresentada, enganadora. Por isso aqui se trata não de uma negação desta “verdade”, mas da necessidade de ela ser mais bem dimensionada e situada. Caso contrário esta “verdade” se desdobrará, como tem acontecido, em definições equivocadas relativas ao campo de estudo em apreço.

Isso porque de uma só pancada a afirmação segundo a qual “a classe operária das primeiras décadas republicanas era analfabeta” apazigua os estudos contemporâneos quando confrontados com a vigorosa imprensa operária e anarquista da época. Apaziguados e aquietados, os pesquisadores descartam em bloco toda a produção intelectual e os indícios de sociabilidades outras, de teor libertário, instaurados nas associações dos trabalhadores anarquistas e registrados na sua imprensa.

com o pesquisador Jorge Silva publicaram um levantamento dos livros anarquistas publicados em língua portuguesa. Ver: GONÇALVES, Adelaide; SILVA, Jorge E. **A bibliografia libertária: o anarquismo em língua portuguesa**. São Paulo: Imaginário, 2001. A ideia de fenecimento do anarquismo no Brasil a partir da fundação do Partido Comunista Brasileiro no ano de 1922 é tese amplamente aceita entre os estudiosos do assunto. Em pesquisa muito bem fundamentada, Raquel de Azevedo se contrapõe a essas definições, afirmando a presença vigorosa do anarquismo até a inauguração do Estado Novo por Getúlio Vargas em 1937. Ver: AZEVEDO, Raquel de. **A Resistência Anarquista: uma questão de identidade (1927-1937)**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002.

Esse procedimento está repleto de contentamento consigo mesmo. Seguindo esse ritmo, o pesquisador só será capaz de enxergar beleza em sua própria imagem refletida no outro, tal qual acontece no mito de Narciso.¹⁰ Este “outro”, nesta perspectiva, só é considerado por sua maior ou menor capacidade de reproduzir a imagem do observador e não por suas peculiaridades. No geral, os estudos sobre o movimento, pensamento e experimentos instaurados pelos trabalhadores anarquistas sofrem o escrutínio de Narciso. Quando este falha ou é insuficiente, entra em cena o pedantismo de Procusto,¹¹ com seu leito ameaçador, violentando seus cativos, igualando-os forçadamente.

*

Para encaminhar o encerramento desta apresentação, gostaria de pontuar uma última ponderação. Trata-se do escopo conceitual do pensamento educacional anarquista, suporte ideológico às escolas e seus demais experimentos associativos. Como afirmado no início desta apresentação, os clássicos do anarquismo elaboraram reflexões sobre a relação envolvendo sociedade, educação e escola. Essas contribuições alimentaram as primeiras experiências educacionais implementadas pelo movimento operário internacional em fins do século XIX e inícios do XX.

A passagem entre esses dois séculos fora marcada no Brasil, dito de maneira sintética, pelo fim da escravidão negra, pela queda da monarquia e quase simultânea implantação da república, pela terceira onda migratória e formação de um movimento operário marcadamente fabril e urbano. Essa configuração social bastante instável e movediça acompanha processos de estabelecimento do estado-nação em outras localidades do globo.

[10]. Personagem da mitologia grega cuja beleza era inigualável. Não aceitou aos cortejos das ninfas e foi condenado pela deusa Nêmesis a apaixonar-se pelo próprio reflexo na lagoa Eco, nome da ninfa que se apaixonara por Narciso e fora por ele rejeitada. Ao se deparar com a própria imagem refletida na superfície do lago, Narciso fica extasiado de admiração e definha até morrer contemplando a si mesmo.

[11]. Na mitologia grega, Procusto era um salteador de estradas. Morava em uma caverna e, quando tomava de assalto algum transeunte, conduzia-o a sua moradia. Chegado lá, o prisioneiro era colocado em sua cama de ferro, no tamanho de Procusto. Quando a vítima era maior que a cama, Procusto quebrava-lhe as extremidades a fim de adequá-lo ao tamanho de seu leito. Se fosse menor, Procusto distendia seus membros até o tamanho exato da cama. Amputando ou esticando até quebrar ossos, Procusto forçava violentamente seus prisioneiros a se adequarem ao tamanho de seu leito.

O movimento operário tomava proporções consideráveis nos destinos da vida social desde a fundação, em Londres, da Associação Internacional dos Trabalhadores – AIT – no ano de 1864. Os seus congressos apontam para o significativo grau de organização, articulação e penetração das ideias operárias na sociedade, sobretudo nas suas camadas populares. A Comuna de Paris (1871) surge enquanto expressão evidente da difusão dos ideários socialistas na sociedade europeia e por outros países.

A educação constituiu tema importante discutido nos congressos da AIT. Nesta associação, formou-se comissão para discutir o assunto. A partir de então, algumas experiências com escolas foram realizadas no âmbito do movimento operário internacional. Na Espanha, o movimento operário possuía vigor e presença social marcante. Francisco Ferrer y Guardia (1859-1909) inaugurou a Escola Moderna de Barcelona em 1901, com tipografia e oficina próprias. A tipografia servia para edição de livros ausentes de dogmas religiosos e de preconceitos nacionalistas, sexistas, classistas ou outros. A oficina constituía campo de manipulação de materiais e experimentos pelos próprios alunos.

Ferrer, como ficou mais conhecido na imprensa operária mundial, publicara seu pensamento social e educacional no livro *La Escuela Moderna*.¹² Neste livro, define a educação praticada em sua escola como racional, integral, laica, neutra, extensiva a meninos e meninas de ambos os sexos e das diversas classes sociais: racional, por recusar dogmas teológicos no conhecimento da vida natural e social, estabelecendo a capacidade racional humana de exame e experimentação como meio mais seguro à consecução de novos conhecimentos; integral, por considerar em suas dinâmicas o conjunto das dimensões orgânica, mental e social da vida humana. Nessa direção, a educação deve promover a junção do trabalho manual com o intelectual, favorecendo novos referenciais, libertários, fraternos e igualitários para a convivência entre pessoas e coletividades. Isso de maneira a desonerar hierarquias e assimetrias sociais. Laica, por não incorporar a intervenção religiosa em seu interior; e neutra, por não aderir a qualquer escola política.

[12]. Ver: FERRER y GUARDIA, Francisco. *La escuela moderna*: enseñanza racionalista. Montevideo: Imprenta García, 1960.

Na Escola Moderna de Ferrer, exames e avaliações, castigos, prêmios, programas, títulos honoríficos, diplomas e certificados emprestando caráter distintivo a seus egressos, foram abolidos. Essas recusas eram partes constituintes das concepções e práticas educacionais da Escola Moderna, tendo orientado os professores e professoras aderentes de seu método no Brasil.

O aprisionamento de Ferrer, seguido do anúncio de seu fuzilamento pelo governo espanhol, provocou intensas manifestações de protestos no mundo operário. No Brasil, não foi por menos. As manifestações públicas de repúdio ao governo espanhol ofereceram a ocasião para difusão das ideias de Ferrer. Assim, fora divulgado entre os trabalhadores o pensamento educacional de Francisco Ferrer y Guardia. O segundo volume desta coletânea, em sua segunda parte, reúne artigos coletados na imprensa anarquista e operária em torno das comemorações do pensamento de Ferrer.

Pois bem! Os artigos deste primeiro volume são de trabalhadores envolvidos direta ou indiretamente com escolas, mas todos preocupados com a educação em suas diversas dimensões. Observando os artigos desta coletânea, fica evidente ser a EDUCAÇÃO ANARQUISTA alheia às perspectivas tecnicistas, conteudistas e pragmáticas. Esta característica é significativa e reveladora porque concebe a educação enquanto fenômeno multiprocessual, relacional, simultaneamente coletivo e afirmativo das autonomias das pessoalidades envolvidas. É uma educação libertária, implicando a desnaturalização da vida social. Significa também a ruína da hierarquia e, simultaneamente, das assimetrias sociais com o domínio e a exploração.

*

Umás poucas palavras finais sobre esta coletânea.

Muitas foram as experiências com escolas anarquistas no Brasil.¹³ Os realizadores eram trabalhadores atuantes em diversas associações proletárias. Mesmo possuindo um grupo de pessoas responsáveis por

[13]. Sobre este assunto, ver: MARTIN, Sebastian S. *La Escuela Moderna en Brasil (1909-1919)*. 1991. Tese (Doutorado) – Departamento de História da Educação e Educação Comparada da Faculdade de Filosofia e Ciências da Educação da Universidade Nacional de Educação a Distância, Madrid, Espanha, 1991.

sua continuidade, possuíam larga base social de apoio. Este particular constitui evidência do dinamismo eminentemente coletivo presente nos segmentos anarquistas do movimento operário. Essa característica constitui aspecto significativo a ser mais bem apreciado nos estudos do movimento. Esse suporte coletivo desafiava as adversidades levantadas através da repressão governamental e da oposição do clero e dos estratos das elites econômicas.

A título de registro e posterior ponderação mais detida – pois este tema merece ser mais aprofundado – havia uma gestão coletiva de recursos financeiros dos trabalhadores associados. A administração da economia operária tomava dinamismos de uma lógica distributiva, oposta à lógica acumulativa própria do sistema capitalista. Através desta outra economia, os trabalhadores anarquistas, e seus simpatizantes, realizaram congressos, fizeram escolas, publicaram seus jornais, revistas, livros e manifestos, praticaram solidariedade apoiando famílias quando do aprisionamento dos trabalhadores, entre outras iniciativas. Esse assunto, como dito, merece estudo sistemático.

Quanto aos autores e autoras dos artigos desta coletânea, pouco há de conhecido sobre a trajetória biográfica, atuante e intelectual de alguns dos signatários destes escritos (outro campo aberto para pesquisas). No entanto, é notório o envolvimento de todos com o movimento operário e anarquista. Alguns desses nomes, além das atividades nos sindicatos e outros espaços operários, estiveram envolvidos diretamente com a instauração de escolas anarquistas: Florentino de Carvalho, Adelino Tavares de Pinho, João de Camargo Penteado, Diogo Ramirez e Maria Lacerda de Moura dirigiram e ensinaram em diversas dessas escolas.

Afora alguns poucos nomes, como, por exemplo, Fábio Luz e José Oiticica, os demais são desconhecidos dos estudiosos da matéria. No entanto, algumas das assinaturas camufladas podem ser identificadas. Adelino Tavares de Pinho assina os artigos da seguinte forma: A. P., Pinho de Riga, Demócrito, P., Adelino de Pinho. Florentino de Carvalho já é pseudônimo. Trata-se de Primitivo Raymundo Soares. Tendo lançado mão deste recurso, assinou artigos na imprensa operária e anarquista com diversos pseudônimos. Nesta coletânea, G. de Mortillet me parece ser também sua pessoa.

Há que se considerar o significativo número de artigos sem assinatura. Mas se o conhecimento da autoria oferece elementos para um mais amplo conhecimento de certos aspectos do movimento operário e anarquista, a ausência desse indicativo não impede a reflexão sobre algumas de suas particularidades. Trata-se do dinamismo coletivo na elaboração deste pensamento. Esta peculiaridade indica formas educacionais não formais atravessando escola, sindicato, greves, congressos.

Tenho pesquisado a imprensa operária e anarquista já há um bom tempo. É uma pesquisa em andamento. Por isso, muito existe a ser conhecido. Jornais, revistas, resoluções de congressos operários, livros e outros escritos podem oferecer mais elementos ao conhecimento da sociedade brasileira e também do movimento operário. Tenho me empenhado em adentrar este campo vasto das experiências sociais no Brasil, notadamente em relação ao pensamento operário e aos experimentos libertários.

*

Os artigos estão dispostos em ordem cronológica abrangendo um período entre os anos 1907 e 1947. Foram retirados de cópias digitalizadas de jornais e revistas anarquistas. Esses documentos estão guardados em arquivos e bibliotecas públicas do eixo sul-sudeste brasileiro. Coletei as cópias digitalizadas de exemplares destes jornais e revistas, de onde retirei os artigos, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro; no Arquivo Edgard Leuenroth em Campinas, São Paulo; e no CEDEM da UNESP em São Paulo.

Francisco Estigarribia da Universidade Federal de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, me cedeu fotocópias do jornal *O Início*, a quem manifesto meus agradecimentos. Agradecido sou também a Aline Baghetti, por ter passado um artigo de Florentino de Carvalho (“38 – Em torno da educação”). Ela consultou o Arquivo Municipal de Bagé, encontrando o jornal *O Confessado*, no qual este importante artigo de Florentino de Carvalho fora publicado, apresentando análises decisivas sobre o tema educação e escola.

No processo de transcrição dos artigos, fiz alguns ajustes quanto ao português. Procurei interferir o mínimo nestes ajustes e correções. Em poucas vezes, completei a frase deixando a complementação entre

colchetes. Fiz uma tradução livre do francês para o português num dos artigos (“18 – Positivismo e anarquismo”), que está logo em seguida ao texto francês, em negrito e entre colchetes. Indico minhas notas de rodapé com uma N. do Org. (nota do organizador). Quando a nota está no próprio artigo, coloco-a com o registro de ser N. do A. (nota do autor) ou N. da R. (nota da redação).

Boa leitura!

01

*Spencerismo e Anarquia*¹⁴

• • • • •

UMA pedra, lançada no espaço, não seria por isso considerada um planeta ou um astro – seria, quando muito, um bólido. Mas imagine-se agora que essa pedra, que poderia não ser bem uma pedra, que poderia ser apenas um grão de areia, cresça, por graus imperceptíveis, até se tornar, por exemplo, do tamanho do Sol. Chega um momento em que se pode dizer dela, positivamente, que é um astro. O que não se pode dizer é o momento preciso em que o grão de areia passou a ser pedra, e o momento preciso em que a pedra passou a ser astro. Assim em uma infinidade de casos. Uma despesa de 1 real, por exemplo, ou de 20 réis pode não arruinar absolutamente um indivíduo. Essa despesa pode crescer ainda, dobrar, triplicar-se, aumentar constantemente, por parcelas muito pequenas, sem que, por largo espaço, deixe de poder ser feita sem constrangimento, sem sofrimento; em dado instante, porém, percebe-se que ela seria penosa. Qual o instante preciso ou, pelo menos, com aproximação de 100 réis em que isso passaria a acontecer? É o que não existe ou o que não se pode dizer. Numa tela branca que tivesse recebido uma aguada de Nankin que fosse desde o negro, esbatendo-se insensivelmente, até uma zona que não houvesse recebido tinta alguma, não se poderia dizer a linha precisa de separação das duas zonas. Em qualquer dos três casos, porém, pode-se delimitar uma zona dentro da qual estará necessariamente compreendido o momento, o valor, a linha que se deseja fixar. No primeiro caso, por exemplo, podiam ser escolhidos dois instantes tais que se poderia dizer, do primeiro: “Aqui ainda é pedra”; e do segundo: “Aqui já é um astro”. Assim nos outros casos.

[14]. ALMEIDA, M. Ribeiro de. **Floreal** – Publicação bimensal de crítica e literatura. Ano 01, n. 02. Rio de Janeiro, RJ: Tipografia da Revista dos Tribunais. p. 01-09. 25.10.1907.

Tratando-se da fixação das atribuições convenientes do Estado, essas imagens ocorrem naturalmente. Supondo a necessidade do Estado para dois ou três casos, o que eu suponho aqui expressamente, feito por um raciocínio semelhante ao de E. Faguet no seu *Socialisme em 1907*, supondo mais, de uma maneira semelhante, estabelecido o erro do socialismo, quando se trata de fixar entre esses dois extremos – a anarquia e o socialismo – a zona conveniente de ação do Estado, se está diante de um caso como os enunciados acima. Indo da anarquia para o socialismo, não se pode fixar o instante preciso em que a ação do Estado, demonstradamente necessária nos dois ou três casos supostos, fosse passar a ser má. Aqui como lá, o que se pode fazer é fixar dois limites dentro dos quais é preciso manter a ação do Estado.

Esses limites serão então provisórios. Com o tempo, com a aquisição de novos conhecimentos, com o progresso científico, naturalmente, aos poucos, defeitos e erros antes pouco perceptíveis, ir-se-ão tornando evidentes. E a ação do Estado poderá ser delimitada teoricamente, com rigor crescente, tal e qual como nos casos acima, no caso da tela, por exemplo, o aperfeiçoamento dos processos de observação, da própria visão humana, determinariam a aproximação progressiva das linhas limites.

No *Indivíduo contra o Estado*, estudando as consequências afastadas e próximas de atos de governo, no artigo intitulado – “A escravidão futura” – Spencer chega a formular a ideia fundamental a ter em vista na escolha desses limites, no exame das extensões do Estado, no julgamento das maneiras de resolver os problemas que se trata de afetar ou não a intervenção administrativa:

A questão primordial para o homem político deveria ser sempre: que tipo de estrutura social eu tendo a produzir?

E é este o ponto a que eu queria chegar. Lançando mão desse critério e do raciocínio feito para estabelecê-lo, poder-se-ia, se é que isso não foi feito ainda, atacar Spencer com um êxito aparente. Spencer, tendo dito que, em toda espécie de sociedade, cada espécie de estrutura tende a se propagar, poderia alguém raciocinar do seguinte modo:

Se isso é verdade, se, portanto, toda e qualquer intervenção do Estado tende a se propagar por esse modo, o único meio

de impedir que o Estado invada tudo e que se chegue ao socialismo é reduzir o Estado a zero. O critério primordial de Spencer anula, portanto, o Estado, e ou Spencer é contraditório ou ele é anarquista.

É esse, conquanto errado, o ataque melhor que, nesse sentido, pode ser feito ao spencerismo como doutrina política. É a ele que eu tenho em vista particularmente responder, conquanto tratando a questão de uma maneira geral.

Na extensão ou na retração das intervenções do Estado, há uma certa posição que goza de propriedades particulares. Essa posição, que para facilidade de exposição eu chamarei de posição média, é a que tem lugar quando a ação do Estado se limita à manutenção da ordem, à defesa externa, à distribuição da justiça, a certas questões de higiene e de segurança, à certa intervenção nos trabalhos públicos – tudo isso considerando em qualidade e não em quantidade.

Relativamente a essa como a qualquer outra posição dessa natureza, na posição média, notam-se duas ordens de forças: uma tendente a efetuar o afastamento num ou noutro sentido, tendendo a estender ou a restringir as atribuições que o Estado tem então; outra tendendo a impedir ou a desfazer esses deslocamentos – eu chamarei centrífugas as primeiras, centrípetas as segundas. O que há de especial na posição média a esse respeito é a precisão particular com que essas forças então atuam. Assim, no momento atual, salvo condições particulares e de muito pequena duração, seria impossível tornar menor do que ela é aí, a intervenção do Estado. Pode-se bem imaginar o que seria a reação contra uma tentativa dessa ordem – a eliminação do policiamento ou coisa semelhante – que conduzisse a uma posição inferior à posição média. A ação aí é simples e precisa tanto quanto se pode desejar. As noções a respeito são bastante gerais, o raciocínio bastante elementar para constituírem uma força centrípeta garantidora, nesse sentido, da estabilidade da posição média.

No sentido da extensão das atribuições do Estado, já os fatos não se passam assim. Compreende-se que exista, desde logo, força centrípeta – decorrente, pelo menos, de interesses em jogo; mas essa força seria muito pequena no começo do deslocamento, ou pelo estado atual de instrução, ou porque na realidade não haja erro ainda, ou pelos dois motivos. Em

todo o caso, à medida que se caminha nessa direção, dentro de algum tempo chegam-se a posições conhecidamente de erro. Posições tais que, se a maior parte não lhes vê a falha, esta foi vista e mostrada por alguns indivíduos. E se continua o movimento e se vai progressivamente estendendo a intervenção do Estado, aos poucos os erros vão sendo mais bem percebidos e a força decorrente disso, força centrípeta, vai-se fazendo maior e atuando cada vez mais intensa e mais palpável. E como esse raciocínio relativo a convicções, pode ser feito, correspondentemente, em relação aos interesses e nas duas direções, pode-se dizer que a ação centrípeta cresce com o afastamento num ou noutro sentido da posição média.

A ação das forças centrífugas é menos precisa, menos fácil de perceber, sobretudo quanto à variação das convicções. Vê-se bem, dada a maneira de pensar atual, que na posição média se apelaria de boa vontade para o Estado diante de muita dificuldade; que se teria fé no seu poder; que se acreditaria facilmente na eficácia da extensão de suas intervenções. Quando, nas condições atuais em que o Estado intervém muito, sendo fácil a compreensão de certos erros, se espera ainda tanto dele, e é ainda tão exagerada a ideia que geralmente se faz do seu poder, compreende-se bem o que não seria isso quando os erros a cometer, se os houvesse, fossem muitos pequenos. Vê-se bem que aí a força centrífuga é bastante superior, nas condições atuais, à força centrípeta. Isso se vê bem. Mas a partir desse ponto, à medida que o Estado vai intervindo cada vez mais, como variam as condições a esse respeito? O spencerismo e o socialismo farão, nesse sentido, progressos paralelos? Aumentarão os adeptos do socialismo, a sua fé se irá tornando cada vez mais viva? Esses elementos crescerão para diminuir quando se tornarem muito grandes os erros? Ou a variação será irregular havendo sucessivamente e em graus diversos, crescimentos e desfalecimentos? Não se pode dizer.

O mesmo não se dá, porém, com a parte relativa ao interesse, podendo-se aí prever e conhecer a variação com precisão relativa. À medida que se vai tornando maior a intervenção, cresce necessariamente o grupo encarregado de torná-la efetiva. Aumentam-se os cargos públicos, são feitas nomeações, e um número cada vez maior de indivíduos passa assim a fazer sob as ordens do Estado, trabalho de governo. Além desses indivíduos, há muitos outros a quem as medidas dessa natureza aproveitam ainda. Seja uma proteção alfandegária, em que se visa diretamente a

um objetivo de desenvolvimento industrial, seja uma medida de espírito muito diferente, como uma exigência higiênica, isso sempre se dá. Toda essa gente tem interesse na intervenção feita e vai agir, quando mais não seja, no sentido de manter a situação – como um dente de encliquetagem. É essa a primeira consequência: a resistência a voltar para trás; depois há outra – a tendência a ir para diante, ao crescimento, à extensão da intervenção. Imaginemos, por exemplo, o caso de uma medida protecionista. Imaginemos que, com o intuito de desenvolver uma determinada indústria, são criados impostos alfandegários bastante fortes para garantirem os produtos nacionais dessa espécie de concorrência estrangeira. Necessariamente essa indústria há de se desenvolver. Tratando-se de um bom emprego de capital, o capital afluirá para ela. Virá então a concorrência interna e, salvo circunstâncias particulares, um abaixamento de preços. Desde logo, acostumados a maiores lucros, os industriais procurarão ou desejarão, em grande parte, obter um acréscimo de proteção. E forma-se assim uma força centrífuga que tende a crescer à proporção que os preços baixam e vão permitindo a concorrência estrangeira.

Como esse caso, semelhantemente ao que se dá aqui, passam-se as coisas em um sem número de outros casos. E junte-se a isso o interesse que possam ter em novas intervenções os que não foram contemplados pelas existentes; junte-se a ação de umas intervenções sobre outras, de diminuição recíproca de vantagens; que com o número dos interessados cresce a capacidade de resistir e o poder de ir para diante; a eficácia dos precedentes; a dependência entre governantes e governados; e se terá ideia do que é essa força centrífuga proveniente de interesses em jogo e de como ela, pelo menos durante um largo espaço, cresce quando se caminha para o socialismo.

Assim se conhece até certo ponto a variação dessa parte da força centrífuga; mas quanto à variação total, continuamos reduzidos a hipóteses e a probabilidades tal e qual como na parte relativa às convicções e justamente por causa disso. A força centrífuga total que nós vimos ser, na posição média e para o estado atual de cultura, muito maior que as resistências que ela poderia encontrar então, essa força centrífuga total virá a ser algum dia, em alguma posição, menor que a força centrípeta correspondente – ou porque a primeira decresça ou porque cresça menos rapidamente que a segunda? Será sempre maior? Em todo caso, seja qual

for a suposição verdadeira, todas as hipóteses a fazer caem forçosamente dentro de uma das duas seguintes: ou haverá posição de equilíbrio antes do socialismo ou ir-se-á até lá.

No número do *Mercur de France* de janeiro de 1904, por ocasião da morte de Spencer, vem publicada a carta seguinte dirigida por este em outubro de 1902 ao Sr. Daveney, creio que do *Figaro*:

Senhor, – Não desci desde quarta-feira, as desordens nervosas de que sofria tendo-se agravado pela minha breve conversa convoco.

É evidente que eu não devo agravar ainda o meu estado por uma nova entrevista.

As opiniões que exprimi aqui diante de vós e que tendes a liberdade de publicar são resumidamente estas:

1º. O socialismo triunfará inevitavelmente apesar de todas as oposições.

2º. Seu estabelecimento será o maior desastre que o mundo terá jamais conhecido.

3º. Cedo ou tarde, terminará por um despotismo militar.

Sinceramente vosso. – *Herbert Spencer*.

Pelo que eu disse acima, vê-se bem que eu não aceito essa afirmação de Spencer: do advento inevitável do socialismo. Isso não pode importar, contudo, de maneira alguma, na diminuição, a sério, da sua obra.

Com efeito: que é que poderia ser derrubado por isso? Os seus *Primeiros Princípios*? A sua *Biologia*? A sua *Sociologia*? Spencer pode ter errado e, segundo eu penso, errou mais de uma vez, mesmo no corpo da sua obra, mesmo no seu trabalho fundamental – nos *Primeiros Princípios* – no ponto em que, por exemplo, ele combate o ceticismo filosófico. Mas o que ele demonstrou – e é muito – o que ele construiu – e é extraordinário – o que ele edificou, não perderia nada do seu valor embora ele tivesse abjurado, ao morrer, de tudo o que dissera, de tudo o que pensara, e tivesse deixado em testamento, com firma reconhecida, uma declaração completa nesse sentido. Em todo caso, seja como for, aqui, para o problema em questão, isso não importa absolutamente, uma vez que é essa – a do advento do socialismo – uma das hipóteses formuladas.

E a conclusão agora é fácil. No raciocínio sobre as duas ordens de forças em presença, está implicitamente contido o critério do tipo de estrutura formulado por Spencer e que nada mais é do que a avaliação de uma parte da força centrífuga e a afirmação, como hipótese, de um prolongamento com boas probabilidades a seu favor. Dessa maneira, é bastante que as premissas estabelecidas acima não conduzam à anarquia para ficarem afastadas ao mesmo tempo as duas alternativas da objeção imaginada.

E, com efeito: porque se deveria pregar a anarquia? Para criar embaraço à tendência centrífuga? É essa a objeção suposta. Mas justamente o raciocínio a fazer aceitar então muito mais facilmente realizaria a estabilidade desejada na posição média e nas posições próximas. Seriam aproveitadas então as vantagens do Estado sem os perigos da expansão socialista. E desde que isso é mais fácil de obter e que o inconveniente apontado na existência em qualquer grau do Estado é assim afastado, a objeção cai.

É claro que o ensino e a propaganda spencerista não podem considerar como certa a vitória, mesmo dentro do desenvolvimento normal. Talvez nunca se chegue a estabelecer um regime que satisfaça, mesmo com larga aproximação, a doutrina de Spencer. Em todo caso, há probabilidades. Assim na hipótese, por exemplo, de existir antes do socialismo uma posição de equilíbrio entre as forças centrífugas e as forças centrípetas, parece-me provável que se dê, em função do tempo, o crescimento da força centrípeta, o decrescimento progressivo da força centrífuga e o recuo gradual da posição do equilíbrio. Semelhantemente mesmo na segunda hipótese, na do estabelecimento futuro do regime socialista. E talvez que então esse movimento de recuo nos leve até a posição média, talvez mesmo mais longe, no sentido da anarquia. Não se pode demonstrar, com efeito, que seja impossível que, em uma época futura, o desenvolvimento e a generalização das noções de higiene e de salubridade, o desenvolvimento de certa ordem de sentimentos dispensem, a esse respeito, qualquer intervenção do Estado. Mas não é impossível também a hipótese contrária. Não é impossível que isso nunca se dê e que se fique sensivelmente aquém da posição média, porque, em último caso, mesmo suposto indefinido, o progresso pode não ir além de certo valor.

Nessas diversas épocas, o spencerismo pregaria a limitação do Estado sem nunca pregar a anarquia, como vimos. E mais ainda. Um dos elementos determinantes do movimento no sentido do regime socialista é a suposta identidade entre certas medidas já adotadas e outras que se trate de tornar efetivas. Desde logo, quanto menor é a cultura geral tanto maior é a facilidade de certas expansões pela dificuldade de percepção de distinções relativamente delicadas. A maneira de ver spencerista tenderia então a impedir a realização dos primeiros pelo receio de vê-las seguidas pelas segundas e da criação de um surto socialista. Daí em certa época, a possibilidade de o spencerismo permitir intervenções que não permitiria em épocas anteriores. E daí, finalmente, esta conclusão particularmente contrária a qualquer ideia da diminuição gradativa do Estado até a sua anulação final: a zona de ação do Estado, delimitada pela compreensão spencerista, pode assim aumentar, dentro de certos limites, dadas certas circunstâncias, com o tempo – tendo sido A em uma dada ocasião, ela pode ser, em uma época futura, A mais qualquer coisa.

02

A educação negativa

*Ideias gerais*¹⁵

• • • • •

O ESPETÁCULO DESGOSTANTE DA VIDA MODERNA, O ASPECTO IRREGULAR e inquietador da sociedade em que a fortuna ou o infortúnio nos mantêm, fazem com que se pergunte: será este o fruto lógico e legítimo da educação positiva que se ministra à mocidade contemporânea?

Eu o creio. À força de nos ensinarem a viver, matam-nos. Fazem de nós como dos animais amestrados, cães e ursos sábios, deslocados do meio natural e postos ao suicídio lento para a hilaridade das multidões.

Educar é desvirtuar; toda a educação, por consequência, age como os artifícios, os instrumentos, os processos de transformação de um objeto em outro, de um ser em sujeito diverso, de uma forma em forma divergente. Os bens ou os males da educação são de tal modo confundidos uns com outros que é impossível dizer claramente onde uma educação trouxe um proveito, onde ela trouxe um desastre.

A análise de todos os atos de nossa vida, executados, não de acordo com os instintos, mas consoantes ao modelo dado na educação, e a análise e a crítica da nossa vida social são, nesse ponto, extremamente fecundas. Nós nada sabemos, nós não temos o menor vislumbre de consciência para qualquer distinção entre os proveitos colhidos pela nossa educação e as perdas que dela nos resultam.

[15]. RIBEIRO FILHO, Domingos. *Floreal* – Publicação bimensal de crítica e literatura. Ano 01, n. 03. Rio de Janeiro, RJ: Tipografia da Revista dos Tribunais. p. 18-22. 12.11.1907.

Entretanto, como recurso de graça, a ilusão milita em nosso favor e, na maioria dos casos, asseguramos ingenuamente que vamos bem e que somos felizes. Quer isso dizer: qualquer que haja sido a nossa educação, os atos de nossa vida se cumprem pelo melhor, ou, se estamos em estado de pessimismo, tudo nos vai mal. Nenhuma revolta, porém, contra a educação surge do desgosto de viver de acordo com os modelos impostos. Demais, na própria educação que se nos ministra, e que não passa de um *Chernowits* moral e elegante, com fórmulas e receitas para as abstrações da vida, há um princípio altamente positivo para agir como escudo e máscara no convívio das gentes, e vem a ser este aforismo maquiavélico: “A ninguém confesses tua fraqueza”. Resulta daí que tudo quanto confessamos deve ser forçosamente o inverso daquilo que não confessamos; a verdade sobre os fatos está com o segredo, e o segredo é a miséria, a vergonha, a ruína, a gangrena. Sobretudo, uma vez que semelhante aforismo é do uso e da consciência de cada um, todos nós já guardamos contra o próximo uma dúvida segura deprimindo e invertendo todas as afirmações otimistas que ostentamos no *train-train* da vida.

Apesar, portanto, de nos sabermos falsos, nós nos acreditamos verdadeiros, tal é a força aniquiladora da nossa inverossímil educação.

Digredindo assim sobre um caso pitoresco do moral humano, já suficientemente discutido, eu guardo uma certa benevolência contra esses princípios que, sendo indiferentes para os fins particulares a que se destinavam, são fecundos para os fins superiores visados por uma nobre rebeldia contra a vida atual.

Quero dizer que, à imagem desta parte modelar da educação social, o todo da educação humana é uma boa farsa, um ilusionismo, uma *jonglerie*¹⁶ que divertem um momento, uma vida inteira mesmo, mas que desgostam ao fim, que irritam, que envenenam.

Semelhante educação que nos torna anormais, artificiosos e articulados é chamada de caráter positivo.

Se for positivista, e nos ensina o inútil, nos subjuga ao efêmero e nos desgarrar no superficial, a educação moderna dá lugar a que pensemos, como remédio a um mal desgostante, em outra educação, na *educação negativa*, cujos frutos é possível avaliar desde já.

Não é só ministrando aos educandos uma série negativa de princípios em contrário aos que formam o corpo de doutrina atual que se terá feito a obra máxima da educação negativa. O contrário das coisas que nos ensinam pouco nos ensinará. Às deformações da educação positiva, juntar-se-iam às da negação, feitas em sentido contrário, por forças opostas que acabariam aniquilando ou reduzindo a uma massa informe o sujeito sobre que agissem.

A educação negativa deve ter uma sanção prática nas formas e nos recursos em que a educação positiva haja falhado, e embora essas falhas sejam quase totais, o sistema não deve substituir radicalmente o outro, para não falhar igualmente.

Eu digo, por exemplo, educando à moda positiva: *Tem ambições e sê forte*; na forma negativa eu direi: *Tem ambições, mas as limita à educação pura e simples dos teus sentidos; sê forte, mas tanto quanto baste para realizar os teus desejos*.

Há aí uma objeção grave: os teus sentidos, sendo imperfeitos, as tuas ambições serão desmarcadas; os teus desejos, sendo anormais, a tua força será monstruosa.

Sim. Àqueles que me objetassem semelhantemente, eu diria que os sentidos são a parte da natureza que a educação tem, até hoje, tentado aniquilar, e que só por essa deformação sinistra é que eles são irregulares, vesgos, *gauches*, claudicantes. Toda a educação que comprime os sentidos é falsa e odiosa; e, se é positiva aquela que os anula, a negativa tenderá a cultivá-los e restabelecê-los no nível regular e compatível com a vida em si.

Os desejos, manifestações desses sentidos, são a vida por excelência, e falar neles é abranger o ciclo de toda a existência animal. O mesmo raciocínio anterior se aplica à objeção sobre a educação negativa dos desejos.

Ainda outro exemplo de pequena monta: na educação atual, desde a cultura científica até à dos deveres do homem no seu foro íntimo, somos preparados para uma quimera ou muitas quimeras que se chamam: o Bem, a Justiça, a Igualdade, o Amor.

Ainda que a vida nos desmintas asperamente esses princípios, acreditamos na sua validade, porque a educação positiva repousa sobre eles ou os mantém como mediadores da batalha implacável pela existência. Pois

[16]. Nota do Org.: Malabarismo.

bem; na educação negativa, dir-se-á simplesmente: “Não há bem nem mal, justiça ou injustiça, igualdade ou desigualdade, amor nem ódio”.

Um espírito forrado dessa negação tem as mais sólidas garantias contra as comédias que se representam, os quipróquos, os *mal-entendidos* nascidos daquelas quimeras; por isso que os fatos, que elas implicam, se demonstram negativamente por inversão. Uma vez, portanto, que o educador assevera haver um bem, ele pressupõe o mal no avesso, o ódio nos antípodas do amor, a injustiça no reverso da justiça.

Se até hoje todos os esforços dos espíritos apaixonados não conseguiram provar, nem definir, nem isolar o bem, o amor, a justiça, a igualdade, é provavelmente que, como a quadratura do círculo, essas coisas não serão jamais isoladas nem perceptíveis. Afirmá-las é incidir em um erro banal, ridículo e estéril. Na educação negativa, far-se-ia a ablação delas, sem tentar substituí-las.

Sobre o bem, que é afinal uma ideia ancestral, poder-se-ia dizer: “O bem é a vida, quaisquer que sejam seus males; e o mal é a morte, ou antes: a não-vida”. Sobre o amor, seria ele reduzido à sexualidade; o ódio será a indiferença, o não-amor. E assim tudo o mais.

Em relação ao caráter, uma das pedras angulares de quanto monumento grotesco se há elevado sobre o espírito humano, a educação negativa quebraria todos os modelos existentes e diria que o caráter é uma resultante, uma função desprezível de ser moral cuja existência é um mito e que é insusceptível de cultura, como o perfume, por exemplo. Qual o hortelão que cultivaria o sabor das hortaliças e não as hortaliças?

03

*Pela Educação e pelo Trabalho*¹⁷

• • • • •

Senhoras e Senhores:

COMO PROFESSOR DA ESCOLA SOCIAL, CUMPRE-ME, HOJE, O DEVER DE falar-vos sobre assuntos que se relacionam com a instrução e a educação das crianças.

Ser-me-ia mais agradável exprimir-vos oralmente aquilo que ao papel transmite. Porém a arte da palavra é verdadeiramente a arte por excelência e, para se fazer uso dela, é preciso cultivá-la como se cultivam coisas de menor importância. O falar em público é também uma questão de hábito, de costume e de tendência. Mas, como tenho bastante dificuldade em coordenar, falando, os conceitos que tento exprimir, alinharei no papel estes quatro juízos que seguem e para os quais chamo a vossa atenção.

Estamos em época de férias. Estamos em época de encerramento escolar e estamos mais que tudo em ocasião de exames.

Muitos de vós tereis perguntado a razão de não termos nós realizado os exames a exemplo do que se faz por todas essas outras escolas. Sim; não se realiza aqui exames, pela muito simples razão de que os consideramos um absurdo. Os exames são um atentado à verdadeira instrução. Todos vós deveis conhecer pessoas que, apesar dos seus atestados e diplomas de exames de ouros que frequentaram, não passam de uns ver-

[17]. PINHO, Adelino de. **CONFERÊNCIA** lida na Liga Operária de Campinas. Porto: Tipografia Peninsular. 13.12.1908.

dadeiros ineptos, incapazes e inexperientes. Já vedes, pois, que o fato de ter feito exames nada prova sobre a competência de qualquer indivíduo.

O saber não implica, de maneira nenhuma, uma tabuleta para o assoalhar, o apregoar, o publicar. Além do que, há muitas coisas que depõem contra os exames e os diplomas. Em muitos casos, pode o que sabe menos ser o privilegiado em detrimento de quem estava mais adiantado. E isso se dá frequentemente, já por questões de favoritismo, de compadrio ou de política; já por questões que se prendem com o temperamento das crianças.

Uma criança acanhada, tímida, que facilmente se deixe impressionar, que facilmente se deixa tomar do medo quando pessoas que, às vezes, nunca viu lhe façam certas perguntas, ainda que saiba, nada poderá responder. Outras que saibam manter presença de espírito, que sejam um pouco mais audazes, que saibam de memória mais regras do compêndio, triunfarão em detrimento daquelas que incontestavelmente eram mais aptas.

O diploma, como toda a espécie de prêmios, é contrário, é prejudicial, é daninho, atentatório às regras da pedagogia moderna. São coisas que só servem para tornar as crianças vaidosas, pedantes, – aquelas que o obtêm. As outras, as menos hábeis, as menos aptas para o ensino que lhes dão, são lançadas para o lado e perseguidas com chicotes e epítetos de todas as espécies e feitiços. Numa família onde haja mais que um irmão, o que consegue passar é um prodígio, é o menino bonito de casa, torna-se alvo de todas as atenções, de todos os respeitos e de todas as considerações. O infeliz que, por qualquer motivo estranho à sua vontade, ficou reprovado é desprezado, vilipendiado, abandonado. Dirigem-lhe insultos e doestos de toda sorte: que não é estudioso, que não quer aprender, que é mal aplicado, enfim que é um preguiçoso. Condenam-no inexoravelmente. Um cúmulo! Quantas vezes o estudante brioso, indignado ou desesperado perde a cabeça e mata o algoz reprovador injusto – ou recorre ao suicídio!

Ora isso é uma injustiça que precisa sanar-se. Se há razão para ser cuidadoso e atencioso, é para com aqueles que têm menos probabilidades de êxito. Aqueles que têm mais agudeza de espírito e inteligência, mais facilidade em aprender, em assimilar o que se lhes ensina e o que os livros contêm devem contentar-se, satisfazer-se com o prêmio com que a

natureza os dotou, com as qualidades que a natureza lhes concedeu, que é o acharem-se mais armados para a luta pela vida e terem mais motivos para vencer, mais elementos para prosseguir.

Se alguém nos deve merecer cuidados especiais, desvelos e carinhos, são aqueles que se nos apresentam mais débeis, mais fracos, pouco resistentes. Esses sim precisam duma mão forte que os ampare, dum mentor inteligente e consciente que os dirija. E isso simplesmente porque a criança não tem culpa de ser fraca ou forte, sã ou doente, alegre ou triste, audaz ou tímida, obtusa ou inteligente.

A criança é aquilo que as condições físicas e morais dos progenitores, sobretudo, fizeram delas. A criança não se fez a si mesma. Aquilo que é não o é por vontade própria: é forçada por circunstâncias estranhas à sua vontade, ao seu conhecimento. Logo, como conclusão, as crianças devem-nos merecer todo o respeito, toda a simpatia, todo o amor. Se há motivos para sermos mais atenciosos com alguém, deve ser com os doentes, com os menos aptos. Para estados anormais, é lógico que se redobre de desvelos e de cuidados.

Os fortes não precisam de outra vantagem que aquela que possuem de serem dotados de boas qualidades.

É esse o melhor prêmio que se pode possuir, ao qual se deve aspirar pelo aperfeiçoamento das gerações.

Mas como se dar, em parte, remédio a isso? Muito fácil: suprimir exames e prêmios¹⁸. Com a sua supressão, evitar-se-ia uma enorme multidão de desgostos e decepções. Mas há mais ainda e que bem mostra quanto há de absurdo e disparatado com o tal sistema de exames. Marcam-se um prazo determinado para o estudo de certas e dadas matérias, com programas determinados e determinados regulamentos; e isso para toda a espécie de crianças... Têm de serem todos ensinados do mesmo modo, com as mesmas frases, com a mesma pose e nas mesmas circunstâncias. Ora isto de marcar um prazo para o estudo de dadas matérias é

[18]. **Nota do Autor:** Não somente em instrução primária de qualquer grau, mas também na secundária, especial e superior. Os diplomas nem sempre exprimem a verdade; além disso, exigem-se geralmente e com razão provas públicas aos diplomados quando candidatos à magistratura, ao professorado das escolas e universidades, à burocracia em geral, e até mesmo às colações canônicas ou eclesiásticas, – curatos, abadiatos, etc. Logo o exame, o diploma, é um luxo supérfluo, inútil, vão. Siga o estudante livremente o curso da sua paixão; seja assíduo estudioso, e virá depois a ser forte na sua especialidade, podendo facilmente competir na vida prática.

inconcebível! Até aquela barreira chega-se, mais não se pode transpô-la e os que não chegarem, ai deles! Mas por que é que os mais bem dotados, aqueles que têm mais capacidade, não hão de ir até onde possam, e não hão de ter os outros um maior período de tempo para aprenderem?! Se passar, passou; se não passar, perde depois um longo ano repetindo em parte o que já sabia, com o que se aborrece e desanima.

Depois fiquem certos duma coisa. Entre crianças regularmente constituídas, sadias, equilibradas, não há grande superioridade entre elas. É verdade que umas mostram mais aptidão na leitura, outras na escrita, outras nas operações aritméticas, outras têm mais tendência para o desenho. Mas nisso está a razão do equilíbrio. Há diversidade de tendências, simplesmente. Há, então, outras crianças que, talvez por uma questão de hereditariedade ou desarranjos orgânicos, levam muito mais tempo em aprender qualquer coisa. Mas é para estas que deve convergir toda a soma de afabilidade capaz de corrigir em parte os defeitos orgânicos de que estão possuídas.

Mas retorquir-me-ão: o diploma dá vantagem, oferece probabilidades de se poder alcançar um emprego, de se poder deixar o trabalho manual, a oficina, a fábrica e viver com menos esforço, com mais conforto, mais bem acomodado.

Sim, o diploma é a condição para concorrer a tudo isso. Mas os trabalhadores devem cogitar em não fazer de seus filhos burocratas. Os trabalhadores devem esforçar-se sim, mas em fazer de seus filhos uns bons trabalhadores manuais, bem hábeis nos seus misteres, bem aptos nos seus ofícios, capazes de viver trabalhando e lutando.

O reino dos diplomados é o reino dos acomodados.

Só os trabalhadores podem ter independência bastante, no meio corrupto que nos envolve. Neste chiqueiro moral que nos rodeia, em que se vende consciência, dignidade, pundonor, e em que não há vergonha, nem escrúpulos, nem pejo – só no trabalhador, só o operário digno deste nome resiste incólume e imperturbável a essa onda de corrupção, de podridão que tudo tenta avassalar, deturpando caracteres, pervertendo costumes, destruindo qualidades.

Quando se faz leitão da consciência, quando todo mundo escraviza cérebro, coração e sentimento ao seu superior hierárquico, ao seu chefe político, ao deputado, ao ministro, com receio de perder o lugar, o em-

prego – o operário digno e altivo, o operário que conhece o papel que lhe compete desempenhar, conserva-se, ele só, alheio e estranho a todas essas questiúnculas que os malsines, os sevandijas do comércio, das finanças e da governança provocam entre si com o fim de fazer desviar-se o operariado do caminho que o há de levar, pelo sucessivo aperfeiçoamento, ao progresso, à civilização do amor, à solidariedade, à paz e à justiça.

O operário com um cérebro para pensar, um coração para sentir, um braço para empurrar a ferramenta é a única unidade de valor moral que se impõe, que se faz respeitar neste pântano em que vegetamos.

O seu braço, auxiliado pela sua inteligência, remove todos os obstáculos; rasga canais, perfura túneis, aplanamontanhas, cava lagos, sulca o oceano. E tudo isso sem diploma!

Mas só ele sabe ficar indiferente, só ele se sabe arredar dos bastidores da política¹⁹ de campanário onde se fabricam toda sorte de encargos e de opressões que o hão de esmagar, sem contudo perder de vista as causas que originam os males que nos rodeiam, para atacá-las nas suas raízes sempre que a ocasião se ofereça.

Por todas essas razões, devemos fazer de nossos filhos, antes de tudo, bons trabalhadores, aptos, hábeis, ágeis, capazes; desenvolver neles o gosto pelo estudo, pelas boas leituras; o desejo de saber, de aprender, de estudar, de pensar, de raciocinar para que possam seguir as nossas pegadas e continuar a obra que nós iniciamos, que sustentamos e a que aspiramos. E isso somente o podem fazer trabalhadores que vivam a vida de trabalhador, que sofram como o trabalhador em contato com os trabalhadores, que tenham as ânsias, os desejos, as tendências, as aspirações dos trabalhadores. O ver não basta; é preciso senti-lo. É preciso viver-se a vida de trabalhador com todas as suas misérias, as suas angústias, os seus esforços, os seus sonhos, os seus tormentos, as suas alegrias e as suas tristezas, para se saber, para se compreender, para se avaliar a tragédia prometeica, ashavérica que os despossuídos da fortuna escrevem com seu próprio sangue, com o suor do seu rosto, com as angústias das suas aspirações insatisfeitas.

[19]. **Nota do Autor:** Infelizmente há na Europa uma raça de caudilhos intrujões de infrene ambição, que mistificam, burlam muitos trabalhadores, atolando-os no tremedal da social-democracia, por nosso mal.

Evitemos que nossos filhos se tornem parasitas da colmeia social, inimigos, hoje, dos seus irmãos de ontem. O trabalho mais nobre, mais dignificante é aquele que presta, direta e imediatamente, auxílios à coletividade. O lavrador, o cultivador, o padeiro, o pedreiro, o carpinteiro, o mecânico, são muito mais úteis à coletividade que todos os bacharéis reunidos, fabricantes de leis, forjadores de peias para a vida do pensamento, da ação, da liberdade.

Sejamos ativos e estudiosos; aprendamos tudo quanto esteja ao nosso alcance, tudo quanto proporcione prazer moral ou intelectual, tudo que nos dê gosto, satisfação em aprender, em saber, em coordenar, mas sem preocupações de tabuleta, sem vaidade, sem ostentação, sem petulância. Aprendamos para ensinar, mas sobretudo para ensinar nossos filhos.

Talvez vos admireis de que eu faça a apologia do trabalho manual, hoje, quando o trabalho é considerado como um estigma, como uma condenação aviltante para aquele que o exerce. Sim: o trabalho, como atualmente está organizado, é um verdadeiro estigma, uma verdadeira condenação. Mas não se segue por isso que se condene o trabalho.

O trabalho! Só ele é grande, só ele é fecundo. Foi pelo trabalho que o homem atingiu este desenvolvimento do progresso; pois tem uma cabeça para conhecer e braços para executar e mãos conformadas de maneira a amoldar a matéria, conforme o seu gosto, a sua vontade, a sua imaginação.

O trabalho é uma fonte perene, inexaurível de vida. É pelo trabalho que se arranca à natureza toda uma série de elementos; é pelo trabalho que se extrai a hulha do fundo das minas para nos aquecermos, para cozinarmos os nossos alimentos, para nos transportarmos para qualquer ponto do globo. Ele é a mola propulsora de todo o progresso, de toda a civilização, de toda a felicidade.

O trabalho é a verdadeira condição, o verdadeiro destino do homem. É a saúde, é o bem-estar, é a moralidade, é a felicidade, é a vida feliz.

O trabalho fortifica o corpo, mantém a saúde, prolonga a vida e faz parecer o tempo curto: o trabalho está na ordem da natureza.

É pelo trabalho que o homem doma as forças cegas da natureza e se garante da miséria. O ocioso que se aproveita do trabalho dos outros sem nada produzir não é senão um parasita.

E é este o ponto aonde quero chegar. Naturalmente, já viram que o trabalho está na ordem das coisas, faz parte do patrimônio da humanidade. O que se necessita é que o trabalho seja regularizado de maneira a constituir um entretenimento, uma espécie de passatempo, de ginástica, de exercício físico. É necessário que todos trabalhem, que deixem uns de se esfalfarem, de se definharem, de se torturarem para que os parasitas, para que os que nada produzem, para que os que nunca souberam o que era o trabalho se locupletem, engordem, cevem, refestelando-se.

É preciso ver no trabalho o seu lado útil e necessário.

Como atualmente se acha organizado o trabalho, constituindo as oficinas umas verdadeiras prisões, sem luz, sem ar, sem as condições higiênicas necessárias; trabalhando-se horas excessivas, violentamente, e não se alimentando o operário de maneira a prover ao gasto de forças, – claro está que o trabalho nestas condições é uma tortura, e com razão muita gente deseja enriquecer para não pensar mais no trabalho, para não levantar mais uma palheira do chão. Mas nisso está o erro, a ilusão.

Não. É preciso que todos trabalhem, isto é, que todos produzam utilmente.

Em lugar de alguns sonharem com o enriquecimento, melhor seria que cogitassem de vazar o trabalho em moldes mais agradáveis, torná-lo simpático a todos, e que todos sentissem necessidade de trabalhar, de ser úteis, de produzir.

A vida é uma troca perpétua. O homem está em relação de reciprocidade com o meio natural e o meio social, com o universo inteiro e os seus semelhantes. Não nasceu unicamente para conhecer, mas também para agir. Alternativamente ativo e passivo, dá e recebe; toma ideias nas coisas e depois põe suas ideias em suas obras. Entra em comunidade de interesses, de sentimentos, de pensamentos com os outros homens, utiliza-se do trabalho de outrem, e seguidamente exerce sua atividade em próprio e em proveito de todos.

Tal é o papel ao qual é destinado cada um de nós, duplo papel, que corresponde a estes dois termos postos em contraste: assimilar e produzir, compreender e exprimir, conhecer a verdade e realizar o útil, o bem o belo; saber e trabalhar. Toda educação que não prepara a criança para esse duplo papel, que não tende a fazer dela ao mesmo tempo um trabalhador, no mais largo sentido da palavra, um ser inteligente e um ser ativo, é uma educação incompleta e estéril.

O homem não nasceu só para gozar, para consumir; mas também para produzir, para trabalhar.

Hoje o trabalho é esmagador e está remunerado pessimamente; o trabalhador vê-se obrigado a morrer de fome e é tratado como uma besta de carga. Vive sem esperança alguma; tendo por perspectiva a prisão, se se revolta; ou o hospital, se se resigna.

As religiões fizeram do trabalho um castigo; os poderosos, uma cadeia; a humanidade fará dele seu recreio e sua glória.

Então já não será o trabalho nem um estigma, nem uma tortura: será a alegria dos homens no torneio da felicidade geral.

Há necessidade do trabalho. Sem a vida, seria impossível à humanidade. Sem o trabalho, a vida se estiolaria, se extinguiria, perecendo. Não barafustemos, pois, contra o trabalho, mas sim regularizemo-lo de molde a que ninguém deixe de trabalhar, de molde que o trabalho não seja um instrumento odioso de exploração, mas sim um instrumento de felicidade.

Também não há motivos para se considerarem certos serviços como repugnantes, como impróprios de se exercerem. De duas, uma: ou o mesmo serviço é inútil e, neste caso, suprime-se; ou é útil e, neste caso, alguém tem que o executar. Desde que qualquer trabalho proporcione à humanidade alguma parcela de bem-estar moral ou físico, por essa mesma razão é um trabalho útil.

Todos nós nos rimos e troçamos do modo como os camponeses vestem, falam, etc. Quer dizer: nós, um pouco mais refinados, mais viciados, mais perversos, não compreendemos o camponês na sua singeleza. Pois bem; se alguém nos deveria merecer muito respeito, seria o trabalhador do campo. É do campo que ele lavra, que ele estruma, que ele semeia, que ele cultiva, que ele arroteia, e donde colhe as messes, que nos vem o primeiro princípio de conservação da nossa vida e que uma só palavra define eloquentemente: o **Pão!**

Elevemos o trabalho, fonte de vida, à altura da sua dignidade.

Seja acessível a todos e exercido por todos, e não, como agora, executado pela maioria que morre de fome em favor da minoria que rebenta de fartura.

Não quer isso dizer que só se deva trabalhar. Não, de maneira nenhuma. O homem deve ser, antes de tudo, um trabalhador para prover a sua alimentação, o seu sustento e o de sua família. Mas nem só de pão vive o homem. O homem tem necessidade de livros, de música, de estátuas, de pintura, de paisagens. Logo, a par dum trabalhador, devemos fazer um pensador.

Pelo menos, pôr as crianças num certo desenvolvimento de instrução, de forma a ficarem a coberto dos embustes dos frades, das infâmias dos capitalistas e dos preconceitos vis e ridículos que crescem e progredem nesta sociedade podre e corrupta.

**

Desviei-me um pouco do assunto dos exames e dos prêmios, mas tornemos a eles para fazer algumas observações mais. Vejamos o que o grande Ruskim escreveu sobre as recompensas aos alunos: “Em todas as escolas, em todos os países e em todos os tempos, o bom trabalho não dependerá da absoluta resolução de todo estimulante competitivo, sob qualquer forma ou máscara.

Cada criança deve ser julgada segundo seu próprio tipo, educada para seu próprio dever, recompensada por seu justo elogio. O *esforço* é o que unicamente merece elogios, não o resultado. É uma questão que não depende de o estudante ser sua habilidade maior ou menor do que a de outro indivíduo; trata-se de saber se faz tudo o que pode com as suas

aptidões naturais. Cada menino nasce com uma capacidade mental determinada e absolutamente limitada: por sua natureza, é apto para umas coisas e inapto para outras. Toda a beleza, felicidade e poder de sua vida dependerão de seu contentamento, fazendo devidamente tudo o *que pode*, desempenhando tranquilamente seu papel. Se tiver de ser comparado com a maior ou menor capacidade dos outros, que o seja para empregar seus poderes superiores *em ajuda* dos outros, e não para predominar sobre eles, e que o não mortifique se lhes é inferior, que encontre um nobre prazer admirando outras faculdades mais belas que as suas. Quisera ver gravado em cada escola a frase:

*Não fazer nada por rivalidade ou vanglória. A educação deve ser livre e acessível a todos, mas nunca compulsiva.*²⁰

Nada, pois, merece recompensa ou elogios, mas a havê-los, deveria ser para o esforço, não para o resultado. Claro é que uma criança mais inteligente aprenderá melhor, gozará de mais resultados, mas isso nada prova contra aquela que se esforça mais e atinge mais dificilmente, ou mesmo não atinge, o escopo, o fim desejado. Depois, isto de talento é muito difícil saber onde principia e onde acaba.

Todos têm mais ou menos talento, mais ou menos aptidões para este ou para aquele ramo do saber humano. O talento na sua acepção mais lata é uma abstração. Como, pois, reduzir uma abstração a unidades de peso ou de medida, a décimas ou centésimas? Mas isso é uma loucura! Pois, se o talento é uma coisa imaterial, como querer pesá-lo, medi-lo, compará-lo? Todos têm a sua utilidade em existir. Tem-se talento e habilidade numas coisas, e é-se tapado e inábil em muitas outras – é o que é. Por isso, nós, que não temos empenho senão em dar a maior soma de saber e de conhecimentos a todos, e que compreendemos que o saber não precisa documentos que o atestem senão fatos que o provem, condenamos os castigos. As crianças sabem o que têm podido aprender. Eu tenho-lhes ensinado o que tem sido possível, mas sobretudo me tenho esforçado por que aprendam a ler bem, escrever e contar. São as bases, e o alfabeto é o ponto de partida.

[20]. Nota do Org.: O sentido de “compulsiva” é obrigatória, compulsória.

Estarei aqui enquanto me considerem um amigo, enquanto depositarem em mim confiança. As crianças, por fazerem exame, não ficam sabendo mais do que aquilo mesmo que sabiam antes.

**

Quando deve começar a educação das crianças? Eu respondo: antes de nascerem. Já mostro a razão por quê. Ninguém ignora que a mulher, no seu estado interessante, é credora, é merecedora de cuidados especiais, de desvelos e de aconchegos que a ponham a coberto de qualquer perigo ou risco. E já por si, já pelo ser que traz no ventre, deve a mulher ser objeto de todo o respeito, de toda a estima e de toda a consideração. Ela se encontra num estado de abatimento, de debilidade e enfraquecimento, e, para um estado destes, requer toda uma série de cuidados e atenções especiais.

É, pois, no ventre materno que deve começar, que deve principiar a educação das crianças. Porque o primeiro cuidado duma mãe deve ser, com respeito ao seu filho, que este seja, antes de tudo, um animalzinho robusto. Lá o proclamou a sabedoria latina: *espírito são em corpo são*.

Provado exuberantemente como está que as sensações do espírito, boas ou más que sejam, resultam do jogo, do equilíbrio, bom ou mau, do nosso organismo, conclui-se que uma criaturinha sadia, robusta, forte, deve pensar, proceder e agir melhor, mais facilmente do que outra definhada, raquítica, tarada enfim.

Seria enfadonho e fastidioso enumerar os cuidados que os pequeninos seres demandam para o seu racional, metódico e completo desenvolvimento desde que nascem até a idade em que podem ir para a escola. São coisas essas que pertencem ao domínio da higiene propriamente dita. O regime láteo, o regime alimentar, os vestuários, etc., tudo isso as mães deveriam conhecer, saber, compreender para poderem, com conhecimento de causa, desempenhar-se da missão mais importante que a natureza lhes confiou: o de serem mães.

Infelizmente, poucas mães terão bem a noção da responsabilidade que lhes cabe na conduta, na moral, no desenvolvimento ou orientação que seus filhos tomam ulteriormente, em virtude de ninguém lhes ter ensinado, de ninguém as ter edificado, compenetrado no papel que lhes incumbe desempenhar.

Ao invés do que se dá com um hóspede, que esperamos e a quem procuramos rodear de todos os confortos e atenções na maioria dos casos, os filhos nascem sem lhes terem preparado uma atmosfera adequada e tépida, onde encontre terreno apropriado ao seu desabrochamento, ao seu desenvolvimento. A criança nasce ao acaso, cria-se ao acaso e toda a sua vida é uma aventura.

A criança, ao nascer e durante as fases infantis por que vai passando, deve ser tratada, vigiada, cuidada segundo os preceitos higiênicos. A criança precisa viver rodeada de afetos e carinhos.

A criança é, por instinto, amiga de imitar tudo que vê fazer. É por imitação que ela aprende a dar os primeiros passos, a balbuciar as primeiras palavras, a executar os primeiros atos. Dai a necessidade de uma conduta moral irrepreensível por parte daquelas pessoas que a rodeiam, que a cercam, que a dirigem. É necessário que a criança tenha sempre diante de seus olhos ávidos e curiosos o exemplo palpável, eloquente, claro daquilo que poderá fazer, dizer, praticar. Atos e não palavras. Ações e não discursos. A moral pratica-se, e não se ensina. A moral sente-se, não se prega. A moral espalha-se, desprende-se de nós mesmos nas relações diárias que somos obrigados a manter entre os amigos, entre os camaradas, no lar doméstico principalmente. A moral infiltra-se insensivelmente em nós, desde que vivamos rodeados de pessoas que a pratiquem. Sem darmos por isso, sem constrangimentos, sem esforços, desde que vivamos numa atmosfera adequada, tornamo-nos melhores, mais tolerantes, mais inteligentes, mais prudentes.

Foi o meio que agiu sobre nós. Lá diz o rifão: acompanha com um bom, serás bom como ele; acompanha com um mau, serás pior do que ele.

Aquele outro preceito que os ministros duma certa religião pregam: “Faze o que eu digo e não o que eu faço”, – tende a passar ao limbo das coisas inúteis. Pois como! Eu arrogar-me o direito de pregar doutrinas e preceitos para que os outros sigam, quando eu não tenho a coragem, a força de energia bastante para amoldar os meus atos às minhas palavras, adaptar a minha conduta à doutrina que sustento!

Decididamente, esse proceder não é de molde a convencer ninguém e por esse motivo é que todas as religiões entraram, desde há muito, no período de decadência.

Os seus ministros pregam coisas singulares, mas a sua conduta é o desmentido maior, mais formal, mais categórico e completo da sua ascética singularidade.

Como, pois, infundir no espírito de nossos filhos o horror, a aversão pelo tabaco, pelas bebidas, pelas más conversações, quando é certo que nós bebemos, fumamos e nem sempre falamos de maneira conveniente, de modo urbano e correto?! Quando muito, podemos ensiná-los, obrigá-los, forçá-los a serem simulados e fazerem às escondidas aquilo que não se arriscam a fazer em nossa presença. Mas, por acaso, o fato diminui de importância?

De modo nenhum. Muito mais louvável seria abstermo-nos de bebidas, do tabaco e de outros venenos semelhantes que nos depauperam o organismo e nos prejudicam o bolso, do que querermos que nossos filhos sejam muito puros quando nós não temos o valor suficiente de, por uma questão de higiene e moral, abandonarmos esses vícios que nada abonam em favor de quem os mantém e os usa.

Dizendo a um filho: não debes fumar, porque isto é um veneno, a criança responderá logo: nesse caso para que é que meu pai fuma? Terá por acaso muito empenho em se envenenar? E em tudo assim. Desde as coisas mais insignificantes aos maiores atos da nossa vida, a mesma conduta nos deve guiar, amparar, animar. Especialmente nas pequenas minudências, nas coisas insignificantes, que julgamos passarem despercebidas, é que devemos caprichar por executá-las com todo o cuidado para nos habituarmos, nos afazermos a seguir sempre imperturbáveis, serenos e inflexíveis, uma linha de conduta, que nos devemos esforçar por trilhar.

*
**

A educação é a alavanca da remodelação social. Educar, educar, educar sempre – eis o meio mais eficaz, o grande meio de luta atual.

Tudo o mais não passa de remédio de ocasião. Educar é criar uma alma nova e uma consciência nova. E daí à humanidade uma consciência, vê-la eis erguer os braços num só gesto.

A educação e a instrução – eis as armas mais potentes e valiosas para a completa transformação da sociedade. É na infância, na primeira idade, desde os primeiros passos que se deve começar por inculcar às crianças princípios são e justos; e desde o balbuciar das primeiras palavras que se deve impregnar a alma da criança do espírito de justiça, de bondade e de equidade. A primeira educação, pois, deve ser dada no lar, em família.

Lá diz o velho rifão: “O menino como o pepino, torce-se de pequenino”. Esta sentença popular exprime uma grande verdade. Com razão, também, um grande pensador e homem de ação exprimiu este superior conceito: “Tudo que no alfabeto místico começa por deus, há de fatalmente lá acabar”. Vê-se, pois, que há necessidade de reunião de esforços, dos pais primeiro, e dos professores e dos médicos depois, para se poder proporcionar às crianças uma educação racional e segura. O professor, sem o auxílio dos pais, das mães primeiro que tudo, nada poderá fazer de perdurável, e os seus esforços pouco menos serão que impotentes, desde que a criança não possua em casa quem a guie, quem a dirija, quem a auxilie. E é à mulher que cabe desempenhar um grandioso papel nesta missão superior de educar na infância. Porque são mães, elas amamentam os filhos, cercam-nos de todos os cuidados, rodeiam-nos de todos os confortos possíveis. Estão em contato permanente com eles, são elas quem lhes ensinam a articular as primeiras palavras, quem os dirige nos primeiros passos, quem lhes deseja as maiores felicidades.

Já o pai não tem tanta influência sobre os pequeninos seres, porque se levanta cedo para a labuta quotidiana e dirige-se para a fábrica, para o atelier, para a oficina, em busca dum magro salário que lhes garanta o pão da família. Falo dos trabalhadores. À hora a que sai e se dirige para o trabalho, ainda o pequenino dorme. Nem sequer vai beijá-lo ou acariciá-lo com receio de que o acorde. Durante todo o espaço dum longo dia, está longe, ausente. À noite, quando volta, vem exausto de forças, extenuado, aborrecido, e deita-se ou procura na bebida um lenitivo à sua má estrela; nos filhos não pode pensar. É, pois, a mãe quem os deve vigiar, orientar, dar-lhes a primeira educação. É à mãe que cabe incutir no espírito infantil as primeiras noções de tudo que nos cerca; movimentos, forças, sons, fenômenos. A curiosidade das crianças manifesta-se cedo,

e é preciso estar-se preparado para poder explicar aos pequeninos bebês tudo quanto a sua ansiosa e curiosa inteligência anseia por saber.

É, pois, este o ponto psicológico do problema da educação.

Naturalmente, se as pessoas que o rodeiam possuem bom senso e estão aptas a desempenhar-se do papel que lhes compete, tudo corre bem; se não, é o maior dos desastres.

Por exemplo: prepara-se na atmosfera uma trovoadas. Os ares turbam-se, escurecem, carregam-se de pesadas e negras nuvens. O grande ruído que o ribombar do trovão produz, o fulgor dos relâmpagos, e tudo isso são coisas que interessam à curiosidade das crianças e que dão uma boa ocasião de se explicar um fenômeno natural segundo a ciência no-lo mostra.

Quando a criança formula a pergunta: o que é aquele barulho lá em cima? Responde-se-lhe, naturalmente: é a trovoadas. E o que é a trovoadas? É o pai do céu a ralar, muitos responderão. Ora, dar uma resposta destas a uma criança sobre o que seja um fenômeno que a ciência há muito desvendou, é simplesmente encher-se o cérebro das crianças de fantasmas que deixarão nele vestígios, sinais, impressões por toda a sua vida.

Dizer-se à criança o que são as nuvens, a maneira por que elas se formam, o que produz o raio, a maneira de o evitar; falar-lhe do para-raios, do seu inventor Franklin, seria uma bela ocasião de lhe falar de coisas que ela provocou e que terá gosto e desejo de saber. Ao contrário disso, ensinam-lhes a reza e os altos clamores por Santa Bárbara...

Demonstrado como ficou que é a mãe que compete vigiar e dirigir a primeira educação das crianças, por estar mais em contato com elas e porque o seu natural é mais suave, mais terno, mais doce, mais próprio a tornar as crianças alegres, felizes, expansivas e amáveis, cumpre perguntar: estará a mulher habilitada a cumprir missão de tal responsabilidade? Infelizmente não está.

Há, pois, necessidade urgente de atrair a mulher à causa do progresso e do desenvolvimento, educá-la, orientá-la, fazê-la interessar-se por esta obra de civilização e de felicidade universal, cuja pedra angular, base, alicerce e ponto de partida é naturalmente ela.

Todas as seitas, todas as religiões se estribam no apoio que as mulheres lhes dispensam. É que todos os pastores de rebanhos conhecem a

influência que elas possuem e que exercem no lar, já educando os filhos, já animando ou catequizando os maridos, os irmãos, os conhecidos.

Nunca as grandes causas triunfaram enquanto a mulher se lhes mostrou indiferente. Elas são os melhores pregoeiros, os melhores arautos, os melhores campeões de qualquer obra ou doutrina. A música harmoniosa da sua voz, os seus sorrisos que iluminam ou fulminam, os seus olhares que nos elevam ou petrificam, toda esta linguagem muda, mas eloquente, toda mímica influi poderosamente no progresso ou no estacionamento das ideias.

Os guerreiros, como Napoleão, queriam mulheres que dessem muitos soldados para ele conquistar o mundo, devastando, saqueando, destruindo, incendiando, roubando, violentando. Os padres da igreja querem mulheres que façam beatos, para que todo mundo seja crente, humilde, rastejante em face da teologia. Como devemos nós desejar a mulher? Eu imagino mulheres que formem homens. Homens na sua verdadeira acepção da palavra, de espírito livre e indomável, que se não prestem aos instintos bélicos, nem se curvem em face dos dogmas.

Mas mulheres destas não as há. É preciso criá-las. Quem tem esposa, irmãos deve tomar a peito esta nobre missão. E é por casa, por lar, que devemos começar. É lá, onde gozamos dum certo prestígio, duma certa preponderância, duma certa influência. Como pais, como irmãos, como mais práticos da vida, como amigos, o terreno oferece-se mais adequado. Claramente, da noite para o dia, não se opera uma revolução dessa.

É insensivelmente, paulatinamente, procurando as ocasiões próprias, que devemos insinuar no espírito das pessoas que nos cercam aquelas ideias pelas quais nos batemos e que julgamos exprimir a aproximação da verdade. Não blasfemarmos.

Isso seria espantar a caça.

É tudo uma questão de tática, de vontade, de perseverança.

Eduquemos, pois, a mulher.

Libertemo-la, dignifiquemo-la, elevemo-la. Mas não nos esqueçamos que, para isso, precisamos educar-nos, instruir-nos, moralizar-nos primeiro.

Mas há um ponto, na educação, que as mães não poderão desculpar-se de deixá-lo ao abandono, ao desleixo, ao desamparo, que é uma obrigação a que ninguém pode fugir, rico ou pobre que seja: a questão da

higiene ou, num sentido mais restrito, o asseio do corpo e a limpeza do vestuário e, ainda, a da habitação e a dos alimentos convenientes.

Isso, até certo ponto, é um cuidado, única e simplesmente, da atribuição das mães. Eu não me esqueço de que estou falando a trabalhadores que lutam com toda a casta de dificuldades financeiras e econômicas, com o encargo da família numerosa, etc. Não esqueço isso, mas também estou convencido de que, com um pouco de boa vontade, ainda, no meio em que vivemos cercados de tantos obstáculos, poderíamos ser um pouco mais cuidadosos e um pouco melhores do que o que somos. A água é o gênero mais barato de que podemos lançar mão. E muitas vezes é questão d'água. Parece, porém, que é mais fácil obter vinho ou outras bebidas nocivas ao organismo, que nos envenenam, que nos atrofiam cérebro e coração, do que água para lavar nossos filhos, água, esse elemento que dá vida e saúde, que torna os seres mais saudáveis, mais sãos, mais belos.

A necessidade da limpeza corporal, como também o asseio dos vestuários, manifesta-se num duplo sentido: primeiro, pela ação salutar que exerce no organismo.

Ninguém desconhecerá que é precisão conservar-se a pele livre e desimpedida da sujidade, porque isso não só dá mais maciez à epiderme, torna a cutis mais aveludada, mais suave, mas também conserva os poros, de que a superfície do nosso corpo está como que crivada, desembaraçados para as funções de transpiração e de absorção que à pele são próprias.

Em segundo lugar, como animais sociais que somos, com necessidade de manter relações com as pessoas que nos cercam, temos obrigação de lhes não repugnarmos, porque, neste caso, todos nos abandonarão enojados e contrariados. Há um não sei quê de irresistivelmente atraente numa criatura que anda lavada, assim como uma hostilização surda para com as pessoas que se nos mostram repugnantes, imundas.

Vê-se, pois, o papel preponderante que a água representa não só na saúde, como também na sociabilidade de todos os humanos.

Com as crianças, é necessário que elas tenham a simpatia de todos. Que ninguém tenha receio de conversar com elas, de interrogá-las, de lhes contar histórias engraçadas. Mas, para isso, é preciso que as mães tomem o cuidado de ensiná-las a serem limpas e asseadas.

Como disse o grande pedagogo inglês Bain, “o fato da saúde corpórea ou o vigor é um importante postulado para o desenvolvimento corpóreo e mental, mas o encarregado do ensino não se ocupa em estabelecer regras de higiene”.

Esta afirmação não é de todo exata porque o professor não descera do seu papel mandando lavar ou lavando uma criança que se apresente suja na aula. Simplesmente perderá tempo que poderia aproveitar em outras coisas e lhe ficará aquela má impressão que causa saber-se que uma criança tem mãe, mas não lhe dispensa, ela, as atenções devidas.

É por essa e outras causas semelhantes que é preciso o concurso dos pais e dos professores, cada um dentro da esfera que lhe é própria, para o estabelecimento duma educação baseada em moldes racionais.

Há ainda uma pequena minudência e que não deveria escapar despercebida. As mães ou as pessoas encarregadas de olharem pelas crianças não as deveriam deixar sair de casa para a escola sem lhes passarem revista, sem inquirirem se elas vão armadas dos apetrechos necessários, como sejam livros, canetas, penas, caderno, etc.

Chegam às crianças e perguntam-lhes: por que não escreves? – “Esqueci-me da caneta (ou da pena) em casa”. E isto é simplesmente perder tempo. Para mandá-lo a casa em busca do que é preciso, demora-se, conserva-se pela rua e por lá fica todo o dia. Se fica na escola, deixa de estudar ou escrever, porque ele esqueceu-se, não teve o cuidado e mais ninguém se lembrou de se desempenhar desse pequeno trabalho.

**

Com o intuito de proporcionar às crianças algumas horas de prazer e de expansão – e é esse um dos pontos que é preciso não esquecer, mas sim desenvolver e tornar prático, de maneira a que elas, durante a travessia da vida que empreendem com a existência, se recordem dos tempos da infância e tenham nessa lembrança, muitas vezes, um lenitivo às suas dores, aos seus tormentos. O Conselho Diretor da Liga Operária, guiado por esse desejo e ajudado por alguns amigos, conseguiu levar todos os meninos ao Bosque dos Jequitibás, no dia 26 de novembro, de modo que todos puderam correr, saltar, expandir-se, divertir-se. Forneceu-lhes um lanchinho, fizeram-se trabalhar os cavalinhos de pau, tirou-lhes o

retrato em grupo e depois se foram embora a descansar das fadigas de toda a tarde.

Hoje se vai distribuir a cada menino uma fotografia, que nada mais representa que uma simples recordação da sua passagem por esta casa, mas que é um documento evidente e autêntico que a todo o tempo não só lhes mostrará as feições de quando eram pequeninos, mas também lhes recordará que, na sua infância, já havia gente que se interessava e trabalhava e se esforçava para que as crianças tivessem alegria, prazer, consolo. E isso os incitará a prosseguirem no caminho pelos de agora trilhado, anima-los-á a trabalhar, a lutar por tudo que representa progresso, civilização e adiantamento do espírito humano.

Senhores, se é certo que não pode grandes esforços senão para os grandes objetivos; se é certo que só os grandes ideais nos podem inspirar, mover e tornar enérgicos e ativos, tomemos como um grande objetivo, o maior objetivo, a educação da infância em moldes racionais.

Esforcemo-nos por dotar o espírito das crianças de todas as qualidades e de todas as faculdades próprias a fazê-las viver uma vida feliz, completa, fecunda.

Nossa época foi uma época de dúvida e de transição... Daí sua tristeza que todos têm sentido e de que se não tem compreendido ou querido dizer a razão profunda. Cada um de nós em seu próprio ser e por sua parte teve de refazer esta laboriosa história de seu século. Recebemos de nossos pais, além de hereditariedades cerebrais obscuras, todas as figuras do velho mundo, a impressão profunda das ideias ante a ciência. Por isso, chegados à idade em que se pensa, é-nos preciso destruir antes de construir e, sobre outro plano, desfazer e refazer pedra a pedra o edifício de nossa educação. Duro e ingrato trabalho que se não realiza sem íntimos sofrimentos. Muitos saem desanimados.

Não leguemos aos nossos vindouros tal tarefa. Façamos o possível por dotar nossos filhos de uma alma mais serena que a nossa; que eles ignorem nossas lutas e nossas contradições.

Deixemos-lhes uma feliz infância do coração, um espírito simples e reto em face das realidades, uma imaginação liberta de fantasmas.

Ensinemo-los a serem sinceros, leais, verdadeiros.
Que nunca sejam hipócritas, dissimulados, mentirosos.
Ensinemo-los a respeitarem e a acreditarem de boa fé nos atos e nas ações leais que os outros pratiquem.
Que sejam serenos, imperturbáveis, ativos e enérgicos para poderem lutar com vantagem contra os obstáculos e perigos que a natureza e o mundo oferecem.
Que sejam bons, amáveis, tolerantes com as fraquezas do próximo em suma.
Tenho dito.

04

*Escola Moderna*²¹

• • • • •

ESTOU CONVENCIDO DE QUE, PARA QUEM ESTEJA DE BOA-FÉ, A MINHA explicação seria desnecessária, porém, para os maldizentes, é necessário vir a público repelindo a calúnia e desmascarando os falsos apóstolos de um ideal de paz e amor.

A fundação de uma escola que preenchesse os requisitos da nova pedagogia, que encaminhasse o débil cérebro das crianças para bem poderem receber as teorias filosóficas das escolas anarquistas impunha-se.

O trabalho é árduo, porquanto todos querem os loiros da glória, porém poucos são aqueles que passam de discursos platônicos ou de programas de grandes empresas para que seria necessário capital que no Brasil não existe ou por outra quem o tem guarda-o e limita-se como bom apóstolo a censurar este, pôr em dúvida a reputação daquele, etc., etc.

A Escola Moderna tem por princípio a liberdade de pensamento, e foi fundado na base deste grande princípio que eu ingenuamente pensei poder aceitar o auxílio de um jornal, aproveitando do mesmo as teorias que pudesse adaptar à escola e desprezando as que não servissem.

Penso que a liberdade não pode ser restrita e cada um pode manifestar como entender os seus pensamentos.

Se assim não fosse, eu esperava, e com certeza encontraria talvez dentro de um “século” camaradas não “cavadores”,²² que levassem a efei-

[21]. RAMIREZ, Diogo. *A Vanguarda*. Ano 01, n. 12. Rio de Janeiro, RJ. 22.07.1911.

[22]. *Nota do Org.*: Expressão da época que quer dizer hoje, aproximadamente, “oportunistas”.

to a minha obra que, sendo modesta, representa o emprego de toda a minha fortuna.

Cheguei ao Brasil e procurei não conseguindo encontrar um jornal operário, procurei a escola, indaguei da situação do movimento operário, e o meu desalento foi profundo, quando tive a confirmação de que do movimento restavam apenas elementos dispersos.

Procurei a Federação esperando aí encontrar associações poderosas e que dessem jus ao renome que, na Europa, tem o movimento operário brasileiro, e saí desanimado e triste por ver uma casa de aspecto doentio, onde mal se respira, tudo demonstrando miséria, desprezo e desleixo.

Não desanimei ainda e atribui a não conhecer a terra e pelo mesmo fato não saber onde encontrar colossos do movimento.

Porém o meu desalento foi grande vendo que, em lugar de associações de resistência, havia perfeitas beneficências, quase todas tendo por patrono um dos santos do almanaque Bordo-Agno.

Os operários prestavam-se e prestam-se a andar fardados e debaixo de forma para cumprimentarem o presidente da República, fazem discursos de agradecimento quando em nome da pátria e de Deus se lembrava um político de pôr uma pedra para a vila operária.

Foi nesta altura que me surgiu um grupo de rapazes para a fundação do que _____ que ____²³ é órgão do partido socialista e tem as suas colunas ao dispor de todos, sejam socialistas ou anarquistas. Aceitei convencido de que o mesmo me serviria de base para a minha obra.

O jornal começou vivendo e hoje já se pode afirmar que tem a sua vida garantida.

Com o jornal, veio a escola e, se esta não é obra colossal, é, no entanto, o meu esforço que teria desaparecido diante do desânimo que encontrei ao chegar aqui.

Há porventura incoerência no meu procedimento? Existe retratação de princípios? Não. Apenas o que me animou foi o firme propósito de fazer alguma coisa de útil e prático, onde só encontrei palavreado e retórica.

A escola nada de comum tem com o partido socialista, que me parece ter a sua vitalidade pouca importância e os homens que se dizem sócios de tal partido, animou-os apenas, segundo a minha opinião, a ideia de congregarem forças e reunirem o elemento operário.

Embora eles se digam socialistas, eu, segundo creio, eles não são mais do que intervencionistas.

Concluindo, eu direi que não faço nem nunca fiz parte do partido socialista parlamentarista.

[23]. Nota do Org.: Palavras ilegíveis na cópia digitalizada consultada.

05

Escola Moderna

*O que deve ser o professor primário*²⁴

• • • • •

TEM-SE COGITADO UM BOCADO, RECENTEMENTE, NOS NOSSOS CÍRCULOS operários e revolucionários, na maneira de livrar as crianças das várias formas de intoxicação religiosa que ainda pairam nas nossas escolas laicas municipais. Alguns, virando-se para a obra efetuada na Espanha por Francisco Ferrer, sem, contudo, conhecerem os seus processos e detalhes, supõem-na excessivamente difícil de realizar, imaginando que, “só depois de criada a livraria, a casa editora, etc.”, se poderá dar início prático a tão necessário empreendimento. Discordante, desse modo de ver, aqui nos batemos pelo início imediato da obra urgente, tendo tido o prazer de ver adotada a nossa opinião pela Associação Escola Moderna desta cidade, que acabou por unir os seus esforços aos do professor Diogo Ramirez no sentido de abrir os cursos racionalistas.

Dado, pois, esse interesse em nosso meio pela causa do ensino, achamos oportuno publicar um dos relatórios apresentados ao 2º Congresso Pedagógico, realizado em Lisboa há dois anos. O seu autor, o nosso prezado amigo José Simões Coelho, delegado da Associação dos Artistas Dramáticos e autor de vários trabalhos pedagógicos, mostra aí bem claramente que o essencial do ensino não é precisamente a “livraria”, como pensam certos camaradas, mas sim o critério e o bom senso do professor.

[24]. (Não assinado). **A Vanguarda**. Ano 01, n. 19. Rio de Janeiro, RJ. 09.09.1911.

Note-se que este relatório foi traduzido e publicado em Barcelona pelo “Boletim da Escola Moderna”, fundada por Ferrer. Merece, pois, toda a atenção das pessoas que entre nós se empenham seriamente na obra do ensino racionalista.

.....

Alguns relatórios apresentados ao 2º Congresso Pedagógico, promovido pela altruísta “Liga Nacional de Instrução”, sugeriram-me várias considerações que não devo consentir fiquem no silêncio, já que as circunstâncias fortuitas que me fizeram professor a tal me obrigam.

Na expressão *consentir*, não anteveja Sr. Presidente, ressaibos de autoritarismo, mas o desejo inadiável de que o ilustre auditório e eu também saíamos daqui convictos de que não perdemos o nosso tempo e que, pelo contrário, ganhamos a energia suficiente para aqui voltarmos todos os anos à permuta de ideias e na mais franca e sincera comunhão de anseios e aspirações.

A ilustre assembleia que pacientemente me ouve é, na sua maioria, composta de indivíduos que hão lidado com crianças e para quem as crianças são o motivo que lhe assegura o clássico *pão de cada dia*; embora esse pão não seja do que melhor garanta uma digestão fácil e um futuro sossegado a estômagos débeis.

Portanto é pra quem sente uma mágoa imensa com a dor infantil e uma alegria enorme quando vê a criança raciocinar sobre o que se lhe ensinou, que eu falo. Dedico-vos estas notas simples, despretensiosas, que se ---- a recomendá-las a minha sinceridade de professor que, durante um ano, ensinou *Português* na Escola Oficina, Nº 1 (largo da Graça), e atualmente dirige a cadeira de *Línguas e Literatura Dramática Portuguesa*, no Curso Livre da Arte de Representar, instituído pela Associação dos Artistas Dramáticos, cuja direção em mim delegou o interesse mediato que lhe merece tudo a que diga respeito à educação racional.

Sr. presidente, minhas senhoras e meus senhores:

Entre os relatórios que a “Liga Nacional de Instrução” mandou imprimir, permitam-me Vossas Excelências que destaque os seguintes:

1º. – *O que deve entender-se por ensino primário*, por Adolfo Lima.

2º. – *A educação social na escola primária*, por César Porto.

3º. – *Conclusões*, por José de Matos Braancamp.

4º. – *Anormais pedagógicos*, por Faria de Vasconcelos.

Previno-vos, porém, de que esse destaque não implica menosprezo por todos os outros relatórios, em que a sinceridade e o desejo de acertar dos seus autores são qualidade predominante. Mas, se o faço à maneira de tabuleta a chamar a atenção dos desprevenidos, é porque qualquer das teses que defendem se prende com a minha forma pessoal de encarar a missão do professor primário e a sua praticabilidade.

*
**

Um pedagogo célebre disse algures: ensinar é aprender. Grande verdade essa e que todos os que gastam a vida em lutas pedagógicas devem ter como princípio.

Desde que o professor, cujo ideal seja fazer de uma criança ineducada o mesmo que o escultor faz de um bloco de mármore, há de forçosamente convencer-se de que nada obterá da inteligência infantil senão quando nivelar com esta a sua própria inteligência.

Existe na maioria dos professores um erro de educação – erro que, afinal, é qualidade própria de quem à força de estudo chegou a ter um cultivo superior: falam numa linguagem especial, usam um vocabulário que tem aberto muitos olhos de espanto e esticar ridiculamente as comissuras de lábios virgens de palavrões. Essa é a linguagem que as crianças ouvem e que, à força de repetidas, provoca bocejos e um desejo irresistível de passatempo fora da aula. O professor esqueceu-se de que falava para quem não tinha o preparo, a base para receber expressões ditas adrede a mostrarem estulta sapiência e levar os alunos a dizerem à saída uns para os outros:

- “Êita, pai: aquilo é que ele sabe! (Textual).”

Triste forma de educar! Demonstração perfeita de ignorância dos mais rudimentares princípios de psicologia da criança meridional!

Grande princípio de educação será aquele em que o professor consiga:

1º – Ganhar a amizade ou a simpatia da criança.

2º – Capturar-lhe a atenção e dispor dela para todos os exercícios escolares.

3º – Não dar a entender ao aluno que lhe é superior; mas explicar-lhe, por maneira inteligível, que todos estão na escola para aprender: mestre e discípulos.

Este princípio enraizado fará com que a criança procure a escola de bom grado, como o prova, entre outros, o exemplo que vou contar-vos: Na Escola Oficina nº 1, existe um aluno de quem a mãe se quis libertar matriculando-o. A ideia era: “Os mestres que te aturem!”. Chegaram as férias e o pequeno dirigiu-se ao conselho escolar a pedir-lhe o deixasse frequentar, pelo menos, a marcenaria. Lá estaria entretido... A mãe soube do feriado, quis detê-lo em casa. Nada conseguia! Vencera a escola. Por quê? Porque a criança, identificando-se com o viver escolar, provava, embora inconscientemente, a racionalidade do método adotado.

**

O professor, por muita erudição que tenha armazenado, deve ter sempre em atenção a inteligência do aluno. Nunca preferir determinado em detrimento de um terceiro. A preferência traz consigo a desmoralização. Nenhuma criança gosta de se ver preterida: uma raiva surda para logo se lhe lê no olhar, desconfiando que as outras a humilharam.

A verdadeira generosidade do professor está em admitir a criança tal qual é e não pretender modificada a seu modo, não lhe respeitando a individualidade própria.

O professor primário que não estabeleça no seu curso a uniformidade de dedicação por todos os seus alunos, perde tempo; nada de útil conseguirá.

Devido à péssima educação dos pais, a criança vai para a escola julgando que todos os mimos serão para ela. Vendo-se posta de lado, sem as mesmas atenções dispensadas aos seus colegas, sente logo a necessidade de delatar a menor imprevidência dos companheiros para assim ganhar as boas graças do professor. Este deve ouvir muito atencioso a preme-

ditada delação, dando a entender que é *todo ouvido* e, quando o delator em embrião julgar que alcançou o castigo ambicionado, pergunta-lhe: -

- Nada mais tens a dizer? Não hesites! Vá, anda dize...

- Nada mais.

- Mas que tenho eu com isso?!

Ao ouvir esta resposta brusca do professor, a criança fica tão ferida pelo desapontamento solícito que jamais terá vontade de denunciar atos alheios.

O professor que, durante os trabalhos escolares, ouvir naquele ru-morejar infantil que é muito nosso íntimo: - “Eu leio melhor do que tu... Eu escrevo melhor do que tu... És um burro; não sabes nada...” – deve imediatamente intervir na discussão estabelecida baixinho, para que o pregoeiro das qualidades próprias não crie alentos de superioridade sobre os seus companheiros e que alimentados dão mais tarde o autoritário que todos nós conhecemos como travão do progredir das civilizações. O professor consciente da sua missão deve intervir sempre por estas ou outras palavras:

O menino está enganado. Se julga que sabe mais, labora num erro. O seu colega é que não está disposto hoje a dar melhor lição. Lembre-se de que amanhã lhe poderá suceder o mesmo. E gostará que ele lhe diga o que o menino tem estado a cochichar? O que não queremos para nós não devemos querer para os outros.

A criança sente-se da reprimenda. A outra que fora objeto das suas censuras adquiriria a emulação dos estudiosos que procuram esquecer um momento de negligência: dedicar-se-ão ao estudo com amor. E assim, pela persuasão, o professor terá abatido uma vaidade e alentado uma energia.

(Continua)²⁵

[25]. **Nota do Org.:** O número 20 deste jornal não apresenta artigo em continuação. A coleção deste jornal, existente no CEDEM da Unesp, São Paulo, vai do primeiro ao vigésimo número. Não sei se saíram outros números deste jornal.

06

*Instrução e problema social*²⁶



E IS AÍ DUAS COISAS DE CAPITAL IMPORTÂNCIA PARA NÓS E QUE COR-respondem perfeitamente às nossas aspirações: *instrução e proble-
ma social*; a primeira é a base e precisa ser firme, precisa ser sólida, muito
sólida; a segunda é o remate, o fim, a cúpula do edifício que temos em
mente, e para ter segurança, para ter resistência, depende da condição
da primeira, que lhe sustentará o peso, garantindo duração e vida.

A instrução, base em que se assenta a reforma social, deve nos me-
recer mais sérios cuidados, porque sem ela todo esforço será inútil, todo
trabalho perdido, todo sacrifício inaproveitado.

O edifício de nosso ideal libertário é grande, tão grande que abrange
a humanidade inteira, sem distinções nem privilégios.

Mas *notaí* bem: ele se não confunde com a torre de Babel, de que
nos fala a lenda, não; antes, pelo contrário, apresenta diferenças muito
sensíveis, porque visa a um plano inteligentemente determinado pela
razão, pela lógica e pela justiça. Já não é o céu que se pretende conquistar
neste século, mas a terra com seus bosques verdejantes, com seus vergéis
floridos, com seus atrativos e encantos!

Já não é às ameaças de um dilúvio que se imagina fugir, nem aos
castigos de um Deus terrível, mas ao despotismo dos governos, que é
pior que todos os cataclismos geológicos, porque a ação destes é passa-
geira, breve, rápida; enquanto a daquele, persistente, contínua, apenas
modificada em consequências das revoluções, reclama constantemente
numerosas vítimas entre os que protestam contra a tirania dos poderes

[26]. PENTEADO, João. **A Guerra Social**. Ano 01, n. 19. Rio de Janeiro, RJ. 03.04.1912.

constituídos para garantia dos privilégios burgueses e da escravização das classes trabalhadoras!

Na torre de Babel, trabalharam escravos assírios babilônios, mas na obra da regeneração social devem colaborar obreiros livres, conscientes, instruídos, que saibam medir as consequências de seus atos e agir por si mesmos, dispensando as determinações e tutelas de chefes.

Depois do malogro das revoluções passadas, depois da conclusão tirada da história da humanidade, aprendemos perfeitamente, por experiência, que o edifício arquitetado em nossa imaginação precisa de alicerces firmes, muito firmes, lançados sobre rocha, para que não ceda ao embate das temperaturas reacionárias, nem aconteça ruir por terra esmagando sob seus escombros milhões de obreiros que debalde amaldiçoarão a inépcia dos próprios trabalhos, vítimas irremediáveis de uma condenável imprevidência.

Mas, companheiros, sabeis em que devem ser lançados tais alicerces?

- Na consciência humana.

Sabeis de que alicerces vos falo?

- A instrução.

E o edifício?...

- O comunismo social.

Aquela nos brada: *escola moderna*.

E esta nos traduz: *revolução*. Pois bem, a instrução é o caminho que nos conduzirá ao grande objetivo, que só alcançaremos pela revolução. Mas esta precisa ser feita mais pela inteligência e pelo coração que pelos cegos instintos, a menos que não queiramos perder a oportunidade de uma completa e decisiva vitória.

Daí, pois, a razão de ser da *Escola Moderna*: ela pede crianças ao povo para as educar e instruir racional e cientificamente, fazendo delas homens livres, conscientes, emancipados de todos os preconceitos de religião e de pátria, capazes de esforço nobre e digno, em prol da reivindicação dos próprios direitos; e estes, senhores de seus destinos, cônscios da própria dignidade, não só saberão agir eficazmente contra a nefasta influência do meio em que vivemos, mas também, movidos por um natural sentimento de justiça e de amor pela humanidade, farão tremer em seus apodrecidos fundamentos as instituições sociais, implantando

na terra o regime da paz, da liberdade, da harmonia, da fraternidade e da solidariedade.

E achais isso difícil? Por quê?

Acaso a emancipação das classes trabalhadoras não depende de uma instrução racional e científica, assim como a emancipação dos povos depende da emancipação das classes trabalhadoras?

Não é isso verdade?

Certo é que sim.

O problema social está de tal modo subordinado ao da instrução das classes proletárias que sem ela, afinal, será impossível a tarefa dos reformadores sociais.

E quereis a prova?

Escutai o que disse Francisco Ferrer, o mártir da liberdade, por uma carta enviada a Mlle. Henriette Meyer, convidando-a a assumir a direção da Escola Moderna de Barcelona: “Para transformar a maneira de ser da humanidade, não compreendo que haja coisa mais urgente do que o estabelecimento de uma educação, tal como o concebemos, que dando frutos facilitará o progresso e tornará a conquista de toda ideia generosa muito mais fácil. Eis porque me parece que trabalhar agora para a abolição da pena de morte e para a greve geral, sem saber como havemos de educar os nossos filhos e começar pelo fim e perder tempo”.

E tinha razão Ferrer, porque “as revoluções também, segundo o conceito de Elisée Reclus,²⁷ foram sempre de um duplo efeito: pode dizer-se que em tudo a história oferece direito e avesso. Quem quer evitar o engano deve, portanto, examinar com crítica atenta, interrogar com cuidado todo homem que pretende ter-se dedicado a nossa causa. Não basta gritar: revolução, revolução! para que caminhemos logo atrás de quem sabe arrastar-nos. É natural certamente que o ignorante siga o seu instinto: o touro alucinado corre sobre um trapo vermelho e o povo sempre tiranizado se precipita enfurecido contra o primeiro que lhe indicarem. Uma revolução qualquer tem sempre um lado bom quando feita contra um regime de opressão; mas se se deve provocar um novo despotismo, é lícito perguntar se não seria melhor ter-lhe dado outra direção. É já tempo de empregar unicamente forças conscientes; os evolucionistas, chegando

[27]. Nota do Autor: *Evolução, revolução e ideal anarquista*.

enfim ao perfeito conhecimento do que pretende realizar na próxima revolução, têm outra coisa a fazer mais do que amotinar descontentes, lançando-os na refrega sem fim nem bússola”.

E acrescenta ainda o mesmo escritor revolucionário: é permitido afirmar que “até hoje nenhuma revolução foi bem pensada e por tal razão é que nenhuma triunfou completamente. Todos esses movimentos foram, sem exceção, atos quase inconscientes da parte das multidões para eles impelidas, e como foram mais ou menos dirigidos, só aproveitaram aos dirigentes hábeis em conservar o seu sangue frio. Foi uma classe que fez a reforma e lhe colheu as vantagens, foi uma classe que fez a revolução francesa e que lhes explora os benefícios, pondo à meia razão os desgraçados que a serviram dando-lhe a vitória”.

E, de fato, é isso uma verdade incontestável.

Mas a revolução futura não estará sujeita às mesmas consequências das anteriores?

Não.

A experiência fez com que os reformadores de hoje compreendam que “é nas cabeças e nos corações que tem de se realizar as transformações antes de tenderem os músculos e de mudarem em fenômeno históricos”.²⁸

E por isso mesmo entendemos que a instrução²⁹ deve ser precursora da reforma social, e por isso a Escola Moderna nos merece toda atenção.

Ela possui a virtude de preparar o advento revolucionário, porque seu programa contém o germe de uma sociedade nova, cheia de vida e de esperanças.

E por quê?

Quereis saber?

O seu fundador, além de apóstolo das ideias modernas, foi também um vidente cuja grandeza d'alma o levou a agir de modo tão perfeito quão admirável no sentido de abreviar a marcha da humanidade para

o seu fatal e inevitável destino, que é a revolução, e consequentemente o estabelecimento do comunismo social, do qual somos humildes, mas esforçados colaboradores.

Não nos basta somente querer a revolução, não nos basta sonhar com a reforma social, mas é preciso, é indispensável, urge fazermos alguma coisa para a sua realização, “e esta alguma coisa” deve ser a divulgação da instrução por meio de escolas calcadas sob os moldes do racionalismo científico preconizado por Francisco Ferrer, porque instruir segundo esses princípios é o mesmo que cercar pela raiz todos os prejuízos que entravam o progresso do espírito humano, é o mesmo que extirpar, uma a uma, todas as mentiras convencionais da época, enfim, é o mesmo que fazer despertar a consciência da humanidade para a vida do pensamento e da razão, incitando-lhe salutareis ideias de liberdade, de paz e de justiça.

Assim, pois, a revolução é o recurso extremo de que nos devemos valer para a consecução de nosso ideal, a instrução deve ser o meio de torná-la efetivamente vitoriosa e abreviar-lhe a marcha, levando-a ao termo desejado.

Eis porque precisamos não descurar da instrução, eis porque se torna indispensável o nosso esforço a fim de aumentar o número de tais escolas: elas são a chave do problema social que constitui o nosso sonho de hoje e a felicidade de amanhã.

A instrução, só a instrução fará “o homem livre sobre a terra livre”.

E quereis saber a razão do que afirmo?

É muito fácil.

Estudai a psicologia das classes operárias e proletárias. Elas estão por toda a parte: nos estabelecimentos públicos e nos comboios das estradas de ferro, nas ruas, nas praças públicas, nas oficinas e fábricas, nas igrejas, nos quartéis, nos hospitais e nas galerias das minas, nas penitenciárias das cidades e nos presídios, nas tabernas em que se embriagam para esquecer as tristezas da vida e nas fileiras do exército em que deixam morrer a consciência para obedecerem à voz satânica do mando, e, assim, também nos campos de batalhas cruentas ao serviço de destruição e de morte ou nos campos de trabalho agrícola, reduzidas à escravidão, aviltadas pela miséria, lavrando a terra de seus amos, que apenas lhes

[28]. Nota do Autor: ELISÉE RECLUS, obra citada.

[29]. Nota do Org.: Sobre as duas notas anteriores: no Brasil, os leitores do anarquismo têm disponível este livro de Reclus desde 2002. Ver: RECLUS, E. **A Evolução, a Revolução e o Ideal Anarquista**. Tradução Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Imaginário, 2002. A Editora Ática publicou, na Coleção Grandes Cientistas Sociais, um volume com escritos de Reclus. Ver: ANDRADE, Manuel Correia de (org.). **Reclus**. São Paulo: Ática, 1988. As editoras Expressão & Arte e Imaginário, de São Paulo, iniciaram em 2010 a publicação de capítulos do livro *O Homem e a Terra*.

dão em troca de seu labor um minguado salário equivalente à mínima parte do que produzem.

E esse estudo, que vos parecerá difícil, é, todavia, o que pode haver de fácil, palpitante, intuitivo e simples, tão simples que não requer lugar nem hora, nem muita inteligência, nem muito talento. Basta, apenas, para fazê-lo, um pouco de boa vontade, um pouco de observação refletida e contenciosa sobre o movimento instrutivo e desordenado das massas trabalhadoras que impensadamente se deixam levar pelo que lhes dizem os chefes políticos e ministros religiosos.

Estudai o porquê de toda as injustiças que nos revoltam a alma, provocando um brado de protesto, e depois, de certo, não deixareis de dar razão às minhas palavras, quando vos afirmo que tudo isso que vemos, tudo isso que nos compunge e revolta não é senão o resultado da ignorância em que se acham as classes obreiras, não é senão o resultado de uma instrução – jesuiticamente aliada a uma educação que entorpece, envenena, mata ou perverte as consciências de tal modo que as inibe de conceber a grandeza da verdade, do bem, do belo e do justo!

E não é isso um mal que exige imediato corretivo?

Decerto que sim!

Que devemos fazer para evitá-lo?

Abrir escolas laicas, favorecer a instrução nacional e científica, editar livros apropriados a esse fim, editar jornais e revistas, fundar grêmios, promover conferências e palestras destinadas à instrução das classes obreiras.

Trabalhem para isso, pois, companheiros, visto que a instrução nos libertará, só a verdadeira instrução nos libertará da tirania dos déspotas, da prepotência dos maus, dos perversos, dos cains sociais, desses que se arvoram entre as multidões para enganá-las com palavras que se não cumprem, levando-as para o abismo, para a miséria, a ruína!

07

*A ignorância*³⁰

• • • • •

A IGNORÂNCIA É UM MAL TERRÍVEL QUE PRECISA SER COMBATIDO com todas as forças de que podemos dispor. Ela engendra o crime, gera as superstições e dá motivo à existência da escravidão no meio da humanidade.

Diante do espetáculo tristemente desolador, fugir à alternativa de dois sentimentos irreprimíveis: um de compaixão, que nos faz verter lágrimas; e outro de revolta, que instintivamente nos leva a tender os músculos e proferir anátemas contra as instituições políticas da atualidade.

E por quê? Não temos razão para isso? Como não! Ainda temos coração, ainda não nos deixamos corromper pelo degradante convencionalismo social que desgraçadamente arruína a condição da coletividade humana. Dói-nos ver os homens do trabalho, em sua maioria, reduzidos a um deplorável estado de aviltção e de misérias, transformados em rebanho, inscientes e submissos, sem outra preocupação que a de satisfazer às torpes exigências de seus amos, sem outro desejo que o de merecer deles estima e proteção!

É por isso que nos revoltamos, é por isso que gritamos revolução! Revolução!

Mas as nossas palavras, a rebeldia de nosso propósito, apesar de concretizarem a mais bela aspiração de liberdade e fraternidade, nem sempre conseguem atingir o fim almejado, que é ferir os ouvidos das vítimas em favor das quais lutamos sem cessar.

Vibram, fazem repercussão no ambiente, atraindo contra nós a odiosidade dos conservadores, sem, todavia, conseguirem penetrar fundo

[30]. PENTEADO, João. *A Guerra Social*. Ano 02, n. 32. Rio de Janeiro, RJ. 26.10.1912.

nos corações desses mesmos párias, cujos sentimentos de liberdade se enfraquecem e morrem sob o jugo de uma escravidão terrível.

E por que assim acontece?

Quereis saber?...

Escutai.

Há uma barreira a impedir a ação de nossas palavras e que precisa ser removida: – é a ignorância, esse mal ameaçador, esse fantasma sinistramente horrível que paira sobre as massas populares, levando-as à prática de cenas tão perversas como abomináveis.

Não há calamidade maior que a ignorância nem maiores prejuízos que os dela resultantes.

Ataquemo-la com força, eliminemo-la do meio das massas operárias!

A ignorância as torna incapazes de tudo quanto lhe possa garantir a felicidade e a paz, encaminhando-as da treva para o abismo, à mercê de uma legião de parasitas, que são os representantes da igreja e do Estado.

E ela aí está a desafiar-nos para a luta. Enfrentemo-la com coragem!

Mas como? De que arma nos devemos servir?

Não sabeis?

Da instrução.

A ignorância engendra o vício, a escravidão e a miséria nas classes populares, reduzindo-as à maior abjeção possível.

Daí a razão por que há operários que ingenuamente fogem dos comícios populares, repudiam as ideias libertárias, detestam os propagandistas de princípios revolucionários, sem, todavia, deixarem de concorrer às urnas nos dias de eleição ou de comparecer às igrejas e tavernas, a fim de matarem o desespero d'alma e as tristezas da vida.

Como, porém, reabilitá-los para a vida?

Será isso possível?

Decerto. Basta-lhes um banho de luz, mas desta luz emanada da instrução racional e científica, que humaniza os corações, ilumina as inteligências e regenera os sentimentos, fazendo reviver nas consciências dos homens os desejos de paz e solidariedade.

A instrução faz ressuscitar as consciências, alargando-lhes os horizontes.

Ferrer não errou. A Escola Moderna, com as bases que possui, é a mais poderosa arma de que podemos lançar mão para combater a ignorância.

Tomemo-la por norma e não percamos tempo.

Do problema da instrução popular, depende a verdadeira vitória das ideias emancipadoras da humanidade.

Assim, ao fantasma da ignorância, opúnhamos a luz resultante da instrução – eis o que devemos fazer.

O que deve ser a educação³¹

• • • • •

SENDO O HOMEM UM ANIMAL APERFEIÇOADO, E É VERDADE, INCONTESTavelmente razoável, embora com alguma moderação, a ciência da educação ou, desde outro ponto de vista, a arte de criar o homem deve tirar os seus principais dados da antropologia, posto que, no fundo e em última análise, a pedagogia não é mais do que uma rama da história natural do homem.

Quando se trata da cria do touro ou do cavalo, considera-se natural e simples assegurar-se de que o pai e mãe gozem de perfeita saúde, bem constituídos e que reúnam os caracteres da raça ou variedade que se deseja; nada se descuida para que uma alimentação apropriada, uma higiene especial, uns cuidados, ditados por observações continuadas e por experimentos repetidos, favoreçam nos bezerros ou nos potros o desenvolvimento cada vez maior dos atributos, faculdades e qualidades desejadas.

A respeito do homem, seguiram-se geralmente outros procedimentos; e, no entanto, a tarefa é mais fácil.

A criação do cachorro, do porco, do carneiro ou outros não tem por objetivo o aperfeiçoamento do indivíduo para a sua felicidade particular.

Não há de contrariar-se a sua natureza. Há de fazer-lhe adquirir ou exagerar hábitos, instintos e aptidões que lhe seriam prejudiciais em estado livre, que o incapacitariam para procurar-se a vida; de se lhe atrofiar ou hipertrofiar tal ou qual órgão; é preciso mutilar, deformar, transformar; numa palavra, há de se confeccionar um ser anormal, um monstro, como se diz em história natural, inútil para si mesmo, embora utilíssimo para o homem, que dele tira utilidade e prazer.

[31]. MORTILLET, G. de. Edição especial do "Germinal!" e da "Barricada". São Paulo, SP, 01.05.1913.

A criação, desculpem-me a irreverência, a educação do ser humano, pelo contrário, tem por objetivo o bem-estar do indivíduo, a satisfação das suas necessidades naturais e essenciais, e portanto, a aquisição do desenvolvimento e do aperfeiçoamento de todos os seus órgãos, de todas as faculdades que podem melhorar a sua situação, assegurar e aumentar a sua felicidade.

Não há, pois, mais do que seguir as leis da sua própria natureza, as leis fisiológicas, as leis sociológicas mais favoráveis à evolução harmônica e progressiva da sua organização, das suas faculdades físicas, intelectuais e morais à realização, não nos cansaremos de repeti-lo, da maior soma de bem-estar possível.

Porém o que é que se tem feito? Enquanto o homem passou aquele tempo em que se criava como um simples mamífero, criou-se pouco a pouco uma multidão de entidades:

Deus, o presente mais funesto que poderia fazer-se, uma vida futura, almas, males e outras quimeras que faziam da pessoa humana uma espécie de monstruosidade, um composto de duas substâncias contrárias, inconciliáveis, das quais uma diz sim, quando a outra diz não.

Essas entidades, apesar do progresso das artes, das ciências e da indústria extraviaram sempre o pedagogo sobre a arte de criar os meninos.

Alguns filósofos haviam chegado à realidade de tais fantasmas, o homem ia retrair-se a sua vida normal quando Malerbe, não Cristo, veio e ensinou a abnegação, a humilhação e o sofrimento e o aviltamento neste mundo para ganhar o outro. Desde esse momento, a natureza humana foi considerada como totalmente pervertida, este ser duplo chegou a ser ainda mais incompreensível: foi, ao mesmo tempo, anjo e animal livre e predestinado, definido e indefinido, isto é, um ser que unicamente a teologia sabia criar, procriar, tornar a criar, ensinar, disciplinar, reger, aconselhar, confessar e, sobretudo, açoitar de todas as maneiras. Destas duas substâncias estendidas de Belisse, o andrajo querido uma, a material, a substância estendida, não de Chrysale, nascida pelo mal sempre culpável, não podendo dar um passo sem pecar, devia ser castigada, dominada, mortificada, martirizada para conservar inocente, para fortificar, glorificar e santificar a substância espiritual que podia assim, segundo certos casuístas lógicos, deleitar-se, casta e pura, num

céu imaculado, enquanto a sua irmã corporal se entretinha na satisfação de “sujeitos desejos”.

É assim como a teologia fez ao homem o que este havia feito ao boi: castrou-o e fez dele uma presa fácil para o sacerdote e para o tirano.

Essa concepção de um ser em que a religiosidade era a característica, em que a religião era o princípio e o fim, que havia sido condenado a uma vida de expiação pelo trabalho, às misérias, aos tormentos, à submissão mais absoluta ao amo; essa concepção estranha e deprimente tinha necessariamente de fazer que se considerasse a privação, a aflição, a dor, o suplício e o tormento como os melhores meios de aperfeiçoamento.

Dessa forma, a educação chegou a ser sinônimo de castigo, a disciplina foi o nome comum da direção moral e do instrumento de opressão que Tartufo manejava. A regra da gramática como as da conduta aprendiam-se a chicotadas. Um só método de ensino, a fêrula; um só método de correção, o rebenque. Eis aí o fundo e o subfundo da educação cristã.

Um pouco de catecismo, alguns exercícios religiosos e umas orações completavam o ensino.

Quanto à inteligência, quanto às ciências profanas, foram declaradas atributos e obras do diabo e, por isso mesmo, proscritas. Depois lhes concederam algum lugar na educação, por imposição das “exigências do século”.

Ainda hoje o cristão não toca essas coisas a não ser com pinças, com o acompanhamento deste corretivo: a religião. Ainda se grita contra a “escola sem Deus”.

Como a “substância estendida” é também a substância sensível, terminou por revoltar-se contra o chicote, e nos nossos dias penetrou-se nas escolas fradescas para encontrar meninos com as orelhas feridas, ou, como em Tivoli, meninos que receberam a percussão do Chicote, gabando-se de tê-lo perdido.

Não falarei da pedagogia inglesa, que antes elogiava o “açoite a mi” e declarava “que o melhor meio de fazer uma esposa completa consistia em açoitar as meninas desde os cinco aos dezoito anos”.

Nada direi dos ingleses que querem conservar aqueles costumes, nem de certos pedantes alemães que ainda dissertam a respeito dos méritos do espancamento.

Revelou-se também a inteligência contra essa educação “espiritual”, que perturbava o espírito, segundo a expressão Guy-Partiu, e que consistia especialmente na arte de carregar a memória, de consertar os autores para obrigá-los a dizer o que nunca haviam pensado, de argumentar sem fim a respeito de necessidades e absurdos.

Quer dizer que a causa do progresso das ideias, as modificações e reformas introduzidas na educação; que sofre as mesmas flutuações e passa pelas mesmas fases do que a civilização, da qual é um dos principais fatores, já não fica resíduo daquela pedagogia bárbara, antinatural e desumana, que fazia Gargântua “um ser tão fátuo, néscio e ignorante que endurecia a vergonha e o castigo”, como disse Montaigne, e que a Revolução fez penetrar num mesmo saco. Se bem que a religião depois um pouco murcha, porém ainda vigorosa e mais astuta, e a antiga pedagogia, que burilou a universidade imperial, parece que ainda exhibe um pouco da orelha e da cauda.

Admito que não possa já dizer-se do ensino público: “Era melhor não aprender tais livros sob a direção de tais preceptores”. No entanto, ouvindo filosofar a certos doutores da Sorbonne, examinando os programas em que se concede tanto lugar e importância aos estudos inúteis ou secundários, em que a ordem dos conhecimentos não concorda sempre com o das ideias ou da utilidade, como queria Diderot, e principalmente quando se pensa nos métodos e no espírito do ensino oficial, surge a dúvida de se ainda vive a escolástica, a metafísica e a velha rotina universitária.

Quando se vê a maneira como governam, legislam e administram “as classes diretoras” saídas da universidade, há motivo para pensar que a sua mentalidade tem sido falseada ou, quando menos, não foi dirigida como recomendavam pedagogos como Rabelais, Condillac, Diderot, Sakanal, etc., e não falo dos alunos repletos de *SILABUS* e que certamente não depositam esse *VADE MECUM* na porta quando entram no colégio militar, nem quando lhes é confiado o comando dos exércitos ou a direção das administrações.

“Quando nos deixamos ainda guiar tão facilmente pelas palavras; quando aceitamos com argumentos irrefutáveis e fatos demonstrados as ideias admitidas, os lugares comuns, as velhas fórmulas, as entidades; quando o governo pessoal nos encontra tão mansos, quando permanecemos descobertos perante a autoridade abusiva, quando todas as novas

ideias nos encontram ainda tão tímidos... não é lógico acreditar que a educação pública não tem repudiado inteiramente a sucessão da velha irmã a propósito da submissão servil, o respeito cego, a repressão de todas as iniciativas e atrevimentos, a importância do vocábulo e do mito, a negligência do fato e da realidade?

Tem-se dado ligeiramente um grande passo declarando a instrução primária gratuita, obrigatória e laica, fechando ao padre a porta da escola, criando colégios e liceus para meninas e senhoritas.

Ninguém ignora, porém, que se pode ensinar muitos erros e tolices de modo gratuito, obrigatório e laico. Os programas, até os mais carregados, não são garantia suficiente. Pode-se ser instruído e ter uma mentalidade falsa. E assim é que se tem visto assembleias compostas de bacharéis e doutores que adoravam um bandido coroado e causavam a desgraça do país. O erro é pior do que a ignorância. E esta é invencível quando custa muito tempo e muitas penas confirmam-se nela.

É evidente que o menino tem o direito à instrução, que esse direito impõe um dever público: de onde resulta gratuidade e obrigação. Porém a obrigação tem consequências que devem aceitar-se.

As semirrevoluções votadas são insuficientes, nada remediam. Se o pai não pode alimentar, albergar nem vestir o seu filho, onde achará este alimento, casa e vestido?

Porque não há meio termo: ou dizeis, como Raband Saint-Etienne, que os filhos, desde o seio materno, pertencem à pátria – não vos provoque o sorriso, pensais como ele, posto que castigais o aborto voluntário –, e nessa ocasião pedireis a Lepeliéter Saint Fargean que todos os meninos, sem distinção, sem exceção, sejam criados em comum, alimentados, albergados, etc. à custa da República: ou organizar um estado social que faculte a todo homem ganhar a sua vida e a da sua família de maneira que não precise do trabalho dos seus filhos.

Fora disso não vejo mais do que contradição e injustiça.

Quanto à laicidade, não é somente a exclusão do “santo hábito” ou a proibição de um catecismo confessional.

A instrução será religiosa enquanto falar do Ser Supremo, do Criador, da Providência, da vida futura, das causas finais, da consciência inata, do livre arbítrio, dos castigos e dos prêmios do ultratúmulo e de outras abstrações quintessenciadas da suposta religião natural.

Poderá cair nesse vago sentimentalismo, nessa chorosa sensibilidade de Rousseau, de Basedow, de Pestalozzi e de Froebel, que é mais tenaz do que a fé na Virgem de Lourdes, porém não será científica nem laica.

“Respeitar a consciência do menino” antes de ser feita, “não turbata”, é uma utopia, salvo se não se ensina mais do que a dança, como M. de la Jeamotiere, e nem assim mesmo.

A escola neutra é um sonho; a moral invoca-se e aplica-se nela continuamente.

Existe porventura uma moral neutra que convenha ao mesmo tempo a Voltaire e a S. Ignácio?

Hoje, que o estudo do homem é mais científico, a pré-história e a etnologia nos dão exatos conhecimentos da infância da humanidade, que esclarecem a do indivíduo; a história melhor compreendida, que permite desenhar dos progressos da inteligência humana um quadro externo e metódico, revelador do verdadeiro sistema de ensino; a fisiologia cerebral que destrona e substitui a psicologia chamada a ciência da alma; a antropologia, que precisa de uma maneira rigorosa o lugar do homem na natureza, e a sua evolução física, intelectual e moral através do tempo e do espaço segundo os meios e as raças; toda a ciência, numa palavra, cujas descobertas sempre mais a teoria transformista e materialista exige que a pedagogia nova se aparte completamente da fraseologia sentimental de que ainda se abusa na escola e repudie os compromissos com as preocupações religiosas, morais ou de outro gênero, e se fundamente inteiramente, como já dissemos, sobre a história natural do homem.

09

*Necessidade do ensino racionalista*³²

• • • • •

COM O ESPÍRITO SERENO, LÍMPIDO, DESPREOCUPADO DA RUIDOSA E precipitada marcha para a conquista dos elementos inerentes às necessidades momentâneas, pensemos um momento sobre a grande questão que implica a necessidade de criar e difundir novos métodos de instrução e educação.

Há pessoas que ligam pouca importância aos métodos de ensino: o essencial é que os meninos aprendam... seja o que for.

Se algum interesse os pais tomam pela instrução dos filhos é para prepará-los em matérias de leitura e contabilidade, a fim de adquirirem, com menos embaraço, uma colocação de preferência, ou um diploma de certa profissão mais ou menos elevada.

Estuda-se sempre com o fim de suplantar os semelhantes na luta pela existência; nunca com o fim de criar uma cultura racional. Este critério não predomina somente nas famílias ignaras. Alguns militantes do livre-pensamento, e mesmo dos ideais mais ou menos libertários, afirmam que os indivíduos educados nos colégios dos jesuítas, quando passam para as nossas fileiras, vêm a ser os melhores elementos da nossa grei, porque agem com mais conhecimento de causa.

Outros - entre eles alguns simpatizantes da Escola Moderna, reunidos há pouco em conferência na cidade de Bruxelas - afirmam que o ensino racionalista vem a completar a instrução ministrada pelo Estado.

[32]. CARVALHO, Florentino de. *A Voz do Trabalhador*. Ano 07, n.46. Rio de Janeiro, RJ. 01.01.1914.

O critério que sugere essas apreciações é completamente falso e incongruente.

É certo que alguns dos modernos métodos da pedagogia racional e científica foram finalmente considerados como uma necessidade iniludível a todas as classes sociais e em substituição aos arcaicos sistemas de instrução e educação.

Mas as classes dirigentes, especialmente os Estados, tiveram o máximo cuidado de expurgar, com um escrúpulo verdadeiramente sistemático, todas as noções de ordem moral e intelectual que não se colimam com a série de privilégios, de convencionalismos e injustiças que vivem à custa do aniquilamento das harmonias naturais.

Esta tarefa não ofereceu dificuldades. O método intuitivo, demonstrativo e objetivo é o tecnicismo pedagógico, que pode ser mais ou menos limitado, e aplicado de forma a não prejudicar o regime estabelecido.

O método racional de analisar e conceber a natureza e a vida é o que foi desprezado porque os Estados e as castas aristocráticas ou burguesas não devem estar dispostos a abrir falência em benefício do bem-estar e do desenvolvimento integral de todos os indivíduos que fazem parte de toda a colmeia humana.

Além do fanatismo de ultratúmulo, que nas escolas oficiais se impõe a todos os alunos, ensina-se também uma nova religião, que varia segundo o tempo e lugar.

Na Rússia, a pedagogia tem por princípio a infalibilidade do czar; na Itália, obrigam-se os meninos das escolas a cantar hinos à monarquia e à casa de Savóia; na Argentina, os professores ensinam que a república é o estado normal da sociedade.

O Estado não educa o povo segundo o interesse do desenvolvimento natural de cada indivíduo. Educa-o, ou melhor, modela-o segundo as necessidades da conservação do regime político ou religioso estabelecido.

Num estado religioso, todos os súditos devem ir à missa; num estado monárquico, todos os habitantes devem amar o monarca; e num estado democrático, todos os cidadãos devem ser republicanos.

Em todas as nações, o ensino oficial esforça-se por incutir nas crianças o sentimento do dever, que se traduz numa série interminável de obrigações muito discutíveis, de obediências deprimentes, que vão de

encontro aos mais rudimentares princípios de liberdade e exigem a abdicção de direitos inalienáveis.

Este ensino frisa perfeitamente a diferença hierárquica de nacionalidades, de castas e de classes; a existência de indivíduos superiores e inferiores, segundo as condições econômicas, políticas, sociais e religiosas de cada um.

Nos primeiros, procura-se criar o sentimento, ou o instinto de dominação e de violência; nos segundos, o sentimento de resignação e de acatamento. Mesmo nas democracias, onde se diz ser um fato a igualdade perante a lei, a instrução é ainda um privilégio dos ricos. No entanto, a coerência é patente. Augusto Comte, na sua filosofia positivista, estabeleceu um sistema de instrução e educação compatível com o regime capitalista.

Diz, textualmente, que aos ricos deve ser dada uma instrução integral ou universitária; e aos operários, uma instrução elementar e profissional.

Percebe-se claramente o fim deste sistema para que insista em dar explicações.

Pensemos, também, que a ciência fulgente do ensino oficial não é a ciência propriamente dita, é uma pseudociência segundo a qual a vida das espécies baseia-se no falso conceito da luta de todos contra todos, luta que produz a seleção e a evolução natural.

Se esta luta fosse o único impulso das espécies, de há muito que estariam completamente aniquiladas.

Para destruir este sofisma é que Kropotkin escreveu a sua genial obra *O apoio mútuo*,³³ assentando os verdadeiros princípios da teoria da evolução natural, demonstrando que a solidariedade é um dos principais fatores da vida e do desenvolvimento das espécies.

* * *

[33]. **Nota do Org.:** Este livro, fundamental no pensamento de Kropotkin, porque indica conceitos presentes, explícita ou implicitamente, em todos os seus escritos, não tem edição no Brasil. Ver: KROPOTKIN, Piotr. *El Apoyo Mutuo*: un factor de la evolución. Móstoles, Espanha: Madre Tierra, 1989.

Os métodos de educação oficial são criados de forma a despertar nas crianças o pré-histórico e bárbaro instinto de caça, o gosto pelas armas e pelo assassinato, com a diferença de que não é a caça aos outros animais, por uma necessidade fisiológica: é a caça ao homem, por um preconceito errôneo e por uma necessidade alheia, necessidade de uma classe que não poderia subsistir sem a guerra permanente.

Este preconceito é o culto à bandeira, que simboliza uma nova divindade indefinida e indefinível, que se chama pátria ou nação, e que parte de um princípio exclusivista e antagônico à solidariedade humana.

O culto à bandeira estende-se aos numerosos santos – pais da pátria – que constituem o calendário do Estado. Estes mal chamados pais da pátria são ou foram homens como os outros e frequentemente os que mais tiranizaram e escravizaram os povos, são os defensores dos privilégios e por isso os glorificam.

O ensino oficial produz, entre outros, os seguintes vícios e enfermidades:

- a - Pessimismo;
- b - Tristeza;
- c - Temperamento irascível;
- d - Orgulho exagerado;
- e - Presunção;
- f - Ódio e desprezo ao estrangeiro;
- g - Inclinação a ferir com gestos e com palavras a suscetibilidade de outrem, sentindo prazer em irritar e humilhar;
- h - Inveja dos que gozam de melhores regalias;
- i - Falsa comiseração pela extrema pobreza, que reflete a diferença de condições.

Esses fatos podem ser corroborados pelos pais cujos filhos frequentem alguns meses ou anos as escolas do Estado, e queiram observar neles com atenção os efeitos do referido ensino, que não tem nada de comum com o racionalismo, completamente hostil a este, “verdadeiro curso de envenenamento”.

A escola racionalista explica as ciências naturais sem preocupação de espécie alguma e sem olhar as consequências, porque não há temor de que as verdades científicas venham prejudicar a felicidade humana.

O fim da educação, segundo o racionalismo, não é o de favorecer um partido ou um regime político qualquer: o seu fim é formar seres aptos para se governarem a si mesmos; não seres aptos para serem governados pelos outros (spencer).

Finalmente, há quem julga que a Escola Racionalista deve ser neutra.

Se fosse possível o funcionamento de uma escola neutra, esta pouco poderia ensinar, porque os conhecimentos adquiridos destroem as velhas noções que predominam nas sociedades e na mente das multidões.

Existe porventura uma moral que convenha ao mesmo tempo a Voltaire e a S. Ignácio?

Quando estudamos um simples compêndio de geografia que nos descreve a flora e a fauna e outras riquezas dos diversos países, dando a entender que são desfrutadas por todos os seus habitantes, poderemos racionalmente deixar de explicar que essas riquezas beneficiam exclusivamente determinados indivíduos e que a imensa maioria se define de miséria, ao pé dos grandes depósitos, que produziram com o seu trabalho?

Não, a escola deve tender para a educação integral, não escondendo nenhuma das verdades demonstradas pela experiência; deve facilitar os meios para que os alunos possam adquirir os conhecimentos mais essenciais, a fim de que eles próprios criem a sua educação.

Para formar uma verdadeira cultura, é preciso criar ao redor da infância um ambiente de justiça, de independência e de estética que a liberte dos vícios e dos preconceitos que adquire quando está em contato com os elementos de degeneração da sociedade presente.

E não há dúvida de que, com este método de educação, se conseguirá formar homens mais equilibrados, mais sãos, mais racionais do que os que possam vir ao nosso campo passando primeiramente pelas academias da corrupção e do fanatismo, cujos vestígios dificilmente desaparecem de uma forma radical.

10

*O direito à instrução*³⁴



_____ ³⁵ de cada um educar os filhos como entendesse, facultados os meios educativos racionais e humanos, sem intervenção dessa entrosagem cruel e esmagadora que se chama Estado.

Quem se recusaria a aprender se tivesse o conforto para viver? De-sejo por enquanto que se preocupem os nossos supremos tutores em dar feição mais prática ao ensino e facilitem a aprendizagem das profissões liberais e não cuidem exclusivamente de formar bacharéis e criar universidades.

Espantam-se e clamam contra a chusma de diplomados em busca de cargos públicos. É todo o espanto! A consequência lógica da orientação oficial do ensino é forçosamente esta.

O Estado só prepara a mocidade para isso ou para o militarismo.

Os bacharéis inúteis, ou militares prejudiciais. Exagera-se, leva-se ao extremo a preocupação de forjicar patriotas e não há muito que se disse que toda a mocidade brasileira deveria ter educação militar e guerreira? O interesse do indivíduo é posto à margem, o interesse do Estado, que não é absolutamente o da coletividade, é tudo. Quer-se uniformidade no modo de pensar e não se procura respeitar o pensamento de cada um. Noutros tempos, os padres prepararam bons e fervorosos católicos, hoje se criam guerreiros ou serviçais do Estado.

Nas escolas públicas, há a mesma preocupação estreita do patriotismo, do nativismo e do ridículo, e o que se refere à instrução cívica

[34]. LUZ, Fábio. *A Rebelião*. Ano 01, n. 01. São Paulo, SP. 01.05.1914.

[35]. **Nota do Org.:** As primeiras palavras do artigo na fotocópia consultada estão ilegíveis.

toma grande parte dos programas com interpretações constitucionais e hipertrofia de nacionalismo.

A instrução moral ainda tem caráter anedótico e de fábula.

Cada município tem seu método de ensino, e a igualdade tão falada não se encontra nem nos processos educativos, os sertanejos não têm mestres nem material escolar, nem programas que de longe se pareçam com os das capitais.

E a escola primária, escola de proletariado o qual nela resume todo o seu tirocínio literário, deveria fornecer soma tal de conhecimentos concretos, práticos e exatos que lhe servisse para orientação e guia e norte a uma vida inteira de luta e de trabalho sem repouso, pois que as folgas forçadas por dispensa do serviço são empregadas nos gabinetes dos mestres de obra e diretores de oficinas à busca de colocação nesse regime nefasto do salariado. Não chega o tempo para aperfeiçoamento intelectual, todo ele absorvido pela questão primária e material do pão.

11

Da porta da Europa *Educação e ensino*³⁶

• • • • •

Lisboa, 25 de abril

COM ESTA CÁLIDA PRIMAVERA, NESTE ABRIL CHEIO DE PRENÚNCIO de julho, quando as papoulas rubras, que matizam os campos e tecem, aqui e ali, cobertores encarnados, à tarde pendem e cerram a corola sob os beijos calcinantes do sol, não apetece muito falar de política, nem de visitas entre majestades régias ou republicanas, nem sequer de guerras com o pretexto hipócrita de estúpidos pontos de honra nacionais...

Entorpecido, pois, por este calor precoce, bem a custo me interessaria um assunto se me não acudisse o meu amigo Dr. Adolfo Lima enviando-me três trabalhos seus: *Educação e Ensino*, *O Ensino da "História"*, *O Teatro na Escola*.

A leitura das três brochuras induziu-me a mandar para a Lanterna, em vez duma seca notícia bibliográfica, o resumo de algumas impressões; e se eu assim não dispensar os meus amigos de lerem estes opúsculos, tanto melhor: julgo que terei assim prestado um serviço, não tanto ao autor como ao leitor e às ideias novas.

Adolfo Lima não observa as coisas sobre que escreve, do fundo do seu gabinete, entre rimas de livros volumosos e graves, nem enche os seus escritos de citações e de erudição de compêndio. O que lê, assimila-o e

[36]. VASCO, Neno. **A Lanterna**. Ano 08, n. 243. São Paulo, SP. 16.05.1914.

dá-lhe uma expressão pessoal; e há nele acima de tudo o prático, o técnico, o experimentador de ideias e processos novos, – pois que é professor na Escola Oficina n. 1, a bela instituição de que já me ocupei neste lugar. Vantagem considerável.

Que de educação e ensino toda a gente percebe e tagarela: assim o diz Adolfo Lima, com justeza. Quando, por exemplo, se começou a falar de Escolas Modernas, de educação integral, de ensino intuitivo ou racional, todos sabiam já o que era, todos o tinham aconselhado, promovido, aplicado. E todos o confundiam simplesmente com ensino laico... Simplesmente... O nosso amigo, é claro, trata pacientemente de explicar a diferença entre as duas coisas.

E assim, através das 130 páginas do seu livro *Educação e Ensino (Educação integral)*, é um rosário de ideias úteis e fecundas, de sugestões, de elucidações, de ataques a nocivos preconceitos. Num capítulo sobre a educação religioso-militarista, diz o absurdo e os males da militarização das escolas e mostra-nos o espírito jesuítico ainda dominante, a despeito de tabuletas aparentemente contrárias, espírito que tem uma das suas manifestações nas formaturas escolares. Noutro capítulo, é do ensino que Adolfo Lima se ocupa: dos seus programas e métodos, do ensino da educação social, do ensino primário, da reforma ortográfica. E faz por fim uma série de justas observações sobre a educação e o ensino em Portugal, – dedicando, aliás, à criação dum ministério de instrução um ceticismo não muito severo, porque, no fim de contas, cá para mim, melhor fora que o Estado, ricamente dotado duma abundante incompetência em tais matérias, deixasse em completa paz a educação, a arte, a filosofia, a ciência, a religião...

Num opúsculo de 62 páginas, Adolfo Lima faz uma excelente crítica ao ensino do que, nas escolas primárias e secundárias, se chama “história” e à matéria ensinada. Não tentarei resumi-la: é preciso lê-la. É necessário refletir sobre esta brochura, em que as ideias e argumentos fortes se sucedem sem interrupção, em que não há uma frase escusada e que fecha com o plano de ensino da sociologia por ele seguida na prática.

Finalmente, é o papel do teatro na escola que Adolfo Lima nos evidencia num folheto de 30 páginas, rico de pontos de vista novos e entusiasmadores para os que sinceramente amam a escola – com aquele amor desinteressado e profundo, que é o do nosso amigo, mas já não

é, por exemplo, o dos políticos, amantes da instrução com espalhafato, cerimônias oficiais e segundos fins...

Muito felizmente, Adolfo Lima não é político; a política, no sentido ordinário da palavra, detesta-a ele cordialmente. É um trabalhador, um estudioso, que não chega mesmo a ser orador, que faz em vez de pregar, que dá boas lições, não só às suas crianças, mas a nós todos, que nos fornece o fruto aos seus estudos e experiências, em vez de pomposas declamações patrióticas em sessões solenes. Honra lhe seja. Devemos felicitá-lo calorosamente por isso.

E ler-lhe os trabalhos...

12

*O positivismo do sr. Trajano*³⁷

• • • • •

O ABASTADO ENGENHEIRO TRAJANO VIRIATO DE MEDEIROS, HÁ DIAS, respondendo aos operários de suas oficinas em greve, declarou que não era patrão, mas um mero detentor do capital.

É sabido que o sr. Trajano de Medeiros é positivista e, portanto, adota a fórmula do autor da filosofia positiva – o capital, social em sua origem, deve ter um destino social mediante uma apropriação pessoal.

Ora, o capital de que é detentor o sr. Trajano não poderia ter destino mais social do que empregado em amparar os seus operários, que o estão produzindo, abrigando-os da fome. Esses operários estão com quinze meses de atraso em seus salários; o sr. Trajano, segundo a sua doutrina, não lhes paga o trabalho porque “não há dinheiro que pague o trabalho humano”; dá-lhes somente o necessário para que se mantenham. Mas, se há quinze meses não lhes paga os salários, lógico seria que também para si não retirasse quantia alguma do capital de que está apropriado ou é detentor. Entretanto, S. S. ainda não sofreu qualquer mandato de despejo, paga os fornecedores do pão, da carne e do leite que consome, nada deve ao alfaiate, anda de automóvel, vai aos cinemas, aos teatros, etc.

Francamente vale a pena ser mero detentor de capital, como o é o Dr. Trajano de Medeiros.

[37]. VIOTTI, Francisco (Não assinado). **A Vida**. Ano 01, n. 01. Rio de Janeiro, RJ. 30.11.1914.

13

Comentários à carta dirigida ao coletivo editorial da revista A Vida, pelo vice-diretor do Apostolado Positivista no Brasil, Raimundo Teixeira Mendes³⁸

• • • • •

É COM GRANDE PRAZER QUE ACIMA ESTAMPAMOS A CARTA QUE NOS dirigiu o eminente Sr. R. Teixeira Mendes a propósito do 1º número desta revista. Maior sucesso não poderíamos esperar do que o de provocar esta carta do vice-diretor do Apostolado Positivista do Brasil, cuja capacidade intelectual, cujos dotes de coração e cuja sinceridade de convicções são sobejamente conhecidos, por uma propaganda das doutrinas de Augusto Comte, durante mais de trinta anos.

É, portanto, com grande alegria que vamos terçar armas com tão douto adversário, firmemente convencidos de que a desigualdade entre a sua alta mentalidade e a nossa não impedirá de lhe mostrarmos o que há de quimérico no sistema político e religioso do grande filósofo de Montpellier em face da filosofia anarquista.

Passemos a contestar as afirmações do Sr. Teixeira Mendes.

Invocando a fraternidade, que, no seu entender, resulta das propensões altruístas, aceitaria a nossa revista como um sinal de cordiais

[38]. VIOTTI, Francisco (Não assinado). *A Vida*. Ano 01, n. 02. Rio de Janeiro, RJ. 31.12.1914.

relações entre ele e nós, mas essa mesma fraternidade lhe impede de assiná-la.

A isto temos a dizer que o grupo editor d'A Vida ainda não pode viver da propaganda dos seus ideais, pelo que se vê obrigado a viver para essa propaganda. Nessas condições, natural é que se dirija àqueles que, ainda que por caminhos diversos, trabalham por transformar a sociedade, organizando-a de modo a aumentar a felicidade humana que, em vão, toda gente busca.

Da mesma forma por que Augusto Comte instituiu uma subvenção da Igreja Positivista à Igreja Católica, quando esta deixasse de ser subvencionada pelo Estado, por considerar a religião da humanidade a sua legítima sucessora. O anarquismo vê com simpatia a propaganda das doutrinas de Augusto Comte, cuja filosofia resumiu em uma bela síntese todos os conhecimentos humanos até a época do seu aparecimento.

Não pretendemos, entretanto, qualquer auxílio material da Igreja Positivista, pois que bem conhecemos os seus estatutos, que a isso se opõem, pelo que, apenas como um sinal de cordiais relações entre nós e ela, lhe enviamos com dedicatória um exemplar do 1º número d'A Vida. Mas o sr. Teixeira Mendes, individualmente, que, como nos diz, lê Kropotkin e, portanto, compra as produções deste eminente escritor e as guarda na sua biblioteca, sem quebra dos princípios da fraternidade que “resulta da propensão dos pendoros altruístas”, poderia perfeitamente não só ler, como também guardar na sua estante a nossa modesta revista.

Para nós anarquistas, egoísmo e altruísmo sempre andaram confundidos, mesmo porque aqueles pendoros chamados altruístas, no fundo, nada mais são que puro egoísmo.

Quem dá o último pedaço de pão para matar a fome a um semelhante, quem se despreza da última coberta para abrigar a outrem prestes a morrer de frio pratica esses atos, que o positivismo chama altruístas, porque sentirá maior prazer em matar a fome ao faminto e em abrigar o outro do frio do que se ele mesmo comesse esse pão e se abrigasse com essa coberta. Da mesma forma, quem arrisca a vida para salvar a de outrem o faz para evitar o sofrimento que lhe resultaria se não praticasse essa ação. Daí resulta que agimos *sempre* para sentirmos um prazer ou para evitarmos um sofrimento.

Atribua-se esses atos ao egoísmo ou ao altruísmo, isso pouco nos importa, porque a verdade é que, no fundo, tudo redunde em egoísmo.

Quanto às ponderações que nos faz o sr. Mendes a respeito da capa da nossa revista, lhe temos a dizer que foi justamente o amor que no-la inspirou. É por amor aos nossos semelhantes que somos anarquistas; é por amor à nossa espécie, a nós mesmos e à sociedade que combatemos a injustiça, que odiamos os exploradores e os opressores dos nossos semelhantes: e, se odiamos, é porque o ódio é também uma manifestação do amor. Quem odeia alguém ou alguma coisa é porque esse alguém ou essa coisa prejudica aquilo que amamos.

Aos indiferentes, Dante recusou o próprio inferno.

Para nós anarquistas, não basta de lutas fratricidas, pois foi em meio de um mar de lágrimas e de sangue que a humanidade pode chegar ao grau de desenvolvimento moral, intelectual e material em que nos achamos. E, se como diz o sr. Mendes, a “abolição da escravidão antiga foi obtida na Idade Média sem uma única insurreição”, não é menos verdade que foi a Grande Revolução que executou por uma ação sangrenta e fratricida tudo quanto o passado havia elaborado até então.

Não fomos injustos, como se afigura ao sr. Mendes para com o eng. Trajano Viriato de Medeiros, contra quem não nutrimos qualquer antipatia. Em rápido comentário, apenas fizemos ressaltar a insuficiência das suas doutrinas, pois sendo ele “um industrial positivista que tem sempre trabalhado pela *incorporação do proletariado à sociedade moderna*”, se vê a braços com uma greve na qual os operários das suas oficinas pedem o pagamento de 15 meses atrasados de salários!

Entretanto, esse mesmo engenheiro se considera *mero detentor* de capital representado por sua empresa!

E que diferença há entre qualquer outro proprietário não positivista e o sr. Trajano de Medeiros?

Porventura o Sr. Trajano partilha das privações dos operários, oriundas do atraso de 15 meses de salários? Deixou aquele engenheiro de solver outros compromissos? Teve alguma letra protestada?

E como é que, considerando sagrado o salário do operário, deixa justamente de pagar esse salário para atender a outros compromissos?

Ora, o que ficou evidenciado do procedimento desse industrial positivista não é que a “doutrina positivista seja superior a seus órgãos quaisquer”, mas que não há órgãos que a possam representar, tão quimérica e falaz é ela.

Além do mais, Augusto Comte justifica a propriedade individual; mais do que isso; acha-a necessária, porque para ele só mediante uma apropriação pessoal o capital poderá ter um destino social.

E eis a diferença entre as soluções do problema social dadas pelo positivismo e pelo anarquismo.

Enquanto o positivismo prega a apropriação pessoal do capital, o anarquismo reconhece que o capital sendo social em sua origem deve ter um destino social, *mediante uma verdadeira expropriação individual*.

Não podemos aceitar a resignação até o martírio que o sr. Mendes prega e que Cristo já pregara pela ação, se verdadeira foi a sua existência.

“Cumpra o teu dever, aconteça o que acontecer” também é máxima que aceitamos, mas para nós o dever não é suportar resignadamente a opressão e a tirania de quem quer que seja e sim defender, a todo o transe, seja como for, a nossa liberdade, o direito que temos à vida, enfim, a igualdade econômica na sociedade.

Admira-nos que o sr. Mendes condene tão formalmente as greves quando Augusto Comte jamais deixou de reconhecer esse direito aos operários.

Para terminar, diremos ao sr. Mendes que, enquanto o positivismo baseia a moral do homem na influência de seres externos a ele, o anarquismo proclama que o “senso moral do homem não é senão o desenvolvimento dos instintos, dos hábitos de apoio mútuo, que existem em todas as sociedades animais bem antes da aparição sobre a terra dos primeiros seres de aparência humana”. Mas, para nós, assim devia ser, pois Comte não pôde participar do imenso progresso científico que se seguiu imediatamente à sua morte. Daí a nossa convicção de que, se o genial filósofo tivesse vivido mais tarde, teria evoluído fatalmente para o anarquismo.

14

As escolas e sua influência social. O ensino oficial e o ensino racionalista³⁹

• • • • •

AS ESCOLAS, FONTES ALIMENTADORAS DAS CAUDAIS DE IDEIAS QUE tão poderosamente influem no destino das sociedades humanas – devem, por certo, merecer a mais acurada, a mais cariciosa, a mais desvelada dedicação por parte dos reformadores sociais, dos que sonham um futuro diferente para a humanidade, – porque é nelas, justamente nelas, nos seus bancos e nos seus livros que se preparam as novas gerações, que fatalmente serão arrastadas para a felicidade ou para a desgraça, para o bem ou para o mal, para a liberdade ou para a escravidão, para a paz ou para a guerra, para a vida ou para a morte, segundo o critério em que elas se baseiam, segundo o espírito bom ou mau que as anima e o objetivo a que elas se destinam.

É nelas que reside o segredo da força mantenedora dos preconceitos patrióticos, das convenções sociais, das superstições e dos dogmas religiosos.

Daí, pois, a razão porque o Estado e a Igreja disputam entre si a primazia no mister da instrução popular e têm as suas vistas constantemente voltadas para a questão do ensino, procurando aumentar sempre e de maneira considerável as instituições destinadas à formação de mentalidades que melhor se adaptem à vida de degeneração e perversidade

[39]. PENTEADO, João. *A Vida*. Ano 01, n. 02. Rio de Janeiro, RJ. 31.12.1914.

das sacristias e dos quartéis que à atmosfera sadia da liberdade e da felicidade resultantes da emancipação da consciência e do pensamento.

Isso quer dizer que ambos, em sua arguta previsão, já imaginaram que não poderia haver mais hoje igrejas, nem conventos, nem casernas se não fora o árduo e incessante trabalho de suas inumeráveis escolas. É nelas que se amoldam, é nelas que se mutilam as consciências, que se atrofia a razão e se infiltram na alma da infância as mentiras patrióticas e religiosas.

E por esse motivo, só por esse motivo, as escolas sempre mereceram e ainda merecem as mais fortes, as mais sérias preocupações da parte dos mais argutos e perspicazes chefes de nações e ministros religiosos, que se dão ao trabalho de monopolizar o ensino público para se precaverem contra o progresso das ideias novas que levam os trabalhadores à revolta, à luta, à guerra contra todas as explorações do homem pelo homem, contra todas as injustiças, contra todos os privilégios sociais.

Não houve nação no passado que não houvesse instituído escolas de acordo com a sua mentalidade, com as suas aspirações e seus sentimentos. Mas se elas correspondiam à forma, à maneira despótica de governo daquelas eras – as de hoje, todavia, com quanto nos gabemos de ser tão civilizados, não deixam de ter senão pequeníssima diferença.

As escolas oficiais do Estado são umas casernas em perspectivas. Nelas, em vez de se prepararem homens para uma sociedade humana, apenas se tem a preocupação de transformar as gerações nascentes em futuros gendarmes, formando-lhes uma mentalidade assassina e belicosa, propensa para o derramamento de sangue, para o saque, para o espingardeamento de seus semelhantes, para a obra de devastação das cidades, de vilas, de aldeias populosas das nações cujos chefes estejam em desacordo com os seus.

E querem uma prova?

A guerra europeia aí está, com todos os seus horrores, para provar da maneira mais frisante, mais forte e mais inconcussa o que acabamos de afirmar.

Ela não é senão o fruto de um lento e premeditado trabalho elaborado nas escolas oficiais das nações conflagradas, que preparam surdamente os espíritos de seus concidadãos para a tremenda e vergonhosa

luta que tem posto em jogo todas as forças destruidoras inventadas pela perversidade humana, levando a dor, a miséria, o desconforto e a morte por toda a parte.

E esse prélio terrível, essa luta monstruosa, esses embates furiosos, bárbaros, selvagens em que se lançam os povos da velha e mais culta parte do mundo civilizado tiveram começo primeiramente nas escolas oficiais, por meio da infiltração do nefasto patriotismo, que inocula no espírito da juventude de uma nação ou de uma raça o sentimento de repulsa, de despeito e de ódio pelos indivíduos de outra raça. As escolas prepararam e as casernas, por seu turno, completaram a obra terrível, auxiliadas pela imprensa vendida ao serviço dos promotores das guerras internacionais, que são os chefes de Estado e os banqueiros.

Foi assim que se produziu a guerra europeia e será assim que se reproduzirão outras tantas hecatombes futuras – se nós, os que trabalhamos pelo bem da humanidade, não opusermos à influência nefasta destas escolas de perversão e de morte a benéfica, a eficaz, a salutaríssima ação das nossas escolas racionalistas, que excluem de seu programa todos os preconceitos patrióticos e religiosos, tendo sempre em mira, antes de tudo, a educação e a instrução da infância de acordo com a razão e com a verdade das coisas, que constituem o objetivo principal de nossa vida e a razão de nossos atos, já fazendo despertar-lhe todas as aptidões naturalmente manifestadas para o trabalho produtivo, para a ciência e para as artes, já a encaminhando de modo humano e racional para a conquista de todas as felicidades, descortinando para suas vistas horizontes novos, fulgurantes, iluminados.

É este, pois, se bem que modestamente, o trabalho que temos iniciado em S. Paulo e que precisa, decerto, da decidida boa vontade de todas as consciências livres, da cooperação de todos aqueles que sentem a verdadeira e urgente necessidade de se opor uma barreira a tanta degenerescência moral que se observa nos espíritos de nossos contemporâneos.

A sociedade degenerada, perdida, desorientada debate-se num caos reclamando o trabalho de reforma iniciado com tanto sacrifício pelos apóstolos do bem, da verdade e da justiça, que deram o melhor de sua vida pela causa da redenção humana.

Não esmoreçamos, pois, na luta!

Marchemos para frente!

A causa da reforma exige a nossa dedicação, o nosso esforço.

Mãos à obra!

As escolas racionalistas serão o meio, e a transformação social, o fim, de nossos atos, de nossa dedicação, de nosso esforço de hoje e de amanhã e de sempre, enquanto pudermos articular uma palavra, mover um passo, fazer um gesto enunciativo de força, de energia, de vida!

As escolas racionalistas, as escolas livres, as escolas despidas de todos os prejuízos políticos, sociais e religiosos – eis o recurso mais eficaz, mais poderoso, mais praticamente realizável para a consecução do ideal luminoso, radiante de amor, de bondade e de justiça, que tenta reabilitar a humanidade para a vida de harmonia e de fraternidade que se nos afigura perto, muito perto, na perspectiva feliz e iluminada da cidade futura, em que seremos todos iguais, fortes e livres sobre a Terra livre.

Aí, então, não haverá mais mendigos nem potentados, porque o homem, emancipado, de posse de todos os seus direitos, saberá tirar da nossa mãe Natureza o pão da alegria e o pão da vida.

S. Paulo, 15 de dezembro de 1914.

15

*Positivismo e anarquismo*⁴⁰

• • • • •

O EMINENTE SR. TEIXEIRA MENDES TEVE A AMABILIDADE DE NOS cativar com a sua estimada visita a esta nossa modesta redação.

O respeitado vice-presidente da Igreja Positivista Brasileira veio apresentar-nos pessoalmente “algumas reflexões destinadas a remover as objeções” que opusemos à carta que publicamos no nosso número anterior.

Recebeu-o nosso companheiro Miranda Santos, que atentamente escutou a longa, eloquente, interessante e sempre cordial conversa em que o sr. Teixeira Mendes expôs todas as observações que julgou dever fazer-nos à nossa ligeira refutação às suas considerações. E concluída ela, o nosso companheiro Miranda Santos ponderou ao nosso ilustre visitante que muito do nosso agrado será que os leitores da *Vida* tomassem conhecimento das suas objeções, prontificando-se o sr. Teixeira Mendes a escrever um artigo sobre alguns pontos da nossa refutação, em especial, relativamente à nossa confusão – disse – sobre altruísmo com egoísmo.

Como, porém, o seu artigo resposta atingisse certa extensão, o sr. Teixeira Mendes não quis ocupar as colunas da nossa revista e resolveu imprimi-lo em folheto, indo a sua gentileza ao extremo de nos oferecer tantos exemplares do seu folheto quantos os da nossa revista para distribuímos aos nossos leitores.

Os recursos da pequena tipografia anexa ao Templo da Humanidade não permitiram, porém, que esse avulso ficasse pronto a tempo de ser intercalado no presente nº da *A Vida*, o que será feito no número imediato.

[40]. VIOTTI, Francisco (Não assinado). *A Vida*. Ano 01, n. 03. Rio de Janeiro, RJ. 31.01.1915.

Ao sincero, erudito e incansável apóstolo da humanidade, agradecemos tantas e tantas provas de benevolência.

16

*A instrução e o Estado*⁴¹

• • • • •

ESTÁ EVIDENTE, À SIMPLES APRECIÇÃO, O QUANTO DE NOCIVIDADE resulta da dependência em que a instrução contemporânea vive para com o Estado. Altamente lastimável é este protetorado sobre uma instituição social que necessita de uma liberdade própria, a mais plena e completa possível. O indivíduo socializado, não sendo como demonstram as leis do determinismo mais que o resultado de três fatores preponderantes na gênese – hereditariedade, educação e meio, será na vida em comum tanto melhor ou pior quanto as influências criadoras atuarem para o bem ou para o mal.

O homem que, por efeitos de hereditariedade, vem ao mundo com predisposições grosseiras poderá modificá-las ou aniquilá-las, servindo-se do auxílio fornecido pelas deformações resultantes da convivência social, isto é, do meio, ou dos conhecimentos metafísicos que lhe forem ministrados, isto é, da instrução. De forma oposta, o ser predestinado que herda, dos seus ascendentes, inclinações as mais felizes está determinado a desenvolvê-las, aumentando-as vantajosamente, ou a atrofiá-las, em prejuízo próprio e da sociedade. Então, verificada a segunda condição, uma substituição mais ou menos completa da inteligência pela brutalidade, de uma forma mais perfeita por outra mais retrógrada, dar-se-á fatalmente.

Desse raciocínio, evidencia-se a maior importância dos dois últimos fatores enunciados, ambos de ação modificativa, e dos quais incontavelmente o primeiro reclama uma atenção mais delicada. O ser malé-

[41]. LIMA, Éfren. *A Vida*. Ano 01, n. 03. Rio de Janeiro, RJ. 31.01.1915.

fico por origem submetido a uma orientação meticulosa, dirigido para o bem supremo, e vivendo num ambiente adiantado, onde as aspirações elevadas predominem, perderá quantitativamente o instinto para o mal.

A energia primordial adquirida por via biológica poderá ser apaziguada ou extinta por via de adaptações deformantes e posteriores. Portanto um esforço coletivo de todas as pessoas das várias nações das diversas raças terrestres e tendente a tornar a educação dos novos indivíduos a primeira preocupação da humanidade, colocando-a em nível superior e purificando zelosamente o meio social, deveria constituir o horizonte para o qual seriam dirigidos os valores máximos dos nossos trabalhos.

Agora que esboçamos os pontos principais do argumento, perguntamos: haverá essa comunhão de vontades? A educação subministrada atualmente aos povos atingiu tal perfeição? É fácil constatar o contrário.

Em todas as nações em que foi a terra parcelada, é regra geral que o Estado, o governo constituído, encarregue-se do ensino público, tanto em sua parte primária como na alta fração das academias e universidades.

É o Estado quem possui a faculdade de nomear professores, selecionando-os entre os candidatos que lhe parecem mais aptos para o mister de conservadores das tradições.

O povo custeia, e os governos administram. Compreendendo, com a sagacidade peculiar aos dilapidadores, a grande importância da instrução pública como arma para a tácita submissão das massas ao jugo autoritário, os governos de todos os países apressaram-se em fazer da sua distribuição uma espécie de exclusividade para os poderes diretores. Amordaçada, com os movimentos em parte tolhidos ou desviados do alvo que visava, ela debate-se sob a monstruosa tutela do mais rancoroso inimigo.

As escolas públicas, primárias e superiores, fornecem uns programas instrutivos cuidadosamente compilados pelos governos e consoante com os seus interesses econômicos, políticos, partidários, etc.

O jovem que entra para um curso neófito nos preconceitos sociais, isento de concepções metafísicas anteriores, é imediatamente assediado por todas as abstrações hipócritas costumeiras. Ensinam-lhe crenças religiosas, amor pelas pátrias, respeito às autoridades, obediência às leis, proteção à propriedade privada e milhares de monstruosidades análogas. E a desgraçada criança, convicta de que adquire o conhecimento do bem

e da sabedoria, vai lentamente assimilando o veneno degenerescente do erro. Ah! É realmente assim! E aí está a causa por que desprezamos todos esses professores de conhecimentos antiquados e uniformes, assalariados pelo Estado! Como são abomináveis e perversos! Também uma biblioteca fartíssima acha-se criada para uso dos estabelecimentos de educação pública e particular.

Milhares de autores precisos de numerário que lhes assegure o pão diário escreveram esses livros. Visando em primeiro lugar ao lucro, à recompensa abundante dos seus labores, esses escritores sem escrúpulos sacrificaram o porvir do estudante ao egoísmo pessoal. Elaboraram obras pueris, concordes com as tolerâncias do meio, que acham bom como é e ao qual nunca ousariam tentar uma depuração. Esquivaram-se da apresentação de ideias novas e robustas com propensões a refundi-lo.

Temos lido dezenas desses volumes e sempre o nosso espírito é obrigado a acompanhar a espiral infinita de conceitos maus, contrários à perfeição intérmina que almejamos. E todos repetem, uníssonos, o canto venenoso – amai vossa pátria, ela é melhor que todas as outras! Acatai as ordens sagradas da autoridade! Adorai vosso Deus! Nada de sublevações, obedecei, obedecei! Como são doentios, nocivos todos esses livros que conhecemos para uso das escolas! Infiltram na mentalidade indecisa do estudante ideias pequeninas, criações confusas e, quando o jovem faz-se homem, percebe as areias estéreis em que está imobilizado e empreende sua libertação, esta é dolorosa.

A lei do hábito é mundial e os que são por ela dominados, só com lutas formidáveis conseguem fugir ao jugo. Um ser *habitua*do é um ser *escravizado*. Libertar-se e habituar-se são duas ações incompatíveis, são duas leis igualmente poderosas, que se repelem, que se querem esmagar. O bovino estúpido que, por anos consecutivos trabalhou sob o peso da carga, habitua-se e, quando a invalidez o liberta, não pode mais suportar a ausência do suplício. Então se lhe apresentarem o pesado madeiro, ele inclinará servilmente o pescoço para receber o instrumento que lhe macera as carnes.

Também o homem habitua-se e mais ainda que os outros similares do reino. Tenha-se em vista as desgraçadas vítimas dos vícios, – esses milhares que jogam, arruinam-se, bebem álcool, envenenam-se e que não podem deixar de assim fazer. É um grande mal e que poderemos

evitar. Assim como o corpo físico modifica-se de instante para instante, também o conjunto moral deverá modificar-se. O hábito, a imutabilidade é a quietude, o aniquilamento e opõe-se à transformação evolutiva, ao progresso.

Irmãos nossos, fugi, fugi do *hábito*, caminhai para a *liberdade*, para a *mutação*, para a *perfeição inacabável*. Jamais até hoje um segundo homem compreendeu melhor do que Ferrer a necessidade de um ensino racional, novo e que, se afastando do dogmatismo pedagógico presente, ministrasse uma educação realmente impecável e que evoluísse a par com o desenvolvimento das ciências. Ao mártir excelso, coube a glória de realizar esse ideal tão puro; e aos homens filantrópicos, cumpre o dever de amparar a obra iniciada, consolidá-la e multiplicá-la infinitamente.

17

*Uma conferência*⁴²

• • • • •

EMBORA COM ATRASO LONGO, PUBLICAMOS AGORA UM LIGEIRO RESUMO da magnífica conferência que, sob o tema: “A moral positivista e a moral anarquista; o problema social sob o ponto de vista positivista e sobre o ponto de vista anarquista”, o nosso camarada Orlando Correia Lopes realizou na noite de 18 de dezembro, a propósito da greve dos operários das oficinas de Trajano de Medeiros & C., na sede da Federação Operária do Rio de Janeiro.

Depois de historiar a greve do pessoal das oficinas do engenheiro Trajano Viriato de Medeiros, de quem se declara amigo, o nosso camarada faz ressaltar a insuficiência do positivismo, pois que sendo Trajano de Medeiros um industrial positivista, se vê a braços com uma greve do seu pessoal para reaver 15 meses de salários atrasados.

Salienta que Trajano de Medeiros, ao passo que procura cumprir à risca outros compromissos, falha ao que pela sua doutrina considera o mais sagrado, qual seja o de pagar os operários das suas oficinas. Mostra que a desculpa de Trajano de que não paga aos operários porque o governo federal também não lhe paga não é justificável porque, como chefe industrial positivista que é, jamais consultara os operários sobre o destino que deveria dar ao produto do trabalho destes.

Em seguida, o conferencista faz uma rápida exposição do positivismo no seu tríplice aspecto filosófico, político e religioso, dizendo que Augusto Comte realmente fez uma obra filosófica genial, mas que falhou quando pretendeu criar uma religião e instituir um período de transi-

[42]. (Não assinado). *A Voz do Trabalhador*. Ano 08, n. 67. Rio de Janeiro, RJ. 01.02.1915.

ção com a ditadura e um regime definitivo, com o governo temporal dos banqueiros, isto é, criando uma verdadeira plutocracia.

Alonga-se no exame da religião positivista, esmerilha algumas máximas, tais como “a submissão é à base do aperfeiçoamento” e “bondade dos fortes para com os fracos, veneração dos fracos para com os fortes”.

Examina também detalhadamente a moral positivista, que criou um ser externo – a humanidade –, a quem o homem se deve dirigir e prosternar, a fim de melhorar-se, isto é, a fim de ficar sempre no caminho da moral.

Compara essa moral com a moral anarquista, que concebe o senso moral do homem como um desenvolvimento dos instintos, dos hábitos de apoio mútuo, que existem em todas as sociedades animais antes do aparecimento do homem na Terra.

Demonstra que Augusto Comte, instituindo a humanidade, não fez mais do que pagar um tributo à sua educação cristã, devido a que nessa época ainda não havia tido lugar os grandes progressos da biologia, que se operaram logo após a morte do grande filósofo.

Em seguida, mostra a ilusão do positivismo, quando quer manter a hierarquia social e, portanto, todas as seduções que a sociedade oferece ao homem atualmente, ao mesmo tempo em que confere aos exploradores das massas trabalhadoras – capitalistas e governantes em geral – o papel de meros depositários das fortunas, mas lhes atribuindo todas as prerrogativas em que estão investidos os proprietários quaisquer.

Finalmente, termina o nosso camarada comparando as soluções que oferecem o anarquismo e o positivismo ao problema social. Ambos proclamam que o capital, tendo uma origem social, deve ter um destino social. Esse destino social, diz o positivismo, só poderá ser uma realidade mediante uma apropriação pessoal, enquanto o anarquismo demonstra que esse destino social só se poderá realizar mediante a expropriação individual e a reversão do mesmo à comunidade.

Enquanto o positivismo consagra e sistematiza uma hierarquia de senhores, espirituais e temporais, o anarquismo quer a igualdade econômica e combate todos os senhores, de toga, de espada e de sotaina.

18

*Positivismo e anarquismo*⁴³

• • • • •

CONFORME FORA COMBINADO ENTRE NÓS E O SR. TEIXEIRA MENDES, juntamos ao presente número de *A vida* o opúsculo que aquele sr. ficara de escrever em refutação às considerações que opusemos à sua carta de 6 de dezembro do ano passado e que publicamos na nossa edição de 31 daquele mesmo mês.

Como o público vê, o opúsculo do eminente apóstolo do positivismo contém 56 páginas maciças, com largas citações de trechos das obras de Augusto Comte e um longo desenvolvimento que lhes deu o sr. Mendes.

Gastou o sr. Mendes três meses em escrever e organizar a sua resposta e claro é que não seria em dois ou três dias que lhe poderiam oferecer uma réplica detalhada e cabal. Tampouco a estreiteza do espaço de que podemos dispor numa revista nos moldes de *A vida* nos permitiria fazê-lo a nosso contento.

Limitar-nos-emos, portanto, a algumas sumárias considerações, pois, como Sr. Mendes, nós também estamos convencidos de que só a leitura meditada das obras dos escritores anarquistas será capaz de levar a persuasão e a convicção aos espíritos, libertando-os das ficções e quimeras convencionais que tanto entravam o pensamento humano.

Repetimos: o comunismo anárquico só tomou a consistência de doutrina filosófica após a morte de Augusto Comte.

Este genial filósofo jogou na construção de seu sistema político com os elementos de que podia dispor até aquela época. Daí o referir-se só

[43]. (Não assinado) VIOTTI, Francisco. *A Vida*. Ano 01, n. 05. Rio de Janeiro, RJ. 31.03.1915.

ao “comunismo” autoritário e o empregar a palavra “anarquia” como sinônimo de desordem.

É o que notará quem ler os trechos transcritos pelo sr. Mendes em seu opúsculo.

O que, entretanto, é de lamentar é que os discípulos de Augusto Comte se limitem à leitura das obras do grande filósofo, conservando-se completamente estranhos a tudo quanto se produziu depois dele.

Dotado de um orgulho desmedido, o grande filósofo do Montpellier não admitiu que houvesse alguém capaz de modificar a sua obra. Estava convencido de que dissera a última palavra. Ninguém como ele desvendara com mais clareza o passado e previra com mais segurança o futuro.

Em religião, em ciência e em política, nada mais havia a fazer; ele fizera tudo.

Je ne puis reconnaitre pour mes seules disciples que ceux qui, renonçant à fondereux nêmes une synthèse, regardent celle que j'ai construite comme essentiellement suffisant et radicalement préférable à toute autre. Leur devoir est alors de la propager et de l'appliquer, sans prétendre la critiquer ou même la perfectionner,⁴⁴

escreveu A. Comte.

É natural, portanto, que o sr. Mendes, o mais sábio e o mais fiel dos seus discípulos, desconheça o “comunismo anárquico” e só se refira ao comunismo autoritário de que falou A. Comte, continuando a dar ao vocábulo “anarquia” a significação de desordem e confusão.

O sr. Mendes insiste em separar o egoísmo do altruísmo e toda a sua argumentação é em torno dessa tese.

Na resposta que demos à sua carta de 6 de dezembro, dissemos que, “para nós anarquistas, egoísmo e altruísmo sempre andaram confundidos, mesmo porque aqueles pendoros chamados altruístas no fundo nada mais são do que puro egoísmo”.

Entende o sr. Mendes que são funções perfeitamente distintas e que o que cumpre é submeter o egoísmo ao altruísmo, visto como só dessa submissão poderá resultar a verdadeira moral. No seu entender, o egoísmo calcula, o altruísmo não.

Destarte, se um indivíduo pratica um ato de altruísmo, o faz espontaneamente e não calculando o prazer que tal ato lhe vai proporcionar.

Mas não é preciso calcular esse prazer, pois que o indivíduo o sente no próprio momento da ação. É claro que quem salva outro de um perigo, com o risco da própria vida, não esteve a considerar no prazer que sentiria após o seu ato ou no sofrimento que lhe resultaria se não o praticasse. O que o sr. Mendes, nem ninguém, poderá negar é que, se esse ato não lhe desse prazer, isto é, não satisfizesse umas tantas exigências do seu “eu” moral, ele o não praticaria.

“Esse senso moral não é mais do que o desenvolvimento dos instintos, dos hábitos de apoio mútuo, que existem em todas as sociedades animais, bem antes da aparição sobre a terra dos primeiros seres de aparência humana”. E não é preciso um ser estranho e superior a nós, como é o Deus dos católicos ou a humanidade dos positivistas, para trazer o homem constantemente ao caminho da moral.

A própria sociedade, o próprio instinto da sociabilidade, bastará para evitar as aberrações individuais, isto é, a prática de atos contrários à utilidade.

É preciso notar que essa noção de utilidade a tem os próprios animais inferiores, pois, para eles como para o homem, só é útil ao indivíduo o que é também útil à espécie.

Ninguém negou os instintos chamados pelo positivismo altruístas ou sociais, o que dissemos é que essas funções altruístas e egoístas sempre andaram confundidas e que, no fundo, o que se chama altruísmo redundava em puro egoísmo, pois que “o homem age sempre ou para ter um prazer ou para evitar um sofrimento”. E como esse prazer e esse sofrimento quem os sente é o indivíduo, segue-se que, afinal, é sempre a satisfação do “eu” que está em jogo.

Dirá o sr. Mendes que todo o ato em benefício de outrem é altruísta e que todo aquele que visar ao benefício de quem o pratica é egoísta.

Admitimos a distinção, mas o que afirmamos é que esses atos em benefício de outrem não seriam praticados se não causassem prazer a

[44]. **Nota do Org.:** Tradução livre “[Faço então saber a meus discípulos que deixo fundamento uma síntese e vejam o que eu construí como essencialmente suficiente e radicalmente preferível a qualquer outro. Seu dever, então, é propagá-lo e aplicá-lo, sem pretender me criticar ou aperfeiçoar]”.

quem os pratica ou se não lhe evitassem um sofrimento. É, portanto, sempre a satisfação das exigências do nosso “eu” que nos leva ao bem ou ao mal, isto é, à prática de atos favoráveis ou contrários à “utilidade”.

Se um indivíduo mata a fome a outro pela satisfação de si mesmo, tal prazer é egoísta, diz o sr. Mendes, mas se o prazer for determinado pelo bem que outrem goza, tal prazer, então, é altruísta. Para nós, tal prazer, seja por este ou aquele motivo, quem o sente é quem pratica o ato que o determina. No fundo, é a satisfação do “eu”: é egoísmo, portanto.

Toda a gente se horroriza com a atual guerra europeia. Suponhamos que estivesse nas mãos de um indivíduo evitá-la e suponhamos que esse alguém a evitasse. De duas maneiras, entenderá o sr. Teixeira Mendes, esse ato poderia ser classificado como egoísta ou como altruísta. Se ele fosse levado a praticá-lo para conquistar os aplausos da sociedade e alto renome mundial, por orgulho, ou por vaidade, em suma, seria o seu ato egoísta; mas se ele só visasse ao prazer em terminar o sofrimento alheio, seria então altruísta. Pois, para nós, em um ou em outro caso, o prazer seria individual, pessoal, portanto egoísta no fundo.

Era em satisfação às exigências do seu “eu” que tal indivíduo teria agido.

O longo desenvolvimento dos instintos, e dos hábitos de apoio mútuo, terá conseguido aperfeiçoar o senso moral dos homens a ponto de se encarar hoje a guerra como uma coisa abominável, prejudicial à espécie humana e, portanto, também prejudicial ao próprio indivíduo. Daí o considerar-se uma aberração do senso moral a guerra. Quem a evitasse ou a terminasse pela simples satisfação de praticar o bem, não há dúvida, que teria o senso moral mais aperfeiçoado do que quem a evitasse pela vaidade ou pelo orgulho. Mas, num como noutro caso, era a satisfação do seu “eu”.

Daí poder-se concluir que as exigências desse “eu” é que podem variar de indivíduo a indivíduo, conforme o grau do desenvolvimento moral.

Mas o que nós contestamos é que haja necessidade de um ser estranho ao homem – o Deus dos católicos ou a humanidade dos positivistas – diante do qual precisemos nos prosternar a fim de aperfeiçoarmos o nosso senso moral.

Por isso nós, os anarquistas, combatemos os símbolos, as convenções artificiais e toda a sorte de quimeras, que só podem concorrer para a escravização do cérebro, impedindo-lhe o desenvolvimento e atrofiando-o.

Fazer o bem pela satisfação do próprio bem é praticar o altruísmo, segundo a moral positivista, mas é preciso saber o que é bem e o que é mal.

Pelas religiões antigas, o bem é de origem divina; quem o determina no indivíduo é o anjo da guarda; o mal procede do demônio. Na luta entre as solicitações do demônio para o mal e as injunções do anjo da guarda para o bem, vive o homem. Se atende ao anjo da guarda, pratica um ato moral; se atende, porém, ao demônio, atenta contra a moral.

O positivismo substitui o anjo da guarda e o demônio pelo altruísmo e egoísmo.

Se o indivíduo atende às solicitações do altruísmo, pratica o bem; se atende ao egoísmo, pratica o mal.

A moral anarquista dispensa os anjos do mal e do bem e tampouco se preocupa com altruísmo e com egoísmo.

Para o anarquista, não foram os homens que fizeram a sociedade, porque esta existiu antes do aparecimento dos primeiros seres na terra com aparência humana.

A noção de bem e de mal quem a instituiu foi a própria sociedade pelos hábitos de solidariedade e apoio mútuo, hábitos cultivados em todas as sociedades animais. Na sociedade humana, como nas sociedades animais, é bem para o indivíduo o que é bem para a espécie, e assim também o mal.

No seu opúsculo, o eminente apóstolo positivista demonstra que não fez uma leitura meditada dos autores anarquistas, porquanto edita a crítica de Augusto Comte à filosofia metafísica de que o anarquismo está completamente liberto.

A filosofia anarquista não interdiz à investigação do espírito nenhum ramo dos conhecimentos humanos. Cientificamente tudo pode e deve ser investigado. O anarquismo não impõe ciência a quem quer que seja, apenas demonstra a necessidade de só aceitarmos aquilo que estiver de acordo com a nossa razão. A fé científica preconizada tão largamente pelo positivismo, o anarquismo não aceita. Tudo quanto for suscetível de demonstração deve ser demonstrado. O contrário seria um odioso despotismo, como quer A. Comte, que não admite críticas à sua obra e interdiz aos seus discípulos a tentação de aperfeiçoá-la. Descreveu o presente, desvendou o passado e previu o futuro e julga ter dito a última palavra. Descreveu um período de transição com precisão matemática e

fixou um “estado normal” ou definitivo para a humanidade. Não admitiu que o espírito humano se desviasse do caminho por ele traçado, de modo que vivem já os seus discípulos em sérias dificuldades para justificar a não realização das previsões do mestre.

O estado normal ou definitivo (como se pudesse haver um estado definitivo para a sociedade) que Augusto Comte descreveu é uma verdadeira utopia em face do anarquismo.

Enquanto o positivismo, conservando todas as desigualdades sociais, pretende transformar os homens em anjos, para que resulte dessa transformação o chamado “estado normal”, o anarquismo proclama que esta mesma sociedade se organizaria livremente para produzir e consumir desde que fossem abolidos os aparelhos de compressão existentes, aparelhos que o positivismo conserva e aperfeiçoa.

Pretender conservar uma grande massa de proletários a sustentar as classes parasitárias e prescrever a submissão dessa massa como base do aperfeiçoamento, devendo ainda se satisfazer com a bondade desses pretensos fortes, a quem, em compensação, devem votar veneração, é a utopia das utopias.

Será possível que essa grande massa proletária, que Augusto Comte chama a “providência material da sociedade”, não tratasse de investigar a razão de ser considerada a classe dos fracos, enquanto os fortes seriam os ricos?

Mas, se o proletariado é a providência material da sociedade, não passando os ricos de meros exploradores do trabalho alheio, por que seriam os proletários os fracos e os ricos os fortes?

Como subsistir uma ordem social baseada nessa iniquidade, que Augusto Comte pretende justificar?

Então a massa proletária, espoliada no seu trabalho, se deverá satisfazer com a bondade que lhe dispensarão os chamados fortes, isto é, os exploradores do seu suor e ainda por cima votar-lhes veneração?

Mas não é tudo. O positivismo ainda proclama que a submissão é à base do aperfeiçoamento.

Nada menos verdadeiro que esta máxima. Ao contrário, pode-se garantir que não há um só aperfeiçoamento que não seja o produto de uma revolta.

Se não houvesse revoltados, não haveria progresso, pois que todos estariam submissos e, por consequência, contentes com a sua situação individual e com a situação da sociedade.

Não, a submissão não é a regra nem o poderá ser nunca.

Não se tivesse revoltado Galileu contra o que era aceito na sua época com relação à astronomia e até hoje não se teria descoberto que é a Terra e não o sol que se move produzindo os dias e as noites.

A revolta supõe sempre um anseio de aperfeiçoamento e é pelo espírito de revolta que tudo se aperfeiçoa na sociedade humana.

Eis aí por que o anarquismo considera quimérica a solução que Augusto Comte dá ao problema social.

O genial filósofo funda a ordem social na concentração do poder político e da riqueza nas mesmas mãos. Não examina a origem dessa riqueza e tampouco os processos pelos quais ela se encontra nas mãos de alguns.

É uma verdadeira plutocracia que ele institui no seu chamado “estado normal”. Proletários, patrícios, banqueiros, sacerdotes, etc. se equilibrando pela “submissão como base do aperfeiçoamento” e pela bondade dos fortes para com os fracos e a veneração destes para com aqueles. Entretanto, devem persistir todas as desigualdades decorrentes da desigualdade da desigualdade econômica, todos os motivos, portanto, para as lutas de interesses; daí o ter mantido Comte um código penal, a cadeia, a pena de morte para os que ele chama os seres não convergentes ou insociais.

Nesse “estado normal” composto de anjos, havendo cadeia, haverá carrascos; havendo a vendeta social com o nome de justiça, haverá juízes e tribunais, e, cumulando todas essas infâmias, um poder temporal composto de banqueiros e uma polícia para conter os que se não quiserem submeter a essa “ordem”.

O anarquismo concebe diferentemente a sociedade futura.

Abolida a propriedade privada com a volta de todos os bens à comunhão, abolido o Estado com toda essa engrenagem que o constitui, os homens, por isso mesmo que são sociáveis e que devem o progresso até hoje ao apoio mútuo e não à luta pela vida, se organizarão livremente

para produzir e consumir, produzindo na medida de suas forças e consumindo de acordo com as suas necessidades.

E como o homem é um produto determinado de causas várias, resulta imediata e consequentemente a irresponsabilidade pelas suas ações antissociais.

Como tudo será de todos; não haverá nem o roubo, nem essa série enorme de delitos enumerados nos atuais códigos penais.

Haverá, é certo, aberrações, mas para essa espécie de delinquentes a ciência já achou remédio – são doentes que precisam de uma assistência especial e, sobretudo, fraternal.

Para o anarquismo, também a sociedade não é um acervo qualquer. Bem sabemos que “ela se caracteriza pela divisão de ofícios e a convergência de esforços”, conforme proclamou Aristóteles. Mas não há duas naturezas humanas, uma destinada a ser escrava e outra a ser senhora, como também disse o mesmo filósofo e como implicitamente pretende o positivismo, mantendo essa hierarquia piramidal cuja base é a massa proletária e cujo vértice é representado pela união da riqueza com o poder.

O que o anarquismo proclama é a imprescindível necessidade de o homem viver sem senhores quaisquer que eles sejam, a fim de não entrar a mais larga expansão de suas faculdades morais, intelectuais e práticas. A liberdade sem limites só pode prejudicar uma sociedade baseada na violência organizada, como é a atual e como seria ainda se ela pudesse atingir a esse “estado normal” de que nos fala Comte.

O público que tiver lido o opúsculo do sr. Mendes junto a este número de *A vida verá* que impossível nos é lhe dar uma resposta em um simples artigo, escrito às pressas, nos joelhos, pode-se mesmo dizer.

Não há dúvida de que firmados os pontos cardeais da obra de Augusto Comte, dentro do círculo em que ele enfeixou as suas doutrinas, tudo o mais obedece a uma lógica admirável.

Examinem-se, porém, os alicerces dessa grandiosa construção e ver-se-ão as falhas, os erros capitais de que decorrem as falazes e quiméricas esperanças do grande filósofo, que sonhou com uma sociedade de anjos, mas da qual não pode excluir os carcereiros, os polícias, os juizes e os carrascos.

Aceitando o princípio de Aristóteles de que a sociedade se caracteriza pela divisão dos ofícios e a convergência dos esforços, Comte mantém a classificação entre esses mesmos ofícios por graus de nobreza e dignidade. Assim, o juiz que condena um indivíduo à pena de morte exerce uma função incomparavelmente mais nobre do que o carrasco incumbido de executá-la.

E esse mesmo juiz, que age em defesa da sociedade, que age por altruísmo, no entender do sr. Mendes, por que deve ser cercado de mais regalias, de mais privilégios do que o carrasco, cuja missão deveria ser também considerada eminentemente social ou altruísta?

Não, a divisão de ofícios existe de fato e deve existir para que a sociedade possa subsistir, mas o que o anarquismo quer é que esses ofícios sejam de livre escolha e não determinados por necessidades implacáveis criadas por essa mesma sociedade. Numa sociedade organizada pelo comunismo anárquico, em que a mulher não precisasse vender o seu corpo para matar a fome, não haveria prostituição; numa sociedade em que não houvesse famintos, também pouco poderia haver carcereiros, polícias e carrascos.

O positivismo, entretanto, não se propõe a extinguir essas classes de miseráveis; ao contrário, mantendo a hierarquia dos ofícios por graus de nobreza e dignidade, precisa dessas classes, precisa desses ofícios degradantes e ignóbeis.

Para o anarquista, porém, tão ignóbil é a função do juiz como a do carrasco. Por isso terão de desaparecer esses ofícios, numa sociedade anarquicamente organizada.

Não se diga que garantido o direito de todos a casa, à alimentação e ao vestuário, quer trabalhem, quer não trabalhem, a sociedade desaparecerá, porque ninguém querará trabalhar.

O anarquismo não é uma doutrina artificial, baseada em quimeras. O que se deve esperar é que, em uma sociedade organizada sem hierarquia, sem senhores e sem escravos, todos trabalharão com mais gosto. O trabalho é uma necessidade orgânica. Parasitas só são possíveis numa sociedade baseada na exploração do homem pelo homem, em que ninguém educa os filhos para o trabalho, porque é melhor ser explorador do que explorado. Numa sociedade baseada no comunismo anárquico,

será o contrário, cada qual poderá dar livre expansão às suas predileções e aptidões.

O parasita será uma exceção e não a regra. Mas essas exceções serão ainda muito menores que os parasitas da sociedade atual, ou mesmo desse “estado normal” de que nos fala A. Comte, funcionalismo público, civil e militar, banqueiros, juízes, sacerdotes, etc.

*
**

Não temos também a pretensão de converter a quem quer que seja ao anarquismo, apenas o que pretendemos é despertar a atenção do público para esses problemas sociais e levá-lo a meditar sobre eles.

Tampouco queremos entreter polêmica com o sr. Mendes; o que, porém, não podíamos era deixar de dar as razões porque somos anarquistas e porque somos anarquistas revolucionários.

Não pretendemos a revolução porque sejamos sedentos de sangue, mas porque a julgamos fatal, inevitável.

Entre evolução e revolução, como bem o demonstrou Elysée Reclus, não há essa tão grande distância que se afigura aos positivistas. Quando uma ideia ganha certo número de adeptos que se julgam fortes para a luta, eis que se lançam na revolução. É a lição da história. E que é, na maioria das vezes, a evolução senão uma série de frequentes revoluções? E que são as revoluções senão consequências fatais da evolução?

Vamos terminar estas sumárias considerações lamentando que as condições desta revista não nos permitam abordar a todos os pontos de que o sr. Teixeira Mendes tratou no seu opúsculo.

Esperamos, entretanto, que essas apagadas reflexões induzam o eminente apóstolo do positivismo a meditar sobre as obras dos filósofos anarquistas e não se limite a *ler por mera curiosidade escritos esparsos cedidos por outrem*.

Além dos elementos que manejou Augusto Comte na elaboração de sua obra, outros muitos vieram, após a sua morte, enriquecer o tesouro científico da humanidade e não devem ser desprezados pelos homens da estatura do grande apóstolo do positivismo no Brasil, a quem temos enfrentado tão somente escudados na convicção em que estamos de que conosco está a verdade, a lógica, a verdadeira moral e a razão.

19

“É necessário conhecemo-nos a nós mesmos”

(Resposta a Cezário Paepinho)⁴⁵

• • • • •

A EPÍGRAFE QUE ENCIMA ESTAS LINHAS É DE UM ARTIGO SURGIDO na “Coluna Operária” de A Época, de 22 do passado, em que seu autor, por vaidade ou inconsciência, forma conceitos por demais incoerentes com as ideias que diz esposar.

Os homens, disse Lagardelle, classificam-se pelos seus atos, e não pelas etiquetas doutrinárias.

Eis por que o escrito em questão, longe de recomendar seu autor aos que lutam em prol da emancipação do povo trabalhador, sem pruridos de doutrinários *manquêes*, veio, ao contrário, colocá-lo sob perspectiva um tanto desfavorável...

- Entende Paepinho, o autor de tal artigo, que mísero operário, extorquido, vilipendiado e esmagado pelas mil engrenagens do mecanismo social que o flagela, não pode protestar nem externar seu pensamento sem que seja senhor absoluto dos domínios da gramática e sem que haja manuseado grandes obras de autores famosos no vasto campo da sociologia!

É simplesmente irrisório... e, do alto de sua miraculosa sapiência, conclui: “Um dos grandes defeitos de muitos dos nossos companheiros, desses que às vezes mais se blasonam de anarquistas, e que pelo simples

[45]. VIEIRA, Lebindo. **A Voz do Trabalhador**. Ano 08, n. 68. Rio de Janeiro, RJ. 05.04.1915.

fato de lerem um folheto de Kropotkin, de Faure, de Grave ou de outro escritor libertário qualquer, já se julgam com o direito de discutir”, etc.

“Inclinemo-nos, meus irmãos” (!!...).

Segundo o pensar do nosso grande homem, o desgraçado trabalhador, que não ganha para comer e que não tem outras horas de descanso senão as que vai atirar o corpo a uma mansarda para voltar a pouco ao trabalho extenuante, deve ler grandes obras (nada de pequenos compêndios), conhecer muito bem gramática, escrever com estilo, etc.

Se não souber tudo isso, não terá o direito de manifestar-se; as palavras e conceitos que exarar não terão importância...

Ora muito bem, admitindo tal concepção, o trabalhador teria que viver eternamente como besta passiva a vegetar pelo cabresto dos audaciosos que, como Paepinho, por terem algumas noções rudimentares de gramática, sociologia ou qualquer outra mixórdia, entenderiam, *de direito*, arrogar-se a *demagogos*.

Seria, em tais circunstâncias, o predomínio dos pretensos *sabicholas* impedindo a expansão dos que, açoitados pela prepotência, e desejassem lançar sua interjeição de ódio contra a minoria parasitária, procurando, na medida de seus conhecimentos, contribuir com suas energias para essa causa comum em torno da qual devemo-nos congregar irmanados e resolutos, sem nos preocuparmos com seleções de intelectualidades.

*
**

Ainda em continuação a seu artigo, salpicado de vaidade e incoerência, o nosso Paepinho, num rasgo de obscurecido atavismo, pretende em vão justificar a moral burguesa, dizendo que “a instrução não é mais privilégio como nos tempos da Idade Média”.

Eis aqui uma verdadeira antítese, contrastando com a verdade dos fatos.

A instrução só se difunde no seio dos trabalhadores à medida que estes vão avançando no campo de sua emancipação; assim, pois, examinando através dos tempos as condições sociais e econômicas e confrontando-as com as de hoje, vemos que pouco têm evoluído, mudando apenas de rótulo e de forma; permanecendo, porém, com as mesmas bases: opressão e miséria.

Assim sendo, e uma vez que a liberdade continua a ser privilégio, claro está que a instrução também o será e somente deixará de o ser quando não mais subsistam os esteios da sociedade atual.

Procurar demonstrar o contrário é abjurar dos próprios ideais.

Isso são deduções simples e claras, não necessitando recorrermos à opinião de prosaicos escritores que devem ter servido de travesseiro ao grande *mestre*.

Se a maioria dos trabalhadores desconhece por completo as teorias de Proudhon, Stablatte, Ihering, ou do aristocrático Spencer, não é culpa sua como lha quer imputar Paepinho, mas sim dos grandes senhores que, como vemos, tornam cada vez mais corrompido e asfíxiante o ambiente social em que vivemos.

Por conseguinte, devemos admitir a manifestação ampla de todo indivíduo, sem lhe indagarmos de onde vem, se é *sabichão* ou ignorante, competindo tão somente aos mais lúcidos, com carinho e amor, aventar e assimilar aquilo que a experiência lhe haja sugerido, que assim surgirá em todos os cérebros a noção de razão e consciência.

*
**

Para que o trabalhador possa protestar contra a camarilha que o oprime e deforma; para que ele possa dizer que é roubado; para que possa analisar sua situação e, bem assim, ter ideia da opressão e sua origem, não é preciso buscar regras de sintaxe nem tampouco compulsar economistas cujas concepções, na maior parte das vezes, não passam de meras fantasias criadas por cérebros despreocupados que jamais sentiram e auscultaram as misérias sociais.

Sendo a teoria uma simples dedução da prática, claro está que quem conhecer as coisas praticamente, pouco ou nada necessita de teorias.

Sejamos coerentes com este princípio e estaremos dentro da base angular da ação direta.

Esta é a verdade pura e sem pretensão.

Rio de Janeiro, 01.03.1915.⁴⁶

[46]. **Nota da Revista:** Este artigo, levado para ser publicado na “Coluna Operária” de A Época, foi pela redação desse matutino recusado, razão porque sai aqui.

*A escola, prelúdio da caserna*⁴⁷

A ESCOLA ATUAL, CONFSSIONAL OU GOVERNAMENTAL, É A SISTEMATIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA. Exemplifiquemos tão audaz afirmativa.

A conflagração europeia, essa tremenda guerra que tão desastrosas consequências acarretaram ao desenvolvimento físico, moral e intelectual da humanidade, é um produto da escola primária.

Os estados modernos, compreendendo perfeitamente que, com a decadência da religião e com o desenvolvimento comercial e industrial das sociedades, era impossível manter na ignorância suína dos tempos idos as multidões, abriram escolas, as mais que puderam, especialmente nas cidades onde os agrupamentos são maiores e onde as ideias se disseminam mais facilmente, porque há mais sociabilidade, para por esse meio lançarem mão dos cérebros infantis e modelá-los a seu bel-prazer, enchendo-os de fórmulas metafísicas e abarrotando-os de palavões estragados, como *pátria, fronteira, estrangeiro e inimigos*, acostumando os ternos infantes a desconfiar dos outros povos e a precaver-se contra eles, o que leva os do país estranho a fazerem o mesmo e vice-versa.

Os professores primários transformaram-se numa espécie de instrutores de soldados, e a escola surgiu como uma antessala do quartel.

A educação cívica e até os exercícios militares erigiram-se em dogma infalível, em bíblia e evangelho.

As novas gerações, saídas desses antros de desmoralização, que outra coisa poderiam dar a não ser bons soldados? À força de ouvirem falar de amor à pátria – dos ricos –, de verem desfilar regimentos, de assisti-

[47]. PINHO, Adelino de. **A Vida**. Ano 01, n. 05. Rio de Janeiro, RJ. 31.03.1915.

rem às paradas, de ouvirem e entoarem canções ferozes de *chauvinismo* e hinos triunfais de guerra, tomaram como fim e missão a atingir serem bons soldados, obedientes à disciplina e à voz de seus chefes, prontos a arremessarem-se contra os trabalhadores em greve ou contra os povos de outros países, desde que os interesses monetários dos ricos e capitalistas assim o exigissem.

E quanto isso é verdade está à vista de todos com as desgraças desenroladas desde agosto até agora na Bélgica, na Polônia, na França e também na Alemanha e Rússia e *tutti quanti*.

**

Foi há dois séculos que Leibniz pronunciou aquela frase célebre e verdadeira: “

Fazei-me senhor do ensino e eu me encarrego de transformar a face do mundo!”.

Todos os estados a ouviram e trataram de aplicá-la à defesa dos próprios interesses. E como as primeiras impressões, que os cérebros infantis assimilam, deixam vestígios, impressões indeléveis para toda a vida, trataram de ir abrindo escolas e de preparar programas adequados, não às necessidades reais da mente infantil, mas necessários à conservação perpétua e indefinida dos governos, com os regimes de casta, explorando o povo, e defendidas por soldados, filhos do povo, mas obliteradas as suas ideias pela influência nefasta da escola.

Mas Estado nenhum compreende tão bem como a Alemanha a verdade lançada pelo seu filósofo. Nesse país, notou-se tão evidentemente a significação profunda daquele aforismo e a influência decisiva da escola nos espíritos infantis, desviando as suas tenras inteligências da natural tendência, que o movimento escolar foi enorme e quase o analfabetismo desapareceu. As consequências deste surto se ofereceram nesta emergência vendo-se a totalidade dos alemães educados como fiéis e leais súditos do Kaiser, “a quem juraram obediência” porquanto aquele os chama “filhos da sua guarda” e diz-lhes cruamente que, se “os mandar atirar sobre os próprios pais, eles terão que obedecer”, marcharem unidos à busca da morte.

E quem preparou esses espíritos a uma submissão tão passiva e incondicional? A escola oficial! Era natural, pois, tantos desvelos pelos filhinhos dos pobres deveria levar água no bico!

Mas temos mais. Não é só da Alemanha que temos que dizer. Lá está a democrática França, que em menor ponto não fica atrás à sua rival. Terra da revolução, da proclamação dos direitos do homem, derubou a realeza e a aristocracia; terra de socialismo, de sindicalismo, de anarquismo e de antimilitarismo, donde os revolucionários de todo o mundo esperavam que espirasse a fagulha que incendiaria a Revolução Social por todo o universo, o que fez? Caminhou para a fronteira a deter o inimigo. Mas depois de se ter desembaraçado dos inimigos internos: burocratas de todas as espécies, juizes, merceeiros, especuladores, agiotas e capitalistas?

Não, tudo isso ficou em paz. Nem com a ponta dum alfinete foram molestados. Pelo contrário, valem-se das circunstâncias atuais para se defenderem. E até muitos (quem o acreditaria?) desses chamados revolucionários sociais foram arrastados não só à frente da batalha, mas, o que é pior, a fazer declarações um pouco intempestivas e em desacordo com as ideias antes emitidas. Fizeram mal? Fizeram bem? *E chi lo sà?* O tempo o dirá.

Não nos iludamos. Todos esses, sob o verniz das ideias espalhadas durante o tempo de paz, ocultavam, como a cinza, o fogo, as ideias bebidas com o leite materno e fortificadas, reforçadas e desenvolvidas na escola primária por esses agentes governamentais – os professores, que são obrigados a cingir-se ao programa e a não ultrapassá-los, nem quase criticá-los. E os programas são forjados tendo em vista a estreiteza e o acanhamento das ideias. Porque ideias boas só as que os governantes defendem para gáudio de seus estômagos e de seus prazeres. É certo que assim criam-se rebanhos, não se formam coletividades. Precisamente, rebanhos que se deixam tosquiar e que se dilaceram mutuamente a um sinal dos amos, assistindo estes, como de palanques, às brigas de touros, é o que desejam.

**

Concluamos: todo esse carinho revelado pelos mandões a respeito da instrução do povo não é sincero, nem honesto, nem desinteressado, mas somente uma manobra habilíssima para se apoderarem dos filhos dos trabalhadores e prepará-los, como já aconteceu aos pais, amoldando-lhes os cérebros e deprimindo-lhes o caráter, a serem obedientes, humildes, submissos e respeitadores do *status quo*, bons manequins, dentro da oficina, quando há necessidade de produção; e bons manequins, no campo de batalha, quando os *estoques* de mercadorias abundam nos armazéns e se faz mister conquistar mercados à força de pulso, a ferro e fogo, para dar saída aos produtos invendíveis.

De sorte que os trabalhadores não saem desta alternativa: serem carne de oficina e de canhão! Mas não haverá meio de abandonar este agudo dilema?

Vejamos: demonstrada como fica a influência primacial que as primeiras impressões exercem no ulterior desenvolvimento individual e coletivo dos indivíduos, e por outro lado observando-se o cuidado com que os governantes têm em se apoderar das escolas infantis para transformá-las em instrumentos de embrutecimento e de domínio, já naturalmente todos notaram que é de máxima urgência e necessidade a abertura e manutenção de escolas racionais, onde as mentes infantis desabrochem e se desenvolvam livres de toda pressão e de toda imposição. E se queremos, desejamos e aspiramos a um mundo melhor, onde todos gozem a alegria de viver, satisfeitos da vida e libertos da fome, da opressão e da ignorância bestial; se queremos edificar este belo monumento, “a escola, – a escola racional – é o PEDESTAL!”.

S. Paulo, março de 1915.

21

O descanso às quintas-feiras nas escolas municipais.

*Uma medida a conquistar*⁴⁸

• • • • •

A VITÓRIA OBTIDA PELAS ALUNAS DA ESCOLA NORMAL CONTRA O diretor daquele estabelecimento veio demonstrar, mais uma vez, que direitos e liberdades não se pedem, tomam-se.

É natural, portanto, que uma outra questão seja agitada no seio do professorado municipal, para ser vencida também pela ação direta. Quero-me referir ao descanso semanal às quintas-feiras, nas escolas primárias, que o sr. Rivadávia Corrêa, do alto dos seus tamancos, entendeu suprimir.

Está mais do que demonstrado que esse descanso é indispensável e útil, pelo que em toda a parte se o pratica. A sua supressão, entre nós, só poderia partir de um indivíduo ignorante e pretensioso, como é o sr. Rivadávia Corrêa, que entende tanto de instrução como de dizer missa.

Julga o Petrônio municipal que conceder essa medida seria concorrer para a vagabundagem. Imbecil!

Pensar assim é desconhecer o ensino primário nesta capital, o que é muito natural no sr. Rivadávia, que só tem enteados para colocar e não filhos para educar. Se os tivesse, trataria com mais respeito o digno professorado municipal, onde se contam professoras distintíssimas, capazes de ombrear com as mais competentes de outros países.

[48]. LOPES, Orlando Correia; SILVA, João Gonçalves da. *Na Barricada*. Ano 01, n. 08. Rio de Janeiro, RJ, 01.07.1915.

Toda gente vive na ignorância mais completa sobre o ensino primário do Rio de Janeiro. Pensa-se, em geral, que ser professora pública é gozar de uma sinecura, obtida por empenho político. A impressão que se tem é que, nas escolas públicas, o ensino e a educação são mal ministrados. E é um engano assim pensar.

É preciso conhecer de perto as nossas escolas primárias, para saber-se o grau de aperfeiçoamento do ensino e verificar o devotamento do nosso professorado pela nobre profissão do magistério.

É verdade que a politicagem perturba constantemente a organização da instrução pública municipal, como ainda agora se verificou pelo protesto dos antigos diretores da Escola Normal, que vieram a público denunciar o sr. Hans Heilborn por lhes haver apresentado, nas bancas de exames de admissão, listas de “candidatas oficiais”, fornecidas pelo gabinete do prefeito. Não é de admirar, portanto, que haja professoras incompetentes, guindadas pelo empenho político. Mas esses casos são exceções.

A evolução do ensino primário no Rio de Janeiro é digna de nota. Fossem expurgados dos programas os preconceitos cívicos, que ainda se cultivam nas escolas públicas, como hinos patrióticos, culto à bandeira, respeito à lei e aos militares, e pouco mais seria preciso acrescentar para transformar as escolas primárias e os jardins de infância existentes em escolas racionalistas.

E ainda mais: pode-se mesmo afirmar que o ensino, tal qual está sendo ministrado nas escolas primárias, constitui um formidável trabalho em prol da emancipação da população infantil.

É de lamentar que as professoras não compreendam a nobreza da alta missão de que estão investidas e haja, ainda entre o professorado, quem procure, até no vestuário, encobrir a profissão que exerce.

O sr. Rivadávia, porém, quer equiparar as funções de uma professora às de qualquer outro empregado municipal, que entra às dez horas da manhã na repartição e sai às três, sem mais obrigações. Não compreende o Narciso que uma senhora casada ou mesmo solteira tem outros afazeres, outras obrigações, outras funções correlatas, outros encargos,

inclusive o de se instruírem cada vez mais para bem desempenhar o papel de que estão investidas.

As crianças mesmo precisam de um dia de descanso na semana, além do domingo. É uma necessidade já demonstrada, que só podem ignorar os que não ensinam ou que não têm filhos a educar.

O Narciso municipal, porém, não entende dessas coisas. Para ele, as questões mais importantes, no momento, são a dos frigoríficos e a da Avenida Rio Comprido.

Mas aí está o caso da Escola Normal, para sugerir ao professorado primário o meio de conseguir o descanso semanal às quintas-feiras. Reúnam-se as professoras, agitem a questão no seio do professorado, apelem para os pais de família e para a imprensa, e imponham diretamente essa medida ao prefeito.

Mais difícil era afastar o sr. Hans Heilborn da direção da Escola Normal, depois que o prefeito fez sentir que, caso fosse obrigado a se submeter à imposição das alunas, abandonaria também o cargo. Entretanto, o sr. Heilborn demitiu-se e o sr. Rivadávia ficou a ultimar as desapropriações da Avenida Rio Comprido e a questão dos frigoríficos.

Exijam as professoras o descanso semanal às quintas-feiras, mas exijam como quem está disposto a não ceder diante de ameaças tolas e obterão essa medida de justiça e de utilidade.

Direitos e liberdades não se pedem, tomam-se.

22

*O caso da Escola Normal*⁴⁹

• • • • •

ESTAVA JÁ NO PRELO O ÚLTIMO NÚMERO DE *NA BARRICADA* QUANDO ocorreu o conflito na Escola Normal entre as alunas daquele estabelecimento de instrução e o seu diretor, razão pela qual só agora temos ocasião de nos manifestar a respeito.

O caso é simples. Uma aluna, enquanto sua classe esperava a chegada do professor, lia em voz alta, para as colegas, uma poesia do poeta Olavo Bilac. De uma outra aula junto, a respectiva professora mandou pedir ao diretor que fizesse cessar aquele barulho, que a estava perturbando. O diretor, ao invés de mandar chamar a aluna, indigitada culpada de indisciplina, ao seu gabinete, desceu até à sala da aula e em termos grosseiros a admoestou, chamando todas as alunas que ali se achavam *sem vergonhas e desbriadas*. Diante de uma tal brutalidade, como era natural, algumas moças foram presas de crise nervosa, estabelecendo-se um grande alarme em toda a escola. Conhecido o motivo que determinara aquela agitação, nunca ali presenciada, levantou-se de toda parte um coro de protestos contra o insólito procedimento do diretor, estabelecendo-se imediatamente uma corrente de solidariedade entre todo o corpo discente da escola e os professores que haviam ocupado em outros tempos o cargo de diretor do estabelecimento.

O prefeito, chamado para, com a sua presença, restabelecer a calma, ouviu tão somente o diretor da escola, recusando-se bruscamente a atender a uma comissão de alunas que lhe pretendeu falar. O resultado foi serem vaiados o diretor e o prefeito.

[49]. LOPES, Orlando Correia; SILVA, João Gonçalves da. *Na Barricada*. Ano 01, n. 08. Rio de Janeiro, RJ. 01.07.1915.

A imprensa se ocupou largamente do caso, ficando demonstrado que o diretor, por falta de educação e de moralidade, não poderia continuar à testa da Escola Normal.

O prefeito, porém, pretendendo *manter o prestígio da autoridade*, cercou o diretor de todas as considerações e fechou a escola por tempo indeterminado. Dos protestos dos antigos diretores daquele estabelecimento, ficou evidenciado que o sr. Hans Heilborn, desde que assumiu a direção da Escola Normal, praticou uma série de atos imorais.

A imprensa burguesa colocou-se ao lado das alunas e, portanto, da boa causa, mas levou a questão para o terreno patriótico, por ser alemão o diretor Hans Heilborn.

O diretor da Instrução Pública Municipal, dr. Azevedo Sodré, em entrevista concedida a um dos redatores do Jornal do Comércio, declarou que o “fechamento da Escola Normal se impunha, visto como, sendo um estabelecimento frequentado por moças, *muitas das quais de famílias distintas*, qualquer outra medida repressiva, com a intervenção da polícia, não era aconselhável”.

Destarte, é o diretor da Instrução Pública Municipal quem estabelece uma divisão entre as alunas da Escola Normal, classificando-as em filhas de famílias distintas e filhas de famílias que não são distintas!

Apesar dessa declaração do dr. Azevedo Sodré, que bem dá uma ideia da sua compostura moral, pretendeu S. Ex.^a, por ordem do prefeito, punir algumas alunas das “famílias não distintas”. O resultado, porém, foi contraproducente, recebendo o diretor da Instrução Pública uma lição de moral de duas moças que foram chamadas ao seu gabinete a fim de serem inquiridas.

Declararam as duas jovens alunas que não se prestariam a ser deladoras de suas companheiras e assumiram a responsabilidade dos atos que realmente praticaram. Com os depoimentos dessas alunas, foi encerrado o inquérito que se pretendeu abrir.

Outras infâmias se pretenderam no gabinete do prefeito contra a distinta senhorita que deu causa ao conflito e a quem pretenderam infamar. Mas também o resultado foi contraproducente, ressaltando, ao contrário, a nobreza e a altivez dessa jovem.

Dispensamo-nos de mais comentários a respeito desse caso, publicando a moção dos membros do Centro de Estudos Sociais, de que fomos um dos signatários.

Eis a moção:

Nós, abaixo assinados, anarquistas e sindicalistas, resolvemos, em face do conflito ocorrido na Escola Normal desta cidade, entre as alunas e o diretor daquele estabelecimento de instrução e educação, manifestar-nos a respeito, prestando o nosso apoio moral aos que combatem a permanência do sr. Hans Heilborn na direção daquela escola, nos seguintes termos:

Não é o fato de ser o sr. Hans Heilborn de origem alemã que o incompatibiliza para o exercício do cargo de diretor de um estabelecimento brasileiro de instrução pública, mas os seus atos de reprovável brutalidade e de profunda imoralidade, pretendendo submeter a Escola Normal aos seus soberanos desígnios de tiranoide, pretendendo militarizá-la, transformá-la em caserna. Procedesse da mesma forma um diretor de nacionalidade brasileira, e a incompatibilidade seria a mesma. Como tudo mais, também as boas e más qualidades não conhecem pátria, nem fronteiras fictícias. Nós nos colocamos, pois, muito por cima dos mesquinhos preconceitos e sentimentos patrióticos.

Não é porque exista um regulamento estabelecendo penalidades para os alunos, nem porque haja quem o cumpra fielmente, que a “disciplina”, tão desejada pelos próprios que combatem o sr. Hans Heilborn, reinará na Escola Normal, como em qualquer outro estabelecimento de instrução e educação. A “disciplina”, ou melhor, a ordem ou equilíbrio entre as funções dos diretores e professores e dos alunos só poderá ser mantida extra regulamentarmente. A educação, o modo afável e delicado, as maneiras austeras, o grau de cultura, o temperamento ponderado dos dirigentes é que são os fatores dessa ordem desejada.

A Escola Normal é o único estabelecimento, entre nós, em que a mocidade feminina, de certo modo, pode emancipar-se dos preconceitos prejudiciais da sociedade atual e evoluir na corrente moderna do pensamento humano. Se ali ainda domina o preconceito patriótico, outros são combatidos, como o de raças e o de classes. No mesmo pé de igualdade,

pobres e ricas, brancas ou não, se ombreiam diariamente nos bancos da Escola, recebendo a mesma educação e o mesmo ensino.

É fato também constatado que, na Escola Normal desta capital e nas dos Estados, os métodos e processos da escola racionalista vão sendo introduzidos, o que não se nota em nenhum outro estabelecimento de ensino secundário ou superior. É, portanto, a Escola Normal, em meio ao descalabro geral, a única instituição, mantida pelo governo, que deve merecer uma carinhosa atenção do povo. Nestas condições, procurar estragar essa obra, pela introdução de um regulamento militar, julgando que a ordem entre os alunos só poderá ser mantida pelo pavor aos castigos, é praticar um crime.

E contra esse crime nós levantamos o nosso brado, afirmando a nossa solidariedade às alunas que se revoltaram contra tal regime.

O regulamento disciplinar de um estabelecimento de instrução e educação é o seu diretor.

A harmonia e o equilíbrio entre os interesses dos que ensinam e aprendem só deve depender dos interessados. E isso maiormente numa casa como a Escola Normal, onde se forma o professorado público, aquele que amanhã vai ser o educador dos filhos do povo.

Assim, nós julgamos justíssimo e louvável o gesto das alunas da Escola Normal. Ele é uma afirmação inequívoca de consciência da própria individualidade e de clara compreensão da liberdade, com energia diretamente defendida.

Apelamos vivamente para essas futuras educadoras do povo: sede sempre ciosas da vossa liberdade e da vossa dignidade pessoal, defendendo-as e mantendo-as pela força de vossa própria vontade, e, sobretudo, sede as libertadoras da consciência do povo, nas escolas que amanhã ides tomar a vosso cargo; incuti nas mentes e nos corações infantis a exata noção da liberdade e dignidade, lembrando-vos sempre do vosso gesto de hoje; não vos limiteis somente a arrancar os pequeninos do desconhecimento do “a b c”, não: fazei deles, primeiro que tudo, criaturas livres e conscientes. Só assim podereis preencher nobremente a alta missão que vos vai ser confiada – apesar do Estado e dos demais instrumentos de compressão existentes na sociedade.

Rio, 18 de junho de 1915. – Pedro José da Silva – Augusto Hyppolito Franz – Valentim J. de Brito – Albertino Guerra – Manoel Nascimento Sampaio – Julio do Rego Lima – André Carril – Orlando Corrêa Lopes – Antonio Ferreira – Pedro Matera – Fernando Carvalhaes – José Magalhães de Barros – José Ayres de Castro – J. Gonçalves da Silva – Victorino Carvalho – José Elias da Silva – Astrogildo Pereira – Ataulfo P. Passos – Abílio J. Gomes – Antonio Joquim Gurreiro – Pedro Alves Carneiro Filho – Manoel G. Oliveira – Sotero Abrantes – Antonio Venancio – Mário Nelson – Leal Junior – Francisco Henrique – Albino Dias – Nilo Ferreira – Francisco Viotti – José Martins – Arlindo Drumond – Antonio Rodrigues Maças.

Mais uma vez ficou provado que liberdade não se pede, conquista-se. Este caso da Escola Normal está cheio de ensinamentos.

Posto nos termos em que o colocou o sr. prefeito municipal, tudo estava indicar que o sr. Hans Heilborn ficaria na direção da Escola Normal não já por um capricho do Sr. Rivadávia Corrêa, mas porque a sua demissão, depois das ocorrências que se deram, implicava o desprestígio da autoridade do governador da cidade do Rio de Janeiro. Entretanto, o sr. Hans Heilborn demitiu-se e a boa causa triunfou, pela ação direta e extralegal das alunas da escola, apoiadas pela opinião pública.

O sr. Rivadávia foi obrigado a baixar a grimpá e a ceder, porque, preposto de uma quadrilha de malfeitores, não se achou melindrado, prezando mais os interesses de seus sócios do que a própria dignidade, num caso em que espontaneamente aliou o prestígio do cargo que ocupa ao prestígio do cargo que confiou ao sr. Heilborn, que afinal foi expulso (expulso é o termo), pelas alunas e pelo povo, da Escola Normal.

Seja qual for a fórmula de que se lance mão para legalizar a expulsão do sr. Hans Heilborn da direção da Escola Normal, o que é fato é que esse senhor, nem apoiado pela polícia, o exército e a marinha, poderia continuar naquele cargo.

A firme resolução das alunas de se não submeterem à imposição de um diretor mal-educado e desonesto, o apoio que encontraram no seio de suas respectivas famílias, como bem o demonstrou a representação de seus progenitores ao presidente da República, a solidariedade da mocidade acadêmica desta capital e os protestos que de toda a parte

se levantaram contra o procedimento do sr. Hans Heilborn constituíram uma força contra a qual se havia de quebrar o tão decantado prestígio da autoridade.

O Narciso da Prefeitura se há de convencer, afinal, que não dá para Kaiser e que será eternamente Narciso.

23

*O chamusco militarista*⁵⁰

• • • • •

II

(continuação)⁵¹

SOBRE A CRISE DE TRABALHO, A CARESTIA DA SUBSISTÊNCIA DIÁRIA, as dificuldades latentes em todos os ramos das atividades úteis e fecundas, pretende-se ainda agravar os males de que padecemos, criando um organismo de violência, uma enorme máquina de morte, para a qual há de ser indispensável dedicar, como acontece na Europa, todas as forças vivas do país, arrancando-as à agricultura e a todos os ramos de produção, acentuando a decadência econômica da nação, a paralisação do trabalho, a falta de todos os elementos de vitalidade popular.

*
**

Por outra parte, o ensino patriótico e militar, nas escolas, constitui um verdadeiro tirocínio de delinquência, de deturpação de todos os sentimentos humanitários.

[50]. CARVALHO, Florentino de. **Guerra Sociale**. Ano 02, n. 31. São Paulo, SP. 28.10.1916.

[51]. **Nota do Org.** Este artigo foi organizado em quatro partes publicadas em três números de **Guerra Sociale**. Em **Guerra Sociale** número 30, datado de 14.10.1916, se encontra toda a primeira parte. A segunda, a terceira e o início da quarta parte são esta aqui publicada. A finalização do artigo está em **Guerra Sociale** número 32, datado de 04.11.1916. As partes publicadas nos números 30 e 32 de **Guerra Sociale** estão presentes no terceiro volume da trilogia de Florentino de Carvalho – Anarquismo e socialismo –, publicada por esta editora. São mais adequados ao tema indicado no título.

O indivíduo que nasce, cresce e vive num ambiente livre de ideias concernentes às fronteiras políticas, de prejuízos de raça, não sabe, felizmente, das diferenças entre nacionais e estrangeiros, não tem prevenção contra os tipos de cor diferente da sua, sempre que se apresentem em atitude pacífica e fraternal. Esse sentimento de natural fraternidade, de hospitalidade, que é inerente a todos os seres humanos, não pode ser destruído ou deturpado pelos professores.

Não têm os educacionistas o direito de violar estas leis naturais em benefício dos interesses das classes dominantes, e muito menos por um salário, por um osso que a burguesia lhes atira. Os que se alugam para ministrar à infância a educação cívica e a instrução militar não merecem o título que ostentam, porque a missão do mestre ou professor é outra muito distinta e elevada.

Para que especialmente as mães vejam que classe de educação os seus filhos recebem nas escolas oficiais, para que verifiquem como os professores destroem todas as qualidades afetivas e amorosas que elas souberam transmitir, desde o regaço ao berço, ao fruto das suas entranhas, leiam esta página escolástica, que retrata perfeitamente a obra dos nossos educadores; leiam e pasmem:

D. MARIA DE SOUZA

Havendo morrido em um combate contra os holandeses o valente Estevão Velho, que já em outras pelejas perdera dois irmãos e um cunhado, chegou essa notícia à mãe, D. Maria de Souza, que chamando os seus filhos menores, que lhes restavam, disse-lhes:

Acabam os holandeses de tirar a vida de Estevão e, posto que já tenho perdido três filhos e um genro, antes vos quero persuadir que desviar da obrigação precisa aos homens honrados, em uma guerra onde tanto servem a Deus como a El-Rei, e não menos à Pátria. Pelo que, meus filhos, cingi logo a espada, e a triste memória do dia que a pondeis na cinta não vos lembre a dor, mas somente a vingança, matando ou sendo mortos tão esforçadamente que não degeneréis (1) desta mãe e daqueles irmãos.

M. AZEVEDO.

Leitura manuscrita. Lições coligidas por B. P. R. ps. 52 e 53.

Quem põe tais palavras ante a vista e na boca das crianças não tem coração, é um monstro sem um átomo de consciência e de dignidade.

Para exaltar o sentimento patriótico, apresenta-se à meninada a bandeira, que não é símbolo da pátria ou da nação, que é símbolo do jugo que a classe capitalista colocou sobre a nuca da classe trabalhadora.

Ensina-se a respeitar a lei, essa lei histórica, antinatural na qual estão consignadas todas as ladroeiras, todas as desigualdades, todas as principais causas da luta de classes, da luta social, de todas as vicissitudes que o povo, *honrado, paciente e laborioso*, suporta sem reagir.

Rende-se culto ao Estado como se fosse um Deus, do qual tudo se espera. Mas o Estado é constituído por um certo número de indivíduos que têm o privilégio de mando sobre as classes populares e formam uma classe de sanguessugas cuja ocupação consiste em assaltar o consumidor, o contribuinte, o trabalhador, espoliando, oprimindo e martirizando, para o qual não têm mãos a medir.

O *glorioso* exército, como já vimos, é a garantia das outras instituições burguesas, dá mão forte às tendências reacionárias, à inquisição de todos os tempos.

Sem o exército, a tirania e a exploração seriam impossíveis, porque há muito tempo o povo tê-las-ia pulverizado.

Os pais e as mães têm todo o cuidado de que seus filhos não passem o tempo com brinquedos perigosos.

Muito bem. Mas haverá objeto ou brinquedo mais perigoso do que a máuser?

Quais podem ser os sentimentos, as ideias, os sonhos do tenro infante que no lar, na rua, na escola ouve falar de grandes trabalhos, do dever de matar ou morrer pela pátria, de vencidos e vencedores, que canta hinos aos chefes dos exércitos, exhibe o uniforme, anda continuamente empunhando a arma homicida; que, ao rufar do tambor e ao toque de corneta, realiza manobras nas praças públicas e, nos campos, faz simulacros de combate?

Não nos deve estranhar que os infelizes submetidos a uma disciplina dessa ordem reúnam todas as condições instintivas, sentimentais e ideológicas, que servem para formar ferozes sanguinários, que só pensam na matança, e unicamente se encontram satisfeitos quando empregam em alguma coisa, no assassinato, as suas aptidões e os seus instrumentos de morte.

Os pais cujos filhos frequentam as escolas onde se ministra o ensino patriótico e militarista podem ver neles futuros criminosos.

O soldado só pode adquirir honra e glória nos campos de batalha. O ideal do militar tem a sua realidade na peleja, e, quando não pode marchar contra o *estrangeiro*, quando não tem com quem combater, provoca, em todo o lugar onde se encontra, um motivo qualquer para mostrar a sua bravura.

Por essas premissas, podem inferir-se as consequências...

Os alunos que frequentam as escolas oficiais tornam-se, em pouco tempo, orgulhosos; egoístas, irascíveis, grosseiros, perdem todos os penhores da bondade e da justiça, desprezam os estrangeiros, os de humilde condição social, até os próprios pais. Respeitam e amam exclusivamente a sua espada e bandeirinha nacional. Esquecem tudo e todos, pensando apenas na pátria, nos meios de galgar uma posição na vida pública e política do país.

E quando todas essas ilusões de grandeza irrisória se desfazem sob o impulso da realidade, esses jovens, sovados pela educação militarista, se entregam à vida boêmia, à vadiagem, porque perderam todas as aptidões e tendências para o trabalho. Uma vez habituados à vadiagem, têm horror às atividades produtivas. Os que não podem viver de rendas apelam para a estafa, para o roubo, e acabam por serem refinados larápios e perigosos meliantes, amestrados no exercício do crime.

O ensino cívico e patriótico e militarista, pelos resultados que acabamos de apontar, perturba também a harmonia no lar, a felicidade na família.

Esse ensino, é, no entanto, um fator de progresso, do progresso da delinquência, da perturbação social em sentido de retrocesso, motivando o aumento das forças jurídicas policiais e militares, todos os elementos de repressão.

III

A crise econômica que se agrava sensivelmente nas esferas governamentais, à causa dos trustes, dos honorários, das pensões, das subvenções, dos favoritismos e do custeio de todo o inútil e prejudicial apare-

lho administrativo, militar, jurídico policial, etc., afeta profundamente a economia geral do país, levando aos últimos extremos o pauperismo, que é hoje o maior dos perigos que nos assoberbam.

Em virtude da decadência econômica, da inoculação da morbosidade patriótica e militarista, dos hábitos indecorosos e dos vícios repelentes que campeiam entre as classes armadas, grassa na maior parte da população degeneração das faculdades físicas e psíquicas de maneira tão veloz e impressionante que clama por uma solução de continuidade, por uma potência salvadora, que venha erguer-nos do abismo de tantas calamidades, que afugentam a vida e levantam ao progresso obstáculos quase insuperáveis e atiram o povo no leito da dor e na angustiosa negação de todas as esperanças.

IV

Vegetamos sob o domínio espiritual da doutrina teológica do cristianismo e da filosofia positiva.

O cristianismo é, segundo os seus representantes, a melhor das religiões, porque se baseia no amor e no respeito a vida: *"Amar o próximo como a si mesmo"*, *"Não matarás"*, rezam os seus mandamentos.

O positivismo eleva o altruísmo ao requinte e condena todos os processos de violência.

Mas as religiões, as doutrinas filosóficas, longe de determinarem a dinâmica social, são por elas determinadas. Elas não adaptam; são, pelo contrário, adaptadas pelos seus sectários ao regime econômico e político, modificando-as, até na sua própria essência de acordo com a evolução dos interesses criados, dos convencionalismos de cada igreja e de cada partido. Todas as seitas religiosas e escolas políticas, desde o cristianismo ao positivismo, desde a democracia republicana à democracia socialista, curvam-se sob a pressão dos sistemas econômicos e políticos, contemporizando com eles, sacrificando-lhes a pureza dos seus princípios. Apenas o anarquismo saiu incólume, e isso se deve ao fato de que a sua doutrina, sendo um libelo de negações de todos os princípios que alicerçam a política e a economia reinante, só pode viver e desenvolver-se fora da esfera social vigente, fora da lei e do direito estatal e capitalista.

Compreende-se, pois, o motivo pelo qual as seitas que se dizem mais ou menos humanitárias e os partidos políticos avançados pouco ou nada podem fazer para impedirem que a sociedade retroceda para as épocas de barbárie.

Com efeito, voltamos do regime, chamado civil, para a ditadura militar; restabelece-se novamente o direito romano, o direito do mais forte, do mais bruto.

O resto da cultura, de arte, de ciência, de poesia que ainda conseguia brilhar no nosso século perde-se na penumbra de um horizonte onde só brilham a espada do guerreiro e a metralha devastadora.

(continua)⁵²

[52]. Nota do Org.: Ver nota anterior.

24

*Ensino obrigatório*⁵³

• • • • •

HÁ TEMPOS FOI APRESENTADO NO CONSELHO MUNICIPAL UM PROJETO que visava à obrigatoriedade do ensino primário. A imprensa “gibelina”, ao discuti-lo, silenciou sobre a questão de estar ou não o projeto em conformidade com o bom senso, com a justiça, com os princípios liberais que inspiraram o regime republicano. Silenciou e abordou apenas o seu lado prático, parecendo-lhe o projeto inexecutável por inconstitucional e por várias outras razões que não importam ao nosso ponto de vista. A questão substancial, essa de ser ou não a obrigatoriedade do ensino uma coisa justa, moral e científica, essa não foi sequer ventilada.

À luz da ciência, à luz da pedagogia e da sociologia, o projeto do sr. Garcez não foi absolutamente estudado. E é precisamente este ponto que estimamos de capital relevância e, mais que qualquer outro, digno de atenção, do estudo de pessoas bem intencionadas (esquecíamos que falamos da imprensa mercenária...).

O cancro maligno que corrói o referido projeto está na sua essência mesma, na condição de obrigatoriedade de que quer revestir o ensino primário.

Sendo o ensino obrigatório uma coerção sofrida pela criança, é seu indefectível corolário tolher-lhe o desenvolvimento moral, degradando-a, atrofiando-lhe o espírito crítico, o espírito de iniciativa e de livre exame e transformando-lhe o cérebro num reservatório de ideias feitas.

[53]. REIS, Vicente de Miranda. *O Debate*. Ano 01, Nº 13, Rio de Janeiro, RJ. p. 09-06.10.1917

Tal coerção é por igual condenável, quer proceda dos poderes públicos quer a exerçam os pais.

Não está, pois, em nosso programa defender a liberdade destes em dispor de seus filhos.

Não poderíamos defender a liberdade de oprimir. A liberdade para a própria criança de escolher o objeto e o processo do ensino que se lhe propina, por esta é que nos batemos. E nisso estamos com Guyan, El-sander, R. Mella, etc. Essa livre escolha não pode, é claro, excluir uma orientação da parte do educador, do pedagogo, orientação que não deve ser imposta autoritariamente, senão que será infundada por processos que despertem no espírito do educando a curiosidade, o interesse pela matéria ensinada. Está aí todo o valor da pedagogia moderna.

O erro palmar em que laboraram os que aplaudem o ensino compulsório está em tomarem como fim o que deve ser apenas um meio. Com mais clareza: alvejam apenas a instrução e descuram por completo da educação, grande retorta em que se refazem caracteres.

Reconhecemos com todos que o analfabetismo é um grande mal e bem quiséramos vê-lo debelado. Mas, francamente, não vemos que, na transformação de analfabetos em títeres, em microfilos, em bacharéis pedantes e inconscientes, possa estar a verdadeira solução do problema.

A instrução obrigatória, o método do “ou vai ou racha”, procurando trazer à criança a disciplina da liberdade, como dizia aquele incomparável Hermeline, que Zola nos apresenta em *Travail*, tal instrução poderá talvez formar um erudito, um *petit Larousse illustre*, mas nunca um ser pensante, um homem, no bom sentido da palavra.

Eis o que teria dito a imprensa amarela se não tivesse o vital interesse de fazer de cada cérebro um poço de preconceitos como o são todos os fetichistas da lei, sem excetuar nenhum, nem mesmo o talento pré-histórico do sr. Ruy Barbosa, o grande apóstolo da liberdade... de ser escravo. Tal interesse, porém, existe: está na consolidação da autoridade, corporificada no Estado, essa harpia insaciável e colmilhuda, de fauces escanceladas, devoradora das energias individuais.

Quanto à inconstitucionalidade do projeto, já de si manifesta, é coisa que nós, os “guelfos”, os extrema esquerda, os *sans-culottes*, partidários

dos 250 à hora, da boamente relegamos para um plano secundário. Acima da constituição, estão as considerações de ordem moral e filosófica.

E toda vez que um determinado ato, por nós reputado justo, moral e em conformidade com a verdade científica, estiver em conflito com o estatuto republicano, então, só uma coisa teremos a lamentar: é que a Constituição Brasileira não tenha sido impressa em papel higiênico...

25

*A escola*⁵⁴

• • • • •

A ESCOLA, COM RARAS EXCEÇÕES, ATÉ AQUI, TEM SIDO UM INSTRUMENTO de exploração religiosa, dirigida, protegida e inspirada por padres, frades e caterva de ambos os sexos, com o intuito evidente de corromper o espírito da humanidade e desviá-lo do caminho do progresso, sustentando indefinidamente o domínio dessas chagas daninhas que são verdadeiras peias morais e intelectuais para a marcha ascendente do progresso. Esse método escolar vigorou único, sem concorrência de algum outro, durante séculos e todas as seitas religiosas aproveitaram do chavão da instrução para chamariz das massas e como instrumento para inculcarem, no espírito das mesmas, aquelas fórmulas próprias a manterem o estado social que as castas diretoras apeteciam.

Mais tarde, quando o poder político quis sacudir o jugo religioso, isto é, sobrepor-se à igreja e conservá-la como subordinada e aliada, todos os estados do universo tomaram como cavalo de batalha a instrução popular, o derramamento da instrução, a construção e abertura de escolas, o preparo de professores aptos e não já os sacristães como nas priscas eras, a instrução cívica, os direitos e deveres dos cidadãos, a instrução militar desde os tenros anos, etc., etc. E, como resultado desse carinho pela instrução, aí temos a Alemanha que nos fornece o exemplo mais estrondoso, mais gritante e clamoroso do interesse que move os partidos políticos à conquista da escola.

Como veem, em nada se diferenciam estes dois métodos, nem no sistema nem nos resultados. A igreja, por obra e graça de deus e do es-

[54]. PINHO, Adelino de. *Boletim da Escola Moderna*. Ano 02, n. 01. São Paulo, SP, 13.10.1918.

pírito santo, não houve mal que não causasse nem calamidade em que não lançasse a pobre humanidade: ateou guerras; deu origem à inquisição, que queimou, caluniou, perseguiu e desgraçou tantos milhões de criaturas; sempre aconselhou obediência e resignação aos fracos quando diante dos fortes; e, recolhendo os despojos de suas vítimas, enriqueceu-se, ficando senhora do universo enquanto a humanidade jazia escrava, miserável e confundida com a lama do chão.

O Estado apoderou-se da escola e é inútil fazer-lhe o processo. Esta guerra, a mais terrível, calamitosa e desgraçada das guerras, é obra da escola a serviço do Estado.

Pois bem; a essas escolas que só preparam para a morte opôs Ferrer a sua Escola Moderna, que preparava para a vida. Com a sua escola, propunha-se a educar as gerações infantis em princípios inteiramente novos, em bases completamente racionalistas, em conhecimentos concretos. Uma educação despida de preconceitos, alheia à moral corrente do venha a nós, baseada nos fatos e fenômenos naturais, na observação e na crítica racional.

Nada de fórmulas feitas, mas o aluno mesmo ser levado a descobrir o fenômeno, a causa ou a lei natural a que obedece. Não a apologia desse estado social, mas a crítica das instituições e a demonstração de que são um obstáculo à felicidade do povo e daí a necessidade de as aniquilar.

E porque teve esta ousadia de contrariar as instituições de domínio e de escravização, mataram-no!... Honremos sua memória!

26 *Escola Moderna.*

Lido na fundação da Sociedade da Escola Moderna, em 26 de agosto de 1919⁵⁵

• • • • •

Camaradas:

A ESCOLA, COMO ESTÁ ORGANIZADA, TEM COMO ESCOPO FUNDAMENTAL, como único princípio, ensinar à infância as ideias políticas, religiosas, econômicas e morais, adquiridas dos antepassados, pelos homens que regem os destinos da sociedade contemporânea, aos quais está, aliás, confiada a tarefa de ministrar às gerações presentes o pão do espírito, os elementos indispensáveis à instrução, ao desenvolvimento da inteligência.

Esses homens, eivados de preconceitos, procuram, em seus livros, em seus tratados, em seus métodos pedagógicos, formar na criança, do pequenino ser que mais tarde será o nosso representante na luta pela existência, uma autossugestão mental, um fanatismo cego pelos ídolos da civilização atual, pelas fantasias do passado, pelas ilusões bárbaras do militarismo, da religião judaica, da obediência à lei, ao padre e ao Estado, fantasmas criados e divinizados pelos costumes, e, ao mesmo tempo, transformados em instrumentos de opressão contra os indiví-

[55]. (Não assinado). *A Razão*. Ano 01, n. 08. Bauru, SP. 20.09.1919.

duos robustos que, através da história, se rebelaram contra os dogmas da religião, contra os dogmas da moral de escravos, inventada pelos representantes do poder espiritual, para dominar e ter submetida às suas leis usurpadoras a grande massa humana, até hoje vilipendiada em seus bens materiais e morais pelo despotismo religioso da velha igreja, sempre solícita em resolver todos os enigmas do universo com rezas, incenso, velas de cera e água benta!

Os homens fortes, os homens que sempre vivem de frente erguida ante os déspotas, compreenderam, embora modestamente, a necessidade imperiosa de organizar a escola em novas bases, em alicerces racionais, aproveitando o imenso trabalho de renovação moral, material e científica, levado a efeito pelos filósofos da enciclopédia, que organizaram e definiram com clareza qual a origem, o desenvolvimento, a estabilidade e o campo, a esfera de ação, relativas à filosofia, à religião, à política, à sociologia e finalmente à ciência, realizando a grandiosa obra da classificação, determinando o principio fundamental de todas as manifestações do entendimento humano!

Entre esses homens irreverentes, surgiu Francisco Ferrer, cujo senso prático, até certo ponto, ultrapassou as fronteiras da nossa época, que, auxiliado pela colaboração sincera de vários sábios e artistas, fundou a Escola Moderna, a escola nova, a escola livre dos preconceitos e da rotina!

Com uma escola dessa índole, onde a infância pudesse aprender a extraordinária arte de viver livremente, sem outro objetivo a não ser o desenvolvimento das faculdades naturais, a razão e o sentimento, pensou Ferrer libertar as crianças da escravidão intelectual e moral. A escola, que, a princípio, somente existia em várias localidades da Espanha, entre as quais a cidade de Barcelona, era a mais favorecida, em breve se propagou por toda a Europa, devido também à infâmia do governo jesuítico, mandando fuzilar Ferrer pelo simples fato de ser o fundador da Escola Moderna.

A Europa em peso, pode-se dizer todo o mundo, num gesto unânime de repulsa, estigmatizou tão violenta injustiça, obrigando os governos a exigirem dos governantes reacionários da Espanha (aliás como todos os governantes) o indulto para Ferrer, mas infelizmente e por circunstâncias inexplicáveis, quando o indulto ia ser posto em prática, o corpo

de Ferrer havia sido vazado pelas balas assassinas dos soldados a serviço da realeza!

Mataram, é certo, o fundador da Escola Moderna, mas apesar de tudo, a sua obra continua à conquista da perfeição e da felicidade da espécie humana!



A INSTRUÇÃO É, PARA O CÉREBRO DO HOMEM, COMO UM ALIMENTO que produz luz e que, à proporção que o absorve, vai a mesma luz aumentando o seu clarão de modo que o homem possa ver, mesmo sem os órgãos visuais, o que é considerado invisível.

O seu valor na sociedade é incomparável.

Na sociedade, o homem instruído devidamente obtém os mais belos conceitos; torna-se admirado pelos seus esmerados modos; ele será indulgente para os que, pela infelicidade de não terem tido instrução, não corresponderem às suas maneiras; e sempre feitos mais grandiosos, belos e dignos de aplausos.

Então o homem experimenta na vida a mais ampla satisfação por ter contribuído para o progresso e para a confraternidade humana.

Infelizmente tal não acontece em geral, porque até a instrução é, embora indiretamente, monopolizada pelos que possuem ouro e pelos que desumanamente têm interesse em manter a maioria da humanidade na completa ignorância das verdadeiras causas produtoras de todos os males.

Quando muito, dão a quem procura instruir-se uma falsa instrução que contribui para fazer-lhe adquirir os mais perversos instintos, os mais baixos preconceitos, as paixões mais violentas, pelo interesse que causa o ódio mútuo.

[56]. TROTTE, Antônio. *Spartacus*. Ano 01, n. 24. Rio de Janeiro, RJ. 10.01.1920.

E qual o interesse daqueles e destes? Reconhece-se que é pelo egoísmo, pelo prazer de manter o bastão autoritário, a superioridade individual, etc., etc.

Tornam-se, por isso, despóticos e tirânicos, cometendo as maiores injustiças por saberem que, se todos possuíssem uma instrução baseada nas ciências naturais e positivas, obteriam, por meio delas resultados benfazejos: liberdade, igualdade e fraternidade.

Isso depende dos verdadeiros educadores. E:

O verdadeiro educador é – segundo disse Ferrer – o que, contra as suas próprias ideias e os seus desejos, pode defender o aluno, apelando em maior grau para as energias próprias do educando.

28

*Renovação*⁵⁷

• • • • •

I

RENOVAÇÃO É O TÍTULO DE UM LIVRO ÚNICO NAS LETRAS BRASILEIRAS. Escreveu-o D. Maria Lacerda de Moura, da Escola Normal de Barbacena, espírito culto, escritora de raras qualidades, entre as quais avulta o mais fervoroso ideal de regeneração humana.

É verdadeiramente prodigioso que tal livro se haja escrito num recanto de Minas enfeudada ao clero e aos politicastros. Ainda mais, que esse livro seja de *mulher mineira*, em sua generalidade tipo 1830.

Surgir um livro desses, cintilante, vigoroso, semirrevolucionário, naquele meio tradicionalista, conservador, ultracatólico e politiqueiro, afigura-se prodígio incrível.

Pois surgiu e é muito, é um grande brado provinciano às mulheres do Brasil a que se unam para as reivindicações definitivas.

Seria meu desejo ter somente palmas anunciando o livro.

Este comentário se destina apenas a aclarar vários pontos e rebater certos preconceitos não de todo erradicados no espírito superior da ilustre autora.

[57]. OTTICICA, José. *Voz do Povo*. Ano 01, n. 14. Rio de Janeiro, RJ. 20.02.1920. p. 01.

É que estou convencidíssimo do pouco efeito das medidas que reclama. Ela quer a emancipação integral do sexo feminino e apoia iniciativas que não remedeiam nada.

Minhas observações iam acompanhando o livro sem descer, por brevidade, a questões secundárias.

O capítulo intitulado “Feminismo” é inexcedível na parte crítica e deve ser lido por todas as brasileiras.

Quando, porém, a autora concita as suas patrícias à luta emancipadora, escreve no seu estilo coruscante:

É a Renovação. Amparemos as nossas irmãs que trabalham enquanto sugamos. Evitemos a sua prostituição. Eduquemos a mulher proletária, auxiliemo-la, respeitemo-la. Mostremos aos homens que somos solidárias com elas e que as protegeremos. Cumpriremos apenas um dever para com irmãs que têm sido desprezadas por nós mesmas só porque ao nosso espírito ignorante e rotineiro não ocorreu ainda a ideia de que a mulher nasceu para proteger os fracos, os indefesos: – as mulheres e as crianças estão em primeiro lugar.

Vê-se desse trecho que a ilustre autora é aristocrata e se quer manter aristocrata, classe alta. Seria ótimo se essa aristocracia se entendesse como gosto e hábitos elevados, espirituais, requintados, sentido em que também sou e serei sempre aristocrata. Mas a autora quer *proteger*, admite a continuação, a permanência da classe proletária, tenta *evitar* a prostituição das proletárias sem pretender *eliminar a prostituição* da sociedade. Logo, o seu ideal de *renovação* é meio ideal, é uma renovação dentro do que existe, dentro da sociedade capitalista, uma renovação, digamos assim, *burguesa*.

Isso se evidencia de outras passagens claras. Escreve, por exemplo: “Às nossas filhas, ensinemos o trabalho que dignifica, prepara a mulher a não ter receio do celibato ou da miséria” (p. 37): De onde se conclui que, no seu ideal de renovação, ainda há lugar para a miséria. E eu pergunto: não será, hoje em dia, muito reduzido, muito insignificante ideal, esse preparo da mulher para evitar a miséria, quando se propaga tonitroantemente, aceleradamente, o ideal de uma sociedade *sem miséria e sem prostituição*?

Note-se bem a diferença de mira. Para a autora, continuamos com as moças *ricas e pobres*, com toda a sociedade de pobreza e riqueza, de classe alta e classe baixa, de burgueses e proletários; apenas, em nome do altruísmo, do feminismo, de um ideal, as senhoras da classe alta se devem esforçar no amparo, na *proteção* das mulheres da classe baixa.

Para nós, anarquistas, ou particularizando, para as mulheres anarquistas, o ideal é transformar esta sociedade ignóbil nas suas mesmas bases, extinguindo a superposição em classe, organizando a vida de tal maneira que não haja *sugadores*, nem sejam possíveis as *quedas*, nem se vejam mulheres necessitadas de *proteção*.

Não reconhecerá a ilustre autora que seu grande ideal ainda é pequeno?

*As escolas clericais*⁵⁸

• • • • •

O CLERO NO BRASIL, E PRINCIPALMENTE EM S. PAULO, MONOPOLIZOU a educação da infância. É de pequeno, como ele muito bem sabe, que se torce o pepino. Assim, procura torcer desde cedo a alma das crianças, fazendo delas futuros escravos e inibidos intelectuais submissos às determinações de Roma. Se alguns moços de maior inteligência e melhor coração conseguem mais tarde subtrair-se à influência nefasta da educação clerical, a maior parte dos que estudam em colégios de padres, frades e freiras nunca poderá emancipar-se das revoltantes mentiras e dos falsos ensinamentos recebidos na infância.

Os padres e freiras, fundando colégios para a educação da infância de acordo com os seus interesses e as suas mal-alicerçadas teorias, fazem obra de interesse exclusivamente particular, de vantagem somente para a sua comunidade. É uma empresa comercial. Saca, com toda a segurança, sobre o futuro. Entretanto, não cessam por aí de entoar loas à igreja como uma grande beneficiadora do país e dos brasileiros. Devemos, nesse caso, elevar também uma estátua a cada indivíduo que monta uma taverna para envenenar e desfibrar o povo, em proveito de suas algibeiras.

Os taverneiros ainda pagam impostos e destes uma parte infinitésima escapa dos bolsos dos governantes para alguma obra de utilidade pública. Os padres, porém, não pagam impostos, gozam de um sem número de regalias e, no fim, ainda se sentam no banquete anual do Orçamento, comendo apreciáveis fatias.

Não há no Brasil uma só escola ou colégio de padres, frades ou freiras que não seja pingüemente subvencionado com o dinheiro público. Muitos desses estabelecimentos poderiam viver exclusivamente com as

[58]. SILVA, Beato da. **A Plebe**. Ano 04, n. 54. São Paulo, SP. 28.02.1920.

subvenções que recebem, dispensando as mensalidades de seus alunos. Isso, porém, não acontece. Se alguns mantêm um reduzido número de alunos gratuitos é simplesmente para armar a efeito, para engazopar o povo e manter destarte constantemente aberta, numa atitude choramingas, a sacola das esmolas, que nunca cessam de cair... Os alunos pobres dos colégios clericais dão-lhes assim mais rendimento que os alunos ricos, que pagam as suas mensalidades.

Mas a gananciosa exploração clerical não para aí. Pervertendo as almas das crianças com os seus tendenciosos ensinamentos, fazendo delas futuras servas cegas aos seus desmandos e caprichos, os padres e as freiras ainda procuram sugar-lhes diariamente a maior quantidade de níquel. É indigno e desprezível, mas é a verdade. Roubam miseravelmente, sem escrúpulo, até as crianças.

É assim que, nessas alfurjas sucursais do Vaticano, os alunos são obrigados a comprar no próprio estabelecimento todos os apetrechos de que necessitam para o estudo – livros, papéis, cadernos, tinta, penas, etc. Ora, se eles vendessem esses objetos pelo seu justo preço corrente na praça, nós nada tínhamos que ver com isso. Nesse caso, eram somente os negociantes de papelaria que deveriam protestar, perante o fisco, contra a concorrência desleal e desonesta, que os priva de sua melhor freguesia. Mas, além de lesarem o fisco e prejudicarem o comércio varejista, a clericanilha ainda explora miseravelmente as crianças, impingindo-lhe o material escolar, inclusive o indefectível “Catecismo da doutrina cristã”, por um preço 60, 80 e até 100 por cento acima dos preços comuns. Por que esse acréscimo, se os padres e freiras não pagam impostos? Será que o artigo que fornecem é superior ao de outras procedências? Puro engano! Como tudo que vem de padres e freiras, o que eles impingem às crianças são as coisas mais ordinárias que podem obter ou fabricar pelo mais baixo preço.

Essa gente de igreja, está mais que provado, nada faz que não seja visando acumular ouro e mais ouro. Os pretextos de que se vale são múltiplos. Esse de educar a infância e a mocidade é um deles, quiçá o mais rendoso, pois dá resultados imediatos e mediatos, garante-lhe uma excelente freguesia no presente e no futuro.

Está aí por que a padrada tanto berra contra a instrução laica da infância e da mocidade. Está aí porque o arcebispo Duarte Leopoldo mandou a sua polícia fechar as Escolas Modernas de S. Paulo.

Onde está o padre, vede onde ele põe os olhos cupidos: o ouro estará perto, ao alcance de suas garras.

30

*A Escola Moderna ou racional*⁵⁹

• • • • •

QUE A ESCOLA RACIONALISTA É A ESCOLA DO FUTURO, NÃO RESTA DÚVIDA. Basta ver o furor com que os governantes clericais e jesuíticos desta terra investiram contra as modestas Escolas Modernas aqui existentes, mandando-as fechar como prejudiciais aos interesses das altas camarilhas de comerciantes, industriais e governantes jesuíticos, reacionários, ultraconservadores e apoucados de juízo e de previsão social!

E, fato curioso, havendo uma Liga Nacionalista com o escopo de matar o analfabetismo nesta terra de bandeirantes, ninguém deu fé que dita instituição protestasse contra o ato abusivo e prepotente dos governantes mandando encerrar escolas numa terra de analfabetos, onde a maioria da população não sabe ler, o que é considerado o maior flagelo que aflige o Brasil. É que todos, gregos e troianos, como bons burgueses que se prezam ser, entendem que a escola é muito boa só quando tem o fim de fortalecer o pedestal da exploração burguesa. A não ter a escola esta missão, acabe-se com a escola.

E os trabalhadores, diante disso, devem convencer-se de que não há meio algum que force a burguesia a deixar realizar a obra de evolução dos espíritos e da sociedade, e que só pela revolução é que poderão realizar as aspirações que os arrebatam e que constituem as suas necessidades.

Muitas vezes escutamos esta conversa:

[59]. P. A Plebe. Ano 04, n. 55. São Paulo, SP. 06.03.1920.

- “Vossas ideias são magníficas! A dificuldade é que o povo não está educado para pô-las em prática e compreender o papel que lhe cumpre representar na futura sociedade. É preciso instruir o povo, abrir muitas escolas, realizar a educação do operariado etc., etc.”.

É preciso abrir muitas escolas? É verdade que sim. Mas se o governo manda fechar as poucas que existem, como pensar em abrir muitas outras?

Eis aí a questão em que ponto está. Os trabalhadores tudo têm de fazer por seu impulso próprio. Nada têm que esperar dos governos, os quais nada farão que concorra para a sua queda e para a libertação do operariado. Do seu próprio esforço, de suas íntimas energias, com o seu único sacrifício é que poderão os operários encaminhar-se para a estrada que os conduza ao ataque e esfacelamento desta sociedade. É assim que o operariado no estrangeiro compreende e orienta a luta. Tudo por eles e nada esperar de elementos falhos e estranhos.

Vejam, por exemplo, o que os trabalhadores espanhóis, reunidos em congresso da sua Confederação Geral do Trabalho, resolveram a propósito do problema da instrução. Leiam com atenção os leitores e capacitar-se-ão da alta significação do documento que vai a seguir:

Problema de instrução

Considerando não só conveniente, senão necessária, a criação de escolas racionalistas – ao passar a estudar a forma, bases e meios em que hão de estabelecer-se, esta comissão encontra-se, em primeiro lugar, com a carência do professorado competente; em segundo, com a de meios materiais insuficientes para levar à prática essa necessidade sentida na medida que era para desejar.

Nessas circunstâncias, esta comissão, de momento, só encontra esta solução:

Primeira: Necessidade de criar um comitê pró-instrução, agregado ao comitê confederal, que se encarregue do seguinte:

A criação duma Normal Nacional, onde se elabore a matéria-prima, ou seja, o aperfeiçoamento de alguns camaradas já iniciados nos conhecimentos pedagógicos ou alguns discípulos que, com vantagem, têm saído de escolas racionalistas.

Que na dita Normal Nacional sejam recolhidos e educados os filhos órfãos das vítimas dos atropelos sociais, aproveitando para o professorado os que demonstrem inclinação e capacidade.

Ajudar moral e materialmente os sindicatos que, conhecido o seu esforço máximo para pôr em prática esta necessidade, não possam chegar à sua realização.

Para pôr em execução o exposto, dever-se-á estabelecer uma cota obrigatória, que poderá ser de dez centimos por mês ou de uma peseta anual, que serão administrados pelo citado Comitê Nacional pró-instrução.

O Congresso, depois de acordar que, para se executar o já exposto, se encarregue a Liga dos Professores Racionalistas, decide mais:

Que os sindicatos que tenham forças e meios para fazê-lo, instituem imediatamente essas escolas e que tanto o Comitê pró-instrução como os sindicatos, ao abrirem essas escolas, tenham em conta as normas naturais e lógicas do ensino, devendo limitar o número de alunos; que as escolas reúnam todas as condições de higiene, ventilação e alegria necessárias e que os professores sejam retribuídos de forma que não tenham que recorrer a outras ocupações para poder viver com decoro.

Para desenvolver a cultura, os Sindicatos terão escolas para adultos, com caráter preparatório, a fim de que os indivíduos adquiram os conhecimentos necessários para desempenhar os cargos administrativos e delegações, para desenvolver com acerto a propaganda, forma de sustentar as discussões com boa norma e pô-las ao corrente de toda a legislação social e internacional, etc.

Que nobreza de sentimentos, que altivez de miras, que dignidade de atitude esta declaração encerra! Quantos burgueses haveria capazes de redigir um documento sobre um assunto transcendente como esse da instrução da infância com a superioridade de vistas e com a simplicidade, clareza e concisão de linguagem e de ideias como esse que os nossos companheiros espanhóis, trabalhadores da mina e da oficina, redigiram?

Não há dúvida. A inteligência, a verdade, a força e o número estão com o trabalho. Ele vencerá. O futuro pertence-lhe. Ainda bem.

31

*Na linha de fogo.
Intelectuais e manuais:
um preconceito burguês que deve
desaparecer no futuro⁶⁰*

• • • • •

A DESIGNAÇÃO DE INTELLECTUAL, ALÉM DE ORGULHOSA E PETULANTE, é a mais completa negação do espírito igualitário, inimigo de hierarquias e privilégios, que deve possuir todo aquele que comunga um ideal socialista. É um absurdo e um erro crasso, contra todos os dados fisiológicos e lesivo dos mais legítimos direitos, crer que o exercício duma profissão intelectual é coisa fundamentalmente diversa do exercício duma qualquer outra, e confere, a quem quer que seja, uma superioridade moral.

Tal preconceito é originário do regime de servidão que vem de longe, do totemismo, dos nigromantes, pitonisas, feiticeiros e sacerdotes, todo um mundo de charlatães, que se criam eleitos e superiores aos outros homens por lerem no livro dos destinos e se dizerem medianeiros entre os deuses e as criaturas. Por essas e outras, a que se juntou depois o egoísmo especulador, é que o trabalho físico passou a ser uma ocupação degradante a que se obrigavam, por vileza de condição ou castigo, os servos da gleba, os escravos e os réprobos, numa palavra, a “ínfima gens”. Mais tarde, o preconceito, lisonjeando a vaidade dos diplomados, fez deles

[60]. RIBEIRO, Manuel. *A Vanguarda*. Ano 01, n. 20. São Paulo, SP. 20.03.1920.

castas parasitárias e predominantes na hierarquia social, e uma espécie de fetichismo envolve-os ainda numa auréola prestigiosa, tradições ba-fiantas da medievalidade escolástica.

Ora tudo isso está condenado a desaparecer. Não há intelectuais nem mesteiros, mas trabalhadores, produtores, com funções especializadas, é certo, nenhuma das quais, porém, exclui as outras nem se basta a si própria. Evidentemente há profissões que requerem maior dispêndio cerebral, mas é tudo uma questão de grau. Jamais de natureza. Um engenheiro, um médico, um professor levam a especializar-se mais tempo do que um operário artífice e, dentre das próprias profissões industriais, varia a duração da aprendizagem. Mas que superioridade confere o mister do ensino, do cálculo ou da cirurgia sobre o do fabricante de utilidades? Por que hei de eu ter maior consideração e respeito pelo médico que me cura uma angina, o professor que me leciona álgebra, do que pelo manufator de calçado que me calça, o alfaiate que me confecciona o vestuário ou o pedreiro que edifica a casa onde me abrigo?

Preconceitos, nada mais.

Não há intelectuais nem manuais ou mesteiros, há profissionais. As profissões equivalem-se. O que faz prevalecer o médico e o arquiteto sobre o tipógrafo ou o metalúrgico não são supremacias de técnica: é o cabedal ideológico, é a teorização que o médico e o arquiteto possuem: as línguas, a geografia, a história, a literatura, o cálculo, as ciências naturais, a filosofia, a instrução geral, em suma, que nada tem com a técnica de métier. As chamadas profissões liberais, valoriza-as este pedestal de erudição. Dessem a todos os homens a mesma base de conhecimentos abstratos e o desnivelamento acabaria.

Nenhuma distinção social haverá, pois, na sociedade futura entre o indivíduo que, depois de receber a sua instrução geral, escolhe um mister destinado a produzir utilidades (hoje profissão operária) e outro indivíduo que, por gosto, inclinação ou tendência, se dedica a uma profissão mais complexa (hoje profissão intelectual).

Objetar-se-á que, se todas as profissões são socialmente equivalentes e igualmente retribuídas, serão sempre preferidas as mais simples. Não tememos isso. Quanto mais instruído se é, maior atração nos oferecem os trabalhos do espírito. Talvez haja menos médicos, arquitetos e engenheiros, mas com certeza os há melhores, porque já não é a maior

retribuição e a dignidade social que convidam a essas profissões, mas o estímulo da vocação, o amor do estudo e da diversão intelectual.

“Mas os artistas?”, ouço já dizer. Ser artista não constitui profissão. O artista é um criador de belezas. A arte é uma qualidade moral. O talento, como a honestidade, não se vende – dá-se. A arte, como a virtude, não se paga – honra-se. Os que supõem que o gênio artístico é incompatível com uma ocupação industrial partilham o preconceito absurdo de que o trabalho é um opróbrio. Só os orgulhosos, os enfatuados, os pedantes, consideram o trabalho físico deprimente.

Não, a intelectualidade não constitui profissão. Conceber um poema, uma partitura, um romance de arte ou uma teoria filosófica é um desabrochamento espontâneo da alma, uma florescência do sentimento, como o exercício do bem ou a prática duma virtude. Tarifar as manifestações do gênio seria o mesmo que decretar o bem obrigatório ou marcar à honestidade um horário de trabalho. É-se artista, intelectual, talentoso, como se é honesto, moral, equilibrado.

É, pois, absurdo estabelecer categorias que não correspondem à realidade no futuro, como é a dos profissionais intelectuais. Há de haver intelectuais na sociedade nova, sim, mas não são profissionais. O intelectual do futuro é o gênio, a ideação pura, a inteligência privilegiada dum Miguel Ângelo, dum Rafael, dum Dante, dum Shakespeare, dum Camões, dum Pasteur e dum Edison, os inventores, os sábios, os artistas, fecundas cerebrações maravilhosas, prodígios da natureza criadora, que os homens hão de amar, venerar e honrar, não com dádivas e benesses, com grã-cruzes e pensões, mas com o respeito que se deve ao talento e a adoração que merece, a todo o espírito culto, o que é belo, superior e transcendente.

*A classe acadêmica*⁶¹

• • • • •

EM TODOS OS TEMPOS E EM TODA A PARTE, COMO NO BRASIL, A mocidade universitária ou acadêmica tem-se revelado ardorosa e entusiástica paladina de ideais altruísticos. Tem-se distinguido com seu entusiasmo impulsivo, veemente e arrebatador, próprio da juventude, para a consecução de um bem em movimentos liberais. A sua generosidade desinteressada tem-se manifestado gloriosamente através de fases incruentas à humanidade. Comprova isso o grau de evolução que a tem feito tomar a dianteira nesses movimentos, a sobrelevar-se nessas cruzadas do bem acima e a vanguarda das demais classes sociais. Esquecer esse contingente de evolução, esse enorme serviço à humanidade, seria uma ingratidão à classe estudantil de todo o mundo, feita por qualquer publicista desta ou daquela doutrina que tinha de se referir aos movimentos em que tem sido ela a parte magna. Em todos os países, vimo-la sempre à frente dos movimentos de reivindicação de justiça contra todas as opressões. Assim na França, na Alemanha e principalmente na Rússia absolutista dos czares. Neste país, ela distinguiu-se heroicamente a sacrificar-se diariamente, sofrendo os maiores martírios, da força, fuzilamento, prisões horrorosas e banimento à Sibéria. O período terrorista do niilismo tornou-se célebre no mundo inteiro a causar a maior admiração pelo heroísmo, pela coragem, audácia e pertinácia da mocidade russa universitária a bater-se pelo seu ideal: a destruição do poder absoluto e cruel do czarismo.

[61]. PROF. C. C.. *A Vanguarda*. Ano 01, n. 20. São Paulo, SP. 20.03.1920.

Em Portugal, a mocidade de Coimbra, comandada por José Bonifácio, fez frente heroica à invasão francesa. No Brasil, desde Bento Gurgel do Amaral, que se pôs à vanguarda dos estudantes para repelir a invasão estrangeira, vemos a ação benéfica dos acadêmicos atuando enormemente sobre os nossos fatos políticos sociais. A independência, o ideal republicano e a abolição da escravidão tiveram-nos como os mais intrépidos de seus adeptos propagandistas. Foram sempre os estudantes tidos e acatados como os melhores propulsores das boas causas. Foram por isso sempre simpatizados e queridos. No entanto, após a guerra mundial, com o ressurgimento da aguda questão social que se lhe seguiu, precipitada pelos acontecimentos que sobrevieram agitando o mundo com o advento da república soviética russa, originando a guerra de classes, a classe universitária vem alienando as simpatias de que era merecedora, transviando-se de sua nobre missão. Por toda a parte, tem-se revelado reacionária contra o proletariado. Quando assim nos expressamos, é com relação ao fato geral. Bem sabemos que há exceções e que o fenômeno não é absoluto. Mas o que é exato é que é quase geral. Os estudantes são quase, em generalidade, filhos de ricos ou abastados que os podem sustentar no estudo. Os pobres estão desfeitos de o poderem fazer. É um privilégio dos ricos, daqui como de toda a parte. Mas há muitas centenas de filhos de pobres, de proletários que lutam para mantê-los nos estudos. Filhos do povo, portanto.

E, no entanto, observa-se atualmente ou a indiferença completa da classe estudantil ou a sua reação direta contra as questões operárias, contra o proletariado!

Em S. Paulo, essa atitude foi ao ponto de se prestarem ao triste papel de fura-greves, como na da Light aconteceu. Mas o mesmo não fizeram quanto à das docas de Santos. Simplesmente porque em S. Paulo era um esporte, um divertimento, um leve serviço; e em Santos, era o “pesado”. Puro pedantismo.

Na Itália, o maior contingente dos *fascisti* contra os comunistas é constituído por estudantes. Mas por que esse fenômeno atual? Porque os estudantes, em vez de cultivarem o cérebro, entregam-se de corpo e alma ao cultivo dos pés, cultuam o “futebolismo”. Desenvolvidos nas extremidades, atrofiam-se nas superiores, no cérebro principalmente. Não lhes sobra tempo para se ocuparem com tão “fúteis questões”. Exte-

nuados, mal lhes chega o tempo para decorarem os pontecos de exame, determinados em programas oficiais e, assim, alinhavam o curso para ter o direito de se dizerem “doutores”.

Aumentam, desse modo, o número de candidatos a empregos públicos e políticos para bancarem “importância”.

Há uns bons quatro anos passados, conhecemos um, prestes a formar-se, futebolista, que nos dissera ingenuamente nunca ter ouvido falar em Haeckel!

Assim, os estudantes seguem instintivamente a corrente burguesa contra as novas ideias, inconscientemente, sem maiores indagações, a fim de poderem agir de conhecimento próprio. Seguem por simpatia a corrente mais segura que lhes possa assegurar as futuras posições, pelas quais sonham, de malandragem e parasitismo. Há felizmente exceções não só entre nós, como em vários outros pontos.

Os heroicos estudantes de Irlanda, Índia e Egito batem-se valentemente pela sua independência. Não fica assim manchada a página da história no movimento atual para as conquistas de liberdade e reivindicação para a classe que sempre se há revelado ardente defensora de alentados ideais humanos

Prof. C. C.

Rio, 18.03.921

*Os intelectuais e o operariado*⁶²

• • • • •

NOTA-SE CERTA MARCHA PARA AS ESQUERDAS DAS CHAMADAS classes intelectuais, e hoje um, amanhã outro, a pouco e pouco engrossa o número de pessoas cultas e esclarecidas que declaram haver-se convencido das sublimes verdades do socialismo revolucionário.

Nem doutra maneira podia ser. Como poderia realmente denominar-se de intelectual o homem que não levara ainda a sua observação ao ponto de verificar o erro tremendo e iníquo que o atual arranjo social representa, ou que seja dotado duma tal cegueira mental que o impossibilite de ver o que é bem visível, bem patente, bem palpável, que o impeça de atentar nos esforços, sucessivamente mais próximos de êxito, das massas oprimidas para libertarem-se e implantar no mundo uma nova era de equidade e de justiça?

Todavia, tem de reconhecer-se que a maioria, a grande maioria dos chamados intelectuais anda ainda na lua, no respeitante à evolução social, não sendo raro topar com pessoas cursadas que entendem por socialismo dividir um homem o seu par de botas com o primeiro descalço que apareça para ficarem assim ambos com um pé calçado e outro nu. Os conhecimentos do sindicalismo desses tais resumem-se no que certa imprensa propala.

Benze-se a gente perante a ignorância pasmosa de intelectuais desta força que bebem na imprensa quotidiana a sabença relativa ao avanço político do mundo, e aos quais um simples operário manual embarrilaria sem custo ao tratar-se de questões sociais.

Certo é que o fato de andar a maioria dos intelectuais às escuras não significa que as sociedades suspendam o seu movimento evolutivo.

[62]. BATALHA, A. *A Vanguarda*. Ano 01, n. 26. São Paulo, SP. 27.03.1920.

E um belo dia, quando os lunáticos menos o esperarem, produzir-se-á o tremendo gesto libertador, deixando estupefatos os que não souberam prevê-lo, os que não deram fé aos inícios anunciadores, os que não curaram de preparar-se para essa nova sociedade em que, fatalmente, serão maus elementos exatamente por deficiência de educação moral e social.

Temos visto algumas vezes os chamados intelectuais tratarem assuntos operários, de ordem econômica ou política, fazendo-o, porém, por uma tão desastrosa maneira que não pode a gente fazer menos que rir-se das suas parlendas mal amanhadas, vazias de senso, desprovidas de acordo, e mandar cordialmente bugiar aqueles que, devendo ser pela sua preparação científica os nossos mestres, nem sequer se mostram capazes de serem nossos discípulos.

Todavia, com que prazer aceitaria o proletariado a colaboração inteligente e leal das classes cultas, para que mais perfeita resultasse esta obra do futuro que estamos afanosamente preparando!

Com que satisfação nós trabalharíamos a seu lado, aparelhando o grandioso edifício do porvir, para o qual, cada um daria seus materiais! Sabe-se que as ideias de emancipação operária não no-las ensinaram os sábios, pois nasceram nas oficinas e nos campos, no seio das multidões que sofrem, como produto dum sentimento inato de justiça que em toda a alma humana existe. Esses mesmos explorados que conceberam a ideia de emancipação hão de poder realizá-la. Mas, em suma, com cada nova adesão sempre se perde um inimigo e arrisca-se a gente a granjear algum prestimoso aliado, já para as lutas esforçadas do presente, já para a fruição da harmonia de amanhã.

34

*Um sociólogo de meia tigela ou uma aroeira sem cerne*⁶³

• • • • •

A GORA QUE VAI ACESA POR TODO O MUNDO A GUERRA SOCIAL, A luta de morte entre o proletariado e a burguesia, dá gosto ver-se como de toda a parte surgem sociólogos de meia tigela a procurar, com sofismas e calinadas, desviar das verdadeiras ideias de sua emancipação a atenção do operariado brasileiro.

Num jornal de Minas, A Gazeta de Paraopeba, cujo redator Manoel A. da Silva é um jornalista muito inteligente, mas de uma extrema benevolência para com os seus colaboradores, apareceu no seu nº de 22 de agosto uma moxinifada com a assinatura de um tal dos Aroeiros, “operário”.

Pelo estilo, se conhece o homem.

Pelo estilo arrevesado e pernóstico e pelas ideias retrógradas e burguesíssimas que emite, o tal dos Aroeiros saiu-nos um perfeito almofadinha, desses bem apertadinhos, de traseiras redondas e bem à mostra.

Protestamos que um indivíduo assim queira vestir a blusa honrada do operário, com o fim de perverter os sentimentos dos trabalhadores.

Falando aos operários da União Operária de Curvello, associação ultimamente fundada naquela cidade mineira, o sr. dos Aroeiros sai-se com uma tirada destas:

Não vejam, entretanto, as numerosas e invencíveis hostes, nas greves revolucionárias o meio suasório do ideal

[63]. B. A Obra. Ano 01, n. 12. São Paulo, SP. 01.09.1920.

porque se batem. Consegui-lo-ão pela força moral, pela vitória mesma que sintetiza o trabalho, pela união, pela fé nas provadas vontades, pelo peso da unidade coletiva. Preconizarem-se as revoluções como elemento da conquista desejada triunfante, seria o contraporem-se, por exemplo, em se tratando de economia política, os especiosos argumentos, a série interminável de sofismas, que por si próprios se desfazem, ao peso do raciocínio de Bastiat, aos tesouros inesgotáveis de Le Bon.

Desejamos se aliem a nós outros em pensamento a resurgente União Operária de Curvello. Se assim for, muito com ela tem o município a ganhar. E Curvello caminhará mais que nas jornadas de antanho, porque são outros os horizontes do presente...

Sim, sr. dos Aroeiros, são outros os horizontes do presente, você pode, pois, ir pregar noutra freguesia, para outra classe de ouvintes, as suas rançosas teorias sociológicas, feitas pelos patrões para uso dos operários carneiros e inconscientes. A União Operária de Curvello mandará você às favas, se ela é realmente uma agremiação de trabalhadores cômicos dos seus direitos e não uma arapuca de caçar eleitores, armada pelos sequazes politiquinhos como são quase todas as “ligas” e “uniões” operárias do Estado de Minas.

São outros os horizontes do presente. Os verdadeiros operários que acompanham de perto o progredir das conquistas da sua classe, que reconhecem os seus direitos a um lugar no banquete da vida e para isso lutam e se sacrificam, sabem perfeitamente que, com a platônica “força moral” e outras provadas tolices saídas de cérebros de carneiros, nada conseguirão dos seus exploradores. Não fosse a “força real” do braço armado do operário, que perturba a digestão e o sono do burguês, e os trabalhadores dos centros, onde há verdadeiras sociedades operárias, não teriam hoje o dia de oito horas e outras conquistas que têm feito sempre pelos meios extralegais, sempre com a revolução ou com a ameaça da revolução.

Os operários de Curvello que acompanhem a ladainha do Aroeiros e vão ver o que ganharão no fim das contas... Ele, o pretensioso guia do rebanho, acabará cabo eleitoral, se por acaso já o não é, e o seu rebanho acabará por perder o pouco pelo que os patrões lhes deixaram...

Lancem uma vista de olhos sobre a situação verdadeiramente lamentável em que se encontram as classes operárias do Estado de Minas, principalmente os operários das indústrias fabris. Trabalham doze horas por dia, homens e mulheres, sujeitos ainda a um regime talvez pior que o do tempo da escravidão, com feitores e chicote; ganham um ordenado miserável e só têm um direito – trabalhar, trabalhar até estourar.

Veja o sr. Aroeiros se, com a sua “força moral”, consegue melhorar a condição desses operários. Se não o conseguir e se estiver, acaso, animado de boas intenções, então aconselhe aos seus “irmãos” o emprego da “força real” das greves revolucionárias, que adotam e pregam os anarquistas, e verá, com surpresa, como os empedernidos corações dos industriais mineiros, que ora esfolam os seus escravos, se tornam de repente suaves como cera e eles reconhecerão que é deveras uma desumanidade fazer trabalhar tanto, pagando-lhes tão mal, criaturas de carne e osso, também filhas de Deus... Pois é verdade. Uma carabina, ou mesmo um bom cacete, nas mãos de um operário revoltado contra a injustiça social é melhor, mais concludente, para fazer brotar sentimentos cristãos nos católicos corações dos burgueses, do que quantas prédicas e ladainhas de padres e sacristas...

35

*Os operários intelectuais e os estudantes brasileiros aos seus camaradas franceses*⁶⁴

• • • • •

UM GRUPO DE INTELLECTUAIS PROLETÁRIOS DO RIO DE JANEIRO ACABA de enviar aos propugnadores do movimento “Clartê” da França a seguinte carta:⁶⁵

Camaradas franceses, – À fervorosa esperança com que nos dirigistes o vosso apelo, respondemos com a magnitude da nossa fé nos destinos da humanidade. Entrelaçam-se ambas, fé e esperança, como dois rutilos raios de sol, que é a apoteose dos céus da nossa América; anastomosaram-se os vossos sentimentos e os nossos próprios sentimentos, – e é o mesmo determinismo conduzindo os povos para a Aleluia da Paz Universal.

Nós, operários intelectuais e estudantes da Terra do Cruzeiro do Sul, estendemo-vos as mãos por sobre o Atlântico num longo amplexo fraternal. Pobres são os recursos de que dispomos; ricos são os anseios

[64]. (Não assinado). **A Vanguarda**. Ano 01, n. 35. São Paulo, SP. 13.04.1921.

[65]. **Nota do Org.:** Em **A Vanguarda** de 16.03.1921, n. 16, primeira página, há carta do Grupo Clartê dirigida a “intelectuais da América Latina”. Nesta carta, o grupo francês lança convite para formação de núcleos Clartê neste continente. Esta mesma carta foi publicada no terceiro número da **Revista Liberal** de Porto Alegre no Rio Grande do Sul, publicada em maio de 1921. No ano anterior, Affonso Schmidt publicou o folheto **Palavras de um comunista brasileiro á Liga Nacionalista e á mocidade das Escolas**, anunciando no Brasil o início da movimentação na França à futura formação do Grupo Clartê por intelectuais daquele país. Nesse folheto, Schmidt incita intelectuais do Brasil a formarem grupos e se filiarem ao grupo francês. Esse folheto retrata muito bem o estado de confusão entre anarquismo e bolchevismo no movimento operário produzido pelo impacto da Revolução Russa no Brasil.

de concórdia que nos impulsionam. Recebei, pois, esta oferenda, que é dádiva do coração.

* * *

O Brasil de modo algum pode sair, como partícula do mundo, da órbita dos fenômenos históricos e sociais. A sua história não é, apenas, um monótono registro de acontecimentos estéreis. O movimento dos enciclopedistas, que da vossa França irrompia pelas outras nações, veio refletir-se entre nós no ano de 1786, quando ainda éramos colônia de Portugal, por intermédio de um estudante brasileiro – José Joaquim da Maia – que hauria em Montpellier as luminosas teorias político-sociais da época.

Pois anos após, em 1789, quando o povo de Paris, em nome da Liberdade, despedaçou a Bastilha – os nativistas aqui faziam a Inconfidência Mineira, que polarizava as aspirações de autonomia nacional, e já em 1710, no Senado da Câmara de Olinda, Bernardo Vieira de Mello encarnava estas mesmas aspirações com o brado rebelde de – **Viva a República!**

Em 1817, novo movimento libertário eruptia em terras do Brasil, visando ao conagraamento dos povos do Equador sob a mesma bandeira de paz, de concórdia, de fraternidade.

Em 1888, após memorável agitação, na qual se envolviam os nossos poetas, os nossos oradores, os nossos jornalistas e os maiores dos nossos políticos, abolia-se definitivamente o tráfico de escravos negros – que os colonizadores rapaces haviam instituído com o apoio do Estado que nos dominava. Mas, anteriormente, a alma heroica de um escravo negro – Zumbi –, que se despenhara dos anfractuados rochedos da Serra do Barriga, dinamizara, por assim dizer, a energia libertadora da nacionalidade embrionária.

Um ano depois, em 1889, abatíamos o trono bragantino, promulgando-se uma constituição política que consubstanciava, então, todos os ideais de liberdade.

Vedes, destarte, camaradas de França, que à nossa formação histórica presidiu sempre o gênio tutelar da liberdade, da igualdade, da fraternidade.

* * *

Nesta hora agitada do homem, quando – após o Crime de 1914, que solapou em sangue milhões de criaturas – a velha sociedade capitalista quer soerguer-se dos escombros, das lágrimas e das desventuras de todos os órfãos, que ela causou: quando vemos alvorecendo no Oriente, entre clarões, a Sociedade Nova, acorda em nós, tumultuante, aquele mesmo espírito que iluminou as páginas mais emocionantes da nossa história.

Somos um povo jovem, uma raça que apenas amanhece. Não importa que sejamos um povo adolescente se também nos arrebatamos aos clangorosos sons das trombetas revolucionárias. Pensamos com a maturidade dos nossos pensamentos: a nossa época é, na acepção da palavra, uma época de parasitismo econômico. Na imensidão do nosso território, onde há lugar para quatrocentos milhões de criaturas, há grandes claros abertos onde, ainda, a civilização contemporânea não apareceu com a mancheia de arados, mas por onde, possivelmente, desejaria ela fazer passar metralhadoras e canhões. E, no entanto, a humanidade tem fome!

Nos extensos cafezais de São Paulo, mourejam os nossos irmãos sob o domínio da escravidão do salariado. E, no entanto, eles nada possuem e os senhores das terras têm o fausto e a opulência.

Nos canaviais e algodoais nordestinos, consumidos pela anquilosomíase, debilitados pelo suplício das cubas, mergulhados nas trevas do analfabetismo, consomem-se milhares de trabalhadores e as suas energias serão o ouro que o capitalismo fechará usurariamente nas mãos. E, no entanto, eles andam esfomeados e andrajosos.

Nas florestas secularmente verdes da Amazônia, alguns milhares de brasileiros, isolados do contato da própria sociedade que os assassina, são vendidos aos “aviadores” de Manaus, sem, todavia, poderem regressar à terra que lhes foi berço.

Eis aí o parasitismo econômico absorvendo o largo espírito de nosso direito constitucional. Que vale ter o homem uma autonomia política, resumindo-se no sufrágio universal e num menoscabado direito de reunião e associação, se ele, no domínio econômico, é escravo dos interesses do capital.

A liberdade política dentro da opressão econômica é um paradoxo. É a restrição, pura e simples, da personalidade individual. Aqui o contraste: numa sociedade essencialmente individualista, o indivíduo vegetal, isto

é, vemo-lo esmagado, calcado nos seus surtos de progressos intelectuais e morais.

Há meio século, quase, o mundo se habituou a ver nas Américas a pátria do direito e da justiça: e, no entanto, em nome desse direito e em nome dessa justiça, as nossas falsas democracias pretendem sufocar os valores rebeldes dos que clamam por uma Ordem Nova!

* * *

Eis, pois, camaradas franceses, por que acudimos ao vosso apelo. Também nós – e nós particularmente necessitamos que se realize a revolução que pregais. Queremos que os espíritos se libertem dos odiosos prejuízos que constituem o sustentáculo da era atual. A nossa palavra tem vibrado muita vez, na tribuna e na imprensa, apostolando os princípios sobre os quais assentará a sociedade de amanhã. O nosso sonho, como o vosso, é o da união de todos os povos da Terra entregues ao labor fecundo da paz, que há mais de mil anos, inutilmente, os homens aguardam.

Retribuindo-vos a saudação que nos dirigistes, queremos hipotecar-vos a nossa cooperação na luta redentora da humanidade, a qual, posto que modesta, expressa a potencialidade liberativa das nossas almas.

36

*Trabalhadores intelectuais*⁶⁶

• • • • •

DEPOIS DA LIGA DAS NAÇÕES, OU MELHOR, LIGA DOS LOBOS, TER pretendido legislar sobre tantos assuntos que estão longe de poder ser absolvidos à força de regulamento, de ameaças e de sanções mais ou menos platônicas e fazer recair suas atenções sobre a desprotegida classe dos trabalhadores intelectuais que, como os manuais, dão sangue, energias e cérebro em troca duns magros tostões com que o burguês analfabeto costuma beneficiar o seu trabalho estafante e esgotador.

Já se sabia que a Liga das Nações constituía, antes de qualquer outro intuito, uma repartição de polícia internacional destinada a reprimir todos os gestos de revolta que pudessem surgir contra a ordem de coisas vigentes. E a confirmá-lo vem agora o voto a favor da organização internacional do trabalho intelectual.

Quem tem olhos de ver sabe perfeitamente que o regime atual não se manteria de pé nem mais meia hora se os trabalhadores intelectuais se negassem a colaborar na obra de mentira e de embrutecimento das massas populares e em pura perda da libertação do gênero humano, o qual continua escravo em virtude das patranhas que lhe inculcam os jornalistas, os professores, os romancistas, os dramaturgos, poetas e comediógrafos, os quais, a serviço e a soldo da burguesia, desvirtuam e desfiguram a clara luz da verdade e deixam de proclamá-la porque não têm a independência econômica precisa para enfrentarem o ódio dos ricos e dos bem-acomodados.

[66]. DEMÓCRITO. *A Vanguarda*. Ano 01, n. 41. São Paulo, SP. 28.05.1921.

No dia, porém, em que todos os que manejam a pena se decidissem a descobrir todos os embustes, corrupções, mentiras e vícios da burguesia, esta teria os seus dias contados e só lhe restaria preparar as malas e transpor as fronteiras do globo em 24 horas.

Imaginem que, num dado momento, todos os jornais do mundo começavam a dar combate à burguesia e ao governo, publicando todas as asneiras, todos os crimes e todas as velhacarias que os seus membros praticam; que todos os poetas começavam a elaborar e publicar poemas, mostrando os benefícios da sociedade futura e a injustiça da sociedade atual; que em todos os teatros só se representavam dramas, tragédias, comédias e peças de caráter social onde se glorificasse a transformação social e se desse largo combate à hipocrisia e roubalheira presentes; que em todas as escolas do globo os professores começavam a mostrar o horror do passado, as iniquidades do presente e as radiosidades do futuro, da civilização, da solidariedade; que todos os romancistas só escreviam romances e novelas exaltando a nobreza de sentimentos, a altivez do caráter e o estoicismo do trabalhador sóbrio e sadio; que todos os pintores só executavam quadros nobilitando os atos generosos, são e honestos e depreciando a chateza da vida, dos gestos e dos costumes banais da burguesia inculta, ignorante e analfabeta! Este dia seria o crepúsculo desta sociedade egoísta e interesseira, seria o fim destes costumes hediondos que fazem morrer de fome os membros mais úteis e prestantes da coletividade, representaria a derrocada clamorosa e retumbante deste regime de crimes, de roubos, de mentiras e de fomes odiosas e injustificadas.

E porque os conspiradores da “Liga dos Estados” compreendem esta delicada e inegável situação, tratam de atrair a si os elementos intelectuais do mundo, com o fim de desviá-lo do seu verdadeiro caminho e de seus verdadeiros interesses, para que continuem soldados mercenários da burguesia, sujeitos aos seus cânones, pensando pelo seu termômetro, vendo pela mesma objetiva, a troco dumas vis moedas que mal chegam para não morrer de fome. Porque organizar o trabalho intelectual, internacionalmente, por inspiração, por vontade e a mando dos piratas e abutres que desencadearam a guerra, nada mais representa que a subordinação e a uniformização do pensamento, recebendo disciplinarmente inspirações do alto e cujas manifestações redundarão também unifor-

mes, caserneiras, estúpidas manifestações de comando que não admite reflexão de qualquer espécie.

Para interesse do gênero humano, urge que os intelectuais se organizem, mas não à voz dos amos, senão à voz da sua própria consciência e à voz do seu foro íntimo.

*O monopólio da ciência*⁶⁷

• • • • •

ABURGUESIA NÃO SE LIMITA SOMENTE AÇAMBARCAR OS INSTRUMENTOS de trabalho e a terra; as universidades, as escolas e as academias também são suas pertenças e o proletário só vencendo obstáculos tremendos consegue utilizar-se duma ciência acumulada por muitas gerações. Ela é um monopólio dos que têm dinheiro, só se vendo estudar os seus diversos ramos o filho do camponês abastado e do endinheirado do burgo. O operário que deseja dar um futuro a seus filhos, que pretenda que eles saiam das trevas em que a classe oprimida jaz há tanto tempo, tem que lutar não só com os prejuízos de casta, mas ainda com dificuldades monetárias que surgem à propósito de tudo, pois a triste verdade é o principal requisito para se ter entrada nos templos da ciência, não é a inteligência, mas sim o argumento metálico, que, a despeito do progresso da humanidade, ainda é o mais difícil de rebater.

Disto resulta que, nas profissões denominadas liberais, a percentagem de indivíduos realmente inteligentes é muito diminuta, aparecendo médicos piores que charlatães e advogados piores que ajudantes de notário. Nem de outra forma poderia ser, porque, se na realidade a burguesia tem o privilégio da riqueza, não nos consta que tenha o privilégio da inteligência, bem pelo contrário, motivo por que não é mais elevada a média de inteligências entre ela de que entre a classe obreira. Vemos, pois, que do monopólio da ciência resulta o grande prejuízo de se formarem em vários cursos indivíduos que não possuem nenhuma aptidão e que, na maior parte das vezes, conseguem galgar anos mercê das ofertas de que

[67]. BATALHA, A. **A Plebe**. Ano 05, n. 120. São Paulo, SP. . 04.06.1921. p. 02.

são cumuladores os professores que, assim em face de tanta gentileza, se veem forçados a abandonar uma severidade e uma imparcialidade tão necessária, curvando-se ao poder do outro.

Mas se esse prejuízo é importante, existe um outro muito maior e que consiste na inutilização das inteligências existentes entre o proletariado e que, não podendo passar as portas das universidades, se vão embotando lentamente num ambiente que não lhes é propício e que não está à altura delas. Resulta deste fenômeno da sociedade burguesa a certeza de que esta não se limita apenas a abastardar e a reduzir a produção do trabalho manual; mas que mantém idêntico procedimento com o trabalho intelectual.

Ao lado do açambarcamento dos víveres e das casas, das terras e das fábricas, das minas e do mar, existe também o açambarcamento de todas as manifestações da ciência. Qualquer burguês, ainda que muito desmiolado, ainda que absolutamente parvo, consegue um doutoramento, e tanto se habituou o vulgo a ver nos diplomados criatura sem inteligência que aqueles que realmente possuem um são cabedal de ciência decerto se envergonham de ser colocados no mesmo plano desses falsos sábios. Pelo contrário, se um operário inteligente vir que, da sua ascensão às altas regiões da ciência, podem resultar evidentes benefícios para a humanidade, encontrará no seu caminho tantas dificuldades que só com um sacrifício verdadeiramente heroico conseguirá triunfar. Teófilo Braga, aprendiz de tipógrafo e ao mesmo tempo aluno da Universidade de Coimbra, não teve imitadores, pois difícil é encontrar uma coragem que tão decididamente enfrente todas as dificuldades.

Parece-nos sobejamente provada a existência do monopólio da ciência. Esse monopólio é um fato; é um dos aspectos da iniquidade social que nos deve merecer uma viva hostilidade. Revolta-nos a recusa do pão para o corpo, mas não menos nos leva à rebelião a recusa do pão para o espírito.

38

*Educação artística*⁶⁸

• • • • •

A ESTÉTICA, EM SUAS DIFERENTES ORDENS, SEGUNDO O ENSINO da lexicologia, é a filosofia do belo, a crítica do gosto, a teoria da sensibilidade. É a ciência que trata da beleza e da teoria fundamental e filosófica da arte.

Os sociólogos de mais responsabilidade no movimento intelectual internacional definiram como estética a ciência que trata da investigação e determinação dos caracteres do sublime e do belo na natureza e na arte.

Neste caso, afirmamos, sem temor, que a educação artística é de invenção pré-humana. Reclus escrevia a respeito da educação que “a escola verdadeiramente livre não pode ter franco desenvolvimento mais que na natureza”. Daí que a energia produtora no domínio artístico deve concepcionar obras belas, imitando ou excedendo a natureza, tendo em conta que as melhores criações são as que mostram um cunho tipicamente original.

A educação artística, quer seja de ordem pictórica, escultórica, literária, musical, etc. proporciona seus sentimentos de beleza por meio da faculdade dos sentidos. Temos, dessa forma, duas características especiais, *sui generis*: as que, dirigindo-se ao aparelho visual, têm por meio as formas; e as que se dirigem ao aparelho auditivo têm por meio os sons. Às primeiras, pertencem as artes do desenho ou artes plásticas, ou seja, a arquitetura, a escultura e a pintura; às segundas, são duas: a música e a poesia. “Uma desenvolvem-se no espaço, outras no tempo.”

[68]. A. P. **A Vanguarda**. Ano 01, n. 43. São Paulo, SP. 09.06.1921.

Quando se tem a faculdade de se sentir e distinguir o belo, chama-se “gosto”; à faculdade de produzir, denomina-se “gênio”. O gosto tem por missão sentir e julgar; o gênio tem por caráter a faculdade de criar.

Numa revista americana de educação sociológica, uma escritora uruguaia dizia a respeito do homem nas artes:

A natureza humana tem natural predisposição para a contemplação do belo, do sublime, propensão que adquire soberbas proporções nos seres que possuem especiais aptidões artísticas; em compensação, acha-se em estado rudimentar nas naturezas inferiores; tão rudimentar que às vezes permanece eternamente ignorada, ou se se manifesta, faze-o vagamente.

A estes seres despojados em absoluto desse lampo de beleza, de ideal, cujo espírito não sentia nem sequer uma vez em sua vida o tão profundo como elevado sentimento do imaterial, que jamais separou um átomo de terreno, é neles precisamente que faz nascer essa inspiração, que desperta, que excita essa sensibilidade para que gozem em sua estadia na terra não só dos prazeres meramente materiais (que são os mais fugazes, os menos duradouros e também os mais funestos), senão dessas sensações da alma, grandes, incomensuráveis, infinitas, que extasiam, que deleitam sem cansar, que educam o coração, que sem destruir, conservam sensíveis as puras afeições.

Todas essas impressões psíquicas, espirituais, sentimentos estéticos formam-se com os agentes exteriores, e depende seu maior êxito, sua integridade, da perfeição dos sentidos.

Os sentidos educados regularmente perceberão as belezas naturais ou artísticas e terão também a faculdade inspiradora para conceber obras de valor.

39

*União e instrução. Exórdio de uma palestra*⁶⁹

.....

Companheiros:

TOMANDO A PALAVRA, NÃO PODERIA DEIXAR DE APROVEITAR A OPORTUNIDADE para vos incitar a trilhades o caminho da união e da instrução, pois só com estas duas alavancas do progresso é que podereis vencer todos os obstáculos que se oponham à vossa marcha para destinos mais elevados; só unindo-vos podereis atingir aquele grau de consciência e de convicção capaz de vencer todos os empecilhos, todas as ciladas e todas as dificuldades com que os nossos inimigos costumam procurar impedir o advento de uma sociedade mais justa, mais benéfica e altruísta; é pela união que adquirireis a dureza do aço, a resistência do ferro, a rijeza do granito, o qual afronta todas as tempestades e todas as tormentas, mantendo-se insensível, sem mossas e sem arranhaduras. É pela instrução que conseguireis adquirir a consciência de vossa força, de vossos deveres e de vossos direitos.

Mas, a força, para ser benéfica, deve estar ao serviço das causas justas, nobres e altruísticas, e isso só acontecerá quando o vosso espírito for esclarecido por uma sã e clara instrução, quando a vossa consciência possa discernir o justo do injusto, o belo do disforme, a verdade da mentira; quando vos não deixeis mais embalar pelo canto da sereia burguesa-capitalística que outra coisa não deseja que manter-vos no estado de escravidão perpétua e de submissão perene e eterna.

[69]. RIGA, Pinho de. **A Plebe**. Ano 05, n. 124. São Paulo, SP, 30.07.1921.

Porque, com as forças e atividades humanas, dá-se um fenômeno semelhante ao que se opera com as forças naturais.

O vento produz furacões, mas aproveitado pelo homem faz girar as rodas dos moinhos, impele os navios em pleno oceano, transportando homens e mercadorias, ajudando-nos em nossa indispensável labuta. O mesmo acontece com a água. Algumas vezes, os rios transbordam, causando desastres e inundações, arrastando árvores e casebres; mas se a água é conduzida pela mão do homem esclarecido, rega as plantas, torna férteis os campos, faz girar também os moinhos, e os rios foram também as primeiras estradas naturais que o homem sulcou com suas barquinhas e jangadas. A eletricidade produz luz e movimento por toda a parte; ilumina as casas, cidades e oficinas; movimenta as fábricas, os bondes, trens; serve para a cozinha e para mil utilidades mais. Mas um pequeno descuido, um pequeno acidente que se produza e o homem é fulminado.

Assim, pois, não basta ter a força; é preciso também ter consciência dela e saber aplicá-la utilmente, proficuamente. E essa consciência, adquiri-las-ei frequentando a vossa associação, em convivência diária e quotidiana com os vossos companheiros de labuta e de miséria, discutindo, trocando impressões, tomando parte nos trabalhos associativos, inscrevendo-vos e fazendo vossos filhos inscrever-se como alunos das escolas já inauguradas; estudando todas as questões que se relacionam com a sociologia e com a questão social; procurando conhecer os grandes acontecimentos que se sucedem diariamente em todas as nações ditas civilizadas e que são como um prelúdio à grande e inevitável transformação que se está incubando e que não demorará em desatar-se em ótimos e salutares frutos de solidariedade e de igualdade universal.

Tendes, pois, a associação e a escola, dois baluartes da vossa defesa, duas cidadelas onde podereis elaborar todas as vossas aspirações, desejos e tendências econômicas, morais e intelectuais. Aproveitai-as. Dê-lhes toda a vossa adesão, todo o vosso apoio, toda a vossa ajuda. Não recueis diante de fadigas, de esforços, de sacrifícios e de afãs para robustecê-las, fortificar, alargar e melhorar. A lei do progresso é a perfeição contínua, a evolução constante, a transmutação persistente.

Parar é retrogradar; deter-se é estagnar. Vede a água dos pântanos e dos charcos. Por falta de movimento, cristaliza-se, transforma-se num

foco de mosquitos que semeiam por onde passam a moléstia e a morte. Ao contrário, as águas das fontes sempre correndo e as águas dos rios e dos mares sempre em movimento levam a vida, a alegria, a fartura e a abundância a todos os lados. Pois sede como as águas sempre agitadas. Vibrai a todas as ideias generosas; protestai contra todas as tiranias e despotismos; aderi a todas as iniciativas altruísticas e sãs; interessai-vos por todos os movimentos de reivindicação e de solidariedade universal, e, sobretudo, não adormeçais sobre os troféus das conquistas já ganhas, das vitórias já alcançadas. Os nossos inimigos não dormem.

Nada de tréguas, nem de armistícios, nem de temporizações. A luta não findou, está somente em meio do extenso caminho. A injustiça e a desigualdade campeiam ainda infrenes e insaciáveis esmagando em suas engrenagens os desprotegidos do mundo, que são multidão inumerável e entre o número dos quais nos encontramos.

Seja, pois, o nosso lema: união e instrução, pois só pela íntima ligação dessas duas atividades poderemos alcançar a realização de nossos anelos de felicidade e de paz universal.

*A mulher e a educação*⁷⁰

• • • • •

Emancipar o homem não é emancipar a humanidade. Emancipai a mulher e tereis emancipado a humanidade.

SEMPRE SE NOS DIZ QUE A INFERIORIDADE MENTAL É UM FATO, QUE A nossa debilidade é manifesta. E, baseados neste sofismático argumento, pesa sobre nós a tirania masculina, mais pesada ainda que o jugo da escravidão, arrastada pelas servas da Idade Média.

Embora seja um fato consumado a nossa debilidade, não é menos verdade que a nossa educação e instrução sempre se têm descuidado, causa essa que justifica a inferioridade intelectual da mulher no presente momento.

Eis a razão dessa debilidade trivial no sexo feminino.

Mas isso não demonstra que a nossa massa encefálica seja mais reduzida que a do homem, pois demasiadamente sabemos que as opiniões mais autorizadas de célebres fisiólogos e antropólogos são contrárias a estas ranças teorias dos inimigos da emancipação da mulher.

Se a ciência, a literatura, as artes contam nas suas fileiras com pequeno número de mulheres, é porque só ao homem se lhe tem facilitado um meio superior ao da mulher. Essa diferença de meio determina a inferioridade.

De nenhum modo equivale afirmar que o cérebro feminino tenha menos aptidão para abarcar os domínios da ciência. Fazendo a antítese

[70]. BORQUES, Isolina. *A Voz da União*. Ano 01, n. 10. São Paulo, SP. 01.01.1923.

do que até hoje se tem feito, pondo em idênticas condições de meio ambos os sexos, essa inferioridade injustamente atribuída à mulher desaparecerá e conjuntamente a hegemonia e o jugo masculino que nos faz escravas.

Enquanto mais se ponham obstáculos à instrução e à educação da mulher, mais demorará e fará com isso a impossibilidade de implantar a sociedade livre que tanto anelamos, objeto dos nossos amores e sacrifícios.

Tratemos, pois, de realizar o que tão acertadamente indicou Gondorci: quando se instrui um menino, se prepara um homem instruído; mas quando se instrui uma menina, se elabora a instrução de uma família, e nada há mais lógico que isto, sendo a mulher a que cultiva a educação dos seus filhos.

Se quisermos, em verdade, que a felicidade seja uma realidade, a tirania termine, o baluarte dos zangões caia aniquilado.

Emancipai a mulher, arrancando essa venda primitivista que perverte os seus sentimentos morais. Rasgai o véu fatídico do fanatismo religioso que a idiotiza e tereis quebrado os pontos que equilibra esta sociedade de crime.

41 “Renascença”⁷¹

• • • • •

AS GRANDES ÉPOCAS DE RENASCIMENTO ENCONTRAM NOVAS FÓRMulas, novos ritmos, novas expansões da beleza e apontam, aos vindouros, tipos inéditos, harmonias estranhas, ideais mais alevantados. Nós, os felizes mortais do século XX, atravessamos uma dessas etapas formidáveis.

A arte vive ignorados motivos, e poetas anunciadores cantam a epopeia de uma singular percepção do sonho inatingível.

O futurismo, pela sua atitude revolucionária, é digno da nossa simpatia.

Mas o futurismo não é senão um ponto vago, indistinto, obscuro, no esboço desse caos de transformações.

Por ora, há, no futurismo, mais liberdade do que arte.

E a arte não é velha nem moderna, é de todos os tempos e sempre a mesma.

É a faúlha do absoluto cantando dentro das almas.

A nós, compete levantar o véu dessa Ísis imortal... e cada etapa de civilização desvenda um “segredo aberto”...

A arte chamada Nova é revolucionária, tem o espírito da época, é mística – transcendendo as limitações e o sectarismo e arvorando a bandeira de uma curiosidade insaciável diante das forças criptopsíquicas, diante da vida interior, tão sutil...

A tendência crítica é assombrosa: tudo é derrubado, analisado, escalpelado.

[71]. MOURA, Maria Lacerda de. *Renascença*. Ano 01, n. 01. São Paulo, SP. fev. 1923. p. 01.

Ficará de pé apenas a coluna hercúlea das verdades milenares.

Conservar-se-ão ilesas as flores mais altas dos princípios universais: o direito natural, os tesouros guardados através das artes, das filosofias, das religiões, os pontos de contato de todas as teorias ecumênicas, o que esteve de pé através os milênios, o granito elegante e rijo dos axiomas sempiternos.

Tudo mais vai ruir ao camartelo fecundo e avassalador da Renascença do século xx.

Renascença de luz num ciclo violento de renovação social!

As sociedades de hoje crepitam em fogueiras incandescentes e o pensamento dos homens de espírito é incendiário: canta honras fúnebres por entre flamas diluculares...

É o século das interrogações e das reticências.

A ciência, a literatura cogitam, mais do que nunca, das forças interiores do homem das energias cósmicas, do transcendental e... da vida positiva.

O materialismo propriamente dito não tem mais razão de ser, assim como é imperdoável a fé do carvoeiro.

Negar? Afirmar?

- Não!

- Escalpelar com o otimismo do reformador e a coragem do cientista. Tudo é cogitação dentro da própria limitação.

A moral se renova: vê o direito humano o direito natural e vai derubar leis e preceitos e proclamar princípios vividos e sentidos fora dos compêndios, da cátedra e dos dogmas, senão na própria vida, na própria natureza das cousas e dos seres.

A literatura de *boudoir* galante é fantochada como os versos melosos dos poetinhas da carne sem espírito...

Daqui a pouco ninguém suportará mais senão a literatura de tese, a arte reveladora, a filosofia da esperança.

As promessas dos céus distantes, as lendas dos paraísos áureos já não satisfazem as aspirações.

É que em volta de nós há fome, há miséria, há dores espasmódicas, há agonias da carne, agonias do caráter e dos sentimentos.

E o nosso egoísmo é grande demais para nos fazer felizes dentro do oceano das agruras perturbadoras, das necessidades humanas.

Em torno da nossa vida, há um ciclo de ação formidável.

Não podemos subir aos céus sem descer os olhos à terra...

Tudo mais positivo embora ainda mais visionário.

É a miragem.

É o oásis em meio dos desertos da dor.

Uma ânsia de cousas altamente significativas, desconhecidas, misteriosas, um anelo ardente de bem-estar, uma curiosidade insaciável enche os corações dos sonhadores da sociedade nova.

Renascença vem tomar uma das flamas simbólicas neste Brasil tão grande, e correr ao encontro das gerações do porvir.

Seu programa é vasto como profunda é a onda de luz, o lampadário de ideias do século xx.

Renascença não trata de *políticas* ou de *religiões*.

A sua religião é a religião do individualismo consciente para o altruísmo – em busca do bem-estar para todos; é a religião do amor, da sabedoria e da arte num conjunto harmonioso para a escalada da perfeição.

A sua política é a política da transformação radical da sociedade vigente no sentido de ser distribuído o pão para todas as bocas e a luz para os desvãos das consciências adormecidas; é a política que sonha com a amplitude de todos os valores individuais, com a aristocracia do mérito para a expansão das vocações sadias e do idealismo clarividente em oposição à chatice da mediocridade prepotente, que espezinha e aniquila e adormece e mata as ilusões e os sonhos mais castos.

Está dentro das normas da “*Harmonia para a vida*” e do “*Amai-vos uns aos outros*” em contraposição à máxima da sociedade atual: – *se eu não arrancar os olhos do próximo, ele arrancará os meus*.

Convidamos para a nossa arena todos os idealistas, os sonhadores da “Arte Feliz”, os apóstolos do bem-estar social, os propagadores do saneamento físico e moral, da eugenia, os divulgadores da educação racional, moderna, os anunciadores do otimismo sadio da energia e da sinceridade das convicções: artistas, pensadores, higienistas, educadores, homens e mulheres, proletários e intelectuais, todos os que têm uma alma ansiosa, um anelo de perfeição, uma sede intensa de saber, imenso amor no fundo de si mesmos...



ASRA. MARIA LACERDA DE MOURA APARECEU, HÁ POUCO, EM S. PAULO, à frente de uma bem-cuidada revista que ostenta no frontispício o nome que encima estas linhas.

Não dispomos de espaço para transcrever na íntegra o artigo de sua brilhante diretora, nem para comentar a sua posição no movimento social.

Vamos, entretanto, dar, como padro da sua mentalidade renovadora o seguinte trecho:

Em todos os séculos, surgiram espíritos combativos e foi com essa combatividade que se erigiram novas formas sociais – sempre em vista de futuro mais amplo. Em meio dessas hostes renovadoras, dentre a alma coletiva da “elite” (sob os diversos aspectos da vida evolutiva), ninguém se esqueceu de que as renovações se fazem primeiro nos espíritos. Preparam-se antes as “elites” e elas se iniciam no apostolado renovador para alevantar as massas e lançar então a semente fecunda do Evangelho Novo.

Assim foi na “Renascença”, assim será em todos os tempos.

É verdade natural, científica: aquilo que não passa para o inconsciente coletivo, transformando-se numa segunda natureza, pelo hábito ancestral, não firma raízes na sociedade.

Todos são acordes afirmando que as únicas renovações estáveis são aquelas baseadas nas reformas educativas.

[72]. MOURA, Maria Lacerda de. *O Nosso Jornal*. Número único. Rio de Janeiro, RJ. Distribuição gratuita. 01.05.1923. p. 04.

São esses os renascimentos capazes de atirar raízes e frondes por sobre o espaço e o tempo, sem deixar margens ao parasitismo para abafar o cântico da sua seiva...

É preciso operar no inconsciente das massas e não se extirpam dos hábitos e das ideias ancestrais, num golpe de Estado ou de ditadura, os vínculos do passado.

Modificam-se, substituem-se, transformam-se ideias: não matam ideias.

A natureza não dá saltos.

A evolução é lei sob todos os aspectos – quer seja encarada na vida orgânica ou social, na matéria, no pensamento.

Querer afirmar “à força” que a renovação social, por si só, espalhará a felicidade sobre a terra, é dogma de fé, inadmissível pelo raciocínio.

Querer que a educação somente, a evolução dentro das escolas racionais prepare a transformação social – é impossível porque o regime capitalista e medíocre e nacionalista e militarista abafa as iniciativas reformatórias e põe em tudo um freio na rotina oficial.

“Evolução” e “Renovação”.

E tudo é preparado nos domínios do pensamento.

É preciso propagar, desejar, criar no advento de sociedade mais pura.

É necessário difundir princípios de justiça, amor e equidade, fazer horrorizar a hipocrisia social.

Todas as renovações foram idealizadas nos sonhos dos precursores.

Sem o preparo consciente da “elite” intelectual: rebeldia e convicções próprias defendidas à custa de um caráter enérgico, incorruptível; sem fazer nascer e vicejar o ideal de equidade para todos os seres; sem fazer compreender a engrenagem evolutiva dentro de cada nacionalidade e a harmonia que deve presidir a esse acordo internacional – analisada a nota predominante do fator histórico, do temperamento social do meio ambiente no seio de cada povo – inútil qualquer tentativa de transformação radical de uma civilização.

A golpe de força, de audácia, muda-se uma forma de governo.

Mas a história nos registra experiências amargas demonstrando que não basta alterar as formas de governo: mudam-se os donos apenas...

E o povo continua a sua triste peregrinação, sempre ludibriado.

E o fito único é trazer o bem-estar econômico para dentro de todos os lares e a alegria de viver para o amargo de todos os corações: alimentar e fazer livres todos os homens – dentro das contingências da própria liberdade social.

Criar individualismos altruístas, cultivar rebeldias para o advento de sociedade melhor – eis as bases de uma organização social mais aventada.

Cabe aos intelectuais acompanhar a corrente de ideias novas para a transformação das mentalidades, de acordo com o século, de acordo com o alvorecer de uma estupenda madrugada social.

Não nos esqueçamos, todavia, das sábias palavras de Aristóteles:

O meio de chegar à tirania é ganhar a confiança da multidão: o tirano começa sempre por ser um demagogo.

E o povo?

Deve estar de sentinela para reagir contra certos apóstolos... exemplo: Mussolini.

Março – 1923.



EM QUE SE FUNDOU A DEMAGOGIA PARA SUBLIMAR A PSICOLOGIA E A lógica dos mesmos mestres didáticos que dispõem o ensino das multidões?

Eles, que tão versados estão nos sistemas hierárquicos, poucos versados se mostram sobre a hierarquia dos conhecimentos humanos que a evolução criou em matéria pedagógica.

Afeiçoados às funções disciplinada e disciplinar de agentes da classe retrógrada, envelhecidos na guerra às originalidades, ao progresso dos métodos de cultura, iniciam pela cúpula, tal qual os seus antecessores mais remotos, o edifício da educação escolar.

As lições com que as estirpes geniais, desde o Helenismo à Renascença, desde o surto da Enciclopédia ao Positivismo comteano, fizeram as épocas mais brilhantes da história deveriam ter-lhes despertado a curiosidade. Estas últimas, com especialidade, por serem de extraordinário valor pedagógico, mereceriam particular interesse.

Augusto Comte, que colocou a sociologia (a qual, segundo o mestre, abrange a política, a religião e a moral) no mais alto plano científico, ministrava o ensino da doutrina positivista em seguida a uma longa e meticulosa preparação literária e científica do educando, para que este pudesse perceber com suficiência o alcance filosófico e metafísico dos postulados e dos dogmas imanentes.

E, no lapso que vai do comtismo à ciência hodierna, muito se tem andado.

[73]. CARVALHO, Florentino de. *O Confessado*. Bagé, RS. p. 01-02. 10.10.1926.

Mas não importa, os nossos diretores de ensino mantêm-se firmes, nas linhas intangíveis da pedagogia escolástica.

Por decreto das eminências que detentam o direito, praticam-se horrores com a população escolar.

Em geral, as crianças que têm as faculdades em projeto e estão sobre-carregadas de princípios mórbidos hereditários, ou se acham em estado de consumpção, agravado pela indigência econômica e intelectual do povo, vêm-se ainda feridas em sua alma pelos preconceitos místicos e superstições grosseiras, que recebem, como avoengo, da igreja, da família e do ambiente. Nesse estado de incipiência, muito antes de gozarem de lucidez para a percepção das noções práticas, materiais, são, de chofre, guindadas ao vácuo das abstrações, torturadas com pesados tirocínios que integram a metafísica tradicional.

Quando as infelizes criaturas não estão aptas para a análise, impõem-lhes a síntese. Antes de ensinarem o alfabeto, de transmitirem aos educandos os primeiros rudimentos de história natural, os catedráticos inculcam-lhes elementos de política e sociologia de teologia da Igreja e teologia do Estado, impressas: a primeira no catecismo, nos cânones, nos textos da instrução pública; a segunda nas obras de educação cívica e em todos os livros sancionados pelos ministérios de instrução.

Não querem ter presente que Deus, pátria, lei, autoridade e as imagens que as simbolizam (ficções inúteis, princípios metafísicos,) são, para as crianças, para os analfabetos e para muitos letrados, coisas inteligíveis, problemas cabalísticos.

Em moral, os continuadores da pedagogia escolástica medieval, concorrentes à perversão dos humanos instintos de sociabilidade e de justiça, eles que jamais se lembravam de ensinar, pelo exemplo, as boas normas de conduta, traçam para todo o mundo regras e mais regras, a ponto de embaraçarem os movimentos de quantos as tomam ao pé da letra.

Veja-se, por este teor, a que estado de aberração, de cansaço de anestesia intelectual e espiritual, são as crianças, os jovens, a população em geral levados pelas superfetações teológicas e metafísicas, princípios cardeais do tecnicismo pedagógico regente, honra e glória dos nossos chefes intelectuais e espirituais.

O ensino, sob os auspícios da Igreja ou do Estado, não tem competidor na destruição da natureza humana. O livro e o mestre (sacerdote ou leigo) fazem mais estragos do que o canhão e os gases asfixiantes.

Não se pode imaginar maior violência, executada com estudados métodos e maneiras de mansidão e piedade.

*Onde se acha a tal instrução?*⁷⁴

• • • • •

QUANDO OS SECTÁRIOS DA DEMAGOGIA MALABARISTA FAZEM USO da palavra, que o fazem constantemente, espalham pelos quatro cantos do globo que a população de S. Paulo se acha em posição paralela à urbe mais instruída do mundo.

Romanticismo puro, caríssimos demagogos!

Se falassem que a população paulista é a mais contaminada em superstições religiosas, estaríamos de pleno acordo, mas ética e esteticamente, não, senhores. É verdade que a população propriamente dita, para estes demagogos, sem noção de teoria, é composta de estudantes, burocratas, plutocratas e *tutti quanti*...

Os que vivemos no mais abominável pauperismo, nada representamos, no entender dos “filósofos”.

Que se compreende por estrutura individual?

Aqui está um problema difícil, razão pela qual o proletariado paulista permanece na mais precária situação.

E vá alguém querer emancipá-los e arrancar das pobres mentes destes assalariados o anacrônico sistema que ainda perdura na pitoresca Pauliceia!

A submissão aos plutocratas, à superstição do diabo e a devoção à “Santa Igreja” estão tão radicados na plebe incauta que será tarefa difícil instruí-la para que esta adquira suas irrefutáveis reivindicações.

Ora, para que o proletário paulista adquira o sublime adjetivo de “instruído”, torna-se mister prescindir de todos os arcaicos dogmas re-

[74]. UM ateu em Política e em Religião. **A Plebe**. Nova Fase. Ano 01, N° 06, São Paulo, SP. 31.12.1932.

ligiosos e aprender, no lugar destes dogmas, as teorias de Proudhon, Bakunin, Kropotkin e outros insignes sociólogos, e de milhares de abnegados militantes em prol duma sadia humanidade. Em S. Paulo, esses grandes filósofos são desconhecidos pelas massas, salvo pequenas exceções, porém.

Mas, se em Nova York se efetua uma luta de box, em S. Paulo sabe-se logo quem é o “ídolo” vitorioso, inclusas as crianças da escola...

Esta é, pois, a decantada instrução que os demagogos malabaristas nos atribuem.

45

*O momento pedagógico*⁷⁵

• • • • •

I

OS ACONTECIMENTOS POR QUE S. PAULO ATRAVESSOU NOS ÚLTIMOS tempos,⁷⁶ evidenciaram, mais uma vez, a fragilidade da cultura no magistério contemporâneo.

Desta vez, coube ao magistério brasileiro a evidência desse fato.

É por demais recente a terrível carnificina que a guerra europeia ocasionou para que de nossas mentes hajam desaparecido as impressões das cenas horripilantes de barbárie e de destruição que devastaram os territórios das nações que se apregoam mais cultas do continente europeu.

Aos ouvidos de muitos milhões de homens, chegam ainda os clamores das populações indefesas que foram massacradas e o troar ensurdecido dos canhões em sua obra destruidora de vidas e das riquezas amassadas com a miséria dos trabalhadores de todos os países.

No momento em que o mundo parecia vislumbrar no horizonte o sol da redenção, porque as ideias tinham já atingido um grau de maturação bastante elevado, se desencadeou a terrível hecatombe com a inaudita fúria de loucos inconscientes, a quem não importam as destruições feitas

[75]. SANCHES, M.. **A Plebe**. Nova Fase. Ano 01, n. 08. São Paulo, SP. 14.01.1933.

[76]. **Nota do Org.**: O autor se refere à Guerra Constitucionalista de 1932, quando o governo do estado de São Paulo se levantou em guerra contra o governo central, cujo presidente era Getúlio Vargas.

pelo barbarismo, porque os únicos sacrificados são os trabalhadores, os que produzem e constroem as cidades, as indústrias, os palácios e as choupanas.

A guerra é para o capitalismo internacional um dos meios mais poderosos para continuar a ser senhor absoluto da vida social, donos de vidas e riquezas.

Na retina de muitos milhares de seres humanos, não se há desfeita ainda a impressão das cenas dantescas dos campos de batalha, semeados de cadáveres da juventude que havia sido influenciada pela mentalidade cultivada nos seus cérebros pelos professores que não souberam nem tiveram a necessária coragem para romperem com o seu meio, no qual se arrastam muitas vezes com desespero de causa. Pelas ruas de muitas cidades da Europa, se veem centenas de horríveis farrapos que noutros tempos foram homens, mas que hoje não passam de seres horrivelmente mutilados, que arrastam as suas chagas maldizendo os culpados da sua desventura.

O soluçar das mães e esposas que se escuta, todavia, através das portas e janelas que ainda permanecem cerradas pela dor produzida pelo último beijo, a saudade que lembra a última recomendação e o último adeus que se perpetua na visão do lenço que se agita, na dolorosa despedida para a morte.

Quantos quadros dolorosos nos deixaram na mente a guerra desumana, cruel, que vitimou tantos jovens, roubou aos braços das esposas tantos companheiros de afetos e deixou tantas criancinhas sem o seu querido pai!

Tudo isso são fatos de ontem; não sendo preciso senão recorrer às crônicas da história para refrescar todos esses atos, que não devem passar despercebidos, máxime para os que tenham formado a sua personalidade independente dos preconceitos sociais.

O professorado é, sem dúvida, mais diretamente responsável pela formação do caráter do homem e o homem moderno requer uma educação adequada ao desenvolvimento da ciência.

(continua)

46

*O momento pedagógico*⁷⁷

.....

II (CONCLUSÃO)

TEM-SE UM GRANDE RECEIO DE ENSINAR AOS ALUNOS A HISTÓRIA natural dentro da sua plenitude de conceitos, mas não se pensa nas consequências desastrosas que produz o lançar nas mentes tenras da infância os preconceitos patrióticos e religiosos, base fundamental da miséria que impera em todo o mundo.

Parece que o proceder assim falta aos responsáveis pela educação da infância o espírito de dedução lógica dos acontecimentos que se desenrolam ao redor das crianças.

O professor deve encarar o magistério como um apostolado social, deve ter a pretensão de ser o artista a quem cabe modelar o cérebro infantil, que é necessário plasmar com as linhas gerais de uma obra que deve, a seu devido tempo, desenvolver-se e processar-se na afirmação do caráter, evidenciando a capacidade mental e intelectual do professor que trabalhou na obra de formação do indivíduo, que deve ser educado para a justiça social.

Não será bom professor todo aquele que se limite a reproduzir continuamente os conceitos arcaicos da rotina, do irreal e do sobrenatural.

[77]. SANCHES, M.. **A Plebe**. Nova Fase. Ano 01, n. 11. São Paulo, SP. 28.01.1933.

O ensino da Geografia devia ser feito na sua expressão universal e não como se faz retalhando a geografia em tantos pedaços quantos sejam os países do mundo, estabelecendo assim o princípio de fronteiras que trazem como consequência as guerras de conquista.

Não pode ser bom professor todo aquele que não procura extirpar da mente dos pequeninos a ideia de ódio de país para país; e que lhe ensina que o seu país é o mais soberano, que a sua bandeira é a que deve ser respeitada e venerada por todos.

Esses professores vivem a engendrar o crime na mente das crianças; são professores de crimes, de miséria, de dor e da escravidão, de seres que não vivem, mas que apenas vegetam; maus filhos, perversos irmãos, péssimos esposos e piores cidadãos.

A obra perniciosa do atual sistema de educação se torna mais perigosa quanto mais o progresso se desenvolve, porque, cada vez mais, o indivíduo encontra maior abismo entre si e os seus semelhantes; entre os seus sentimentos e a sua educação, cada vez mais compreende que as mentiras convencionais que lhe ensinam na escola brigam com os seus sentimentos humanos.

Precisamos ensinar à criança que só existe uma única pátria, uma única bandeira, que não precisa de exércitos, que não precisa canhões nem carabinas; precisamos dizer a verdade às crianças de todo o mundo que são todas irmãs, que, através das fronteiras, por cima das fronteiras, desprezando as fronteiras, a humanidade se abraça, no abraço fraternal da paz e do trabalho, para a vida livre da sociedade livre!

É preciso extirpar o cancro da ignorância, fonte de dissabores e de misérias, que a cultura administrada pelos professores inconscientes só consegue agravar, porque se insiste em incentivar na mente dos alunos as ideias de ódio, de destruição, como o fez o professorado paulista, militarizando as crianças de S. Paulo e ensinando-as a odiar as crianças do Brasil!

47

*Os intelectuais*⁷⁸

• • • • •

OS INTELLECTUAIS JULGAM-SE GERALMENTE CONSTITUÍDOS DUMA argila superior à do resto dos mortais e, para com o povo, para com o proletariado, costumam ter um sorriso de desdém ou compaixão, julgando-o incapaz de compreender as suas obras, de entender os seus livros, de apreciar os seus poemas, de interpretar os seus quadros, as suas obras artísticas.

Dessa estúpida concepção, derivam os mais mal-entendidos e até hostilidades descabíveis, mas muito desculpáveis. Diante do alheamento e do afastamento dos intelectuais dos meios populares e das suas iniciativas, e das suas aspirações e dos seus ideais, o povo, os proletários começaram a tomá-los por burgueses ou pelo menos como seus aliados, na maioria dos casos, com justa razão. Mútuo desconhecimento provocou mútuo desinteresse, mútua antipatia. A maioria dos intelectuais faz do proletariado o pior dos conceitos. Pensam que um operário, um obreiro, um trabalhador é uma massa bruta, grosseira e rude que não enxerga um palmo adiante do nariz. Os trabalhadores, por sua vez, consideram os intelectuais como seres sérios e metafísicos, alugados à burguesia para a justificarem em suas rapinas, defendê-la em seus apertos e dificuldades e incensá-la em seus sentimentos de luxúria e desperdício contínuos.

O intelectual julga-se um ser superior que se contaminaria em contato e camaradagem com os trabalhadores, tanto mais que perderia as boas graças da burguesia, tornar-se-ia suspeito ao capitalismo, desper-

[78]. (Não assinado). *A Plebe*. Nova Fase. Ano 02, n. 33. São Paulo, SP. 15.07.1933.

taria as iras e desconfianças dos banqueiros, dos governantes e dos cleros de batina e casaca.

Mas se o intelectual se julgasse apenas um operário da pena, do cinzel ou do bisturi; se o intelectual se considerasse simplesmente um trabalhador intelectual e abandonasse o orgulho, a sobrançeria e a suposta superioridade sobre os trabalhadores manuais e se apresentasse em seus centros, não com ares de superioridade, comando e mandonismo, mas única e simplesmente como igual, como um irmão mais instruído, como um camarada que volta duma viagem disposto a colaborar na obra dos seus outros irmãos, adivinhando-lhes os pensamentos, perscrutando-lhes as necessidades, os anseios e as aspirações e decidido a esclarecer, ensinar e instruir todos que disso tivessem necessidade, e a ajudá-los em tudo que coubesse em suas forças, faculdades e possibilidades, esse intelectual veria o carinho, o entusiasmo, as devoções que suscitaria da parte de todos os trabalhadores e o respeito e delicadeza com que seria tratado, querido, rodeado.

É claro que isso só raramente, esporadicamente se poderá produzir. Ao bom senso, à harmonia e à simpatia com que os homens se deveriam conduzir uns com os outros, se opõem caprichos, mal-entendidos, interesses feridos, preconceitos de superioridade e hierarquia que separam, que afastam, que repelem em vez de atrair, unir, enlaçar e harmonizar os homens, as famílias, a humanidade, fazendo de todos um só gênero humano, da Terra toda uma só pétala da humanidade, uma só família sem preconceitos de língua, de casta, de cor ou de raça.

No entanto, apesar de todos os pesares, o mundo marcha e o que não se fará ao cedo evitando dissabores, desgostos, lutas, dilaceramentos, acabará por se fazer ao tarde, após toda a sorte de peripécias, de dramas, de tragédias imanes, de dores inenarráveis. O que tem de ser tem muita força.

48

*Ignorância e cultura*⁷⁹

• • • • •

UM ORADOR, NUMA DAS ÚLTIMAS REUNIÕES POPULARES, TEVE ESTA afirmação audaciosa ou infeliz e que nada pode recomendar a sua exteriorização:

“Dizem que o trabalhador precisa estudar filosofia para ter consciência da sua situação social e estar preparado para a próxima revolução. Nada disso é preciso. Os camponeses de Casa Viejas, homens ignorantes e rudes, não precisaram dessa cultura para agir da maneira como agiram, etc.”

Salvo o devido respeito, os homens que em Casas Viejas sucumbiram em batalha porfiada e heroica contra a opressão feroz e reacionária de Espanha não eram ignorantes; ao contrário, eram homens abnegados e conscientes, homens de convicções assentes e definidas, criaturas viris e desinteressadas, que sem certo grau de cultura, de instrução e de consciência revolucionária não teriam agido heroica e valentemente, despertando no mundo a mais vibrante e comovida admiração.

É um truísmo, uma coisa vulgaríssima, saber que o trabalhador espanhol, o operário da península é um dos operariados mais trabalhados pela cultura revolucionária, pela educação moral e intelectual através de dezenas e dezenas de anos de uma propaganda assídua, pertinente e racional feita pelos homens mais notáveis do movimento revolucionário e operário de Espanha.

Não há país onde as escolas operárias mais abundem, onde mais jornais se publiquem desde os semanários até as revistas e aos diários que surgem e se expandem por todo o território.

[79]. (Não assinado). **A Plebe**. Nova Fase. Ano 02, n. 34. São Paulo, SP. 22.07.1933.

Nenhum país como Espanha dispôs de um pugilo de homens notáveis e competentes como Ricardo Mella, como Anselmo Lorenzo, como Tarrida de Marmol, como Fermin Salvocheia, como Francisco Ferrer, e como o Dr. Viñas, como José Prat, como Morago e muitos outros. Isso falando só de alguns que já morreram. E isso não querendo sair do círculo estreito do nosso ambiente. Porque se quiséssemos remontar à obra de cultura que realizaram um Pi y Margal, um Salmeron, um Castelar, um Nakens, que apesar de burgueses eram homens eminentes na literatura e prestavam a sua simpatia e o seu carinho a assuntos de caráter social e revolucionário, então a obra sobe de vulto e atinge outras proporções, recuando muito no tempo e no espaço.

Por isso, tudo que está acontecendo na Espanha é consequência lógica dessa soma de esforços, de cultura continuada, de educação reiterada, contínua, ininterrupta.

O trabalhador não precisa estudar “filosofias”. Está bem. Muita outra gente não estuda nem sabe nem compreende “filosofia”. Mas o que é necessário a qualquer trabalhador é um mínimo de cultura e de instrução sem a qual nenhum homem em qualquer situação, trabalhador ou não, poderá compreender, desempenhar e realizar a obra dignificante e conscienciosa que está chamado a desempenhar.

Para ter consciência da sua situação; para saber qual o papel que deve representar no palco do mundo, na cena da vida, todo homem precisa saber pensar, raciocinar, discernir. Se for ignorante, não poderá escapar do papel de ovelha do rebanho que se deixa tanger e levar pelo pastor para onde ele quiser. É assim que têm feito e fazem a igreja e os políticos.

Nós, pelo contrário, queremos unidades conscientes e autônomas. Queremos que cada indivíduo pense, raciocine e se mova ao sabor da sua vontade, que não seja pau-mandado, mas uma personalidade consciente.

Por isso aconselhamos a instrução, a cultura, o estudo, a todos aqueles com quem convivemos e com quem tenhamos laços de afinidade e de solidariedade. A ignorância é o passado. O saber é o futuro. Caminhemos para ele!

49

Por cima das escolas paira a garra jesuítico-clerical⁸⁰

• • • • •

É COISA AXIOMÁTICA, SABIDA E PROVADA QUE QUEM DOMINAR E possuir a escola será dono do futuro.

Já Leibniz o proclamou há quase dois séculos: “Fazei-me senhor do ensino e eu transformarei a face da terra”. E é precisamente pela clericalhada saber esta verdade, compreender este preceito, calcular o alcance deste aforismo que tenta lançar por todos os meios as suas garras aduncas e os seus afiados dentes na escola, apoderar-se da infância, incutir-lhe na massa cerebral, ainda por plasmar, ainda virgem de qualquer impressão de dúvida, esses ridículos dogmas, esses fantásticos ensinamentos que constituem o oco conteúdo de superstição arcaicas, de prejuízos anacrônicos, de ideias fora de moda, de inverdades há muito postas em cheque pela análise da ciência e pelas luzes da crítica e das próprias observações e experiências humanas, mas que servirão de ajuda para lhes prolongar o predomínio.

Foi assim, perante toda a evidência dos fatos, que a igreja católica manobrou de tal forma que conseguiu ver publicado um decreto instituindo o ensino religioso em todas as escolas do Brasil, a título facultativo naturalmente ao começo (entrar com pés de lã, com luvas de pelica para não causar escândalo), para depois instalar-se e firmar-se de modo perpétuo, definitivo, inalterável.

[80]. PINHO, Adelino de. *A Lanterna*. Ano 11, n. 356. São Paulo, SP. 27.07.1933.

É balda velha da igreja, é manha antiga da padralhada, e hábito enraizado da jesuitada ser modesta nas suas pretensões, para começar, para não levantar protestos nos arraiais liberais, para não despertar suspeitas, resistências, hostilidades nos campos inimigos, certos de que pouco a pouco e de concessão em concessão tudo acabarão por conquistar, monopolizar, arrebatar, impor por bem ou pela força.

O ponto principal é entrar na fortaleza inimiga, forçar com pouco trabalho e sem desconfiança a porta de entrada, que depois à força de mentiras, de hipocrisias, de ardis e de astúcias e fingimentos aplanarão todas as dificuldades, alisarão todas as asperezas, desarmarão todas as resistências, amaciarão todas as arestas e angulosidades.

Tal é a astúcia, tal é a regra de agir, tal é a manha no manobrar desses tartufos de sotaina e de casaca que todos acabam por se lhes curvar, por cederem, por facilitarem tudo que eles querem e ainda por cima se julgam em dívida para com seus embaidores e enganadores, passando de doadores a mendigos, de favorecedores a favorecidos.

E isso depois de 42 anos de ensino leigo, de separação da Igreja do Estado, quando era uma questão resolvida com a prova do tempo, da conveniência e do bom resultado obtido e que todos acatavam e aceitavam como fato consumado, como a solução mais conveniente, mais pertinente e mais conciliatória do problema.

Mas a igreja não dorme, os padres não cochilam, os jesuítas não abandonam as suas velhas ideias de chegarem ao fim proposto, não escolhendo meios nem abandonando oportunidades.

Bastou que a velha Constituição fosse abalada pelas sucessivas reformas e alterações que sofreu; bastou que o país fosse sacudido por contínuas agitações revolucionárias para que o exército assotainado voltasse à carga, desse o seu golpe traiçoeiro e ferino, tratando de auferir vantagens de um movimento que tinha por fim avançar e não recuar, e que custaram tantas vidas e tanto sangue aos numerosos brasileiros que sucumbiram para conquistar dias de mais liberdade e de mais tolerância para o Brasil.

E aqui é que aparece a dubiedade hedionda com que procedem esses corvos vorazes e fedorentos. Estavam feitos e mancomunados com os velhos políticos decaídos, dos quais receberam toda a sorte de privilé-

gios, favores, concessões, honras e salamaleques. Caídos estes, porém, não trataram, não, de chorá-los e lamentar, como se poderia esperar. Ao contrário, farejando os despojos da batalha, trataram logo de tirar o maior partido da situação e dos homens ingênuos e inexperientes que a revolução levou ao poder.

Encarniçaram-se na escola, na infância, querendo encaixar as débeis mentes infantis nos moldes de suas nefandas e sinistras ambições e pretensões para mais tarde terem bem seguros os jovens e os futuros pais de família e assim sucessivamente o dilatar perpétuo das doutrinas ambíguas, mesquinhas e mentirosas com que esses negros histriões vão conseguindo enganar, ludibriar, mistificar e embelescar a pobre humanidade, que se despoja dos bens da terra em favor daqueles que lhe oferecem as delícias celestes para depois de mortos.

É necessário, porém, impedir por todos os meios e, duma vez para sempre, que esses mensageiros do Vaticano, que esses gendarmes do Papa consigam pôr a mão nas escolas públicas, pagas com o dinheiro do povo em geral, mantidas com o suor de todos os indivíduos pertencentes a todos os credos, seitas ou partidos.

Já que é mantida com o dinheiro de todos, a todos precisa servir, alheia a seitas, a credos ou religiões quaisquer. Nada de privilégios, nada de regalias e favores para uma em detrimento das outras. E para isso só o critério da escola neutra ou então um curso comparado das diversas religiões, mostrando que umas não são melhores que as outras, e que todas têm um fundo e origem comum, que são como o desdobramento e a prolongação umas das outras.

Qualquer outro critério é absurdo, é afrontoso, é injusto para os cidadãos e para as próprias crianças, cujos pais as mandam à escola para aprender aquilo que é prático e necessário na vida e não para que lhes ensinem abusões e superstições que até hoje nada mais produziram que ignorância, que cegueira moral e mental, que intolerância mesquinha e prejudicial.

Que todos o tenham assim entendido e que procurem manter a escola alheia às ambições religiosas de todas as seitas.

50

*Escolas operárias ou arapucas burguesas?*⁸¹

• • • • •

HÁ POR AÍ UM CARINHO SERÔDIO PELA INSTRUÇÃO POPULAR, UM enternecimento doentio pela cultura proletária, pela educação operária, que convém ter bem em vista e precaver-se contra ela, ou, pelo menos, preservar-se contra a sua influência nociva e desagregadora.

Gente da alta roda social, madamas da alta aristocracia, muito burguesas e muito pretensiosas, deram agora em intrometer-se pelas fábricas, onde fundam escolas para os operários, para os escravos encerrados nessas bastilhas em que o capital habita e onde definham e se embrutecem a vida inteira, precisamente para as senhoras de alto coturno viverem uma vida folgada de parasitas, de vaidade, de riqueza e de ostentação e desperdício contínuo, à custa dos filhos do povo, sempre escarnecidos, desprezados, vilipendiados e desdenhados por essa gente, que só agora lhes mostra tão fingida ternura.

As eternas borboletas da aristocracia católica e endinheirada descerem de suas tamancas, abandonarem os eternos prazeres, os eternos divertimentos, o eterno conforto de seus ricos e artísticos salões, de seus diários e vazios encontros e entrevistas e **rendez-vous**, para irem a uma fábrica confabular com humildes e ingênuos e rudes operários, gente por quem ostentaram sempre o mais requintado desprezo e o mais vil alheamento, gente que só souberam existir pelas greves que os mesmo fazem de vez em quando, – é para estarrecer, para admirar, para pasmar!

[81]. (Não assinado). **A Plebe**. Nova Fase. Ano 01, n. 37. São Paulo, SP. 12.08.1933.

É mais uma das modalidades jesuíticas de que lançam mão essas sereias do capitalismo embrutecedor e explorador dos trabalhadores.

Vão até eles com o engodo da escola, da instrução, da benemerência educativa, mas não pensem que é para torná-los mais dignos, mais racionais, libertando-os das superstições, dos abusos e dos erros seculares em que os têm embaído e embelecado, toda a vida, a corja patronal e sacerdotal. Não é para isso, não. O fim é diametralmente oposto: apertar-lhes as correntes com mais segurança, encurtar-lhes os freios para melhor os dominar, chumbá-los dum modo definitivo ao tronco da escravidão mais ignominiosa e mais paradoxal que se possa imaginar.

As escolas fundadas de comum acordo com os patrões, que há um ano os instigaram a irem combater os outros brasileiros nas fronteiras do Estado, não têm outro objetivo que seduzir, desarmar, pela prédica assídua, as resistências operárias à eterna exploração de que são vítimas. É uma maneira de incutir-lhes no espírito, pela repetição constante, indireta e manhosa, o respeito pelo patrão, pelo padre, pelo governante, pela polícia, pela guerra, pela igreja, pelo papa, pelo Vaticano, pelo fascismo, por Roma, pelos banqueiros, pelos comerciantes, pelos capitalistas, pelos fazendeiros, desviando-os do sindicato revolucionário, da associação de resistência, da luta de classes, pintando-lhes o socialismo e o anarquismo com as cores mais negras e ignominiosas, para que eles, os eternos cordeiros da oficina e da fábrica, da estrada e do campo, percam definitivamente a esperança numa emancipação rápida e breve, que virá libertar da maldita humilhação e escravidão a que vêm sendo acorrentados desde os mais remotos tempos até a atualidade os pobres trabalhadores.

Essa gente parasitária e gozadora, luxurienta e libidinosa, que só vive para a [comezaina] e para a farra, que só existe para dar largas ao aparelho digestivo e ao sexual, vendo os tempos tempestuosos que correm, sentindo periclitar a situação de privilégio em que se refastela, trata de ir junto do proletariado ingênuo e ignorante e, a título de instrução, aplica-lhe injeções de morfina com o que o bestifica, o ilude, o mistifica e desarma, tornando-o alheio à própria libertação, esquivo ao próprio interesse e à própria dignidade de trabalhador que nada deve a nenhum parasita.

Os trabalhadores precisam precaver-se contra os manejos dessas sereias jesuíticas e beatas que lhe cantam a canção da caridade para melhor

o adormecerem e melhor o baquearem, porque o que essas almofadinhas e melindrosas querem é ver protelada, adiada e dilatada indefinidamente a hora do ajuste de contas, a hora em que o trabalhador se negue a ser carne explorada pelos abutres do capital e tome conta da produção e distribuição de todas as utilidades sociais sem privilégios de casta, de categoria, de hierarquia, obrigando todos a trabalhar para terem o direito de consumir. É isso que essas cacaborradas querem impedir.

Filhas do privilegio, rodeadas de tudo que é confortável, cômodo e rico, sem obrigação nenhuma de concorrer para o patrimônio moral, econômico, intelectual, artístico, estético, científico, lançam mão de todos os recursos para não perderem tão úteis vantagens.

Que os trabalhadores estejam atentos e não mordam a isca tão envenenada.

51

*Carta aberta ao sr. Menotti
del Pichia*⁸²

• • • • •

DO CAMARADA NEVES, RECEBEMOS A SEGUINTE CARTA QUE PUBLICAMOS sem comentários:

Caro Senhor,

Antes de entrar no assunto que tem por objetivo esta carta, quero pedir-vos mil desculpas pelo atrevimento que este meu ato encerra, ao pretender esgrimir a minha pena, pobre de talento e de conhecimentos literários, contra quem já atingiu a quintessência do saber e da inteligência.

Espero a vossa benevolência para um pobre e rude operário, que mais preparado e acostumado está para acompanhar e dirigir o ritmo duma máquina em movimento que para as lides do pensamento e da inteligência.

Perdoar-me-eis, também, por ter desobedecido e desprezado o vosso conceito de hierarquia social, dirigindo-me a vós sem ordem do “Duce”. Assim o espero.

Li o vosso artigo publicado no nº 6 do jornal A Civilização (oh! ironia do título!) e, francamente, ao apanhar o sentido das vossas afirmações, fico pensando que mais vale ser um operário rude e ignorante, de conceitos primitivistas sobre os conhecimentos científicos da humanidade

[82]. NEVES, Francisco. **A Plebe**. Nova Fase. Ano 02, n. 41. São Paulo, SP. 23.09.1933.

do que cursar anos a fio ginásios e academias para, no fim, vir a público afirmar disparates tais.

Fazendo um apanhado do conteúdo do já citado artigo, podemos deduzir quatro afirmações principais, que pretendemos dissecar nesta despretensiosa carta.

Ei-las:

Mussolini é adorado pelos trabalhadores e odiado pelos capitalistas; consequentemente, como vós afirmais, a luta de classes, o fascismo é um fenómeno anticapitalista de carácter proletário.

- “Não há incompatibilidade em ser marxista e fascista ao mesmo tempo”.

- O fascismo é um estado de transição necessário para a futura sociedade.

- O fascismo é um fenómeno de carácter universal, irresistível e empolgante.

Não procuramos objeções de carácter científico, filosófico ou sociológico, mesmo porque nada do que afirmais tem essas bases ou base de espécie alguma. Busquemos apenas os argumentos nos fatos de observação diária.

Vamos ao primeiro.

Prefiro perguntar-vos porque a pergunta encerra a resposta.

Quem financiou, notoriamente, os movimentos fascistas da Itália e Alemanha; quem dirige os negócios públicos e dispõe a seu bel prazer dos poderes onipotentes do Estado nesses países? Quem, em todo o mundo, pelos seus jornais de classe e pela grande imprensa elogia, enaltece e improvisa hinos de louvor e glória, divinizando-os, a Mussolini, a Hitler e seus respectivos golpes de Estado?

Por outro lado, quem regou e rega ainda hoje com seu sangue generoso as ruas e campos de Itália? Quem levantou barricadas após o advento do fascismo ao poder? Quem luta hoje? Quem jaz nos ergástulos, em Citovechia, em Pensa e Lipari?

Bovone, Schireu, Sbardelotta, Lucetti, Zomboni e tantos outros mártires devorados pela hidra fascista, quem são e donde vieram?

De quem são os cadáveres decepados diariamente pelo machado dessa hiena que hoje governa o Reich?

Quem auxilia, financia e dirige o movimento fascista indígena, iniciado pelo nosso caricato Duce Plinio Salgado?

Quem é ele, quem sois vós, quem são Barroso, Mathias Freire, Jehovah Motta, Fabrino, etc... estipêndios pela Federação dos Industriais e Câmaras de Comércio? Capitalistas ou proletários?...

Fenômeno capitalista ou proletário, sr. Menotti?

Agora a segunda afirmação.

Sob o ponto de vista ideológico, concedo a palavra aos marxistas; porém, não posso furtar-me ao desejo de perguntar se são instrumentos de paridade ideológica os pelotões de execução, os tribunais especiais que matam Bovone, Della Magiora, etc., condenam Antônio Gramsci e a outras centenas de marxistas ao degredo, ao exílio, à prisão perpétua e à morte?

E os quarenta mil prisioneiros, as centenas de cadáveres decepados pelo machado hitleriano, os fuzilados de Altona, os “fugitivos” fuzilados dos campos de concentração, os queimados vivos de Filipowa na Alemanha fascista, quase todos marxistas, serão também o resultado da afinidade de credos? Ou tereis invertido o conceito biológico da amizade?

A terceira das vossas afirmações, então, provocou-nos um misto de assombro e riso.

Não fossem as consequências funestas que tais palavras podem acarretar nos cérebros ingênuos que vos leem, e eu preferiria ler-vos ou ouvir a assistir a um filme “grado” de Chaplin ou do Gordo e do Magro.

O fascismo, um movimento de opinião retrógrado e medieval, totalitário e centralizador, que afirma a eternidade da pátria particularista e afirma a necessidade biológica da guerra; que pretende restaurar o edifício abalado das religiões e nega a ciência; que oprime, mata e dilacera o pensamento; que restaura o machado, a forca e o cutelo; que reviveu para a mulher, dando-lhe força de dogma, o famoso conceito kaizeriano “Kunder, Kirch, Kuche” (filhos, igreja e cozinha), elevado à categoria de movimento necessário de transição para uma sociedade que deseja a liberdade integral do indivíduo, que condena o princípio de autoridade, quer divina ou humana, e dignifica a ciência, que afirma o progresso infinito e irrevogável da humanidade, que nega a violência e o concito hobbesia-

no de “*homo lupus homo*” e se apoia na solidariedade e no apoio mútuo; que confirma a liberdade e igualdade absoluta da mulher, dando-lhe a faculdade da maternidade livre e consciente, é cúmulo da insensatez.

Isso só cabe a um ingênuo ignorante, a um imbecil, ou a um doente mental.

Num ponto, afinal, nós estamos em parte de acordo, é quando afirmas a universalidade do fenômeno fascista!

Quanto a ser empolgante e irresistível concordamos, em parte, também.

Empolga os ignorantes, os ingênuos e os interessados em perpetuar o seu domínio; capitalistas, militares, intelectuais “menotianos”, religiosos, etc. Mas dominarão eles sempre, ou chegarão mesmo a dominar?

Eis uma resposta que só a história dará. Nós acreditamos firmemente que a decisão caberá ao proletariado; é que este não tardará a escrever sobre o reinado fascista o simbólico “*Manê, tectet, fares*” e então, cuidado, sr. Menotti, porque a justiça popular é inexorável.

Para finalizar, um conselho, caro sr. Del Pichia: não vos intrometais nas questões proletárias, pois que estes vos dispensam e saberão resolver as suas questões por si mesmos sem o vosso concurso, mas contra ele.

Requerei um exame mental... procurai o Osório César.

Vosso admirador.

52

*Professores ou agentes do Vaticano?*⁸³

• • • • •

A NINGUÉM É DADO ASSISTIR INDIFERENTE AO FORMIDÁVEL COMBATE que ora se está desferindo entre as forças do obscurantismo e as da liberdade.

Desde a cosmopolita S. Paulo ao lugarejo mais recôndito deste imenso Brasil, constatamos que a influência clerical se faz sentir e duma forma aniquiladora.

Tomemos como exemplo o magistério. As escolas normais (fábricas de professores do catolicismo) estão controladas pelas hostes papalinas; e estas só concederão os diplomas aos futuros mestre-escola após estarem científicas da profissão de fé religiosa dos mesmos.

Não podemos resistir à tentação de formular esta pergunta: professores ou agentes do Vaticano?

E ela está mais que justificada. O professorado, na sua maioria, está a serviço dos urubus de batina.

A nobre missão do educador, salvo as raras exceções, está literalmente invertida.

Pelo que nos é dado constatar por esse vasto interior, só podemos chegar à conclusão que é o tonsurado quem inspira o professor. Frequentemente vemos vários componentes do magistério levar as indefesas criancinhas, flores de tenra haste, ao centro de bestificação, a igreja, e eles mesmos lhes ministram o catecismo.

[83]. VINHAIS, Antônio Manoel. **A Plebe**. Nova Fase. Ano 01, n. 52. São Paulo, SP, 30.12.1933.

Temos verificado que a carolice de certos mestres-escola é tão pertinaz que os leva a interromper o funcionamento das aulas para andarem de porta em porta angariando assinaturas para a imprensa obscurantista, como o Lar Católico e outros, onde a baba peçonhenta dos áulicos de Loiola se derrama para envenenar os cérebros dos trabalhadores, a quem vêm sugando desde há milênios. Não é admissível a covardia ante a insolente arrogância inigualável do clero! Onde estais intelectuais de consciência livre?

O povo que sofre a fome e as torturas proporcionadas pelas castas burguesas e sacerdotais reclama o vosso concurso na luta contra a opressão que o faz escravo.

A vossa ausência nesta luta só se justificaria se estivésseis possuídos de uma covardia e comodidade extremas. Em tal não acreditamos; mas se, por fatalidade, assim acontecesse, o nosso inimigo irreconciliável far-vos-ia pagar bem caro a vossa falta de coesão e combatividade.

O momento que transcorre não é para hesitações, mas sim para as grandes e corajosas decisões.

A vossa capacidade mental dir-vos-á que ficar neutros em presença desta decisiva batalha é impossível; portanto, descei da torre de marfim em que tendes vivido e vinde juntar o vosso precioso esforço aos dos trabalhadores manuais, que vos receberão de braços abertos, por reconhecerem que vós sois tão vítimas como nós da infrene exploração capitalista.

Desta união, resultará uma indomável força capaz de fazer baquear o polvo clerical, que, com os seus tentáculos armados de milhões de ven-⁸⁴magistério levar as indefesas criancinhas do proletariado, do qual também fazeis parte.

Quem, melhor do que vós, poderá contribuir poderosamente para a instrução e educação dos nossos filhos, livres do contágio venenoso dessas aves de rapina chamadas padres?

É mil vezes preferível que os nossos descendentes fiquem semianalfabetos a ver-lhes o cérebro obliterado pelos preconceitos julgados necessários à manutenção desta sociedade corruptora.

Sejamos coerentes com o ideal que acalentamos: não devemos ter um procedimento em casa e outro na rua; basta de concessões! Como se

compreende que nos digamos adeptos dum ideal ultra-sublime, ao qual os seus precursores Pierre-Joseph Proudhon, Mikhail Bakunin, Kropotkin, Malatesta e tantos outros tudo sacrificaram por ele, aperfeiçoando-o e propagando-o, e ao mesmo tempo deixemos que as nossas companheiras e filhos sejam contaminados pelos embustes dos agentes papalinos?

Não, camaradas! Isto não pode continuar, pois só por escárnio se pode admitir tal procedimento.

Ou somos, ou não somos!

Ser condescendentes desta forma para com o nosso maior inimigo deixa de ser caricato para se tornar vergonhoso.

A maior homenagem que podemos tributar ao grande mártir Francisco Ferrer é esforçar-nos para fazer ressurgir a obra de que ele foi o autor: a Escola Moderna.

Façamos por fundar ao lado do sindicato uma escola racional quanto possível, a exemplo da organização operária portuguesa, que tem sindicatos que mantêm cinco escolas sem que o Estado interfira no seu funcionamento.

Só assim poderemos evitar que o vírus ultramontano e estatal penetre os cerebrozinhos daqueles que pretendemos sejam os pioneiros da sociedade futura.

Para nós, este problema é de transcendental importância. Se o golpe certo com que Francisco Ferrer pretendeu ferir de morte o monstro jesuítico estatal falhou, em parte, foi porque os dignos êmulos de Torquemada encontraram o precursor da Escola Moderna a uma parede do forte de Montjuich e ordenaram a descarga que o fulminou.

Será possível que, no seio do magistério brasileiro, não haja professores que estejam dispostos a secundar a ação da digna professora d. Isabel Cunha, que ousadamente veio a público declarar ser uma fiel cumpridora do testamento de Francisco Ferrer?

E se os há, por que esperam?

A ação canalhesca do clero, pretendendo monopolizar o ensino, ainda não será suficiente para fazê-los sair das situações acomodáticas e empunharem o gládio para combater os que dizem que o seu reino não é deste mundo?

Os últimos acontecimentos de São Paulo e Niterói demonstram bem à evidência as pretensões dos histriões fascistas brasileiros.

[84]. Nota do Org.: Erro de impressão gráfica.

Por detrás destes camiseiros farsantes, está o hediondo papa de braço dado com o capitalismo, esperando o momento propício para quais abutres esfaimados, se abaterem sobre a presa, o proletariado, e devorarem-lhe as carnes que porventura ainda lhe restam.

Roma, Vaticano e Berlim e um conluio demais expressivo para nos dispor para a ação.

As colossais fogueiras feitas com os livros dos escritores de consciência livre, em Berlim, não será uma terrível advertência aos que almejam uma sociedade mais justa e humana?

Como estais vendo, professores revolucionários, a vossa demora não se justifica; quanto mais depressa vos dispuserdes para o combate à maior praga que infelicita o mundo, menos serão os entraves para o futuro que almejamos.

Não deveis ter pejo de apertar a mão calosa do trabalhador manual, porque com esta incompreensível divisão somente lucram os ladrões da batina e fraque. Com a desapareição do preconceito de superioridade intelectual e inferioridade manual, desaparecerá a estulta pretensão do capitalismo de reconduzir os escravos do cérebro e do braço à escravidão medieval.

53

A voz das fábricas.

A intromissão suspeita dos intelectuais da burguesia nos assuntos proletários.

O proletariado deve repelir essas demonstrações de fingido carinho da parte de todos os organismos burgueses⁸⁵

• • • • •

O PRINCIPAL INTERESSE DO CLERO NESTE MOMENTO É PENETRAR NAS massas operárias, a fim de conquistar entre os trabalhadores no movimento que se esboça o apoio que o proletariado recusou peremptoriamente ao movimento de 1932. O clero, a burguesia, os políticos apelados e os políticos em ação, todas as forças “fascistas” do país estão de acordo nesta tarefa: “domesticar o proletariado”.

Com esse fim, estão sendo organizadas companhias mascaradas com os mais nobres objetivos: querem acabar com a tuberculose, com a sífilis, com a caspa e com o analfabetismo do proletariado...

Essa gente que nos chama de “canalha das ruas” e que dividia São Paulo em duas partes, a “da porteira pra cá” e a “da porteira pra lá”, tomou-se inesperadamente de um grande “amor” pelos trabalhadores. Esse “amor”, no entanto, não impede que, ao lado das companhias beneficentes, sejam tomadas as medidas mais draconianas contra o pensamento

[85]. ZAMBY, Ganga. **A Plebe**. Nova Fase. Ano 02, n. 53. São Paulo, SP. 13.01.1934.

proletário. Proletário não deve pensar, não deve agir. Sua função limita-se a ser feliz e nada mais. É isto o que eles querem.

A última dessas tentativas de penetração no seio das massas foi a fundação de uma sociedade para alfabetização da classe trabalhadora. Basta ver-lhe o emblema: uma mão segurando um livro e outra mão pronta para dar um soco. Seus principais propugnadores são estudantes e literatos que, ainda em 1933, falam em pátria com voz tremida, fitando histericamente as tábuas do teto.

Um desses intelectuais, chamado a batizar a nova instituição, depois de fazer o panegírico da organização clerical-capitalista-policial, que faz a nossa felicidade, terminou dizendo que a mão do operariado que ontem pegou no fuzil em favor da Constituição, hoje pede o livro.

Aí há uma calúnia que o proletariado, como classe, deve repelir. Nós, como classe, não pegamos no fuzil, nem estamos dispostos a pegar nele para defender os que nos exploram e oprimem. O operário cria a vida, não distribui a morte. A nós, pouco importa esta ou aquela constituição. Nós não precisamos de nenhuma constituição.

Todas elas são feitas contra nós. Sob as mais belas constituições é que se dão os maiores massacres de operários.

Isso de constituição é um conto do vigário em que nós não acreditamos; quando nele caímos, é pela força, não pela ignorância.

O operário que se interessa por uma constituição é o prisioneiro da Pápsada, que dá ao desfrute de escolher o molho com que pretende ser comido.

Quando a burguesia bate a nossa porta, afirmando que nos vem curar ou que deseja ensinar nossos filhos a ler, não devemos ter dúvidas: ela ou vem buscar o nosso trabalho ou a nossa vida. Sim, a nossa vida. Ela vem colocar o fuzil em nossas mãos para que a gente vá matar pessoas, irmãos proletários de outras terras, ou de outros Estados – em benefício das tarifas altas ou do ensino religioso nas escolas.

Cuidado, pois, com as líricas sereias da burguesia. Muito mais cuidado, ainda, com os literatos burgueses que nos vêm gabar a excelência das letras maiúsculas na salvação dos povos.

54

*A personalidade intelectual*⁸⁶

• • • • •

DE ALGUM TEMPO PARA CÁ, SE VEM OBSERVANDO EM CERTOS PARTIDOS extremos notória prevenção, quando não declarada animadversão, ao que se vem chamando, com maior ou menor propriedade, INTELLECTUALISMO.

A Rússia foi a primeira nação onde este intelectualismo foi considerado prejudicial aos ideais das classes operárias. Porém não somente os sindicalistas, anarquistas, bolchevistas e revolucionários de outros países não se recatam para afirmar que os chamados intelectuais não se acham identificados com as aspirações libertárias, mas são também muitos os indivíduos de outras agrupações políticas e sociais que clamam umas vezes contra as orientações intelectualistas e outras contra o afastamento sistemático dos problemas que mais interessam atualmente à humanidade, tais como a evitação das guerras, a satisfação das reclamações proletárias e, em geral, quantas afetam a vida coletiva, como se os intelectuais fossem super-homens endeusados aos quais não afetasse a mínima coisa o que reveste caráter humano.

Desde já, há que reconhecer que de grande parte desta corrente inimiga do intelectualismo são culpados aqueles que usurpam o nome de intelectuais e nunca os indivíduos seletos que na realidade o são. Quando se fala de intelectuais, no melhor dos casos, alude-se a uma tendência de fala de intelectuais, no melhor dos casos, alude-se a uma tendência de humana, incluindo o trabalho manual. Para certos trabalhadores, o intelectual não passa de um ocioso que furta o corpo ao trabalho e, não

[86]. ZOZAIA, Antônio. **A Plebe**. Nova Fase. Ano 02, n. 53. São Paulo, SP. 13.01.1934.

poucas vezes, ao dizê-lo têm razão; mas o primeiro que deveriam fazer seria examinar se o conceito que se tem da intelectualidade é exato e se a mesma definição da Academia Espanhola pode ser admitida sem reservas.

Um intelectual, substantivando o adjetivo, é para o nosso léxico um homem que cultiva de preferência as ciências ou as letras. Pelo que se refere ao cultivo das ciências, é verdade. Não é possível cultivar largo tempo às ciências sem ser inteligente e ainda sem contar com um entendimento privilegiado. Quem consegue viver do cultivo das matemáticas, da física, da arquitetura, da filosofia, de qualquer ramo da história natural, da geografia, da história ou, em suma, de qualquer disciplina científica; porque se não tivesse inteligência clara e cultivada, não poderia realizar os complicados trabalhos que realiza. Por isso duvido que os operários, quando falam mal dos intelectuais, possam referir-se a estes sábios, que cultivam as ciências e graças aos quais o progresso material e ideal é dia a dia mais notório.

Não sucede o mesmo quando se trata de pessoas que cultivam as artes. Entre os matemáticos, não pode haver folgazões nem desorientados (claro, considerados como cultivadores das suas ciências) e o mesmo se pode dizer de quantos se acham no mesmo caso; os artistas, porém, podem ser excedentes ou abomináveis, ativos ou ociosos, amantes da verdade ou entusiastas da metáfora e dos falsos espelhismos. Para resolver um problema de cálculo superior ou de geometria analítica, não há outro remédio senão estudar; porém para escrever uns versos sem ritmo, nem medida, sem senso comum, para alinhar uma novela de aventuras, de desventuras de costumes, de maus costumes, nada mais é mister que contar com uns quantos amigos intrigantes, que se atribuam autoridade crítica, pois sabe-se que, entre os leitores de literatura, 80 por cento são deseducados, carecem de gosto artístico. Basta isto para que haja literatura, pintores e músicos que vivem de suas malasartes e que possam chamar-se intelectuais e até endeusar-se, sobre as suas trípodas, sem nunca estudar uma hora seguida e sem preocupar-se, pouco ou muito, das ansiedades, angústias e penalidades daqueles que a eles parecem seres inferiores, porque têm de empenhar uma picareta, uma enxada ou um martelo.

A esses intelectuais ou pseudointelectuais, juntem-se os particulares que se preparam para uma posição e que aprendem de cor um ou dois livros, que logo esquecem rapidamente, quando ocupam um lugar na Administração do Estado sem oposição, nem coisa que o valha. Dessa maneira, todo aquele que não trabalha com as mãos chama-se “intelectual” e é natural, estabelecida esta separação arbitrária entre uns e outros cidadãos, que alguns operários tenham chegado a considerar inimigos não aos homens de ciência, nem aos verdadeiros artistas, mas aos que se chamam “intelectuais” pelo fato de não trabalhar com as mãos como eles, e, portanto, sem sentir solidariedade com os que padecem injustiças.

Uma hostilidade contra a intelectualidade, considerada como tal, seria absurda e até culpável. Os mesmos operários, para sobressaírem hoje num ofício, têm que estudar tanto como antes um professor de Ensino Secundário. Há operários com mais inteligência e melhor cultivada que muitos literatos, pintores, escultores e músicos e ainda que bastantes empregados, advogados e profissionais de outras carreiras. Dia a dia vai-se tornando mais difícil assinalar uma separação entre o trabalho manual e o intelectual. Os operários leem, educam-se, aprendem e se capacitam para todo trabalho do pensamento. Muitos vaidosos que os olham com desdém ver-se-iam em sérios apuros se tivessem que discutir publicamente com o caiador que lhes branqueia a cozinha ou com o criado que lhes limpa as botas.

Ao contrário, os verdadeiros intelectuais, os que cultivam as ciências e as artes com proveito, têm que trabalhar com as mãos nos laboratórios, nas clínicas, nos observatórios e nos centros de cultura experimental. Passaram os tempos dos axiomas *a priori* e dos infólios dogmáticos e hoje se trabalha observando e realizando experiências que exigem uma habilidade material. Portanto, a separação entre intelectuais e operários torna-se cada vez mais impossível.

Há, porém, que evitar sigam usurpando o qualificativo de intelectuais os que não o são, os que pelo fato de poder viver descansadamente ou contar com um emprego, que lhes deixa ócios suficientes para fazer versos ou pintar quadros que ninguém aprecia. Estes são verdadeiros ególatras narcisistas, que se opõem, sistematicamente, a qualquer progresso das classes laboriosas. É contra estes que vai a hostilidade dos operários, na qual nunca deverão confundir os que se sacrificam em cul-

tivar as ciências e as artes, trabalhando simultaneamente com a inteligência e com as mãos, conquanto, senão operários, também merecedores de carinho e de respeito, pois que é a seu trabalho incessante que se deve o progresso material e moral de seus irmãos.

55

Não será com padres nas escolas que evitaremos a escravidão fascista no Brasil⁸⁷

• • • • •

SE EXISTE, ENTRE AS PODRIDÕES ATUAIS DO CLERO, UMA QUE EXALE odor mais fétido e insuportável é, fora de qualquer dúvida, esta de haver agitado entre nós, com descaramento inaudito, a ideia de fascismo ou integralismo como medida apta a reparar todos os males sociais de que foi e continua a ser a principal e mais legítima causa.

Aliás, é coisa que não nos surpreende muito ver a padrezia lançar mão de tal recurso como de uma arma de combate segura contra quantos já se aperceberam e hão de aperceber-se, dentro em muito pouco, do logro que a fanfarronada católica representa em todas as nações, com relação à felicidade e ao bem-estar dos povos sempre mais oprimidos e vexados. Os processos da igreja nunca foram outros e aí está o motivo por que, em defesa dos periclitantes interesses de nosso país, com tanto calor e tão tenazmente a combatermos, mesmo enfrentando com não poucos riscos a essa horda inconsciente e alucinada de antropófagos da plutocracia e do clericalismo.

Fascismo é sinônimo de violência, essa violência com que o clero pretende em definitivo impor-se e firmar-se entre o nosso povo, esmagando e suprimindo as liberdades e os direitos da nossa gente e convertendo o Brasil numa segunda África.

[87]. LEÃO, Xisto. **A Lanterna**. Ano 11 n. 374. São Paulo, SP. 22.03.1934.

O fascismo não é nem poderia ser, de maneira alguma, o que muitos ingênuos, que se julgam bastante visados, têm a inocência de acreditar: o reinado do pobre, onde a justiça se reparte carinhosa e equitativamente entre lobos e ovelhas.

Se tal fora, não o repeliríamos.

O fascismo é, antes de tudo, antes de mais nada, fruto do capitalismo. É a reação violenta, bárbara, tirânica da burguesia, ameaçada nos seus fundamentos, contra o proletariado faminto e maltrapilho que luta por conquistar o seu direito à vida e à liberdade. É, portanto, a tábua última de salvação da sociedade capitalista, que a ela se aferra de unhas e dentes numa ânsia enorme de sobreviver à própria catástrofe.

Ora, a queda do capitalismo marcaria a derrocada vertiginosa e inevitável da Igreja, máquina que esta é de fabricar cordeiros absolutamente mansos e cegos a todas as razões, tal como convém a um regime de escorchações e esbulhos. Daí o encarniçamento, daí a fúria da clerezia em abraçar de coração e de alma, prazenteiramente, o novo credo político e em proclamá-lo, entre o seu rebanho, como o mais perfeito e sublime, de “pura inspiração divina”!

Entretanto, dois fatos bastante significativos no sentido bastariam a demonstrar, cabal e friamente, de forma irretorquível, a tapeação odiosa que esse sistema de governo representa para a pobreza sofredora de todo o mundo.

O primeiro deles é a satisfação com que aristocratas e padres encaram a questão, de muito interesse para eles. Como pode um regime que tanto faz sorrir de alegria à camorra de cima ser, ao mesmo tempo, o regime que contentará o pobre?

O segundo fato é o que se prende às afirmativas do próprio Duce, criador do fascismo, quando assevera, com aquela empáfia tão espetacular quanto afetada e ridícula, alto e bom som, que a liberdade é um “cadáver em decomposição”! Observem só! A liberdade é conquista de anos sem conta de luta. A história do mundo é a história dos mártires que, em todos os tempos e em todas as partes, lutaram até aos mais dolorosos sacrifícios para conseguí-la.

Pois o fascismo abate, destroça, esfrangalha a liberdade até reduzi-la a um “cadáver em decomposição”! Destrói a única verdadeira garantia do pobre: a sua liberdade! Haverá algo mais monstruoso e covarde do que

esse insulto, do que essa afronta aos direitos de todos os povos livres do orbe?

Como poderá um regime que suprime a liberdade, tornando uma nação livre numa senzala de escravos, e que tanto gozo proporciona à opulência e à clerezia, atender aos clamores vindos da pobreza? De que jeito?

Em síntese, eis o quadro macabro do fascismo ou integralismo, como queiram denominá-lo.

Esmagamento completo dos direitos do homem proclamados pela Convenção Francesa de 1789; impossibilidade absoluta de gritar, seja pela imprensa, seja nos comícios, contra a injustiça da falta de trabalho ou da fome; submissão forçada e incondicional ao regime, aceitando por bem ou por mal todas as imposições, das menos às mais absurdas e infames; emprego sistemático da força alvorada em lei contra todos os adversários do partido, que terão, queiram ou não queiram, de amoldar-se à situação, para não perecerem ou serem exilados; domínio esmagador do forte contra o fraco, do opressor contra o oprimido.

Pois é esta ditadura branca que a padrecada, “amiga do pobre”, está intentando instaurar em nosso país, iniciando desde já o assalto às escolas, onde viça a flor da mocidade, que é o seu mais importante campo de atividades, onde encontrará a inocência incauta e desprevenida. Não nos iludamos: o ensino religioso nas escolas será a brecha por onde a escória papalina arrastará, cedo ou tarde, ao cativeiro mussolínico a nossa infeliz pátria.

Operários, soldados, homens do campo e de todas as profissões, cumpramos o nosso dever: combatamos sem desfalecimentos e sem tréguas os agentes assoldados do fascismo: os padres e seus odiosos comparsas.

56

*O catecismo nas escolas públicas*⁸⁸

• • • • •

O QUE SE PRETENDE COM A PERMISSÃO DO ENSINO DO CATECISMO nas escolas públicas do Brasil é um recuo de meio século na história do país.

Se, por acaso, fosse aprovada essa ideia, constante do anteprojeto de Constituição, aconteceria que o Brasil teria que presenciar novamente a luta religiosa, tal e qual como a ela assistimos durante toda a vida monárquica.

Diz o anteprojeto no art. 11, § 8º:

A religião é matéria facultativa de ensino nas escolas públicas, primárias, secundárias, profissionais ou normais, subordinadas à confissão religiosa dos alunos.

Se for facultativo esse ensino, os Estados que o quiserem incluirão o catecismo entre as matérias do curso oficial. Se for facultativo esse ensino, os professores que forem católicos poderão, com a autoridade que têm sobre os alunos, obrigá-los a receberem esse ensino.

Ora, a grande massa da população brasileira é ainda analfabeta e atrasadíssima. E sobre ela, nos lugares mais atrasados, os padres, por

[88]. AMORIM, Álvaro. *A Lanterna*. Ano 11, n. 375. São Paulo, SP. 05.04.1934.

isso mesmo, exercem uma grande influência. E os políticos, para serem eleitos deputados, prevalecendo-se daquela disposição na Constituição, para obterem os votos dos católicos, trabalharão para tornar, de fato, obrigatório nos Estados o ensino do catecismo.

E assim fica instaurada no Brasil a luta religiosa, pois a consciência liberal da parte ilustrada do país naturalmente reagirá na mesma intensidade contra inominável atentado.

Porém, o essencial nesse assunto é estudarmos e examinarmos agora, na idade adulta, o que se contém em um catecismo. E veremos então o horror que seria esse ensino coexistindo lado a lado com o ensino da ciência e anulando completamente esta.

O catecismo manda ensinar a menores de sete, oito e nove anos, os dez mandamentos. Manda ensinar, portanto, a esses menores que não desejem a mulher do próximo e que não pequem contra a castidade. Os menores perguntarão aos seus professores o que quer dizer não desejar a mulher do próximo, e perguntarão também o que quer dizer não pecar contra a castidade. Logo, os professores serão obrigados a mentir ou tappear os alunos porque, se explicarem a estes, honestamente, o que quer dizer isso, iniciarão assim aos meninos e meninas exatamente nos vícios que se querem evitar. A única coisa certa seria não tocar nesses assuntos, porque a curiosidade infantil é irrefreável.

Portanto, o governo ou Estado não deve admitir nas escolas públicas esse ensino. Quem quiser que o faça, que o dispense, mas fora das escolas públicas.

Leiam-se atentamente todos os catecismos. Só falam em milagres, mistérios, estado de graça e uma série enorme de baboseiras, incabíveis no mundo moderno.

Nós respeitamos e admiramos quem se dedica à propaganda pacífica dessas coisas, mas como credo particular, livremente, onde quer que queiram, em cátedras particulares, nunca, em hipótese alguma, na escola pública, porque o governo ou Estado não deve se responsabilizar por esse ensino, que é a anulação completa das verdades científicas e naturais.

Dizem os catecismos:

Que é o pecado original? O pecado original é o pecado com que todos nós nascemos, e que contraímos por herança, como descendentes de Adão.

É possível que se ensine isso nas escolas públicas? Enfim, longe iríamos expondo todos os monstruosos absurdos dos catecismos. Repetimos: respeitamos e admiramos quem se dedica ao seu ensino nas cátedras particulares, mas repetimos em absoluto que se pretenda fazer semelhante ensino nas escolas públicas, onde o governo só tem o direito de ensinar ciências, verdades científicas, verdades naturais, e não lendas hebraicas absurdas, como as que se contém no catecismo.

Dizem mais os catecismos:

A Santa Igreja Católica é a sociedade de todos os cristãos que professam a mesma fé e recebem os mesmos sacramentos, sob a obediência de legítimos pastores e principalmente do papa.

Eis aí. O cristão não deve obediência ao país em que vive, deve ao papa e aos padres. Logo, os verdadeiros cristãos são perigosos, porque é uma nação à parte dentro da nação, submissos passivamente à autoridade eclesiástica, que para eles vale mais que a civil, secundária e sem importância.

O ensino religioso nas escolas e as suas primeiras consequências (À maneira de entrevista)⁸⁹

• • • • •

TENHO UMA PRIMA PROFESSORA QUE, EXERCENDO O MAGISTÉRIO EM um Grupo que fica perto de casa, visita-nos frequentemente. Há dias, após uma curta palestra, perguntei-lhe: Como vamos de ensino religioso *facultativo* nas escolas?

- Nem queira saber. É vergonhoso! Vergonhosíssimo!

E depois de uma curta pausa, como que refletindo:

- São vergonhosos e revoltantes, sobretudo, os vexames aos quais estão sujeitas algumas crianças e que somos obrigadas a presenciar. De resto, isto eu já o previa.

Imagine você que ontem, uma das alunas do meu período e da minha sala, vem dizer que o papai não queria que lhe ensinassem religião. Quando eu ia dizer-lhe que não ensinaria religião de espécie alguma, não só a ela, como também às demais alunas, as outras começaram a escarnecê-la e uma delas disse-lhe: “Seu pai é burro”. A pobre menina foi para casa chorando e queixou-se ao pai. Este, no dia seguinte, foi ao Grupo a fim de exigir uma explicação do diretor. E toca a inquirir para se saber qual foi a menina que disse que o pai da outra é burro. Foi uma verdadeira “bagunça”! Por fim, nada se soube, isto é, soube-se que o pai

[89]. SALGUEIRO, Oswaldo. **A Lanterna**. Ano 12, n. 391. São Paulo, SP. 23.03.1935.

“burro” – coisa curiosa! é um excelente e inteligentíssimo senhor, jornalista, e que possui uma sólida cultura filosófica.

- E o diretor...

- O diretor não é mau homem; porém, trata-se de uma dessas criaturas que aos sábados não se esquecem de engraxar os sapatos, para domingo de manhã, acompanharem a mulherzinha à missa...

Entretanto, os padres, depois de haverem inventado a moda e conseguido oficializá-la, estão tratando de tirar o corpo fora, querendo empurrar para nós, as professoras, o seu trabalhinho de catequese, principalmente nos períodos da tarde, que são os períodos da sesta... – acrescentou com um sorriso irônico. – E das digestões laboriosas – rematou minha companheira, que também se achava presente.

- E conseguirão? – perguntei eu.

- Conseguem. Conseguem, não porque, na sua maioria, as professoras, não obstante toda a sua religiosidade, cedam de bom grado essa meia hora roubada ao seu comodismo; mas simplesmente porque, (eu não me espantaria em ver a moitas delas beijarem o chão onde o padre pisa) uma vez que lhes digam que é para maior glória de Deus, submeter-se-ão. De mim, porém, nada conseguirão.

Mudamos de assunto. E eu, mais uma vez, comecei a meditar amargamente sobre o estado mental e moral em que se encontra a maior parte do nosso professorado, a quem se entrega a instrução das crianças. Resta-nos, porém, um consolo: o de que mais cedo ou mais tarde, a Escola Moderna triunfará, fazendo jus ao sacrifício de Ferrer.

58

A educação clerical e a educação racional⁹⁰

• • • • •

A EDUCAÇÃO RACIONAL, OU MELHOR, POSITIVA OU INTEGRAL, É como todos os fenômenos sociológicos: um produto complexo de vários fatores. Não é uma invenção, uma descoberta; é uma resultante da psicologia coletiva, correspondente ao estágio social para o qual caminhamos, é a emanção de uma concomitante mentalidade social e, por conseguinte, filia-se no desenvolvimento científico dos povos. Nasceu, pois, das circunstâncias sociais e que os espíritos neófitos abraçaram na sua ânsia para o melhor. E onde essas circunstâncias atuaram, criou essa necessidade, esse novo método surgiu e foi e é preconizado por aqueles que estão com o futuro, com a ideia da verdade ensinada aos pequenitos.

E assim ao estágio religioso da humanidade, em que as coisas são explicadas por divindades voluntariosas, por causas sobrenaturais, corresponde a escola congregacionista; e à sua imagem e semelhança, corresponde o ensino oficial. A maioria das escolas do Estado não passa de uma repetição, mascarada umas vezes, outras não, do ensino clerical jesuítico, e que tem por alvo não formar na criança um homem íntegro, mas, pelo contrário, deformá-la, fazer dela um mentecapto!

Ao estágio metafísico, em que as coisas se explicam por abstrações, por generalizações empíricas dos fenômenos naturais, em que o ser humano se perde em mil e uma conjecturas, em definições cujo sentido não se apreende, em que se entra na fantasia e deixa de ver-se o chão em que

[90]. LIMA, Adolfo. **A Lanterna**. Ano 34, n. 392. São Paulo, SP. 06.04.1935.

se pisa, corresponde a escola laica, com os seus palavrões ociosos, abstratos, vagos, apoderando-se do ser humano e considerando-o sob uma forma simplista e egoísta, fazendo dele, à semelhança da escola religiosa, um autômato; mas com a diferença de que nela os cordelinhos que o fazem mover não obedecem à ideia de um Deus, mas da pátria, de Estado, de eleitor. Tal é a educação cívica que criou na França republicana aquela população de estudantes que apedrejou Zola por ocasião da questão Dreyfus!

Ora a escola racional, ou positiva, corresponde ao estágio psicocoletivo em que o ser humano tem já uma consciência social e adquiriu uma mentalidade positiva, científica.

É baseada, não no livre-arbítrio, mas no determinismo; a educação positiva é essencialmente determinista. Não vê na criança uma vontade metafísica que estuda ou não estuda porque quer, não vê na criança um ser quantitativa e qualitativamente igual ao adulto dotado de igual livre-arbítrio e que não conhece graduações. Não, a escola positiva sabe que não existe livre-arbítrio e que se o adulto se determina por móveis, a criança também está sujeita às infinitudes de causas que açoitam um ser humano e que lhe criam uma idiossincrasia própria, pessoal.

A educação positiva é, pois, essencialmente concreta, individualista. Cura, sobretudo, da natureza particular de cada criança, da sua psicologia fisiológica ou patológica, do meio social em que ela vive e conforme os casos. Assim aplica este ou aquele processo. É um método essencialmente hedonista, isto é, procura por todos os meios que a criança obtenha o maior número de conhecimentos e que, sobretudo, se eduque o melhor possível, com o menor esforço. Tende a converter num divertimento, num prazer e não numa maçada. Procura criar na criança o gosto pelo aprender, pela ciência.

Além disso, só ensina a verdade demonstrada, o que pode explicar-se, e ainda desta parte **só aquela que a criança pode perceber**. Tudo o que o estado de desenvolvimento psicofísico da criança não permite que ela compreenda é e deve ser posto de reserva para quando ela o possa compreender. Neste ensino, portanto, não pode haver programas rígidos que o professor deva seguir inflexivelmente. A todo o momento, ante a necessidade da psicologia do aluno A, ou do aluno B, o professor é obrigado a alterar a ordem das matérias, adaptando-as às individualidades dos alunos e, sobretudo, à oportunidade. O professor deve **sempre** apro-

veitar a curiosidade, o momento psicológico do interesse que a criança possa ter em saber um assunto; deve aproveitar a ocasião, permitam-me o termo, muito embora lhe vá ensinar uma coisa que só mais tarde deveria ser-lhe ensinada. Isto, já se vê, sob a condição de que a criança já pode compreender a explicação dada.

Assim, pois, sendo este processo essencialmente individualizado, ele tende naturalmente a aproveitar as predileções, as tendências e aptidões das crianças e por consequência a criar-lhes uma individualidade distinta, a formar-lhes um caráter independente, tendo opiniões e sabendo discernir por si próprias. Todos esses problemas que deixamos esboçados e ainda outros, como a questão dos livros, o regime de horas, a idade escolar, a escola mista, etc., são problemas que carecem de desenvolvimento e de estudos concretos e **práticos**, sem o que a educação racional não passará de um castelo de cartas.

Ele visa formar em cada ser humano, não um indivíduo mutilado, mas uma individualidade em que haja consciência da sua existência social integral, isto é, que esta não é apenas econômica ou política, mas sim econômica, familiar, artística, científica, moral, jurídica e política.

A escola racional tende, pois, a concretizar a frase de Terêncio:

Eu sou homem e nada que respeita à humanidade me é estranho.

O preço da instrução padresca⁹¹

• • • • •

NINGUÉM IGNORA QUE, NO BRASIL, A PERCENTAGEM DE ANALFABETOS é assombrosa, comparada com os demais países do mundo.

Mas o que nem todos sabem, por exemplo, é que o Brasil é precisamente o país onde mais entraves pecuniários se opõem a que os adolescentes recebam instrução e luzes que os preparem para os grandes embates da vida adulta. E ninguém ignora também que o Brasil atualmente é o valhacouto de toda a padralhada expulsa de outros países, padralhada essa que aqui se instalou com asilos, igrejas e escolas, onde se ministra instrução por um preço verdadeiramente fantástico.

As escolas oficiais preliminares, posto que gratuitas e apesar de desdobradas, não comportam o número cada vez mais crescente dos seus candidatos em idade escolar, nem seus cursos correspondem à finalidade que deveriam preencher.

Um aluno depois do curso preliminar apenas sabe ler e garujar alguns sinais pela caligrafia oficial. É o bastante...

Para ingressar-se nos estabelecimentos de curso secundário, bastaria, a nosso ver, o atestado de idoneidade do último ano preliminar como documento hábil para abrir-lhe as portas das escolas normais, faculdades, universidades, etc., se o referido curso obedecesse a outras normas e diretrizes mais severas de ensino.

A prova de que o curso preliminar é deficientíssimo, temo-la em que o aluno, após 4 ou 5 anos de frequência em tais estabelecimentos, mal sabe ler e escrever e, se pretende matricular-se em qualquer curso supe-

[91]. ROGÉRIO, L. *A Lanterna*. Ano 34, n. 392. São Paulo SP. 06.04.1935.

rior, tem de recorrer aos institutos de iniciativa particular, não possuindo o governo estabelecimentos, academias, universidades, etc.

Dentre tais estabelecimentos, aliás, reconhecidos e fiscalizados pelo governo, os de iniciativa padresca contam-se às dezenas, todos eles isentos de impostos e gozando de regalias excepcionais mercê das quais poderiam ministrar instrução por preços ao alcance das mais modestas bolsas. Entretanto, são os colégios mais caros que existem em S. Paulo e no Brasil. O Colégio des Oiscaux é um exemplo frisante do que avançamos.

Malgrado, porém, todas as vantagens e favores oficiais, essas casas de ensino dirigidas por padres e outros religiosos do mesmo naipe são mais exigentes do que as outras no que se refere a matrículas, taxas, mensalidades, fornecimento de livros, etc., etc.

As escolas dos beneditinos, por exemplo, a riquíssima ordem que empolgou um dos mais grossos patrimônios da Nação, só são acessíveis aos filhos de papais ricos, posto que, para burlar a boa-fé dos incautos, mantêm um curso gratuito sem o menor alcance prático.

Os salesianos, para a admissão em suas escolas, exigem o mundo e mais o fundo.

Os reverendos do ginásio do Carmo, além de exigirem taxas fabulosas de matrícula e mensalidades proibitivas, impõem a aquisição de livros de edição própria ou em que tenham interesse, por preços verdadeiramente escorchantes. E se o aluno, depois das taxas pagas, não levar em determinado dia os livros exigidos, que quase sempre, conforme o ano, orçam por uma centena ou mais de mil réis, vê-se privado de frequentar as aulas e de reaver o dinheiro pago em pura perda.

Se os padres, como dizem, são os vanguardeiros da instrução, por que fazem a mais vergonhosa mercancia do seu saber, quando é certo que, mercê dos favores oficiais que gozam, poderiam instruir ou embrutecer por um preço mínimo?

O Brasil é e continuará a ser um dos países de maior percentagem de analfabetos, não só porque os poderes públicos descuram de tão importante problema em favor de uma politicagem que custa rios de dinheiro ao povo, como por permitir que padres estrangeiros abordem estas plagas e mercadejem aqui os seus sacramentos e a sua sapiência. Os estabelecimentos de instrução dirigidos por padres são acessíveis somente aos filhos dos plutocratas, seus colegas em ganância e hipocrisia.

60

A ação da igreja e a educação religiosa são as principais causas de atraso do Brasil⁹²

• • • • •

A IGREJA É A MAIOR PRAGA DA HUMANIDADE. A SUA CAPACIDADE criminosa não tem limites. É descarada e cínica. Não sabe rir; arreganha a dentuça.

Quando tem força, assassina, queima, estraçalha, tripudia sobre as vítimas.

Vencida, ajoelha-se, avilta-se, pede perdão e, traiçoeira, adula e aos poucos enreda o vencedor. Foi assim em Portugal, no México e procura fazer o mesmo na Rússia.

Na Grande Guerra, benzia, ao mesmo tempo, as armas alemãs e francesas, austríacas e italianas, rogando ao deus dos exércitos para presidir à sua vitória... O deus dos exércitos, atrapalhado com esses rogos contraditórios, mandou-a ao raio que a parta, deixando todos vencidos...

Agora, na revolução brasileira, fez a mesma coisa. No Rio Grande do Sul, por intermédio de D. Becker; aqui, por intermédio do arcebispo.

Sempre uma vela a deus e outra ao diabo – e pau de dois bicos.

Dias antes da vitória revolucionária, o bispo de Campinas telegrafava ao sr. Júlio Prestes: “Peço a V. Ex.a excluir sacerdotes católicos do serviço militar. Arranje um jeitinho de livrar os padres dessa brincadeira de mau gosto, mande os trouxas para a frente – nós ficamos rezando...”.

Nunca deixou de dizer amém a todos os atos dos caciques decaídos. Quando viu que a coisa periclitava, fazia preces pela paz, para estar

[92]. ROÃS, Líbero. **A Lanterna**. Ano 34, n. 396. São Paulo, SP. 01.06.1935.

bem com Deus e com o diabo. Quando viu o governo cair, de costas, o cardeal foi fingir energia contra o sr. Washington Luis: – “Vá-se embora homem!... Não vê que está sem forças?...”.

Na revolução de 24, pescou nas águas turvas juntamente com o sr. Macedo Soares.

Essa velha catraia faz assim com todos os vencidos. Sempre adulando a tirania dos ricos, porque também é rica e faustosa, prega: “Dos pobres de espírito, é o reino do céu”; “é mais fácil um camelo passar pelo furo de uma agulha do que um rico entrar no reino do céu”. E para justificar as suas patifarias: “Olha para o que eu digo e não para o que eu faço”.

A igreja é a maior empresária da caridade – grande indústria largamente subsidiada pelos poderes públicos. É ela que maiores concessões obtêm do governo.

Faz filas de pobres diabos maltrapilhos durante hora nos portais dos seus conventos, para chamar atenção das esmolas de caldo ralo com que a sua advocacia administrativa reclama, e obtém as grossas subvenções dos governos.

Os seus representantes dizem que o trabalho, a pobreza, o sofrimento são as melhores escadas para o reino do céu; mas eles preferem ir para o inferno e ficam no “dolce far niente”, enriquecendo e gozando.

Aconselham os outros a que se casem, que tenham filhos, que não desejem a mulher do próximo; mas eles ficam solteiros, preferem o pecado mortal, os filhos deles são sobrinhos ou afilhados, porque desse modo livram-se das despesas.

Para dominar, esta casta de criminosos propaga o obscurantismo, o baixo nível de vida, a pobreza de corpo e de espírito dos povos. Isso facilita o seu domínio.

O povo que produz bastante, que come, veste e se aloja bem prescinde dos seus conselhos, manda-os ao diabo juntamente com o seu deus pagão e o seu céu em ruínas e o seu inferno de fita.

O céu é hoje em dia um velho pardieiro
Um grande casarão sem vidros, sem telhados,
Onde só vão dormir os corpos arruinados,
Que já não têm saúde e já não têm dinheiro.

Sul de Minas – Líbero Roãs.

61

*O pobre não pode estudar O ensino é privilégio dos ricos*⁹³

.....

A MAIOR PARTE DA POPULAÇÃO BRASILEIRA É ANALFABETA. É UMA vergonha que não pode ser escondida. Constatam-se os que se dedicam ao ensino, proclamam-na as estatísticas. O analfabetismo é uma das grandes provas da situação político-social dominante.

Se o povo brasileiro, numa grande porcentagem, está privado de instrução, não é, certamente, porque não queira aprender. É analfabeto porque não lhe dão escolas e porque o impossibilitam de frequentar as que existem em proporção mesquinha em relação à população do país. Nos grandes centros, permanece uma enorme população infantil à espera de vagas nos grupos escolares. Na zona rural e pelos sertões afora, as escolas são coisas raras.

Com a vida de penúria que levam o roceiro e o sertanejo, não é de se estranhar que seja a instrução do que eles menos possam cuidar. Trabalhando de sol a sol, vivendo sem o mínimo conforto, mal alimentado e de saúde precária, como pode a gente do *hinterland* brasileiro frequentar escolas, que quando existem ficam a enormes distâncias? Depois, o pobre precisa trabalhar desde criança. Nas cidades industriais, deve trocar a escola pela fábrica quase sempre sem completar o curso primário.

O ensino está hoje inteiramente comercializado. É um meio de exploração, de conseguir fortunas como qualquer outro. Mensalidades al-

[93]. (Não assinado). **A Plebe**. Ano 30, n. 01. São Paulo, SP. 01.05.1947.

tíssimas, pesadas taxas, livros e material escolar caríssimo impossibilitam de estudar a maioria da juventude que vive do seu trabalho.

A instrução é, portanto, privilégio dos ricos. Somente os filhos dos capitalistas podem estudar.

Mas isso é uma injustiça e, como tal, precisa, deve acabar. Como se pode admitir que sejam exatamente os elementos produtores de todos os meios de vida aqueles que têm de ficar privados da possibilidade de se instruírem?

Ataque-se, pois, o mal de frente com o fim de libertar o ensino da praga burocrática que entrava o seu desenvolvimento; da intervenção religiosa, que desvia a escola de sua finalidade precípua, alimentando discórdias; da intromissão político-partidária, que alimenta o regime do favoritismo; e, ainda, dos elementos que fizeram do ensino um meio de torpe exploração.

Liberta a escola dos elementos perturbadores de seu normal funcionamento, deverá ser confiada aos cuidados daqueles que lhe dedicam a sua atividade, entregando-se, portanto, ao professorado a orientação, organização e administração do ensino em tudo quanto a ele se referir, de maneira que possa ser proporcionada a todos os brasileiros a possibilidade de estudar.

Feito isso, que se ponham imediatamente mãos à obra com o fim de corrigir o que estiver errado e fazer tudo quanto seja necessário para o ensino ser posto à altura das necessidades da cultura brasileira, executando-se medidas como estas: facultar-se ao professorado um teor de vida compatível com sua alta missão social, respeitando-lhe a liberdade de cátedra e de pesquisa; associar os estudantes aos trabalhos do ensino; tornar gratuito para os trabalhadores o ensino em todas as suas modalidades e graus; dar assistência aos estudantes necessitados e alimentação aos filhos dos trabalhadores nas escolas primárias; fundar escolas onde quer que elas faltem, principalmente no interior do país, contando, para isso, com a contribuição obrigatória dos industriais e comerciantes, nas grandes cidades, e dos grandes proprietários agrícolas, nos meios rurais.

E que não se venha com a alegação de que não há verbas para um empreendimento desse vulto. Muitas são as fontes onde abundante verba poderá ser conseguida para criar escolas aos milhares. Requistem-se, antes de mais nada, os prédios mal ocupados ou ocupados por entidades

parasitárias e inúteis; destinem-se ao ensino as verbas que dos cofres públicos saem para instituições religiosas, ou de atividades supérfluas, para a gasolina gasta nos carros da parasitagem burocrática e para o suborno a veículos de divulgação e propaganda. Há, ainda, uma outra fonte mais rendosa; os bens confiscados aos homens públicos cujas fortunas tenham sido acumuladas no exercício de cargos governamentais e administrativos e aos “tubarões” do câmbio negro que estão enriquecendo à custa do sacrifício do povo.

Entretanto como nos demais, também este problema somente poderá ser resolvido pela ação direta dos interessados, pois a engrenagem burocrática do Estado é manobrada pelos privilegiados e lobo não come lobo. Só a ação do professorado, dos estudantes, só a atividade das organizações populares e dos sindicatos proletários, agitando o problema, fazendo pressão pública sobre os dirigentes, conseguirá tornar efetivo o direito de o povo poder cuidar de sua instrução.

Suplemento

• • • • •

O ensino da “História”⁹⁴

• • • • •

I

UMA DECLARAÇÃO PRÉVIA CUMPRE-ME FAZER: O PRESENTE TRABALHO tem apenas o intuito duma modesta justificação.

Não tem a pretensão de dar ensinamentos, de apresentar inovações ou de ostentar erudição que não possuímos. Não temos a memória dos nomes, nem tampouco a das citações.

Não nos movem pruridos de originalidade.

Tudo é velho e relho no mundo.

O que vamos expor não é, pois, escudado com o argumento de autoridade, com o que dizem os autores, com o *que se faz lá fora*, onde nunca fomos.

É apenas o resultado da observação direta dos fatos, do estudo das necessidades pedagógicas. É a conclusão a que convictamente chegamos, sem nos importar se estamos ou não de acordo com esta ou aquela escola pedagógica, com este ou aquele método.

É também a resultante de leituras que, assimiladas, perderam já a sua autoria, ficando delas apenas um resíduo – esse resíduo fecundo

[94]. LIMA, Adolfo. Comunicação feita perante a SOCIEDADE DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS de Cistos na sessão de 06 de abril de 1914. Lisboa: Guimarães & C.A. Editores. 1914

que a experimentação da vida faz germinar, desenvolver sob a forma de ideias.

Concatenadas essas ideias sob um princípio fundamental, filosófico, social, e aplicadas coerentemente pela observação dos fatos, pela crítica dos efeitos, às exigências da realidade, é que nos surgiu o critério que passamos a expor sobre o ensino da “História”.

**

Para essa justificação ser tanto quanto possível completa, é mister que estabeleçamos alguns princípios como premissas e que explicam logicamente a nossa orientação e critério pedagógico.

*

O ensino da “História” está ligado ao da Geografia. Esta deve dar-nos a ideia de *espaço*, como aquela a de *tempo*.

É indispensável ao estudante de “História” saber Geografia, conhecer o cenário, ler o conhecimento do local em que se produziu, em que se desenrolou a comédia, o drama ou tragédia que constitui o fato “histórico”.

A interpretação desse fato deve começar pelo estudo do meio geográfico em que germinou e se produziu e, não raras vezes, é ele que nos explica, nos dá o *quid* que distingue um fenômeno ou fato “histórico” doutro fenômeno semelhante.

Mas a ideia de tempo envolve o conhecimento, o estudo do elemento que persistiu através desse tempo e que permanece ou vive nesse espaço – é a população.

A população combinada com o território em que vive são os dois polos em que gira toda a vida humana; e ligam-se de tal sorte, numa recíproca influência, que é difícil destringer e explicar fenômenos sociais, sem previamente se ter estudado esses dois elementos sempre em conjugação.

Todos conhecem o fato de que os habitantes da planície se parecem mais entre si, psíquica e socialmente – embora vivam em regiões afastadas do que um habitante da planície com um montanhês, ainda que tenham afinidades de raça, relações sociais diretas e vivam a pouca distância.

Saber interpretar o solo, o território, é, pois, condição primacial para uma interpretação científica dos fatos sociais.

Ensinar Geografia é criar uma consciência geográfica do meio em que vivemos; é *saber ler* um mapa, interpretá-lo, *ver* através dele a configuração do solo, tirar as leis que devem presidir ao modo de ser, à vida da respectiva população. Através duma carta geográfica, deve surgir no cérebro do observador a imagem do que são a região e os seus habitantes.

A geografia não consiste em saber de cor uma grande lista de rios, de montanhas, de cidades, etc., como é costume fazer-se.

A interpretação e não a mera constatação – note-se desde já – dos fatos “históricos” carece em absoluto duma preparação, dum estudo profundo e auxiliar, intimamente conexo com o estudo dos fenômenos sociais.

Não a aprendemos só para saber vaidosamente que há certo rio ou certa cidade, e, às vezes, onde ele ou ela fica, mas, sim, para saber das relações de utilidade humana que existem entre o fator geográfico e o fenômeno social.

Mas de como deve ser feito o ensino da Geografia, para ser profícuo, não cogitamos neste momento. Por agora, quisemos apenas fixar como premissa o princípio de que o estudo do território anda estreitamente ligado ao da população e que da conjugação destes dois elementos fundamentais é que surgem as leis da vida social.

**

Surge-nos agora uma prévia questão, a nosso ver, importantíssima em pedagogia e que convém salientar para melhor compreensão do que vamos dizer.

Posto que seja ou deva ser uma consequência lógica da orientação e dos princípios filosóficos de que cada indivíduo deve estar possuído para ser um consciente e um caráter, ela é, por seu turno, o fundamento da orientação e critério pedagógicos que cada qual que ensina deve impor a si próprio, para ser considerado e considerar-se um orientador, um professor.

A todo o indivíduo, se impõe ou deve de preestabelecer um caminho a trilhar e de saber para onde vai e o que quer. A um professor, esse dever é condição essencial da profissão que exerce, porquanto não pode ser

orientador quem não tem uma orientação filosófico-social, e não sabe em que sentido deve nortear-se para estar em harmonia com as indicações e previsões científicas.

Essa questão que reputamos magna para a pedagogia consiste em fixar previamente qual deve ser a ciência que, num plano geral do ensino e educação, há de ocupar uma situação hegemônica.

Qual deve ser a ciência *mater*, a ciência eixo, centro e invólucro, a ciência *leitmotiv* no ensino e na educação, em torno da qual, dentro da qual e para a qual devem mover-se todas as demais ciências, numa ação subordinada e convergente e não independente, paralela ou divergente?

Num livro que estamos preparando, abordamos esse complexo e fundamentalíssimo problema.

Por agora, limitamo-nos a fazer uma simples afirmativa, como postulado: essa ciência é para nós a sociologia, e não as chamadas ciências naturais como querem muitos pedagogos modernos, incluindo Francisco Ferrer.

É nossa convicção – não simples opinião – que todo o ensino, todos os conhecimentos que devem formar o quadro ou programa dum plano de educação pública ou social devem estar subordinados a um fim e utilidade sociais e, por consequência, à ciência sociológica.

Fácil é, pois, concluir qual o grau de importância que consignamos ao estudo da disciplina ou ciência que, nos programas oficiais, costuma vir indicada só o título de “*História*”.

II

O ensino da chamada “*História*”, tal como se faz, julgamo-lo um erro científico e uma monstruosidade pedagógica. Basta compulsar a generalidade dos compêndios, dignos espelhos dos programas oficiais. São leituras indigestas que as crianças, na sua justa defesa contra tudo que lhes é prejudicial, repelem com veemência ou, pelo menos, contra as quais resistem, não estudando ou, quando estudando, fazendo por esquecer, logo que, concluído o alvejado exame, *já não precisam de saber história*.

Vários são os aspectos como se pode encarar o ensino da “*História*”.

*

Como um quadro de biografias, obedecendo a uma ordem mais ou menos cronológica, o ensino da “*História*” é um modelo de vacuidade.

É uma amálgama de descrições deficientes, mutiladas, sem cor, sem arte, dos reis e chefes, ora encomiásticas, panegíricas, ora contundentes. E tanto num, como noutro caso, sempre parcialíssima, redundando em genealogias banais das casas reinantes adrede a lisonjear, quer elogiando, quer depreciando, os governantes que presidem a administração pública.

Os vocábulos que é de uso empregar para caracterizar os biografados não encontram a devida interpretação nos cérebros das crianças. O simples adjetivo como afirmativa duma característica individual não tem valor para a mentalidade infantil. A única coisa que lhe poderá ficar, e isso porque o professor o afirmou, é que o rei tal foi bom e que o general tal foi mal. As cambiantes que distinguem os caracteres não se lhes podem ensinar por meio de simples adjetivos.

*

Este gênero de *fazer história* tem ainda vários outros inconvenientes.

Se, no presente, as ações dos homens públicos, que conhecemos e vemos, são apreciadas ao sabor das paixões, tornando-se difícil definir os seus verdadeiros caracteres, apesar de tantos elementos de informação de que dispomos, essa dificuldade volve-se em quase impossibilidade relativamente aos homens públicos do passado. As mesmas paixões que hoje guiam as apreciações da conduta dos homens públicos devem ter existido, muito mais intensivamente, numa época em que a intolerância e o fanatismo preponderavam e a censura dos chefes só permitia que se dissesse e se escrevesse o que mais lhes convinha.

Por esse motivo, não é raro, os caracteres dos grandes personagens históricos serem avaliados de modo diverso pelos investigadores, pelos que, de arquivo em arquivo, de documento em documento, buscam as grandes minúcias, as profundas particularidades dos acontecimentos. A perplexidade é tão grande para esses trabalhadores como há de ser no futuro para os que pretenderem definir os caracteres dos homens do presente, em face do que nós dizemos e escrevemos deles. Daqui as

grandes controvérsias acerca do carácter de tal famigerado capitão ou de tal celebrado legislador.

Para definir verdadeiramente um caráter, seria preciso segui-lo habitualmente, estudá-lo, conhecê-lo na intimidade e merecer a sua confiança; mas para tal, seria igualmente preciso uma recíproca amizade e ela é a razão suficiente para que o carácter do biografado apareça falseado. A paixão substituiria a indispensável imparcialidade, a verdade. E se ainda a biografia é a de um amigo – a sátira, a crítica mordaz, o despeito, o ódio virão obscurecer, alterar a justeza da apreciação e igualmente redundaria numa falsidade.

*

Mas, ainda, que as biografias pudessem ser rigorosamente verdadeiras, tal gênero de *história* não interessa à criança. Só lhe merecem atenção as pessoas que conhece, com quem fala. E embora despertasse interesse e em meia dúzia de linhas se *fizesse ver* o caráter dum homem, tal como o historiador o imaginou, de que serviria esse saber, que utilidade tiraria a criança na sua aplicação prática? Que tem conhecerem-se os caracteres duma série de homens, com os conhecimentos gerais necessários que se devem adquirir sobre a humanidade no seu conjunto? Que lição de coisas, que vantagem educativa há na apreciação de homens isolados, em vez de se tratar do conjunto das ações humanas sem especializações evhemicas?

O ensino da “*História*” é, neste aspecto, uma coscuvilhice de senhoras vizinhas, em ponto grande. Não ensina, não educa, nem faz raciocinar e refletir. Desenvolve-se o orgulho dos heróis, cujos atos são feitos mais para ostentação das suas individualidades do que para cumprimento do dever e alimenta-se a vaidade do amor próprio – sempre pronto a exaltar-se e a converter-se num tão cego e fanático, quão prejudicial personalismo.

Cria-se o hábito de ver só homens, personificando fatos, e a criança é levada a ver em tudo que sucede uma vontade, um indivíduo, e daí o culto pela pessoa e a persuasão de que estamos à mercê dos favores e benefícios dos potentados políticos ou divinos.

**

O outro aspecto do ensino da “*História*” diz respeito aos fatos de que geralmente se ocupa e que servem para emoldurar *um varão ilustre*.

A “*História*” é, então, uma resenha, em geral, malfeita, uma lista de certos fatos isolados, e de efeito, sem unidade, nem continuidade, nem arte, nem pedagogia, – e encaixilhados em frases e adjetivos que constituem verdadeiros estribilhos.

Os fatos são apresentados como axiomas, dogmaticamente, pelos professores ou pelos autores dos compêndios – fatos em que muitas vezes incidem as dúvidas dos sábios e perante os quais estes se sentem perplexos.

Ora expor um facto nu e cru, em bruto, não é fazer ciência; é o império do acaso, em vez do rigor científico que a razão e a ciência exigem.

Os acontecimentos parecem, então, não obedecerem a determinantes, salvo a vontade despótica dum imperante. E quando porventura os acontecimentos se acham agrupados e obedecem a um critério, esse critério, que os separou ou os reuniu, nunca é o de juntar os correlativos, os que têm uma relação de causalidade, e de separar os que têm naturezas diversas: agrupam-se ou separam-se sob o nome dum rei ou dum chefe.

O estudo da “*História*”, por meio dos fatos ou acontecimentos mais notáveis, sem um estudo preparatório interpretativo e crítico, aparece-nos como um quadro de feitos, ora fantásticos, ora banais, – atos apagados, mal definidos, simples caricatura da realidade, ainda que sejam revestidos tantíssimas vezes de minúcias e pormenores supérfluos, que ainda mais os obscurecem e lhes tiram a parte, o resíduo de veracidade que todos contêm.

Todos nós conhecemos o ditado – *quem conta um conto acrescenta-lhe um ponto*. Diariamente, podemos verificar como os fatos que presenciamos, de que fomos testemunhas ou atores, se alteram, se falseiam, se invertem, de boca para boca, de pessoa para pessoa.

Assistimos a um acontecimento. Se dois minutos depois escutarmos as narrações feitas pelas diversas testemunhas que o viram, será difícil encontrar uma igual a outra, não só relativamente às circunstâncias que o revestiram, mas ainda sobre o próprio fato em si. Um acontecimento narrado, de eco em eco, a quatro ou cinco quilômetros do lugar em que se deu, acaba por ser tão diferente que muitas vezes as testemunhas já não o reconhecem como tendo-o presenciado.

Umaz vezes omitem-se certas particularidades importantes, outras confundem-se pormenores, avaliam-se mal as proporções em que intervieram certos fatores, outras ainda acrescentam-se, aumentam-se circunstâncias. A pureza nativa do fato é alterada pelos comentários, pelas discussões, pelas interpretações de cada indivíduo que o viu ou o ouviu, ao sabor dos matizes dos seus preconceitos ou conhecimentos e estado das suas faculdades intelectivas. Muitas vezes, o acontecimento é narrado, não como se deu, mas sim como se imaginou ou desejou que devia ter-se dado.

Daqui a necessidade de ser-se um pouco cético acerca das minúcias, das circunstâncias que habitualmente costumam revestir os acontecimentos notáveis, que por serem de grande importância mais impressionaram, mais se prestaram a variadíssimos comentários a seu respeito. É próprio do ser humano deturpar os fatos e tanto mais o faz quanto mais ignorante é, e quanto menos compreende os complexos problemas sociais.

Imagine-se quais serão as falsidades, as simples e profundas deturpações transmitidas de geração em geração, quando à nossa vista, numa mesma pessoa até, a narração dos mesmos sucessos varia conforme a época, conforme os interesses e os afetos e conforme o auditório para quem fala.

*

Os acontecimentos que geralmente merecem menção honrosa são as aventuras e façanhas guerreiras. Tanto os programas, como os compêndios enchem as suas páginas a narrá-los, nunca esquecendo o cuidado de subordiná-los à rubrica dum rei, dum guerreiro audaz ou duma autoridade sanguinária e constituindo assim, segundo o estribilho, os *fatos mais notáveis do reinado*, do tempo ou do século desse indivíduo.

É o repertório sangrento da humanidade em que o assassinato em massa é heroicidade; a tirania e o despotismo, virtude, valor, nobreza, carácter. Virtude e valor tornam-se então sinónimos de destruição. Glorifica-se a lei do mais forte e o ódio ao estrangeiro.

As “*histórias*” particulares de cada nacionalidade obedecem ao preconceito de exaltar o egoísmo patriótico, alcunhando de bárbaros os povos estrangeiros e classificando um ato idêntico, de bom ou de mau, de

heroico ou de cruel covardia – se a façanha foi praticada por um general nacional ou por um estrangeiro.

Para os seus autores, há uma justiça diversa e um critério diferente, conforme se avaliam ações de nacionais ou de estrangeiros.

*

Para os “*historiadores*” de compêndios, o mundo antigo, moderno e contemporâneo reduz-se a um pequeno espaço; e a humanidade, a meia dúzia de homens que tudo fizeram.

Concentram o universo numa cidade, numa nação. A humanidade antiga resume-se a uns seis povos. Para o estudante de “*História*”, houve apenas egípcios, judeus, gregos e romanos e mais dois ou três povos, e atualmente não há outros dos europeus.

E tanto duns, como doutros só conhece os acontecimentos a que se presume estarem ligados os mais afamados reis e generais. Das massas populares e da vida destas, não cogitam em geral os autores dos compêndios.

Fica-se assim ignorando que esses povos são apenas uma parcela da civilização, e que essa parcela é constituída pela ação conjunta de todos, da massa anônima e não dalguns ou dalgum dos chamados grandes homens.

*

O ensino ministrado deste modo, fraccionado e mutilado, sem ideias de conjunto, faz parte da emaranhada rede dos processos de educação jesuítica em que a criança é reduzida a um ente inconsciente, de fácil e dócil manejo.

Com tal ensino, fica-se sob a sugestão de que a vida humana tem apenas por horizonte e alvo: a luta, a guerra, o extermínio dos semelhantes; e as vitórias e derrotas, belicosas ou especulativas, são os dois polos em que se desenvolve, em que se debate o humano. Tudo se subordina à vontade humana, ao livre-arbítrio dum homem, dum guerreiro, dum sacerdote, – numa palavra: dum chefe.

A mentalidade da criança forma-se e desenvolve-se nessa atmosfera facciosa.

Cria-se capciosamente um ambiente em que se glorifica a violência ou se entroniza a astúcia. Consegue-se, deste modo, a existência duma

humanidade inimiga de si mesma; o jesuíta solerte, querendo governá-la, procura dividi-la, alimentado o ódio nacionalista. E tanto assim é que o ódio e a cólera que se atribuem às nações não existem realmente na grande massa popular e ignorante, mas, sim, nos cérebros esquentados da aristocracia intelectual, da oligarquia que *sabe história*.

A mentalidade da criança forma-se e desenvolve-se nessa atmosfera facciosa e facínora. A pobre criança deslumbrada pelo espetáculo vistoso da guerra ou pela vaidade do mando é educada na falsidade, na ilusão patriótica, guerreira, livre-arbitrista e sobrenatural, através duma enfiada de datas e dum rosário de nomes celebrizados à força de se falar muito deles.

*
**

O resultado tão desejado é conseguido, e todos nós o sabemos e sentimos.

Apesar do estudo da “*História*”, a maioria não tem consciência da sua vida social. Existe em sociedade, mas desconhece tal fato. Ignora a lei de sociabilidade, da continuidade social e todas as que presidem a formação, desenvolvimento e aperfeiçoamento das sociedades. Não sabe por que, como e para que vive em sociedade e a “*História*” é um motivo de aborrecimento.

Consultemos os estudantes. A grande maioria repudiará a “*História*” como incompreensível e enfadonha. A consequência é o alheamento, indiferença pelos acontecimentos sociais.

Ainda me recordo do que ouvia dizer na Universidade de Coimbra acerca da aula de Sociologia. Quase a totalidade dos estudantes se declarava completamente estranha e incapaz de compreender tal assunto, não lhe tendo servido para nada, como preparatório, que se dizer ser, o que aprendera sob o nome de “*História*”.

*
**

Os acontecimentos que é costume salientar não são, em geral, apresentados sob o critério duma seleção dos fatos típicos duma época, dum estádio social.

São apresentados sem a cor da época. À criança, escapa a sua qualidade de *históricos* e afigura-se como tendo ou podendo realizar-se no presente. Por detrás do fato narrado, não sente o tempo, uma outra época, uma outra civilização.

Ao entendimento da criança, não surge a diferença das épocas presente e passada: e, para ela, o acontecimento tanto poderia ter sucedido no próprio dia em que é contado como mil anos antes. Apesar dalgumas estampas com que se costuma entremear os trechos dos compêndios de “*História*”, ela fica impassível e ignorante.

Daqui esse falso critério, tão vulgarizado, de se julgar que os homens do presente poderiam viver e proceder como outrora procederam os nossos antepassados. A essas falsas ideias é que é devido o messianismo pombalino dos nossos governantes e governados, como se hoje fosse possível existirem governos à marquês de Pombal.

*

Apresentar à criança o passado, sem preparação alguma, é dar-lhe uma coisa sem sentido ou como se fosse no presente. E mesmo que se lhe diga: isso foi no passado, ela vê-lo-á como se fosse na atualidade. Carece duma preparação especial para *ver* o passado, como *vê* e deve compreender o presente.

Fale-se a um estudante da antiguidade de Portugal como nação e estamos certos de que hesitará em pronunciar-se sobre o assunto, mostrando não possuir a menor *noção de tempo*... Em geral, o passado para as crianças pouco retrocede ao dia anterior.

*
**

O ensino da “*História*” tal como é feito é contrário ao método indutivo.

Dirige-se à memória e, às vezes, à imaginação; as outras propriedades intelectuais são desprezadas.

Exigindo os programas o conhecimento de certos acontecimentos muito concretos, não se compadece esse saber com o método em que o professor só deve apresentar o princípio da verdade, como premis-

sa, para deixar ao aluno a conclusão, a descoberta de toda a verdade. À criança, não é solicitado pensar, refletir, raciocinar: só tem de saber restritamente da existência dum determinado acontecimento.

**

Outro inconveniente, aliás bastante grave, é que o ensino assim ministrado não se defende das tão condenáveis preocupações sectárias e dogmáticas, quer no aspecto religioso, quer no político. Por mais que se decreta, que se proclame e regule a neutralidade do ensino, ele há de revestir sempre um carácter confessional e traduzir a opinião política e religiosa do professor ou do autor do compêndio, se não mudarmos o critério.

Enquanto subsistir semelhante orientação, a “*História*” há de ser essa *fábrica de ilusões e erros sociais*, tendenciosos, a serem covardemente impostos à mocidade.

Quer se trate de biografias, de genealogias ou de meros acontecimentos enumerados como num rol – a consequência será: uma parcialidade fatal. Em todos os momentos, os estados, a ação governativa tem influído na forma como se narram os considerados principais acontecimentos históricos, nacionais e estrangeiros. Os autores dos compêndios receiam a proibição e não ousam escrever o que não convém à política imperante – ainda que a sua consciência lhes diga – é mentira! Deste modo, calam-se certos fatos e exaltam-se outros. Os escritores imparciais são ameaçados, os que adulam a vaidade, enaltecendo os antepassados dos governantes, são beneficiados com as devidas benesses. E assim, depois de terem oprimido os seus contemporâneos com os seus atos, mentem e fazem mentir à posteridade por meio de narrativas subornadas.

A “*História*” tal como se ensina é, pois, um falso alimento: pode matar a fome, mas não sustenta.

**

O ensino é então fácil. Não carece de conhecimentos especiais, duma intelectualidade afeita a tal gênero de estudos. Todos podem encarregar-se dele, toda a gente se declara habilitada a ensinar “*História*”.

Por um escrúpulo de consciência, ainda há quem se declare incompetente para ensinar matemática ou ciências naturais, e ainda, mas mais

raramente, línguas. Mas no que todos estão habilitados é a ensinar a chamada “*História*” e Geografia.

É que julgam que o seu estudo consiste como é vulgar fazer-se: delinear umas biografias grosseiras, enumerar os reis e dizer a lista dos fatos mais notáveis que lhes são atribuídos, indo o rigor à fixação de todas as datas.

Evidentemente, nesses termos, o ensino e estudo da “*História*” é apenas uma habilidade de memória, puro psitacismo, e qualquer [um] pode obrigar as crianças a essa barbaridade pedagógica, seguindo com o dedo as páginas dum compêndio.

Se, porém, a chamada “*História*” fosse ensinada como vamos expor, já os cérebros dos matemáticos, dos geômetras, dos físicos, dos químicos se sentiriam incapazes de ensinar as chamadas ciências exatas.

O nosso cérebro não compreende como se possa ensinar álgebra a crianças de 12 e 13 anos, mas admitimos a possibilidade, porquanto um verdadeiro matemático deve saber a respectiva ciência tão bem e tão claramente que lhe deve ser facilíssimo ensinar a álgebra a crianças dessa idade, dum modo assimilável que nós, todavia, não compreendemos, por a nossa mente estar formada para outros estudos.

III

A história, tal como a imaginamos, muitíssimo diversa da disciplina que com esse nome é costume ensinar-se, não pode, por sua natureza, ser objeto dum estudo geral, sem que se caia no que acabamos de criticar.

A história é uma ciência concreta, não é a simples constatação ou resenha de fatos que sucederam em determinadas épocas; é uma especialidade, consubstanciando-se, concentrando-se na *investigação histórica*...

Ora no ensino primário ou secundário, não se podem fazer investigações históricas.

Interpretar e saber interpretar umas ruínas, umas inscrições, medalhas, monumentos, os escritos antigos – são operações delicadíssimas que exigem espíritos muito exercitados neste gênero de estudos e dotados duma aptidão e preparação especiais e técnicas.

A investigação histórica carece dum estudo aturado, exige uma experiência adquirida e uma maturação e concentração de ideias incompatíveis com as primeiras idades; e o princípio fundamental do método racional – de só se ensinar as verdades positivas e destas as que a mentalidade da criança pode assimilar, – é que deve nortear todo o ensino, pondo de parte tudo que não obedeça a essas condições fundamentais.

O processo científico pelo qual se deveria estudar a história é, pois, impossível aplicá-lo à criança, porquanto falta-lhe essa longa preparação para discernir em face dum documento, dum monumento, qual é o seu verdadeiro significado.

Portanto, temos de nos limitar ao trabalho *já feito* pelos historiadores, aos resultados já apresentados por essa investigação. Mas para que eles sejam compreendidos, há necessidade duma preparação social, de conhecimentos previamente adquiridos sobre o organismo social e devemos-os estudar não como um fim que se basta a si próprio, como um corpo de doutrina, mas, sim, como um meio, um instrumento, uma ferramenta para alcançarmos o alvo: a educação social.

Desenvolvamos a ideia.

*

A disciplina apelidada “*História*”, considerada como mero instrumento de instrução, tem por fim dar a conhecer o que foi a humanidade noutras épocas, o que fazia e fez, como vivia e viveu. Como poderoso elemento educativo, tem por fim criar a ideia de tempo e de evolução; mostra que o viver da humanidade no passado não foi igual ao do presente e que esse viver há de ser diverso nas gerações futuras. Deve criar uma consciência social – primordial condição duma sólida e eficaz educação social.

Sem consciência social, não pode haver educação. Sem consciência do *fato social*, não se pode compreender o *fato* histórico.

É só depois de criada essa consciência social da vida presente, relativa ao meio em que vivemos, que se poderá criar uma consciência histórica, respeitante à evolução por que têm passado esse ou outros meios sociais.

Por mais que se eduque e se ensine; por mais que multipliquemos escolas, que derramemos a educação por meio de conferências, de cursos,

de universidades populares; por mais que se aponte, que se trace a boa e bela conduta; por mais que se fale de respeito mútuo, de auxílio mútuo; por mais que preguemos *moral* – tudo ficará aéreo, pairará acima da realidade, no vácuo, sem valor, nem eficácia. Para que haja proficuidade, é indispensável que, em cada indivíduo, exista uma consciência social.

Quase todos, senão todos, os indivíduos sabem o que devem fazer e não fazer, mas raro é aquele que harmoniza a ideia com a ação. As palavras, conhecem-nas eles; muitos sabem discernir teoricamente o bem do mal, mas não executam essa distinção na prática – mercê duma carência absoluta de consciência, de consciência social.

Mal iniciados em “*História*”, conforme o critério exposto, possuem o vício de que a sociedade é o que querem os imperantes e, portanto, é das suas vontades que depende e do exercício delas que resulta a razão de ser dos fatos sociais.

Ignoram qual a esfera da ação da sua personalidade. Vivem empiricamente, ora mandando, ora sendo mandados, julgando que o mundo obedece às vontades, às teimosias, aos caprichos dos homens.

Para eles, a ação individual sobre o meio não está subordinada a leis naturais.

Desconhecem a sua existência *social*, como muitos indivíduos ignoram a sua existência fisiológica, química, física, etc. Não identificam os fatos sociais com as leis sociológicas e, por consequência, essa falta de senso moral, social, característica de todo o indivíduo mal-educado.

Não conhecem outras leis além das que constituem os códigos e saem dos cérebros dos legisladores. Não sabem que, da mesma forma que há leis físicas, químicas, fisiológicas de que todos somos joguetes, também há com o mesmo caráter leis naturais que nos determinam, que nos fazem viver em sociedade e que esta é uma resultante da natureza, da essência humana. Não sabem que todas essas leis têm a mesma *realidade* e que obedecemos a umas como a outras. Ora é preciso acostumar o cérebro humano a *ver* o fenômeno social, como muitos já veem os fenômenos físicos e químicos, isto é, como a resultante de forças naturais conjugadas.

A sociedade é mais alguma coisa do que uma soma de pessoas, é um efeito fatal e necessário, imposto pela natureza humana e independente de vontades, tácitas ou expressas.

O primeiro cuidado, portanto, que todos devemos ter, a principal preocupação de todo o educador, se quiser fazer obra perdurável, é criar uma consciência social em cada aluno.

*
**

Vejamos o caminho a seguir para criar essa consciência social.

Na nossa opinião, consiste em chamar a atenção da criança para a vida de relação, para a *sua* vida social, para atos que pratica consigo e com os outros, com a sociedade.

É preciso prepará-la nesse sentido, despertando nela a crítica das condutas próprias e alheias, desenvolvendo-lhe um senso social, próprio e livre da influência magistral.

A aprendizagem do exercício da atenção da criança sobre os fatos sociais não é tão difícil como pode parecer à primeira vista.

Consiste em aproveitar o ambiente social em que a criança é influenciada em todos os sentidos e a todo momento, onde se pode facilmente despertar nela o reconhecer-se como um ser social, um ser que vive em sociedade, que sem esta não poderia existir e que tem para com ela direitos e obrigações. Evidenciar-se-lhe-a o fato de, a todo momento, estar em contato com os seus semelhantes, deles carecer e como eles realizar certos atos, que sozinha não poderia praticar.

Para se compreender os fatos históricos, há necessidade de estudar primeiramente o mecanismo e a formação das sociedades.

Não podendo a criança *ver o fato histórico*, não podendo convencer-se diretamente pelos sentidos, só a analogia lhe poderá dar uma ideia aproximada. Mas para se aplicar a analogia, há necessidade dum fato que sirva de termo de comparação. Esse fato deverá ser conhecido da criança e dele se fará comparação com o fato desconhecido que se quer descrever. É ainda por meio dos contrastes de atos, de fatos que já hoje se não realizam, com os do presente, que ela chega a *sentir*; a perceber que vive noutra época e noutro lugar.

Só então é que a criança compreenderá o sentido do *fato histórico* e não haverá já perigo de falar dalguns homens considerados célebres, porquanto os avaliará como meros produtos do meio e nunca como seres sobrenaturais, com missões divinas ou como messias.

*
**

O ensino dessa disciplina deve começar pelos fatos sociais de que somos testemunhas ou atores. Estudam-se primeiramente os fatos sociais que se *veem* e depois os que *já se não veem*, os que *já passaram à história*.

Os fatos do passado devem apenas ser estudados no que podem servir de fator educativo, de elemento para induções que corroborem e fixem as ideias de conjunto do caminhar da humanidade através dos tempos, ou, em poucas palavras: que mostrem a evolução social da humanidade.

Surpreendendo a natureza na sua marcha gradual e progressiva, devemos apenas destacar e selecionar os fatos que oferecem garantia de veracidade. Tudo que for objeto de controvérsias deve ser posto de parte, assim como as particularidades e pormenores, que, sendo muito interessantes e úteis no estudo aprofundado do sábio, do cientista, são, todavia, incongruentes num ensino primário ou secundário.

Desse modo, a criança não saberá as datas da cronologia assírica ou egípcia, nem ocupará o cérebro com narrativas de feitos ou façanhas de seres de existência lendária, fazendo biografias de Confúcio, Zoroastro, Moisés, Maomé ou Cristo, e aprendendo que alguém atravessou um mar a pé enxuto. Não saberá *muito*, é certo, mas saberá bem. É preferível pouco e bom, a muito e mau. O meio saber é um saber falseado, muitas vezes pior do que a ignorância.

Vale mais contentar-nos com um largo e geral conhecimento da evolução humana, baseado na observação e experiência, do que desperdiçar o tempo e o cérebro em querer fixar acontecimentos, de cuja existência a própria investigação científica honestamente duvida.

É preferível criar um senso crítico acerca do mundo social que nos rodeia, treinando a criança no hábito de saber discernir na complexidade dos antecedentes e consequentes, a característica fundamental, típica dum fato social.

Em vez de referências pessoais, em vez de certos fatos que nada educam, opinamos pelo estudo da evolução das diversas instituições sociais, apresentadas numa graduação cada vez mais complexa, partido do conhecido para o desconhecido, do presente para o passado, do próximo para o remoto, utilizando a comparação, a analogia, o contraste e o processo das concomitantes.

A primeira escala de tempo que mais impressiona a criança é a própria idade e a dos parentes mais próximos, desde a irmãzinha mais nova até ao avô, os anos letivos, quando entrou para a escola, etc.

*

Nem todos os fatos têm o mesmo valor. Ao homem de ciência, longe de ser um simples colecionador de acontecimentos, cumpre-lhe escolher com cuidado e só reter e fazer reter os que lhe oferecerem uma interpretação real da natureza e que possam servir de base sólida à indução.

Os acontecimentos selecionados sob esse critério devem ser apreciados de modo que sirvam à crítica social e se prestem a ser analisados em face da filosofia sociológica, pondo em destaque as causas e os efeitos, a ação do progresso e da decadência, e da lei do crescimento e desenvolvimento do corpo social. O jogo recíproco da ação e reação de todos os elementos constitui um assunto de reflexões, de raciocínios, de combinações, que evidencia utilmente a vida em sociedade não só no presente, mas também no futuro. Observar a vida, a grande vida social, eis o problema, posto nítida e simplesmente no seu verdadeiro pé. É a vida, é a história de cada um e de todos nós, em que o dia de ontem se converte em matéria de narrativas de hoje e de resoluções de amanhã!.

Os quadros em que se desenvolvem as diversas instituições sociais são eminentemente instrutivos e educativos, sobretudo se não nos limitarmos a frisar o contraste e as analogias só entre o passado e o presente, mas salientarmos esse contraste ou analogia entre os diversos povos coevos, – provado como está que a humanidade atual oferece-nos, dentro dos diversos grupos étnicos em que se divide, uma graduação no espaço bem semelhante à graduação por que tem passado no tempo.

E basta comparar esses quadros de instituições dum mesmo povo através do tempo ou de povos diferentes através do espaço para se conhecer, para se ter uma ideia de sucessão, duma ordem genealógica e cronológica em que os fatos se desenrolam, e para se concluir que a humanidade se rege por leis naturais e que essas leis nos indicam o caminho a seguir na estrada do futuro. As exceções a estas leis, que tanto nos perturbam, devem ser consideradas como outras tantas leis cuja fórmula ignoramos.

Desvendar as leis e o mecanismo social é criar um senso, uma consciência social, e é por meio desta que todos devem apreciar os fenômenos

sociais. Em vez de repetirmos palavras e opiniões alheias, cujo significado nos escapa muitas vezes – teremos convicções, e estas conduzem-nos necessariamente a atuar no sentido do bem geral.

Mas dir-nos-ão: isso não é história; é sociologia! Exatamente. Foi por isso que, desde o começo deste trabalho, tivemos sempre a preocupação de frisar que empregávamos a palavra “*História*” somente a título provisório, como sendo errônea a sua aplicação. E o erro fundamental está justamente em se querer ensinar História, em vez de Sociologia. O erro está em confundir História *método*, com História ciência. É dessa confusão que nasceram os programas de “*História*” e o ensino de “*História*”, tal como o vemos e sabemos.

As ciências sociais são estudadas ao contrário das demais ciências. Estas são ensinadas em si mesmas, como formando um todo já feito, um conjunto de fenômenos congêneres. As sociais são estudadas no seu método, independentemente da ciência a que respeita. É como se em matemática estudássemos apenas a observação, em física e química só fizéssemos experimentação, em fisiologia apenas comparássemos, ou em psicologia apenas estudássemos lógica.

A história, como tem sido estudada nas escolas, está para a sociologia; como a astrologia, para a astronomia; a alquimia, para a química; a teologia, para a filosofia geral.

A história, como narração de fatos, é um estudo empírico e como tal já o rejeitamos. Como investigação e reconstrução do passado, é uma ciência concreta com uma técnica que exige especialistas e não se compadece com generalidades, nem com a mentalidade da criança. A ciência abstrata em que se integra é a sociologia.

Se a história considerada como uma disciplina é uma técnica, ou uma ciência aplicada ou concreta, ela é em face da ciência social o seu método privativo, *sui generis*, e por meio do qual se constituíram e se formularam as leis dos seus característicos fenômenos.

O determinismo social comprova-se pelos fatos históricos e por eles se verifica a lei social de que fatos semelhantes produzem efeitos semelhantes, desde que estejam sob as mesmas circunstâncias.

Mas o historiador, no verdadeiro significado da palavra, isto é, o homem de ciência, o investigador histórico, e o sociólogo são entidades diversas.

Descobrir, apresentar e relatar um fato histórico na sua nudez, limpá-lo do pó dos tempos e pô-lo à luz do dia não é o mesmo que interpretá-lo e tirar dele conclusões de ordem sociológica. O primeiro trabalho assaz fatigante pertence ao historiador, ao técnico; o segundo, mais especulativo, ao sociólogo, ao cientista.

Se os trabalhos do historiador, não confundir com os meros compiladores de compêndios, fossem iguais aos do sociólogo, criariam uma consciência coletiva em cada historiador; mas é fato que há muitos sábios historiadores que não possuem consciência social, senso sociológico.

Queimam as pestanas no estudo dum fato histórico, levam o melhor da sua existência entre a poeira dos arquivos, consultando alfarrábios ou entre escavações e ruínas, num labor fatigante e honesto em busca da verdade histórica, mas das suas descobertas, das suas certezas a que chegam, não tiram, em regra, a melhor ilação sociológica, nem os preocupa a importância que as suas descobertas podem ter relativamente ao futuro da sociedade, à sua educação social. Quem tira as conclusões dessas descobertas e certezas, quem aproveita dos utilíssimos e prestímosos esforços desses homens de ciência é o sociólogo.

O historiador recolhe e repõe tanto quanto possível os fatos na sua lídima verdade; o sociólogo, considerando-os como experiências sociais, aplica-os em seguida às organizações das sociedades e induz as leis gerais ou particulares que servem de termo de comparação, de regra de conduta em casos análogos ou semelhantes, e de ponto de partida para combinações variadas de causas e de efeitos, patenteando todo o mecanismo social.

A obra isolada do historiador, por muito interessante que seja, carece, portanto, de ser completada pela do sociólogo, que lhe extrairá os ensinamentos e a utilizará na educação social da humanidade do futuro.

Não queremos com o exposto depreciar o trabalho do investigador histórico. Acharo-lo de grande valor e utilidade sociais. Se diretamente não pode ter influência na educação social dum povo, ele exerce-a indiretamente como poderosíssimo elemento, fornecendo os materiais com que o sociólogo se mune para fazer e organizar as *lições de coisas sociais*. É por meio da investigação histórica que o sociólogo adquire os conhecimentos necessários que o habilitem a ser, permitam o termo, o médico-cirurgião do organismo coletivo, sabendo ver os sintomas das doenças

sociais, as indicações duma saúde combalida ou robusta, os prognósticos das suas agitações e crises, e a terapêutica a aplicar conforme as leis da natureza social.

**

Mas a palavra sociologia deve figurar nos programas de ensino primário e secundário?

Sem dúvida. Do mesmo modo que se fala de matemática, de geometria, de física, de química, de botânica, de zoologia, por que não se há de falar de sociologia? Evidentemente não vamos discutir nesses graus da educação pública os grandes problemas sociológicos, mas igualmente nesses mesmos graus não se estudam as grandes abstrações matemáticas e geométricas, não se estudam os altos problemas da física e química, e nem por isso se protesta contra a inclusão desses nomes nos planos dos respectivos ensinos.

Assim como se trata de *noções* dessas ciências, assim também quando lhes inscrevemos a palavra sociologia, aí se trata igualmente de *noções* e de *noções* que podem e devem ser ministradas à criança acerca da sua vida social.

Sob esta denominação – sociologia, incluímos o estudo do território e população – em si própria e em relação com o território que habita – e as relações das populações entre si, quer nos seus compostos – sociedades, quer no seu elemento mais simples – indivíduo.

Tais são as razões, tanto no ponto de vista do seu conteúdo como no seu objetivo ou fim, que nos levaram a adotar a palavra sociologia em vez de história.

IV

O ensino da Sociologia tem em vista – como aliás todos os ensinos relativamente ao seu respectivo objeto – criar uma consciência social por meio duma educação e instrução sociais.

As fases são:

1.º Chamar a atenção da criança para os *fatos sociais presentes*, levando-a a interessar-se pelas condutas própria e alheias, começando por aquela, em que intervém ou sofreu qualquer impressão direta – boa ou má;

2.º Criticá-los nas suas causas e resultados, pela observação direta da criança, solicitando-lhe a sua opinião;

3.º Apresentar, sobre fatos concretos, problemas sociais, – à semelhança dos de aritmética, – e cuja solução ofereça uma crescente dificuldade e complexidade, habituando a criança no treino de ver, observar e ter uma opinião sobre os diversos fenômenos sociais, além daqueles em que intervém;

4.º Solidarizá-la intuitivamente com a vida social, convencê-la de que a vida coletiva, manifestada em todos os momentos e lugares pelas inúmeras relações sociais, é a condição primordial da existência dos indivíduos;

5.º Criar assim um senso social de que cada indivíduo é um elemento dum todo solidário;

6.º Desenvolver esse senso social no sentido duma consciência social;

7.º Alargar essa consciência não só no espaço, mas também no tempo, fazendo ver a lei da continuidade social;

8.º Utilizar para essa demonstração o método histórico, empregando como material os *fatos sociais passados*.

Far-se-á então o estudo dos fatos históricos, não como fim, mas como meio.

Longe de fazer-se pura abstração, executar-se-á um trabalho de aplicação e de experimentação.

*

Vejamos mais concretamente como se podem obter esses *desiderata*.

Começamos pela observação direta do meio em que vivemos, e por notar os objetos e pessoas que nos rodeiam.

A atenção da criança incide sobre o *que vê* e sobre o solo que pisa. A sua cama está dentro dum quarto; esse quarto faz parte dum conjunto de casas em que a criança habita com a sua família. Do outro lado, no mesmo pavimento, mora outra família, que também tem quartos de cama, cozinha, etc. Esse pavimento é, porém, o 3.º andar dum prédio. Há ainda a loja, o 1.º, o 2.º e 4.º andares, constituindo pavimentos divididos igual-

mente ao meio e ocupados, cada lado, por outras famílias, outros grupos de pessoas. Esses andares e essas lojas constituem um prédio de casas.

A criança está sentada dentro da aula, formando com os seus condiscípulos um grupo de estudantes; outras aulas com outros estudantes formam a escola, que também é um prédio de casas.

Tanto um como outro prédio ficam situados ao pé doutros, também habitados por grupos de pessoas; e, colocados em fileira, formam o lado duma rua. E assim sucessiva e gradualmente se vão alargando os horizontes da criança, chegando a mostrar-se-lhe que habita uma cidade ou uma vila ou aldeia. Essas lições não devem ser feitas secamente, com perguntas e respostas; são meras palestras entre alunos e professores, devendo estes provocar narrações por parte da cada aluno: – como é sua casa, o seu prédio, a sua rua, o que vê da sua janela, etc.

A cidade de Lisboa, por exemplo, com as suas colinas e vales, com a sua situação de porto fluvial e próxima do mar, presta-se a fecundas lições de coisas geográficas, preparatórias.

A atenção da criança é assim simultaneamente solicitada sobre a população de que faz parte. É convidada a observar os movimentos das pessoas nas ruas e praças públicas, em que elas andam em diferentes direções, umas apressadas, outras vagarosas, umas com uns trajes, outras com outros, etc., e todas caminhando com um fim determinado, em procura doutras pessoas que as forneçam do que carecem, etc.

Partindo da própria criança e dos *seus conhecidos*, nós vamos alargando sucessivamente, rasgando novos horizontes concêntricos, aumentando a sua área de conhecimentos sobre a humanidade.

Esses conhecimentos, porém, depois de serem dados um pouco ao acaso em meras conversas, passam a ser sistematizados à medida que se alargam e se aprofundam.

Estimulada constantemente a atenção sobre assuntos sociais, sobre a vida em comum e as relações que ela provoca entre os indivíduos, entre as próprias crianças, começa-se então a discriminar as diferentes espécies dessas relações. E as diversas relações sociais caracterizam-se pelas espécies de necessidades a que correspondem.

Vejamos o critério a adotar.

*
**

A sociedade é o meio pelo qual e no qual o ser humano satisfaz ou pode satisfazer todas as necessidades.

As instituições são os agrupamentos, agregados ou órgãos cuja função é satisfazer as diversas categorias de necessidades sociais.

Observando a natureza humana, vemos que podemos reduzir a sete o número de espécies de necessidades; e, partindo das mais gerais e simples para as menos gerais e mais complexas, podemos classificá-las em necessidades econômicas, genético-afetivas, artísticas ou estéticas, científicas, morais, jurídicas e políticas.

Sob esse critério de divisão em sete grupos, começamos por estudar os modos como se satisfazem essas necessidades: são os usos e costumes.

Descrever, mostrar à criança como a humanidade tem satisfeito e satisfaz essas necessidades é a primeira fase que se segue à preparação social que esboçamos.

Começando pelos fenômenos mais simples e concretos, chamamos a atenção da criança para a sua vida econômica, isto é, para a alimentação, vestuário e habitação.

Apresenta-se primeiramente a evolução dos alimentos, descrevendo anedoticamente como se comia outrora ou se come hoje nos selvagens, como preparavam e preparam as refeições e qual ou quais os alimentos prediletos. Com o mesmo critério, descrevem-se as evoluções do vestuário e da habitação, dos meios de transporte, etc. Implicitamente, a criança adquire uma noção sobre as transformações por que tem passado a organização do trabalho e das indústrias nas suas diversas fases.

Em seguida, passa-se à classe de fenômenos sociais respeitantes à necessidade genético-afetiva. Surge então a evolução da família, com os seus usos e costumes, tanto no que respeita ao pai como à mãe e descendência. Frisa-se a continuidade no tempo e no espaço da população, com referências concretas e simples sobre natalidade e mortalidade e migrações humanas.

Partindo da necessidade de brincar, dos jogos infantis, das imitações dos fenômenos da natureza que a criança executa, estudam-se os usos e costumes artísticos, e a explicação indireta, pelo sentimento, dos grandes fatos da natureza.

Desta necessidade, passa-se à da explicação direta dos fenômenos: é a necessidade científica e traduz-se nos usos e costumes psicocoletivos.

O ser humano, elucidado acerca dos grandes fenômenos da natureza, solidariza-se com os seus semelhantes e sente a imprescindível necessidade do auxílio mútuo, de ser socorrido e socorrer os seus semelhantes nas suas fraquezas e deficiências naturais contra essa natureza; e daí a descrição dos usos e costumes morais.

Destes vem a necessidade de justiça, de dar a cada qual o que lhe é devido, e correlativamente o estudo dos usos e costumes jurídicos.

Como cúpula dessas necessidades, impõe-se a de coordenar todas as atividades humanas numa ideia de conjunto atinente a realizar o bem geral: é a necessidade política cuja satisfação origina os usos e costumes políticos.

Todos esses usos e costumes são descritos e relatados singelamente, por meio de anedotas, de contos, sem datas; apenas divididos dentro de cada classe em bestiais ou selvagens, bárbaros, burgueses ou contemporâneos e civilizados; respeitando a sua evolução, a ordem progressiva de cada categoria de fenômenos e tendo sempre o cuidado de salientar o *quid* por que distinguimos um fenômeno duma classe dum fenômeno doutra classe.

Esses usos e costumes encontram-se belamente relatados nas sábias evoluções sociais de Cn. Letorneau, no *Homem e a Terra*, de E. Reclus, e outros autores, como G. Tarde, cumprindo apenas ao professor sistematizá-los na ordem que indicamos.

À medida que se vai completando a evolução de cada categoria de fenômenos, vão os alunos organizando um quadro esquemático da respectiva evolução, de modo que a criança veja no conjunto o todo na sua marcha evolutiva e natural.

E sem exigir a monstruosidade de que a criança papagueie, numa enfiada, todos esses usos e costumes ou decore os esquemas, ou leia qualquer tratado de sociologia, ela fica com uma noção tão nítida quanto a palavra “noção” indica, – do que foi, é e poderá vir a ser certa ordem de fenômenos sociais, e fica sabendo distinguir as diversas naturezas desses fenômenos. Nada do exposto deve ser *metido na cabeça*.

Ela vê então a dependência e interdependência em que todos vivemos, relativamente uns aos outros, e como e por que praticamos as nossas ações.

Conhecido esses *usos e costumes* e adquirida a noção do movimento social no tempo e no espaço, no sentido da satisfação das necessidades humanas, surge naturalmente apresentar à criança o fato que para tal satisfação os indivíduos se reúnem em grupos, em agregados, em pequenas sociedades. Estudadas as diversas instituições sob o ponto de vista mais acessível à criança, isto é, pelos usos e costumes, passamos a estudá-la como agregados sociais.

Mostra-se à criança que as instituições são agrupamentos de pessoas que se reúnem para realizarem determinado fim.

Sem cairmos no exagero da escola homológico-orgânica, mostramos como os órgãos do corpo humano correspondem analogicamente a essas instituições ou agregados sociais.

Chamamos a atenção da criança para as suas brincadeiras, para os seus jogos, que constituem agregados sociais, instituições, embora temporárias. A escola, a associação acadêmica, a família, o teatro, os mercados, tudo são agregados sociais.

Salienta-se o fato do ente humano ter mais necessidades do que faculdades para as satisfazer, e de ser imperiosamente levado a associar-se para conseguir essa satisfação.

E conforme essas associações, esses grupos ou agregados têm por fim satisfazer determinada necessidade, e dizem respeito à economia, à família, à arte, à ciência, etc. – esses agregados constituem órgãos econômicos, familiares, artísticos, etc. Um campo cultivado, uma fábrica cujo fim é satisfazer necessidades econômicas – são órgãos econômicos.

Destes passa-se sucessivamente para os agregados familiares, artísticos, científicos, morais, jurídicos e políticos. E uma vez estudadas essas agremiações, por meio e dentro das quais o ser humano vive e se desenvolve, organiza-se o esquema de todos esses agregados, agrupados conforme a sua natureza, e dá-se uma ideia concatenada e sistematizada do conjunto do superorganismo humano.

*

Adquirida a ideia do conjunto de órgãos dentro dos quais nós vivemos e cujas funções têm por fim satisfazer as nossas necessidades, adquirida uma ideia integral das atividades individuais em sociedade, já podemos destacar este ou aquele organismo nacional, esta ou aquela

nação, e especializarmo-nos num estudo mais profundo e pormenorizado sobre a sua vida e evolução.

Esse estudo obedecerá, coerentemente, ao mesmo critério de ser feito por instituições e ainda dividido em períodos ou épocas correspondentes às manifestações de formação, de organização e de desenvolvimento e aperfeiçoamento ou de decadência e morte dos agregados sociais.

Concretizando. Suponhamos o estudo na nacionalidade portuguesa. Em vez de o dividirmos em períodos que correspondam às dinastias, aos reis, dividimo-lo em períodos de formação, de organização, de desenvolvimento, de decadência e de novo desenvolvimento e aperfeiçoamento.

Como base e fundamento, estudam-se o território e a população e dentro de cada período, estudam-se as diversas instituições sociais, começando pelas econômicas e seguindo a ordem já indicada. Deve haver sempre o cuidado de ligar cada instituição dentro de cada período à que respectivamente lhe corresponde no período seguinte.

Obtém-se deste modo uma ideia de conjunto do organismo social chamado nação portuguesa, e ainda a evolução de cada instituição entre si, isto é, a evolução da economia, da família, da arte, da ciência, da moral, da justiça e da política portuguesas.

É nesta altura que se pode dar algumas elementaríssimas noções de investigação histórica, quer visitando monumentos e museus, quer ainda lendo trechos típicos de autores antigos e sobre eles fazendo uma reconstituição dos usos e costumes da época.

*

A terminar, como síntese final, este estudo é completado:

1.º Por uma sistematização geral da evolução da humanidade, integrada nas grandes divisões, épocas ou idades clássicas em que a vida da humanidade através dos tempos é geralmente talhada;

2.º Por um resumo crítico e esquemático das opiniões e instituições econômicas e políticas – os dois polos da atividade social – e das principais escolas sociológicas;

3.º Pelo estudo prático do método histórico.

Foi nessa orientação e sob esses princípios que formulamos e organizamos um plano do ensino de Sociologia, que foi integrado no plano de estudos elaborado em 1906 pela Sociedade Promotora de Escolas para a

sua Escola-Oficina n.º 1; e é conforme esse plano que nós temos ensinado essa disciplina.

Este processo de ensino não enfada nem extenua a criança, e ela vem, sem sacrifício, para as aulas, porquanto tem interesse. As discussões e críticas em que a envolvemos, solicitando o seu juízo e opinião a propósito do que lhe contamos ou dos problemas que lhe propomos, tira toda a agrura que tem o ensino clássico de História e desperta-lhe a vontade de saber mais para justificar e firmar os seus modos de ver. O estudo torna-se atraente e conseguimos que a criança se integre na vida social, com paixão e entusiasmo.

Esta mesma orientação pode até ser aplicada, em parte, dentro dos programas atuais do liceu.

Alguém que regeu a disciplina de “*História*” da 4.ª classe liceal estabeleceu no seu estudo este processo de crítica social, promovendo a discussão e a apreciação das diversas civilizações dos povos, que o programa impõe que se estudem. Esta confissão dá o metro do resultado obtido: “Meu irmão que tinha uma repulsa por tudo que cheirasse a história, agora não faz senão pedir-me livros de história para ler e estudar”.

Na regência da aula de “*História*” da 6.ª classe de letras, esse mesmo professor, fazendo quase um curso livre, também seguiu o critério preconizado e conseguiu despertar o gosto pelos estudos de ordem social. No fim do ano, na última aula, quando professor e alunos fizeram o balanço do trabalho realizado, e do que estes tinham ficado sabendo, concluiu-se que, talvez, não se soubessem muitas particularidades acerca da vida dos reis e dos homens, mas que se tinha obtido uma ideia de conjunto e da ação e evolução da nacionalidade portuguesa em todas as manifestações da sua vida social.

E ainda há dias um aluno desse curso, ao presente frequentando um curso superior, e que se dedicara mais ao estudo da evolução das instituições científicas portuguesas, procurava esse professor para que lhe desse apontamentos sobre os processos de ensino numa certa escola da capital, porquanto andava fazendo, ou melhor, continuava fazendo estudos sobre a organização do ensino em Portugal...

*
**

Resta-nos abordar o problema das idades da criança e da compreensão da sociologia assim estudada.

Julgamos muito mais assimilável à criança o ensino dos fatos sociais, tal como o indicamos, do que o ensino clássico da “*História*”.

Evidentemente é muito mais acessível e interessante para a criança falar-lhe do que ela vê e sabe que existe, como o comer, o fato, os abrigos, as casas de habitação; é muito mais acessível falar-lhe da *sua* família e das pessoas que conhece do que ensinar-lhe uma lista de reis, com os nomes das suas esposas e filhos...

O ensino da Sociologia, tal como o preconizado, deve respeitar as idades da criança, isto é, o seu desenvolvimento mental, e ser feito gradualmente.

Foi de caso pensado que adotamos sempre a palavra *criança*. Sabendo como é ainda pouco assente a nomenclatura e divisão em idades da criança, empregamos apenas este termo geral para evitar confusões. Convém agora precisar.

Adotando a classificação do dr. Ed. Claparède no seu livro *Psychologie de l'Enfant*, nos seus quatro períodos: de primeira infância, até aos 7 anos; de segunda infância, até aos 12 ou 10, conforme o sexo; de adolescência, até aos 15 ou 13; e de puberdade, até aos 16 ou 14, – diremos que nós banimos por completo a primeira infância do estudo de sociologia.

Ainda que o ensino com a orientação que defendemos seja muito mais intuitivo e acessível à inteligência da criança do que o ensino clássico da “*História*”, o qual muitas vezes é iniciado logo aos 7 anos, na primeira infância, somos de opinião que só depois dos 9 anos feitos é que a atenção da criança deve recair sobre este estudo, mais ainda e exclusivamente com o critério duma preparação, que deve prolongar-se até completar 11 anos: – da 1.ª à 6.ª fase indicadas.

Dai em diante é que começa o estudo dos usos e costumes, que dá matéria para um ano letivo.

Em seguida, noutro ano letivo, estudam-se os agregados sociais; noutro a especialização dalgum ou dalguns desses agregados; e, por fim, noutro ano letivo, já em plena puberdade, faz-se o ensino sintético e de conjunto, como expusemos.

*
**

Eis o que sobre o ensino de “*História*” se nos oferecia dizer. Mas antes de terminar, vamos quebrar o nosso propósito mantido até aqui de não fazermos citações.

Àqueles – não os presentes – para quem os fatos e os raciocínios nada valem e só o argumento de autoridade, e *autoridade estrangeira*, é que consegue convencê-los da verdade, vamos dizer que este processo de ensino, praticado por nós desde fevereiro de 1906, é igualmente preconizado por R. Cousinet, secretário da revista pedagógica *L’Educateur moderne*, de que foi diretor Gabriel Compayré.

São dele as seguintes palavras escritas no nº de janeiro de 1911:

“O fato é que as crianças não sabem história porque não a compreendem, e não a compreendem porque não têm nenhum conhecimento das realidades correspondentes às palavras que designam os acontecimentos históricos, as instituições, as funções, etc.”

“A criança conhece do presente uma multidão de coisas que têm um carácter histórico; a habitação, as vias de comunicação, o vestuário, a iluminação, a instrução e as escolas, os meios de transporte e ainda muitas outras.”

“Assim, sempre sobre o presente e sobre o conhecimento do presente fundar-se-á o nosso ensino de História.”

“A história assim feita mostrará a sua perpétua mobilidade e instruí-las-á (as crianças) na desconfiança da adoração do presente e do passado.”

Terminando, cumpre-nos pedir desculpa de ter ocupado tanto o vosso tempo com as nossas considerações, e ainda da ousadia de termos abordado um assunto tão complexo e importante e da falta de modéstia como o encaramos.

É que, parece-nos, já basta de decretar - *deve ser assim* - o que é preciso agora é dizer: *eu faço assim porque assim julgo que deve ser*.

NOTA

.....

Plano do ensino de Sociologia

.....

Sociologia



Território e população – Geografia. História e Educação social

1º grau

3ª classe:

Observação direta e análise do lugar que habitamos, sua configuração, acidentes do solo e respectiva nomenclatura. Orientação.

2º grau

Observação indireta e por comparação – por meio de quadros, gravuras, bilhetes, postais, mapas, cartas e esferas – dos diversos aspectos, proporções e dimensões da superfície da Terra.

Breve noções sobre:

A crusta ou casca terrestre e seu relevo, continentes, ilhas, penínsulas, cabos, etc.; montanhas, (sua classificação); planícies, vales, etc.

O vulcanismo e seus derivados.

A água e a sua distribuição: oceanos, mares, golfos, baías, lagos, etc., rios e glaciários, torrentes e avalanches, etc. Movimento das águas e sua profundidade.

O ar: atmosfera, temperatura, clima, etc. Pressões e ventos, nuvens, nevoeiro, chuva, etc.

Leitura de cartas e mapas: coordenadas.

A nomenclatura e respectivos exemplos típicos serão tirados, quanto possível, da corografia de Portugal, ilhas adjacentes e colônias portuguesas.

3º grau

Noções sobre:

A terra, sua posição no Universo. Sistema solar. O sol e a lua. Estrelas, planetas, cometas e nebulosas. Estrelas cadentes e aerólitos.

Movimentos principais da Terra; causas do dia e da noite, dos equinócios e dos solstícios, das estações, das zonas. Movimentos da lua e suas fases; eclipses. Origem e evolução do planeta Terra. Eras geológicas – Composição interna da crosta terrestre. Modificações da crosta terrestre; agentes internos.

4º grau

Noções sobre:

Geografia botânica.

Geografia zoológica.

Geografia social – humanidade.

Origens, segundo o transformismo. Sua distribuição pelo globo e aspectos etnográficos que assume. Línguas.

O ser humano e a natureza.

5º grau

Geografia social (*continuação*).

Geografia econômica:

Dos principais produtos alimentícios terrestres e marítimos;

Dos principais produtos têxteis, vegetais e animais;

Dos principais minerais úteis e preciosos;

Dos grandes centros comerciais e industriais. Metrôpoles e colônias;

Dos meios de comunicação.

Geografia artística – brevíssima referência às artes dos diversos países.

Geografia religiosa.

Geografia política.

Educação social

2º grau

Problemas simples tendentes a provocar a observação e o interesse do aluno sobre:

a) os fatos sociais que se passam conosco e em volta de nós e para preparação do estudo inteligente da história;

b) a conduta, em geral, dos indivíduos humanos na sociedade – vida social;

c) o *como* e o *porquê* certos modos de conduta são considerados maus e nocivos e outros bons e vantajosos.

3º, 4º, 5º e 6º graus

Discussão e apreciação dos fatos e condutas sociais da vida diária e crítica demonstrativa e experimental por meio de exemplos e problemas:

Dos atos que praticamos para conosco:

– Da boa ou má conduta: prazer, perfeição, eficácia. Dor, imperfeição, ineficácia.

– Da relação e correspondência destes termos.

– Do fim das ações: adaptação de meios para conservar a vida individual e completá-la de modo a desenvolver integralmente as atividades do ser e tendência para a sua máxima expansão intensiva. – Ligação entre antecedentes e consequentes. – Ação boa: a que alcança o fim que se teve

em vista. – Ação má (ou imoral), dissoluta: atos desordenados, desligados, desconexos. Exageração; excessos. Divergências entre fins e meios.

– Da relatividade essencial do bem e do mal; no tempo e no espaço.
– Da irreflexão (pura animalidade): inconsciência, automatismo, hereditariedade, instintos, hábito, imitação. Hesitações; falta de precisão; atos antagônicos. Incoerência.

– Da reflexão: consciência, atos raciocinados, escolha, determinação, combinação e proporcionalidade. Previdência: bem presente e bem futuro. Coerência.

– Das sensações, sentimentos e paixões; sua intelectualização.
– Da verdade: fundamento do dever; dignidade.
– Da mentira: covardia; baixeza; dobrês.
– Da formação do critério. Independência de opiniões e de ideias; iniciativa; espírito de continuidade; personalidade; caráter.

Atos que praticamos para com os semelhantes, conduta dos indivíduos entre si. Demonstração exemplificativa:

– Da deficiência das faculdades dos indivíduos para satisfazerem integralmente as suas necessidades. Princípio fundamental da natureza social do ser humano. Sociabilidade.

– Da simpatia: afetos. Justiça.
– Da antipatia: inimizade; aversões. Injustiça.
– Dos conflitos e antagonismos sociais. Interesses; guerras e direito de defesa.

– Das ações que afetam alternadamente o bem-estar do agente ou dos seus semelhantes.

– Das ações que afetam simultaneamente o bem-estar do agente e dos seus semelhantes.

– Dos atos nocivos à vida doutrem. Egoísmo irracional e racional.
– Dos atos que favorecem a vida doutrem. Bondade; benevolência. Altruísmo.

– Da racionalidade e conexão dos atos recíprocos dos indivíduos e das sociedades.

– Consciência e sanção coletivas.

– Da cooperação: Divisão do trabalho. Associação. Auxílio mútuo. Assistência. Solidariedade. Continuidade social.

História

3º grau

Usos e costumes (econômicos, familiares, artísticos, psicocoletivos, jurídicos e políticos).

Narração episódica e anedótica nas suas fases: selvagem bárbara e contemporânea, partindo da observação desta para o estudo daquelas:

A alimentação – colheita de frutos, caça, antropofagia, pesca, pastorícia, cultura dos terrenos, indústrias.

O vestuário – de origem vegetal e animal.

A habitação – cavernas, aldeias lacustres, etc. Habitações grosseiras de madeira, de terra e cal e artísticas.

Os transportes – quanto ao lugar, ao veículo e à força motora.

Propriedade – comunismo patriarcal, individualismo, comunismo familiar e solidário.

Promiscuidade primitiva, família materna ou matriarcal, paterna ou patriarcal, moderna.

União temporárias, poliandria, poligamia, monogamia. Regime de bens, separação de bens, regime misto, dote.

Arte sensual – dança, música (vocal e instrumental) coros, poesia, drama, romance.

Arte plástica – enfeites, adornos, tatuagem, vestuário, modas. Monumentos megalíticos, menir, dólmens, etc. Estatuária, desenho, pintura.

Arte industrial – em pedra, madeira e metais. Cerâmica, arquitetura, engenharia.

Explicação das coisas e dos fenômenos, época religiosa, metafísica e positiva.

Evolução humana no ponto de vista do seu desenvolvimento e aperfeiçoamento subjetivo; sensação, sentimento, intelectualidade; interjeição; onomatopeia; linguagem monossilábica, aglutinada e de flexão; ideia, juízo, raciocínio.

Moralidade; regime de guerras. Aborto, infanticídio, parricídio, uxoricídio, condição da mulher, abandono dos velhos e enfermos. Associação, assistência, auxílio mútuo. Afetos e solidariedade.

O direito do mais forte; vingança, instinto de fera. Pena de talião. Crime social e crime individual. Vingança religiosa, pecado; castigo de Deus; ordálias, juízos de Deus; duelo judiciário. Penas; penas especiais para crimes especiais. Composição penal, perdas e danos. Escravidão e servidão.

Justiça régia, juízes especiais. Tribunais. Censura moral e consciência.

Autoritarismo sanguíneo e servilismo canino. Crime de lesa autoridade política. O poder absoluto e hereditário dos chefes: monarquias, oligarquias. Poder político e sacerdotal. Vida feudal.

Castas e classes; guerreiros e escravos; brâmanes, xátrias, vaixás, sudras, eupátridas, oráculos e povo, escravos; patrícios e plebeus; senhores e vassalos, servos da gleba; clero, nobreza e povo; burguesia e proletariado, escravatura colonial.

4º grau

Manifestação da sociabilidade humana.

Características e história sumária:

– Dos agregados sociais primários:

Horda, tribo, sipes, gentes, fratrias, curias, clãs, arimánias, guildas, etc., povoados, comunas, municípios, cantões. Empresas ou sociedades comerciais: mercados, feiras, lojas, etc.; financeiras: cambistas, bancos, etc. Ligas comerciais; companhias de navegação: monopólios; trustes, cartéis, sindicatos do capital e sindicatos do trabalho; companhias de navegação e de vias férreas.

Família.

Academias de artes e de ciências; Escolas, teatros, museus, etc.

– Dos agregados secundários:

Nações; princípio das nacionalidades. Federações e confederações.

– Da humanidade considerada como um superorganismo.

Pré-história e história. Idades da pedra e dos metais. Antiguidade asiática, africana e europeia. Idade média, moderna e contemporânea. Fatos típicos que as separam e distinguem.

5º grau

História interna das nacionalidades modernas e, especialmente, da portuguesa.

Suas respectivas organizações e evoluções paralelas e conexas.

6º grau

Síntese da evolução da humanidade e características das suas fases.

Sistemas econômicos, doutrinas e instituições.

Sistemas políticos, doutrinas e instituições.

Escolas sociológicas.

Método histórico.

.....

.....

Plano inicial da coleção
Pensamento Social Anarquista—
Palavras Explicativas

.....

A CONCEPÇÃO DESTA COLEÇÃO SURTIU QUANDO INICIEI AS PESQUISAS em torno dos jornais, revistas e livros elaborados pelos anarquistas do início até meados do século XX no Brasil. A ideia, com esta coleção, é tornar acessível, tanto a quem estude o pensamento social produzido no Brasil como também faça pesquisas e tenha interesse no movimento operário deste período, textos valiosos guardados em arquivos, bibliotecas públicas e acervos particulares. O desconhecimento atual do pensamento social elaborado pelo mundo do trabalho sob vibração anarquista é estarrecedor. O apagamento das elaborações intelectuais do mundo do trabalho constitui ação planejada, articulada à decisão política, mais ampla, de supressão, no imaginário coletivo, da presença singular dos setores populares na configuração de nossa sociedade. O nome apropriado para entender esta medida é epistemicídio. Por isso, reeditar livros cujas edições foram poucas ou, caso mais expressivo, únicas constitui o objetivo principal desta coleção. Além da reedição de livros, procedi à montagem, em volumes temáticos, de coletâneas com artigos retirados de jornais, revistas, folhetos e demais produções impressas do movimento dos trabalhadores no Brasil. Com a palavra “inicial” no título acima, procuro indicar o caráter de continuada elaboração e organização dos volumes temáticos nesta coleção. À medida que retorno aos artigos transcritos, o conjunto desses textos me sugere o tema em torno do qual eles podem ser reunidos. Alguns já estão definidos. Outros podem surgir porque, como ainda estou caminhando nos textos, os assuntos ainda não estão esgotados, inclusive a ordem dos futuros volumes pode ser alterada. Por esta razão, exponho aqui uma relação provisória dos títulos dos volumes.

V. 1 – Lições de Pedagogia. *Maria Lacerda de Moura*
 V. 2 – Da escravidão à liberdade: a derrocada burguesa e o advento da igualdade social – *Florentino de Carvalho*
 V. 3 – Civilização, tronco de escravos – *Maria Lacerda de Moura*
 V. 4 – Educação anarquista – Conceitos – *Coletânea*
 V. 5 – Educação anarquista – Experimentos – Francisco Ferrer y Guardia – *Coletânea*
 V. 6 – Crianças e jovens na imprensa operária (1903-1935) – *Coletânea*
 V. 7 – Crianças e jovens na imprensa operária (1909-1968) – *Coletânea*
 V. * – Ferrer, o clero romano e a educação laica (e outros escritos sobre Ferrer) – *Maria Lacerda de Moura*
 V. * – A guerra civil de São Paulo: soluções imediatas para os grandes problemas sociais – *Florentino de Carvalho*
 V. * – A saúde pública analisada pelo mundo do trabalho (1901-1935) – *Coletânea*
 V. * – A saúde pública analisada pelo mundo do trabalho (1908-1968) – *Coletânea*
 V. * – Mulheres (1897-1935) – *Coletânea*
 V. * – Mulheres (1903-1967) – *Coletânea*
 V. * – Racismo e raça (1898-1968) – *Coletânea*
 V. * – Religião e anticlericalismo – *Coletânea*
 V. * – Anarquismo e sindicalismo – *Coletânea*
 V. * – Anarquismo e socialismo – *Coletânea*
 V. * – Anarquismo e anarquia – *Coletânea*
 V. * – Artes, poesia e insubmissão – *Coletânea*
 V. * – Han Ryner e o amor plural – *Maria Lacerda de Moura*
 V. * – Clero e fascismo – horda de embrutecedores / Clero e Estado – *Maria Lacerda de Moura*
 V. * – “A mulher é uma degenerada.” – *Maria Lacerda de Moura*
 V. * – A razão contra a fé – *Benjamim Mota*
 V. * – Rebeldias – *Benjamim Mota*
 V. * – Os sicários do jornalismo – *Mota Assunção*
 V. * – Guerra e militarismo – *Coletânea*
 V. * – Camponeses – *Coletânea*
 V. * – Indígenas – *Coletânea*
 V. * – Brasil visto no mundo do trabalho – *Coletânea*

V. * – Revoluções – *Coletânea*
 V. * – Relações internacionais – *Coletânea*
 V. * – Obituários – *Coletânea*

.....

Formato *16x23 cm*
Tipologia *Alegreya/ Times New Roman*
Nº de Pág. *315*

Editora da Universidade Federal de Campina Grande- EDUFCG

